

Regina Maria Santos Dias

**MALÍCIA, PERÍCIA E POLÍCIA –
manobras subjetivantes nas ruas
do Rio de Janeiro**

Tese de Doutorado

**Departamento de Psicologia
Programa de Pós-Graduação
em Psicologia Clínica**

Rio de Janeiro
Dezembro de 2003

Regina Maria Santos Dias

**MALÍCIA, PERÍCIA E POLÍCIA –
manobras subjetivantes nas ruas do Rio de Janeiro**

Tese de Doutorado

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica do Departamento de Psicologia da PUC-Rio como parte dos requisitos parciais para obtenção do título de Doutora em Psicologia Clínica.

Orientadora: Prof^ª. Esther M. Magalhães Arantes

Rio de Janeiro
Dezembro de 2003

Regina Maria Santos Dias

**“Malícia, perícia e polícia - manobras
subjetivas nas ruas do Rio de Janeiro”**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Profª Esther Maria Magalhães Arantes
Orientadora
Departamento de Psicologia - PUC-Rio

Prof. Karl Erik Schollhammer
Departamento de Letras – PUC-Rio

Prof. Paulo César Duque Estrada
Departamento de Filosofia – PUC-Rio

Profª Heliana de Barros C. Rodrigues
Instituto de Psicologia – UERJ

Profª. Magali Gouvêa Engel
Departamento de Historia – UFF-RJ

Prof. Paulo Fernando Carneiro de Andrade
Coordenador Setorial de Pós-Graduação
e Pesquisa do Centro de Teologia e
Ciências Humanas – PUC-Rio

Rio de Janeiro, / /2004

Dias, Regina Maria Santos

Malícia, perícia e polícia - manobras subjetivantes nas ruas do Rio de Janeiro / Regina Maria Santos Dias ; orientadora: Esther M. Magalhães Arantes. – Rio de Janeiro : PUC, Departamento de Psicologia, 2003.

284 f. ; 30 cm

Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Psicologia.

Inclui referências bibliográficas.

1. Psicologia – Teses. 2. Lima Barreto. 3. Produção de subjetividade. 4. Literatura. 5. Modernização. I. Arantes, Esther M. Magalhães Arantes. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Psicologia. III. Título.

CDD: 150

Agradecimentos

Uma tese de doutorado é uma tarefa que se realiza coletivamente. Tal certeza se concretiza no exercício desses quatro anos, em que se fez indispensável a solidária companhia daqueles que permanecem presentes ao final da empreitada.

Indiretamente, todos que conviveram comigo misturam-se nessas linhas: professores e companheiros do curso de doutorado, amigos-professores das universidades em que leciono e, principalmente os alunos, que nem de longe desconfiam do quanto me ensinam.

Os que menos me viram nesse tempo – mãe, irmãos, sobrinhos e tios – retribuo a compreensão da minha ausência com a materialização deste volume.

Bruno Cesar e Pedro Henrique – filhos queridos e assessores incansáveis na arte aterrorizante da informática – manifesto minha enorme gratidão.

Assumir um doutorado significa desinvestir-se de tarefas, a princípio inalienáveis. Por este motivo, a participação cotidiana de Marineli da Silva tornou realizável este trabalho.

Muitas contribuições se fazem únicas, às vezes na forma de uma leve companhia silenciosa que rapidamente se dilui em ruidosa reivindicação. De qualquer modo, a insistência de Henri Badu se tornou imprescindível nos momentos de maior solidão.

O prazer indescritível que fluiu da escrita desta tese não prescindiu da correção dos primeiros esboços, da discussão dos temas específicos abraçados, e da sugestão bibliográfica necessária ao desenvolvimento do estudo. Nesse sentido, muitos amigos se fizeram meio cúmplices das minhas ousadias, bem como acompanharam as provocações que os embates conceituais impiedosamente teimavam em me castigar. Sublinho a delicadeza de Elizabeth Duque Estrada, Maria Luíza, Masé Lemos, Lília Carmen, Silvana Lima, que estiveram comigo dividindo problemas torturantes embutidos na ação de pesquisar.

José Newton também poderia ser incluído na lista acima. Contudo sua contribuição se estendeu para além dos temas pontuais, solidarizando-se com minha inquietude frente a uma tarefa que, por vezes, pareceu-me de uma complexidade intransponível. Por dividir tais momentos, e outros capazes de suavizá-los, dedico um carinho especial.

Agradeço sobretudo à minha orientadora Esther Arantes. Sua acolhida no início da trajetória e a continuada presença nas fases subseqüentes da pesquisa possibilitaram-me descortinar novas questões acadêmicas que, de forma inequívoca, contribuíram no desenvolvimento e realização desta tese.

Acompanhar as primeiras linhas, dirimir as dúvidas iniciais, participar dos diferentes momentos em que o texto esteve a prova e principalmente, discutir todos os capítulos em seus traçados originais são tarefas nada leves. No entanto, Denise Farias resistiu a todos esses momentos e a nossa amizade se nutre de mais uma etapa partilhada.

Paixão pela escrita, serenidade investigativa e rigor teórico são habilidades construídas ao longo do tempo e no encontro com alguns mestres. Heliana Conde, em sua generosidade ímpar, inspira essas linhas aprendizes no exercício da arte que maneja com destreza e sobriedade inconfundíveis.

Poderia re-nomear todos que estão citados, incluindo os indiretamente registrados, como integrantes de uma “fraternidade deleuzeana” a intervir de maneira diversa nesta tese que se faz realidade na intensidade de tantos afetos.

A todos, eu agradeço.

Resumo

Os estudos acerca dos modos de subjetivação incitam uma ampla investigação sobre as linhas em que se engendra uma determinada sociabilidade. Em atendimento a tais propósitos, analisa-se a cena republicana dos anos iniciais do século XX, caracterizada por grandes transformações da cidade a entrecruzar-se no cotidiano das camadas populares. Pelo mesmo motivo, se impõe dedicada pesquisa sobre a literatura de Lima Barreto – obra que realça a reordenação política, a racionalidade cientificista e o exibicionismo literário, como diagrama privilegiado em que se enreda o panorama da modernização e as novas práticas de modelização da subjetividade.

Estudos literários e historiográficos que adotam percursos diversos dos aqui trilhados traçam do romancista e de sua obra categorizações que aprisionam a escritura e identificam um certo Lima Barreto, permitindo a evidência de alguns limites metodológicos.

Enveredar no caminho pavimentado pela genealogia e pela ontologia da diferença exige considerar a estética barretiana como uma máquina de guerra a travar combates ético-político-literários nas ruas do Rio de Janeiro.

Michel Foucault, Gilles Deleuze e Félix Guattari oferecem as ferramentas conceituais necessárias à construção de uma cartografia traçada na potência disruptiva do texto barretiano, e transformadora da clássica maneira de se abordar as tematizações da subjetividade.

Partilhar esse tipo de perspectiva exige ousadia e abandono, aliás os mesmos requisitos que o processo da escrita solicita para quem nele se deixa capturar. Condições estas igualmente indispensáveis a uma tese que se tece no encontro com a singularidade de uma literatura militante, o nome próprio Lima Barreto.

Palavras-chave

Lima Barreto; Literatura; Produção de Subjetividade; Modernização; Rio de Janeiro

Resumé

Les études à propos des modes de subjectivité incitent à une ample recherche sur les lignes où s'engendrent certaines sociabilités. Afin d'accomplir ce dessein, on analyse la scène républicaine des toutes premières années du vingtième siècle, laquelle s'est caractérisée par de grandes transformations de la ville, entrecroisées au quotidien des couches populaires. Pour le même motif, il faut une intense recherche sur la littérature de Lima Barreto, dont l'oeuvre rehausse la réorganisation politique, la rationalité scientiste et l'exhibitionnisme littéraire, comme diagramme privilégié où s'entrelacent le panorama de la modernisation et les nouvelles pratiques de la modélisation de la subjectivité.

Des études littéraires et historiographiques qui adoptent des parcours différents de ceux que l'on a suivis, esquissent de l'écrivain et de son oeuvre des catégorisations qui emprisonnent l'écriture et qui identifient un certain Lima Barreto, permettant l'évidence de quelques limitations méthodologiques.

Prendre le chemin pavé par la généalogie et par l'ontologie de la différence, cela exige que l'on considère l'esthétique barretienne comme une machine de guerre à livrer des combats éthico- politico-littéraires dans les rues de Rio de Janeiro.

Michel Foucault, Gilles Deleuze et Félix Guattari offrent les outils conceptuels nécessaires à la construction d'une cartographie tracée dans la puissance disruptive du texte barretien, et transformatrice de la manière classique d'aborder les thématiques de la subjectivité.

Partager ce type de perspective, cela exige de l'audace et de l'abandon, d'ailleurs, les mêmes conditions que le processus de l'écriture demande à ceux qui s'y laissent capturer. Ces conditions-là sont également indispensables à une thèse que l'on tisse au moment de la rencontre avec la singularité d'une littérature militante, le nom propre Lima Barreto.

Mots-clé

Lima Barreto; Littérature; Production de Subjectivité; Modernisation; Rio de Janeiro

Sumário

Introdução	10
Capítulo 1 – Lima Barreto: a literatura como máquina de guerra	15
1.1 – O traço barretiano e as análises literárias	16
1.2 – As análises literárias são semelhantes às operações chinesas	17
1.3 – As análises literárias transitam também ao derredor do quamanho	33
1.4 – Filosofia e estética anti-representacional	40
1.5 – Literatura militante e literatura menor	50
1.6 – O expressivo em Lima Barreto – literatura e modos de subjetivação	61
Capítulo 2 – Estética, Ética e Política: embates em uma escrita barretiana da história	81
2.1 – Narrativas e implicações nas práticas de uma outra história	82
2.2 – Ordens em revolta... e a modernização não pede passagem	86
2.3 – Beleza e limpeza na <i>Belle-Époque</i> Tropical	101
2.4 – E a polícia?...algumas notas complementares a pedagogia republicana nacional	117
2.5 – Uma escrita anárquica: incompatibilidades com o sentido missionário da história	128
Capítulo 3 – Margens, Fronteiras e Cruzamentos: as razões das disciplinas	146
3.1 – A escrita da ficção: os manejos literários de uma quase história	147
3.2 – Estudo das narrativas e histórias cruzadas: da instauração de um outro campo nessa história	167
Capítulo 4 – Cartografia Barretiana: interferências e rupturas nos processos de subjetivação	183
4.1 – A obra de Lima Barreto: um dispositivo analítico sobrevoa a cidade catita	185
4.2 – O biográfico: por uma história da experiência literária	187
Capítulo 5 – O Ilimitado em uma Vida: considerações acerca da imanência	217
5.1 – Cidade-literatura: linhas transversais em análise	227
5.2 – Modos de Escrever – Modos de Existir: a subjetivação como dobra	238
Referências Bibliográficas	249
Anexo	254

Que ressonâncias da ordem
terão feito do errante, ou erradio,
apenas um (des)qualificado
vagabundo, subtraindo-lhe a
expansão e o perfume?

Heliana Conde

Somente o pensamento, assenhorando-se de
si mesmo na raiz de sua história, poderia
fundar, sem qualquer dúvida, o que foi em si
mesma a verdade solitária desse
acontecimento.

Michel Foucault

Meu ideal, quando escrevo sobre um autor, seria não
escrever nada que pudesse afetá-lo de tristeza, ou,
se ele estiver morto, que o faça chorar em sua
tumba: pensar no autor sobre o qual escrevemos.
Pensar nele de modo tão forte que ele não possa ser
mais um objeto, e tampouco possamos nos identificar
com ele. Evitar a dupla ignomínia do erudito e do
familiar. Levar a um autor um pouco da alegria da
força, da vida amorosa e política que ele soube dar,
inventar.”

Gilles Deleuze

Amplius! Amplius!
Sim; sempre mais longe!
Lima Barreto

Introdução

Esta pesquisa define seu campo de problematização a partir do feixe de forças que se entrecruzavam no alvorecer do século XX, provocando a modernização do espaço urbano, a modificação da cena literária e a transformação dos modos de subjetivação em voga na cidade do Rio de Janeiro. Realizar esta tarefa requer a eleição de um dispositivo analisador e, em tal sentido, se faz acolhida a obra de Lima Barreto em um tipo de leitura que privilegia os eixos estéticos, epistemológicos e políticos.

Pelo caráter de multiplicidade que toda individuação comporta, pode-se afirmar que alguns fluxos que atravessam a cena da *Belle Époque Tropical* – a saber, o lirismo rebuscado, a racionalidade redentora e a redefinição da sociabilidade – mostram-se diretamente presentes no universo de Lima Barreto. Alguns desses fluxos encontram conexões, o que permite a emergência e a atualização em uma expressão literária; outros, contudo, mantêm-se como virtualidades somente passíveis de serem liberados quando se faz um outro tipo de encontro com a obra¹ – movimentos semelhantes a um instrumentista exigente quando, de acordes conhecidos, insiste em extrair sons inaugurais.

Recensear então outras sonoridades que reverberam em tal literatura suscita, deste estudo, uma sintonia capaz de aferir as conexões que forjaram o acontecimento Lima Barreto: provocador de pensamentos, interrogações e fabulações em variados gêneros literários; além de deflagrador de produções em campos diversos, tais como: literatura, história, filosofia, comunicação, cinema, teatro e...tese de doutorado em psicologia clínica.

O estudo aqui empreendido exige que se assinale preferencialmente o recorte histórico correspondente ao período 1902-1906. Época reconhecida e caracterizada pelos ventos transatlânticos inspiradores da modernização da cidade, bem como marcada pelos procedimentos violentos utilizados nas práticas de esquadramento e cristalização subalterna das classes populares. Nesse panorama, pode-se dizer que o Rio de Janeiro, nos primeiros anos do século XX,

¹ Cabe esclarecer que o uso da noção de obra corresponde a toda produção do escritor, o que contempla o afastamento de uma rigorosa coerência orgânica textual, bem como a afirmação da quebra de fronteiras entre os gêneros, concepções que Lima Barreto praticava no seu exercício literário.

se desterritorializava² das feições coloniais e se reterritorializava nos patamares normatizadores de uma ética técnico-científica; nos ditames civilizadores de uma estética modernizante; nos procedimentos regeneradores das políticas públicas republicanas – medidas definidas ao gosto da elite e aplicadas ao corpo da população.

Este é o período em que a vida de Lima Barreto também esteve ameaçada quanto aos planos de maior envergadura. Órfão de mãe aos seis anos, e com um pai enlouquecido tempos depois, o escritor, aos vinte e um anos de idade, temia por seu destino e por suas chances nas letras brasileiras. Logo, o exercício da escritura barretiana desdobra-se por entre embates, os mesmos que atualizavam transformações e reordenações cidadinas e repercussões em sua vida familiar. Efetuar uma analítica dos modos de subjetivação a partir de alguns elementos da obra do escritor Lima Barreto requer, antes de tudo, entender sua estética como se constituindo ao modo de uma máquina de guerra desmontando hegemonias de matizes variados, inventando modos de dizer em uma prosa impiedosa e, sobretudo, provocando a visibilidade das realidades que não se permitiam esconder.

Interrogar algumas categorias consolidadas sobre o romancista e sua obra implica problematizar algumas definições que engendraram um Lima Barreto oficial, na história e na literatura nacional; ao mesmo tempo em que se descortina o entendimento das relações sempre mutantes no espaço social, capazes de tecer modos de subjetivação também em processos de diferenciação. Torna-se então extremamente relevante captar na obra deste romancista, contista, cronista, jornalista, etc., a tensão reverberante das ruas e os demais processos presentes na sociabilidade que se fizeram nuançados em sua trajetória literária, considerando-os elementos imprescindíveis a uma pesquisa que aproxima criação e processos de subjetivação. Desse modo, poder reafirmar uma perspectiva política no campo dos estudos da psicologia clínica significa tematizar a subjetivação enquanto processo de produção constante, a partir dos exercícios ininterruptos de práticas sociais e modos de discursividade, ou seja, todas as correlações de força em ação nos solos artístico, científico, filosófico, etc., ou, em quaisquer outros domínios em que se operam aglutinações, confrontações e desdobramentos histórico- políticos.

² Os conceitos citados na introdução serão definidos ao longo dos capítulos.

Para realizar este trabalho é inevitável a apropriação de algumas formulações literárias e historiográficas, no intuito de poder interrogar as objetivações que essas mesmas produções construíram, bem como os efeitos que tais vozes liberaram e cristalizaram sobre os processos que envolvem criação e subjetivação em Lima Barreto. Assim, longe de “refletir” algum mandato social da literatura da época (Bosi, 2002); de cumprir um tipo de “missão” na sociedade aviltada (Sevcenko: 1995); de se materializar como um arauto dos “oprimidos” (Barbosa, 2002) ou de incorporar uma espécie de representação da “cidadania dos vencidos” (Rezende, 1993), Lima Barreto constitui-se, neste estudo, como um analisador-catalisador do pensamento dissonante a emergir por entre os movimentos sociais de sua época.

No intuito de atingir os propósitos desta tese, o capítulo inicial apresenta algumas formulações de crítica literária, visando a desenvolver um franco debate acerca da filosofia estética da obra barretiana a partir de um entendimento que se orienta pelo viés anti-representacional nos estudos em literatura. Não é demais enfatizar que as proposições literárias e históricas são entendidas, por esta investigação, como discursos passíveis de um tratamento desnaturalizador, o que equivale a dizer que vida e literatura de Lima Barreto receberão aqui um tratamento diferenciado, em uma tentativa de exercer a delicada tarefa de extrair outros sentidos dessas imiscuídas dimensões.

No segundo capítulo a ênfase é endereçada ao recorte “missionário” em que Lima Barreto tem sido identificado, em função das leituras que operam construções históricas relativas ao panorama dos anos iniciais do período republicano. Interrogar essas e outras “cruzadas” subjetivantes é a meta do terceiro capítulo, além de estabelecer a distinção entre algumas metodologias de pesquisa e a perspectiva assumida por este estudo.

Discutir a questão biográfica e pensar uma outra cartografia do romancista constitui-se em uma tentativa inspirada nos desafios que o próprio Lima Barreto travava em seu tempo. No rastro desse caminho, o quarto capítulo se dedica a evidenciar as rupturas em que a potência de ser e existir libera e anuncia uma singularidade literária – o acontecimento Lima Barreto.

A tematização das principais ferramentas conceituais, notadamente as contribuições de Michel Foucault, Gilles Deleuze e Félix Guattari, constituem a

tônica do quinto capítulo, permitindo a construção de um outro patamar analítico em que se evidenciam as relações entre criação literária, processos históricos e modos de subjetivação. Efetuar esse exercício frente ao panorama “psi” e ao clássico entendimento acerca da noção de subjetividade é a tarefa principal não apenas deste capítulo mas, de um modo geral, o objetivo primordial desta tese.

Quando se arrisca em tão desmedida pretensão, a única regra que não pode ser esquecida é aquela que se evidencia desde o começo da empreitada assumida – a saber: a da impossibilidade de escrever qualquer linha conclusiva a respeito das temáticas aqui abraçadas. Assim, as conclusões serão deixadas aos possíveis leitores, quando, por alguma estranha aventura, resolverem desta tese se aproximar. De antemão esclareço que serão menos definitivas e mais provocativas as idéias que emergirão ao desenrolar da leitura destas páginas. Não poderia ter outro “feto” uma escrita inspirada em Lima Barreto.

Deve-se também sublinhar que novas conceituações podem ser desdobradas e, em paralelo, outras cartografias subjetivantes poderão ser disparadas na leitura dos capítulos. Aliás, não há aí nenhuma surpresa, pois a sensação de ver-se arrastado para uma outra região brota de maneira inevitável do encontro com os autores que inspiram e comparecem neste trabalho – pensadores habilidosos na arte de interrogar verdades e soberanias.

Avisado quanto ao perigo, deve o leitor deixar-se acompanhar dos “teóricos-literatos” que povoam este estudo, pensadores que convidam novos companheiros ao caminhar sem, contudo, dirigir-lhes o destino e o passo. Esses serão inventados nas pistas que o próprio caminho, imperceptivelmente, trata de insinuar e de cujos contornos, já desalinhados leitores, as trilhas barretianas o puderem roubar.

Se o texto literário convida à ousadia, por outro lado empreender um estudo sobre tão complexo personagem faz reavivar a prudência frente às virtualidades que jorram do encontro com as linhas que tecem a singularidade Lima Barreto. De certo modo, tal escrita anuncia algumas preocupações e sugere o caminho àqueles que se arriscam, como o romancista, nas letras, na academia e nas rasuras intermináveis da subjetivação:

Assim, de pronto, não me recordo de outros autores nacionais que tenham sido tomados como objeto de trabalhos especiais sobre suas vidas e suas obras. Entretanto, isto se me afigura de uma indeclinável necessidade, para bem se aquilatar afinal do valor e do alcance do nosso pensamento total.

Desautorizadamente, julgo eu que nenhuma história da nossa literatura poderá se aproximar da perfeição, enquanto não houver de sobra esses **estudos parciais dos seus autores**.(...)

Pesquisas sobre as suas vidas, os desgostos, suas amizades, seus amores, seus começos, seus estudos, sua correspondência, tudo isso que pode esclarecer o pensamento e a tenção de suas obras, não se concebe possa ser feito por um só autor; e, tendo de julgá-los numa única obra geral, um único erudito, por mais ativo e diligente que seja, há de por força falhar e ser incompleto, se não tiver à mão esses estudos e outras achegas. (IL, 1956: 160-161) (grifos meus)

Capítulo 1

Lima Barreto: a literatura como máquina de guerra

Importa afirmar que o trabalho que ora se inicia encontra-se com a arte literária por entendê-la como um solo fértil ao debate do tema da subjetividade, para além do viés psicologizante vigente nos modos de pensar e existir da atualidade.

Considerar a literatura como um caminho de abertura ao pensamento dos processos de subjetivação permite a esta investigação efetuar diluições nas fronteiras de campos de saber classicamente marcados. Isso implica provocar trânsitos entre conhecimentos específicos e deslocar objetivações¹ já estabelecidas por essas mesmas redes de discursos, liberando assim novas construções, à medida que o percurso analítico vai construindo sua tessitura.

A leitura que se pretende aqui da literatura de Lima Barreto se engendra com o que Gilles Deleuze denomina máquina de guerra. Para este pensador, a máquina de guerra, entre outros movimentos, aciona demolições nos parâmetros consolidados da sociedade, incita interrogações ao pensamento hegemônico e descortina os modos de subjetivação imanentes a esta processualidade.

Desta maneira, faz-se mister considerar os efeitos desestabilizantes que a escrita literária potencializa, não apenas pelo caráter disruptor da linguagem, mas principalmente pelo ruído que ela provoca a partir da divergência de seus temas, pelo tratamento inconformado de objetos já assimilados pela literatura reconhecida e pelos componentes intensivos² imanentes à criação.

Seguindo essa via, vale inquirir que enfrentamentos tecem essa produção literária, no intuito de acompanhar os desvios aí atualizados e as regularidades afrontadas, o que permite discriminar os sentidos que permeiam a estética barretiana e o caminho trilhado pelo romancista.

Diferentes leituras geram diferentes efeitos em função dos aspectos que são recortados, originando um tipo de interpretação para o conjunto da obra e,

¹ As objetivações correspondem às relações de saber-poder imanentes ao modo de pesquisar e geralmente redundam em formas de regulação do campo social.

² Processos que liberam variações, as intensividades dizem respeito às mutações na ordem da criação e da subjetivação.

muitas vezes, o enclausuramento do autor em determinadas feições subjetivo-literárias. Tal construção pode gerar uma compreensão mais ou menos vanguardista da escrita, uma maior ou menor aderência do autor ao memorialismo ou, ainda, definir a dinâmica dos leitores adequada a uma determinada literatura. Essa operação eventualmente resulta no enrigecimento dos contornos da variação textual acompanhado eventualmente de determinados sentidos biográficos, colaborando assim para delimitar autor, obra e o próprio processo de criação.

Essa via é a que geralmente comparece nas leituras tradicionais que se interessam por fazer sínteses em função de um pensamento genético-explicativo. Por este motivo, encontram-se em abundância análises em que se prioriza decodificar, pela vida de um autor, os contornos de sua produção literária ou, em um modelo aparentemente oposto, recolher, dos elementos presentes na criação, justificativas capazes de fundar uma identidade daquele que responde pelo processo autoral.

Com o intuito de interrogar certas construções, que funcionam oferecendo corpo e sentido naturalizados à estética barretiana, é que se realiza uma breve incursão a alguns procedimentos de análise literária, no intuito de oportunizar a iluminação desses mecanismos de regulação da obra e da vida, lendo-as ora isoladamente, ora a partir de premissas que visam à sua homologia.

Cabe esclarecer ainda nas primeiras linhas desta tese que a perspectiva adotada orienta-se por acolher obra e vida em relações de interferência a tecer-se mutuamente por processos de diferenciação.

1.1

O traço barretiano e as análises literárias

Recolher algumas análises literárias constitui-se em uma oportunidade preciosa, ocasião capaz de revigorar a força do pensar e da palavra insurgente e, por conseguinte, dialogar com algumas determinações que tecem o campo da subjetivação e da criação.

Contudo, o que se procura destacar também nesses escritos é a identidade que passam a conferir a um autor, a uma obra e ao território em que ambos se localizam, a partir da utilização de determinadas metodologias de análise. Isto

geralmente ocorre quando se recorta uma determinada época, permitindo assim que considerações estilísticas hegemônicas se incumbam de incluir toda e qualquer manifestação criadora no panorama artístico e nos modelos de valores presentes na formação social em questão. Ao lado dessa via, encontram-se também algumas formulações que tematizam os embates literários com o seu tempo, remetendo-os, contudo, ao mesmo cenário oportunizador do despontar da obra. Nos dois casos reconhece-se a realidade como um termo exterior à própria agonia da criação. Não se pode esquecer tampouco o tempo do crítico, suas ferramentas conceituais, além das transformações teóricas e técnicas desenvolvidas pelo desenrolar do processo histórico-cultural a intervir nas releituras da obra.

Lima Barreto é exaustivamente estudado por autores pertencentes a diversas correntes de investigação literária. Aqui são recolhidos apenas dois estudos como representativos de leituras afinadas tanto com um viés mais sociológico quanto com um enquadre teórico-crítico, dentre o conjunto de muitos outros procedimentos metodológicos existentes. Assim, procedeu-se respectivamente à seleção dos textos de Alfredo Bosi (2002) e Silviano Santiago (1998), no intuito de permitir a esta tese iluminar seu campo de problematização e travar um debate com as reconhecidas modalidades de análise literária da atualidade.

1.2

As análises literárias são semelhantes às operações chinesas

Orientado por uma leitura sociológica frente à obra literária, o trabalho de Alfredo Bosi intitulado *Literatura e Resistência* (2002), sublinha determinadas condições que operariam uma espécie de sobrevôo junto aos processos de criação da literatura universal, enfatizando, sobretudo, algumas obras nacionais. Discutir alguns aspectos nodais desse pensamento é uma tarefa que emerge quando esta pesquisa se depara com certas argumentações presentes em alguns capítulos, particularmente quando o crítico visa a compreender as “Figuras do eu nas recordações de Isaías Caminha” – um texto em que realiza uma investigação metodológico-literária acerca do primeiro romance de Lima Barreto, *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*.

O que se verifica logo de início, é como as análises de Bosi se constroem amparadas na biografia de Lima Barreto, mesmo quando possuem o propósito declarado de centrar considerações e avaliações sobre a narrativa literária, reforçando uma clássica e definida separação entre a genuína criação estilística e a fala autoral.

O professor anuncia que seu trabalho consiste em “revisitar as Recordações para compreender como o narrador reconstruiu as imagens do seu próprio *eu* na sua educação para a vida adulta”(idem:187); e, como se sabe, esta é uma narrativa que apresenta as experiências de um jovem nos meandros de um jornal nos anos iniciais da República. Continuando sua argumentação, realça que a crítica da época situava o romance barretiano como padecendo “de um número demasiado de referências pessoais”, mas esclarece que irá desenvolver seu intento “sem entrar no mérito do critério estético que norteou esse juízo crítico” (idem:idem). Esse posicionamento parece sugerir que a ênfase do crítico se orienta por uma primazia conferida ao conjunto de questões que compõem o entorno social veiculado pela obra – decisão que nem sempre se manteve nos limites estabelecidos.

Cabe observar que esta leitura de Bosi revela um social barretiano localizado em uma relação de exterioridade, ou seja, este social portaria uma influência direta ou subjacente ao desenvolvimento das temáticas captadas pelo autor em sua construção narrativa. Efetuar tal visada significa, por extensão, considerar a peculiaridade da formação e da dinâmica subjetiva do autor atribuída também por este social dado, construindo, assim, uma determinação junto à identidade do autor, a enredar-se no processo criativo.

A presença dessa concepção se evidencia quando o conceituado professor destaca que o romance por ele estudado, se constitui em uma “fonte rica de dados para a história social e cultural do Rio de Janeiro no começo de século XX” (idem:idem), além de apresentar a reação individual de Lima Barreto. Semelhante a história do poeta Cruz e Souza, o crítico verifica que, de igual modo, os respectivos processos criativos reagem às mazelas de sua época e que:

Em ambos ouve-se **protesto** do negro e **do mulato** batendo na mesma tecla: as expectativas despertadas na adolescência pelo talento precoce de ambos foram desmentidas duramente no ingresso da juventude por força do preconceito de cor...

(...) [e] com a perda dos protetores ambos caíram em **ambientes estreitos**, sem horizontes. Daí o **ressentimento**, trágico e sublinhado no poeta, **nu e cru no romancista**. (idem:186-187) (grifos meus)

Por essas e outras aproximações, o crítico identifica recursos de uma “escrita realista autobiográfica” (idem:187) dessa obra, bem como revela sua sede por análises da sociedade baseadas em cisões, tais como: autor-narrador, indivíduo-sociedade, obra-vida, imagens do eu-sociabilidade. Nesse panorama objetivado por tal modo de análise, a obra (ou a vida?) de Lima Barreto deve nele se encaixar.

Esse tipo de leitura que realça a verdade de Lima Barreto reproduzida sobre o texto literário engrossa as fileiras de outros trabalhos que reforçam o caráter ressentido e dramático presente na escrita do romancista, o que também permite conferir a classificação memorialista ao conjunto da obra. Mesmo quando o professor pretende expulsar a dimensão autoral pelos mecanismos de uma criteriosa análise literária, o que se verifica é que Lima Barreto entra pela porta dos fundos, conduzido pela fenomenologia do personagem. Tal efeito emerge a partir de ponderações que indicam que narrador-personagem tomam emprestados os pilares de uma trajetória repleta de atribulações e mazelas, de modo que se constata, “pela boca de Isaías Caminha”, como o jovem personagem (ou seria o autor?) se encontra colhido em desamparo e caído “na esfera competitiva de um meio onde vicejam a hostilidade ou o desprezo pelo pobre e, em particular, pelo negro e o mestiço” (idem, 187-189).

Isaías Caminha é assim apresentado como uma espécie de resposta frente às regras hegemônicas de uma sociedade uniforme em sua desigualdade: o romance viria a espelhar (visão-reflexo) a sociedade de classes, reproduzindo, em sua estrutura, os vieses e desvios mais aviltantes da paisagem social – a velha idéia de uma exterioridade social que se internalizaria à obra e aos personagens:

Considero crucial esse minuto de perplexidade no coração do protagonista, pois denuncia uma consciência já dividida entre o conformismo pesado, talvez fatal, da maioria e a resistência daquela minoria da qual ele próprio, solitário embora, começava a fazer parte. A formação dessa consciência, que se mostrará móvel e frágil, vai ser o motivo condutor da longa experiência de Isaías como jornalista (...). O jornal seria tanto uma dura escola de desengano quanto um emprego, isto é, um lugar no mundo ao abrigo das necessidades sem

conta que o mocinho provinciano não sabia como enfrentar. (Bosi, 2002: 195)

Seguindo sua argumentação, o professor Bosi considera, em outros momentos, que o narrador de *Isaiás Caminha* – também colhido e identificado como origem de uma reflexão sobre o panorama existente – evidencia que essas mesmas fraturas presentes na sociedade o fazem reagir às suas determinações – lugar geralmente reputado com primazia a Lima Barreto:

As páginas iniciais das *Recordações* compõem um prelúdio em que já se desenham os temas fundamentais da obra: o *eu* do desejo e da imaginação com suas fantasias de grandeza intelectual e prestígio social (...) e o *eu* do cotidiano, deprimido e sempre à beira da humilhação. (idem: 191)

Embora seja reconhecido o valor documental do romance, o entendimento que este estudo afirma diz respeito a uma concepção de criação literária que se forja por entre as perspectivas que reverberam no campo social, comunicando, desse modo, à obra, a sua atualidade. Tal efeito, em uma de suas faces, comparece na opção do texto barretiano em evidenciar o tipo de presença que o Estado Republicano desenvolveu naqueles idos, principalmente sua pouca preocupação em garantir os direitos sociais aos novos integrantes da sociedade – negros, estrangeiros, miseráveis, etc. Quanto às elites, essas exibiam sem pudor os seus abusos e descabros, reafirmando, em novo feitio, o que já era a tônica de uma política nacional oligárquica: a velha fórmula de fazer revezar interesses locais com vantagens pessoais e imediatas.

Vale também ressaltar que a peculiar maneira de acentuar os vícios do Exército, da Câmara dos Deputados, da Polícia, da Imprensa, da Burocracia Governamental – e das elites de um modo geral – parecia corresponder a um pano de fundo a saltar dos temas do romancista. Guardadas as diferenças em seus projetos literários, esse conteúdo compareceu não só em *Isaiás Caminha*, como também em seus outros escritos, sobejamente em *Numa e Ninfa*, *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, *Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá* e tantos outros.

Reafirmar as discrepâncias destiladas pela lógica e prática protecionista, que se estendia do governo a determinados setores da sociedade, se fazia acompanhar da intenção de visibilizar a perversa relação das camadas mais

favorecidas com os segmentos subalternos da sociedade, visando a destacar o tipo de autoritarismo que ganhava curso na aurora republicana.

Para a pesquisadora Carmem Lúcia Negreiros de Figueiredo, a proposta de Lima Barreto pode ser compreendida como uma expressão de brasilidade que se caracteriza “pelo enfrentamento e exposição na própria forma literária dos conflitos que dilaceram o intelectual brasileiro”(1998:202) na encruzilhada de um sistema patrimonialista-arcaico-opressor e uma modernização-discrecionalista-elitizante.

Tais nuances compareciam na obra de Lima Barreto em passagens que se faziam colorir pelas ardilosas trocas de favores, pelo garimpar círculos de amizade, por contratos vergonhosos e envergonhados, isto é, nas relações sociais em seus complexos e curiosos desdobramentos. Veja-se:

Leporace era o secretário, arrogante como todo jornalista, apesar de ser uma pura criação de Loberant. Formado, sem emprego, sem fortuna, sem “pistolões”, veio a encontrar-se com o dr. Ricardo. Loberant gostou da sua submissão, do ar respeitoso com que era tratado pelo rapaz, daquela espécie de admiração muda pelo seu gênio que ninguém sentia, e começou a interessar-se por ele, dando-lhe sociedade na banca, arranjando-lhe clientes. Começou precisando dele para apoiar a sua pessoa, teve pena depois da sua covardia, da sua inaptidão para “cavar” acabou amando-o inteiramente. Quando fundou o jornal, trouxe-o como redator. Leporace foi aprendendo com os outros o ofício e acabou Secretário, sumidade em literatura e jornalismo, árbitro do mérito, distribuidor de gênios e talentos – ele que nunca tivera o mínimo gosto, a menor inclinação para essas coisas e passara a meninice e as duas mocidades atracado com compêndios e fazendo Exames como toda a gente! Hoje, é quase uma celebridade e passeia de carro pelas ruas asfaltadas do Rio de Janeiro, tendo ao lado a mulher e os pimpolhos. (IC, 1998: 120)

O arrivismo dos medianos é um tema bastante explorado no *Isaias Caminha*, mas também, em igual destaque, comparecem outras práticas sociais em que se constituía a tessitura da cidade que misturava o destino dos pobres, a mazela dos negros, o esquecimento do subúrbio, os privilégios monopolizados pela elite, os casamentos por interesse, o apadrinhamento de letrados e “doutores” de primeira hora, além das ambições inconfessadas das patentes do oficialato.

Não parecem ser esses matizes componentes privados de uma biografia ou aspectos não resolvidos de uma composição psicológica dolorida e herdeira de uma “amargura ancestral”conforme um comentário – curiosamente recolhido e

destacado na argumentação bosiana – de José Veríssimo. Esse crítico, contemporâneo a Lima Barreto, realçava sem mesuras o “caráter extremamente autobiográfico do *Isaiás Caminha*”, além de uma excessiva amargura não sublimada no texto de Lima, considerando que esse deslize da identidade do autor evidencia que teria “faltado a arte de a esconder, quando talvez a arte o exija. E seria mais altivo não a mostrar tanto” (apud Bosi, 2002: 292).

Esta peculiaridade, entre outras características do escritor, não é aqui reduzida a uma tendência ao biografismo, mas dirige-se pelo interesse de evidenciar o dissenso reinante nos primeiros anos republicanos e pela clareza do romancista em saber do seu pertencimento a uma sociedade nada harmônica e profundamente heterogênea. Lima Barreto, que sempre combateu a adoção coercitiva de valores morais e sociais, nunca foi adepto do entendimento do campo social como unidade contraditória. Logo, não se tornava convencido de que o projeto nacional que se descortinava portasse a possibilidade de superação do modelo hierarquizado tradicionalmente difundido na sociedade, principalmente por considerar que a desordem reinante era por todos investida. Pelo contrário, a perpetuação de tal realidade fazia-se ratificar em vários mecanismos sociais, principalmente pelo uso de expedientes oportunistas ao modo dos seus ocupantes, de maneira que um mero diretor de jornal podia ser detentor de um grande poder já que “fazia e desfazia Ministros, demitia diretores, julgava juizes e o Presidente” (IC, 1998: 137).

Afirmando que o narrador de *Isaiás Caminha* está no cerne da estética modernista, Figueiredo (1998) destaca em seu estudo que este romance traça as “estratégias de narrativa que levam essa brasilidade, sob tensão, ao leitor”. Na mesma página ela prossegue em sua análise:

...o narrador promete tratar do real – a trajetória de uma vida no registro linear da memória – quando o objetivo da narrativa não o é.

(...) A escolha...permite um compromisso do ficcional com a investigação dos contextos humanos – psicológico, ético, político – e a resposta da angústia do intelectual... não se traduz na forma de apaziguamento ou saída: apenas constrói uma ponte para atravessar o abismo. (1998:203)

Nesse momento é oportuno qualificar não apenas o *Isaiás Caminha* mas, de um modo geral, toda a obra de Lima Barreto como o que Deleuze considera ser

uma “literatura menor.” Tal definição se afirma exatamente pelo aspecto não consensual que essa produção assume em seu tempo. Esta perspectiva permite uma investigação da narrativa barretiana em sua outra face, qual seja: no entendimento de que as artimanhas e as engrenagens que embaralham e explicitam o narrador/personagem sejam também entendidas como a expressão da multiplicidade, isto é, valores e sentidos que o autor pretende ressaltar no cenário de uma urbe confusa aos olhos daqueles que ainda não dominam seus novos códigos. Uma localização que permite um entendimento muito diferenciado do detalhamento formalizado pelo trabalho da crítica bosiana quando define o conteúdo textual inflado de aspectos psicológicos oportunizados pelas “*figuras do EU*” – sonhador, mortificado, ressentido, etc.

Aproximar a obra de Lima Barreto dos critérios que balizam uma “literatura menor” deve-se também à evidência de construções em meio ao *nonsense*, ora reais, ora ficcionais, mas sempre vinculadas à vontade de liberar o dissenso que adornava a paisagem em que se construía a nova formação social. Tal decisão estilística afrontava os cânones decisórios acerca do que podia e do que não podia ser classificado, àquela altura, como arte literária. Aliás, uma decisão que parece sempre transcender as particularidades dos grupos sociais, sobretudo quando se pretende uma alteração modernizante-identitária em conturbados cenários culturais:

Ora, num país constituído de heranças díspares e concomitantes, toda síntese de aspectos culturais pode levar ao reducionismo e aos estereótipos na identificação do que somos, além de infiltrar tendências unilaterais na concepção de arte e literatura. (Figueiredo, 1998:200)

Esse tipo de problematização se imiscuía na verve literária de Lima Barreto. Esta também se nutria dos abusos do Estado Republicano de então, cuja intervenção se orientava mais na tirania e no oportunismo do que nas promessas liberalizantes esperadas pela sociedade, inspirando assim, o romancista, nas temáticas que assolavam o cotidiano do povo mais humilde da cidade.

- Diga-me uma coisa “seu” Caminha: há uma lei que obriga todos a andarem calçados?
- Há uma postura municipal.
- Mas é verdade isso mesmo? Pois então todos, todos?

- Na rua, é. Por que se assusta?
- Dizem que as folhas falam nisso e que até, contam aí, que quem tiver pé grande tem que sofrer uma operação para diminuir os pés, como os chinas... É verdade?
- Qual! É balela! Quem lhe contou?
- Ao sair, ainda ouvi que, pelos corredores, se discutia o assunto com calor, girando sempre a conversa em torno daquela operação chinesa que o governo queria impor à população. (IC, 1998: 180)

O *nonsense* em sua obra consiste em delinear protagonistas em cenas que anunciam indignação e muitas rupturas na boa condução do projeto republicano, além de nuançar a presença beligerante da milícia da capital, os abusos das posturas municipais, as decisões irrecorríveis da “poderosa” ciência, bem como as conseqüências dessas deliberações: o medo da vacina, a contenção no asilo ou o esquecimento nas prisões da República.

De um modo geral, sua escrita visa a realçar sentidos de revolta ao lado de anseios de mudança, configurando uma criação contra seu tempo. Desse modo, a inserção da vida social na literatura barretiana se constitui na possibilidade de fazer valer uma história que contempla vozes dissonantes, possibilitando a emergência das fraturas sociais em um panorama que o discurso da modernização pretendia unificar e a oficialidade preferia desconsiderar. Pode-se dizer que o conteúdo crítico de Lima Barreto se notabiliza pelo *nonsense* que dele transborda, ganhando um outro tipo de vida pela paixão literária que a escritura³ destila.

Portanto, se a literatura barretiana traz alguma dimensão de resistência – temática de fundo na análise bosiana do texto de Lima – esta consiste no sentido ativo, ao modo de um exercício recomeçado, ou seja, se constrói deixando emergir o escabroso, o paradoxal, pela diferença mesma de sua concepção estilística. Afastada do traço romanesco-evolutivo, individualizante, e do naturalismo determinista – ainda em voga à época na cidade –, a estética barretiana se diferencia por agudizar uma realidade tão hilária quanto dantesca, acentuando as agruras do cotidiano da cidade estilizada em um bordado bizarro de cores e formas destoantes:

³ Escritura diz respeito à produção textual cuja sobrevivência está garantida em todos sentidos, ou seja, sua perenidade se faz pela diferença que a engloba e que ela comporta.

A Imprensa! Que quadrilha! Fiquem vocês sabendo que, se o Barba-Roxa ressuscitasse, agora com os nossos velozes cruzadores e formidáveis couraçados, só poderia dar plena expansão à sua atividade se se fizesse jornalista. Nada há tão parecido como o pirata antigo e o jornalista moderno: a mesma fraqueza de meios, servida por uma coragem de salteador; conhecimentos elementares do instrumento de que lançam mão e um olhar seguro, uma adivinhação, um faro para achar a presa e uma insensibilidade, uma ausência de senso moral a toda a prova... E assim dominam tudo, aterram, fazem que todas as manifestações de nossa vida coletiva dependam do assentimento e da sua aprovação...(...) E como eles aproveitam esse poder que lhes dá a fatal estupidez das multidões! (IC, 1998: 109)

É no transitar por meandros e interesses descompassados que Lima Barreto se mostra entre apresentações, interrogações e denúncias. Contudo, o crítico reconhece, nesta atitude literária, uma espécie de rebatimento de “registros de fatos e digressões psicológicas” a refletir no “próprio eu” do narrador – uma metanarrativa que corresponderia às tensões do autor em relação a “obra que está escrevendo”(idem:197).

Localizado neste patamar, o professor realiza uma equiparação entre Lima Barreto e Graciliano Ramos, enquanto autores preocupados em interrogar os objetivos da literatura e a relação com o leitor. Em seguida, seu argumento indica que esses autores nacionais refletiriam uma miragem russa – Dostoievski – também questionador da relações da arte com o “mercado literário” (idem:idem).

Visando a conferir uma fundamentação ao seu entendimento, Bosi realiza a transcrição de um fragmento do *Isaiás Caminha*, em uma clara alusão acerca da identidade dessas respectivas tendências autorais. Para tal, ele recorta um trecho em que o (autor)narrador declara com ênfase que assume uma vergonha “por esta ou aquela passagem (...) em que me dispo em frente de desconhecidos, como uma mulher pública” (I C, apud, Bosi, 2002: 197-198).

Na compreensão deste estudo, nada indica que o romancista experimentasse “dúvidas” em relação a esta obra ou que desconfiasse “da sua relação honesta com os leitores”. Isto se verifica na correspondência⁴ que o escritor mantinha com seus correligionários e, nesses episódios, reafirmava suas pretensões literárias com o *Isaiás Caminha*, esbravejando contra a classificação *à clé* que o romance teria recebido na avaliação dos críticos da época.

⁴ Este episódio será detalhado ainda neste capítulo.

Pode-se também apostar em uma outra argumentação, qual seja: quem desacredita de sua vinculação literária não se arvora a compor uma obra de dezessete volumes sob o açoitado de muitos momentos conturbados.

Sua motivação o incita, contudo, em uma direção diferente, mais próxima do desejo de desvencilhar-se das concepções reconhecidas de escrita, adotando um tipo de narrativa que foge à dicotomia documental-ficcional, inventando, assim, uma fronteira híbrida a partir de uma outra avaliação do exercício literário – o que não o impede de ser declaradamente um admirador dos clássicos expoentes da literatura. Tal mecanismo, no entanto, é estranhamente percebido como a pedra de toque capaz de circunscrever a obra de Lima Barreto em limites que a categorizam como “narrativa realista” (idem:186) e, pelo que algumas leituras sugerem, classificação partilhada por outros críticos conceituados. Esta denominação deixa mais sob suspeita a força literária do escritor do que propriamente realça o seu talento.

Diferentemente, o tipo de avaliação que o romancista fazia de sua arte movia-se no sentido de nuançar com cores firmes o desatino que grassava em uma sociabilidade que se forjava em escusos interesses, ao mesmo tempo em que se arriscava a desviar-se do molde literário que adornava aquele período. É inevitável que o processo disparado com esse tipo de opção venha a suscitar rupturas, desconfortos e desencantos:

No meio daquele fervilhar de ambições pequeninas, de intrigas, de hipocrisia, de ignorância e filáucia, todas as coisas majestosas, todas as grandes coisas que eu amara, vinham ficando diminuídas e desmoralizadas. Além do mecanismo jornalístico, que tão de perto eu via funcionar, a política, as letras, as artes, o saber – tudo o que eu tinha suposto até aí grande e elevado, ficava apoucado e achincalhado”.

Via Floc fazer reputações literárias, e ele mesmo uma reputação; via Losque, de braço dado com o medíocre Ricardo Loberant, erguer à Câmara e ao Senado quem bem queria; via Aires d’Ávila, com uns períodos de fazer sono e uma erudição de vitrine, influir nas decisões do parlamento; e também via, dona Inês, a esposa do diretor, uma respeitável senhora, certamente, fazer-se juiz dos contos e das poesias dos concursos, com sua rara competência de aluna laureada das irmãs de Caridade.

A vista disso, à vista dessa incompetência geral para julgar, da ligeireza e dos extraordinários resultados que obtinham com tão fracos meios, impondo os seus protegidos, os seus favoritos, fiquei tendo um imenso desprezo, um grande nojo, por tudo quanto tocava às letras, à política e à ciência, acreditando que todas as nossas

admirações e respeitos não são mais que sugestões, embustes e ilusões, de meia dúzia de incompetentes que se apóiam e se impuseram à credulidade pública e à insondável burrice da natureza humana. (IC, 1998: 213)

Arrisca-se dizer que o “realismo autobiográfico”, ao lado de outras qualificações de semelhante matiz, se faz na confluência do texto literário com a biografia oficialmente grafada. A partir de considerações extraídas de alguns episódios da obra e dos registros sobre a vida, enlaçam-se alguns veredictos que circunscrevem essas manifestações como conseqüência direta de um equipamento individual irremediavelmente destinado a não reconhecer saídas e alternativas. Em suma, uma consciência frágil marcada por uma condição de vida que não lhe deixava outra escolha a não ser “acentuar a precariedade daquele EU crítico que nascera dos primeiros desencantos com a capital” (Bosi, 2002: 195).

O crítico, no argumento apresentado acima, conjuga, com muitos outros estudiosos de literatura do seu porte, a conexão do autor/narrador ora como reflexo, ora como lugar de reflexão de uma sociedade a que o autor não soube escapar, nem em sua biografia nem em sua “resistência” literária. Assim, a escrita de Lima Barreto fica definida sob a rubrica de uma resistência reativa. Ou seja, uma escritura que se limitaria a responder ordinariamente às provocações restritivas de seu meio ou a incitar defensivos ou agressivos desacordos frente aos limites estabelecidos pela oficialidade vigente.

Mas como se configura o solo em que se opera esse tipo de conexão da obra barretiana com uma literatura de “resistência”? Ou ainda, que perspectiva de análise literária permite traçar essa conjugação? Importa então acompanhar esse argumento:

A translação de sentido da esfera ética para a estética é possível, e já deu resultados notáveis, quando o narrador se põe a explorar uma força catalisadora da vida em sociedade: os seus *valores*. (...)”.

O homem de ação, o educador ou o político que interfere diretamente na trama social, julgando-a e, não raro, pelejando para alterá-la, só o faz enquanto é movido por valores. Estes, por seu turno, repelem e combatem os antivalores respectivos. O valor é objeto da intencionalidade da vontade, é a força propulsora das suas ações. O valor está no fim da ação, como seu objetivo; e está no começo dela enquanto é sua motivação. (Bosi, 2002: 120)

Como se depreende desta breve transcrição, a concepção de resistência que geralmente se enfatiza pressupõe a existência de um combate no campo dos valores, campo esse configurado como cenário exterior aos próprios agentes do embate social. Em outras palavras, reencontra-se aqui o espaço em que se opera a clássica concepção de social exterior movente de uma prática, deixando nuançados os termos indivíduo-sociedade em um tipo de relação que guarda uma certa anterioridade ao próprio embate em que se forja a vida social.

Nessa mesma direção do pensamento, a vontade se apresenta separada de sua força, já que o valor é entendido como objeto ou causa necessária de uma vontade que se veria acionada de um outro lugar. Assim:

A escrita trabalha não só com a memória das coisas realmente acontecidas, mas com todo o reino do possível e do imaginável. O narrador cria, *segundo seu desejo*, representações do bem, representações do mal ou representações ambivalentes. Graças à exploração das técnicas do foco narrativo, o romancista poderá levar ao primeiro plano do texto ficcional toda uma fenomenologia de resistência do *eu* aos valores ou antivalores do seu meio. Dá-se assim uma subjetivação intensa do fenômeno ético da resistência, o que é a figura moderna do herói antigo. (idem: 121-122)

Nesse solo dialético, o crítico apresenta o romancista vivendo os embates do seu fazer, considerando a prática da escrita como “resistência” em que se faria traduzir, no campo das opções narrativas, “a perfeita alegoria da revolta do ser humano contra o destino, palavra que abraça as forças naturais, o leviatã social e tudo quanto transcende a vontade individual” (idem: 127).

Ainda se acoplam ao texto de Bosi concepções que indicam que determinados episódios sociais favoreceriam mais ou menos a criação ficcional, e que “a resistência como tema da narrativa” seria aí mais oportuna do que em outros momentos de maior estagnação política. Nestes a dimensão da resistência se localizaria apenas como pertencente ao “processo constitutivo de uma certa escrita”(idem:124) ou seja, pertinente ao ato criativo.

De um modo geral, a escrita da resistência seria pensada à luz da “tensão eu/mundo”, de maneira que a “interiorização do trabalho do autor” estaria na “gênese da estilização da linguagem”. Contemplando temas, situações, encadeamento narrativo, essa escrita de resistência pode ser pensada como decorrente de “um *a priori* ético, um sentimento do bem e do mal, uma intuição

do verdadeiro e do falso, que já se pôs em tensão com o estilo e a mentalidade dominantes” (idem: 130).

Em que pese a escrita ser apresentada como reagindo a um determinado estado de coisas, o que confirma o sentido reativo em que se engendra essa concepção de resistência, o problema maior que se encontra nesse conjunto de premissas é que elas servem para ratificar a dissociação da temática da resistência. Tal hipótese, além de apresentar a resistência como a verdade da criação, procede à dicotomia entre narrativa literária e processo criador, da mesma maneira que se configuram processos sociais e processos subjetivos como instâncias de natureza diferenciadas. Tal dissociação é o que vai permitir operar a análise dos personagens e das situações ficcionais em uma determinada direção, resultando em conclusões que definem a literatura barretiana como fruto de personagens em luta contra o assujeitamento iminente. Isto se verifica quando o crítico em sua análise situa – em outras páginas do livro – o homem comum do naturalismo forjado em uma atmosfera sempre à “beira do patológico”; e o marginal de Lima Barreto como o “intelectual mulato, humilhado e ofendido; e do seu **ressentimento impotente** [é que] nasce a potência de sua crítica social e política” (idem: 258) (grifos meus). A obra de Lima Barreto se dotaria, neste argumento, de uma natureza necessária, situando-se aí a sua inequívoca identificação como literatura de resistência – como contraponto ao curso dominante. Esses posicionamentos em relação ao traço barretiano se tecem imersos em um tipo de qualificação que confirma o romancista como detentor de um estilo resistente-reactivo, mais ou menos previsto e inevitável, frente a um cenário social balizado pela contradição e, diante do qual o escritor se impunha “resistir”.

Tem-se aí a obra de Lima Barreto localizada como tipicamente enquadrada em uma modalidade literária definida em termos de “resistência”, como resultado de uma afronta necessária a uma determinada realidade. Por sua vez, essa realidade também funcionaria como um horizonte a exigir uma específica modalidade de criação e articulação: “literatura e resistência”. Nessa conjugação, os termos da relação já se encontrariam previstos em um processo histórico que aguardaria apenas as condições de sua efetuação, compondo assim a visibilidade de uma fenomenologia da resistência a ser expressa por um “*eu* criador”, cuja narrativa caberia revelar “os anti-valores da sociedade” vigente. Assim, a

literatura faria parte do conjunto das mediações que forjam a transformação da sociedade, configurando as aproximações do indivíduo com o processo social. Nessa via, a compreensão bosiana da obra de Lima Barreto se explicita orientada “na percepção de uma dialética forte e, ao mesmo tempo, delicada, de indivíduo e sociedade, escrita e cultura, imaginação e memória social, invenção e convenção” (idem: 254).

Esse posicionamento talvez seja o que leva o crítico, ao discutir o texto de Lima, a acentuar a dificuldade de considerar outros possíveis para o personagem, concluindo que os “sentimentos indignados de Isaías não assumem (...) a dimensão precisa da militância política” já em evidente presença nos “grêmios socialistas e nos sindicatos anarquistas” em diferentes setores da classe operária. Assim, a partir da desconfiança paralisante que acomete o personagem, em função da trama em que se tece o cotidiano da cidade e da burocracia do jornal, Isaías desenvolve-se sem construir “uma dimensão verdadeiramente política do eu” (idem:202). As argumentações do texto de Bosi deixam no ar uma leve exigência quanto a um declarado engajamento do jornalista em algum programa de ação, “quer radical, quer reformista, quer apenas pragmática”. Contudo, conclui, que essa história não compõem com o narrador-personagem, já que este sofre a ambivalência de ser “ora rebelde, ora resignado, ora desencantado, ora auto-iludido, levando a vida entre o jornal, a boêmia e o subúrbio; numa palavra, sem raiz em qualquer grupo social ou político definido” (idem: 203).

O que se percebe com certa evidência é o desencantamento do crítico com um narrador-personagem – ou seria autor/narrador? – que não apenas subverte alguns *Eus* presumidos como também não se deixa colmatar em uma identidade mais lírica, nem assume confissões histórico-ideológicas que já se esboçavam no alvorecer daquela época. Aliás, tal feito, quem sabe, o poderia ter salvo de um destino pseudo-desastrado, revelando um tipo de “força maior”, iluminada por uma “determinação” politicamente comprometida com o “futuro” das classes populares. Muito mais tarde, Lima Barreto deixa escapar em outro texto suas opções ético-políticas, sem evidenciar os visgos de qualquer filiação:

Teimam também os jornais em encontrar nessa questão da reforma social uma simples questão de salário. É uma teima que lhes fica bem, mas, é preciso que se lhes diga, não é das mais dignas nem das mais brilhantes.

Há, em tal questão, mais uma questão de dignidade humana, de direito que tem todos a encontrar na terra felicidade e satisfação, do que mesmo desejo de um maior ou menor ganho. O que não é justo é que muito poucos possam encontrar na vida mais que o supérfluo e alguns mais, unicamente o necessário.(...)

Os anarquistas falam da humanidade para a humanidade, do gênero humano para o gênero humano, e não em nome de pequenas competências de personalidades políticas... (FM, 1956: 216-218)

Pelo desacordo com algumas expectativas, Lima Barreto e *Isaiás Caminha*, desde épocas remotas – e pelo que parece, até os nossos dias – jamais serão perdoados. Multiplicidades a romper com os *Eus*, não os fazendo obedientes às figuras e classificações esperadas, causam não só desapontamento coletivo como reanimam os desejos de definição e categorização.

O crítico tece no entanto, avaliações que também potencializam a obra, dando um lugar de destaque à complexidade analítica que Lima Barreto realiza das redes sociais da época. Ao considerar a habilidade do romancista em operar certos detalhamentos e deslizamentos em uma gama considerável de personagens, o comentador avalia que o escritor, ao cruzar afetos e concepções, veicula expressões que tangenciam ordens públicas e privadas, tornando visíveis as sociabilidades do início do século. Então, Bosi ressalta que:

... nem a tela escura do Naturalismo, com suas teorias dos instintos desencadeados entre ‘gente de cor’ ou de ‘baixa extração’, nem o véu do populismo romântico que idealiza a vida do pobre irão toldar o pensamento do narrador. O pobre aparece-lhe real e complexo: solidário por necessidade e hábito, mas, como todo ser humano, carente de respeito, de onde lhe vem uma irritabilidade que se afigura agressiva tão-só a olhos que não penetram o seu esforço para sobreviver dignamente em um cotidiano adverso.

A resistência, que Isaiás constata, como testemunha que é, ocular e próxima, não é interpretada como fortaleza sem brechas. Assim, a rapariga negra que se prostituiu para comer o pão de cada dia suportava dias inteiros de fome: ‘entretanto, à menor dor de dentes chorava, temendo que a morte estivesse próxima’. Esse composto de tenacidade e fragilidade é captado não só na estreiteza do contexto local (o cotidiano em um cortiço do Rio Comprido) como em uma perspectiva ampla, que busca atingir a condição humana inerente às situações mais diversas, ‘seja entre que homens for. (idem, 205-206)

Ao se distanciar do primeiro procedimento de análise que, de tão enfatizado ganha ares de verdade literária, Bosi oferece caminhos que sugerem a

riqueza do romancista em arriscar-se em alguns desvios da literatura tradicionalmente consagrada da época.

Desse patamar parte esta investigação que, por caminhos diferenciados, se dedica a extrair, dos fragmentos da produção literária barretiana, provocações e rupturas em que a criação se realiza. Essa outra abordagem da literatura de Lima Barreto exige que ela seja acolhida como um agenciamento de campo social e o estilo literário como efetuação do escrever, imanente a este agenciamento. Portanto, o procedimento adotado por este estudo opera um panorama afirmativo da criação literária, na qual cada modalidade passa a ser entendida como composição afirmada, tanto no processo da escrita quanto na temática investida. Segundo a problematização deleuzeana, o estilo “dá à escritura um fim exterior que transborda o escrito”. Tal pensamento aponta, em relação ao escritor, que o estilo também atualiza um determinado tipo de vida não pessoal, isto é, liberado também ao modo da escritura, ao modo do agenciamento que “tem por único fim a vida, através das combinações que ela faz” (Deleuze e Parnet, 1998: 14). Logo, seguindo essa via analítica, o “ressentimento impotente” nunca pode ser considerado como gerador de uma escrita literária.

Assim, a partir da proposição deleuzeana acerca da literatura pode-se apreender outras indicações investigativas passíveis de serem utilizadas quando se pretende, frente a uma obra, balizar as agonias criativas que captam ressonâncias que ecoam de diferentes mundos. Tal proposição muito difere da pesquisa das características específicas de um romancista, principalmente quando se dirige àqueles que, acentuadamente, afirmam rupturas literárias com o que se considera congruente a seu tempo. Esse entendimento em certa medida também comparece em Bosi, quando sinaliza que a literatura se faz arte na medida em que o autor, tal qual “uma antena [torna-se] capaz de apreender os sinais de fratura entre épocas, entre classes, entre grupos, entre indivíduos e entre momentos dilacerantes de um mesmo indivíduo” (Bosi, 2002: 39).

1.3

As análises literárias transitam também ao redor do quamanho

Adotando uma outra forma de analisar a narrativa barretiana, o romancista e professor Silviano Santiago em seu livro *Vale Quanto Pesa* (1982) envereda por uma substancial reflexão acerca do romance *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, num estudo intitulado “Uma ferroada no peito do pé”. Dentre outras questões, investiga também o sentido da escrita, além de tematizar a importância da literatura no conjunto da produção artística de um modo geral.

Recorrendo a Roland Barthes, o crítico conjuga ao seu entendimento a idéia de que “toda leitura individual é uma escrita” e que, por esse motivo, não haveria leitura padronizada a se efetuar sobre qualquer obra. Isto é o mesmo que dizer que todo e qualquer tipo de leitura – seja a de um leitor comum ou erudito – “exige uma força criativa”. Tal formulação enfatiza que a beleza do texto consiste naquilo que ele oferece e circunscreve como “produção da diferença dentro dele, ou seja, pela produção de um outro texto que repete o primeiro em diferença” (Santiago, 1982: 166).

Ao dar continuidade ao seu propósito, o professor apresenta uma análise que realça a qualidade “popular” do texto barretiano, indicando que a posição isolada de Lima Barreto “explica-se pelo fato de ter ele assumido uma estética popular numa literatura como a brasileira, em que os critérios de legitimação do produto ficcional foram sempre os dados pela leitura erudita”. Mais adiante em seu texto, Silviano Santiago afirma que “o romance de Lima Barreto **se legitima através dos núcleos repetitivos** que fazem o prazer dos leitores comuns e o desespero dos leitores críticos” (idem: 166-167) (grifos meus).

Nesse momento, cabem algumas interrogações: o que quer a crítica de Santiago ao referir-se aos critérios dominantes (ou seriam “naturais”) de “legitimação”? Seriam os tais critérios de erudição, também “legitimadores” e “necessários”, às análises literárias? Melhor do que responder a essas indagações é acompanhar o trabalho que o professor realiza quando, ao extrair um fragmento de *Policarpo Quaresma*, utiliza-se do mesmo como eixo para algumas de suas conclusões. Torna-se necessário transcrever o texto de Lima Barreto, no intuito de acompanhar o estudo e o raciocínio do crítico sobre o romancista:

Desde dezoito anos que o tal patriotismo lhe absorvia e por ele fizera a tolice de estudar inutilidades. (...)

O tupi encontrou a incredulidade geral, o riso, a mofa, o escárnio; e levou-o à loucura. Uma decepção. E a agricultura? Nada. As terras não eram ferazes e ela não era fácil como diziam os livros. Outra decepção. E, quando o seu patriotismo se fizera combatente, o que achara? Decepções. (...)

A pátria que quisera ter era um mito; era um fantasma criado no silêncio do seu gabinete. (PQ apud Santiago, 1982: 167)

Este fragmento do texto barretiano recebe a seguinte análise:

Nesse longo núcleo repetitivo, de que extraímos apenas o essencial, a ação do livro pára, e a narrativa volta-se sobre si mesma, repete-se a si, lendo com cuidado exegético extraordinário para nós as aventuras do personagem principal. O compromisso dessas páginas é mais com o leitor pouco atento e **incapaz de ter dado um sentido próprio ao que vinha lendo**, do que com o leitor crítico, que já tinha chegado a essas conclusões – e a outras mais – ao analisar cuidadosamente o texto.” (Santiago, 1982: 167) (grifos meus)

O que inicialmente fora enfatizado acerca da leitura como uma produção da diferença, em qualquer patamar de realização considerado, parece ter sido uma idéia já esquecida pelo crítico na página seguinte de seu estudo. A análise apresentada sobre a obra barretiana indica que ela deva ser identificada como uma narrativa orientada para “leitores incapacitados em dar sentido ao que lêem”. Preocupado que está com a hermenêutica do texto, o professor parece não se afetar pelo traço e pelas pretensões nada ocultas do romancista com sua arte. A questão a se perguntar é: qual é o interesse em ratificar certos sentidos na produção textual desse autor e, em particular, nesta obra?

O exagero em algumas evidências e a sua insidiosa repetição pode – em uma analítica que enfoca a processualidade que jorra do texto literário – corresponder a um recurso estilístico, capaz de garantir a todos os leitores, inclusive os eruditos, a visibilidade do tamanho do desprezo das elites pela causa nacional, já que estavam apenas interessadas com os ganhos fáceis da República que se curvava à europeização. Sabe-se que, tanto no momento da narrativa quanto no da produção do romance, vivia-se sob a égide de governos militares cuja ação visava a ordenar uma milícia despreparada, projetada para garantir princípios liberais pelas armas e para cumprir determinações técnico-governamentais pelo tacão. Tal panorama se desenhava em proposições

governistas que se “expectoravam” tanto na exaltação patriótica quanto nas promessas de uma política salvacionista dirigida ao “povo em geral”. Logo, reiterar as paixões de *Policarpo Quaresma* sugere, àqueles que se deliciam com a leitura do romance, uma inquietação que deixa ecoar a imprecisão que soa entre o discurso redentor e as práticas de violência nos anos iniciais do agenciamento republicano. Cabe ressaltar ainda que, no período em que o livro estava sendo escrito e publicado, as feições propagandeadas da nova cidadania continuavam a receber a mesma desatenção dos tempos pregressos, o que em muito contrastava com as promessas de um século industrioso, adornado em esperançosas propostas de melhoria para os diferentes segmentos da sociedade. Esse era o rumor que Lima Barreto captava de seu tempo e para além dele.

Muitas vezes, a modalidade crítica requer e imprime uma correspondência analítica que não pergunta de seus atravessamentos, concorrendo assim a um tipo de interpretação na qual as decisões radicais do autor, no caso Lima Barreto, fazem-se muitas vezes aligeiradas, não apenas no que toca ao traço de sua escrita, como também em relação aos personagens e às paisagens que ele decide pintar em suas páginas.

Considerar que o terreno da legitimação artística, como o próprio comentador assinala, se encontra viesado pela leitura erudita, permite concluir que a crítica valoriza determinados ângulos, deixando escapar à visibilidade outros componentes que sinalizam o enlace da obra na vida, isto é, sentidos e valores que percorrem o tempo da criação – desacordos que inventam a possibilidade da escrita. Nessa via pode-se dizer que a arte literária de Lima Barreto esgrime com efeitos desestabilizadores, a partir dos pontos singulares que o texto libera, no intuito de comunicar formas discordantes que os interesses burgueses preferiam desconsiderar.

Cabe também frisar que ao percorrer a estética barretiana, não se deve desligá-la de sua ética. Ao conceber essa dimensão imiscuída em todas as esferas da vida de Lima Barreto e, por extensão, em sua formulação literária, pode-se afirmar que dificilmente o romancista se interessaria por provocar em seus leitores exercícios de incapacidade e tibieza. De igual modo, o escritor jamais se disporia a oferecer à reflexão literária o exotismo nacional, a positividade – a história de um grande amor – da mistura racial e social, ou o ufanismo embriagador do

progresso – temáticas recorrentes nas diferentes modalidades literárias em voga até o seu tempo. Tais crivos imediatamente ressaltariam a posição de subalternidade em relação à ordem burguesa e aos ditames conservadores-hierarquizantes, tão caros e necessários à manutenção dos interesses das elites e a condução política das camadas dirigentes.

Em outro momento, contudo, o crítico realça em seu estudo um aspecto de grande importância em *Policarpo Quaresma*, revelando, assim, o cerne do sentido literário e a potência criativa que Lima Barreto aí desdobra. Ao prosseguir em sua análise sobre o livro em questão, considera que dentre os romances brasileiros esse é:

...o que melhor tematiza a questão da repressão ao intelectual dissidente, pois disso trata todo o tempo o romance. A força da dissidência não reside tanto nas ações patrióticas do personagem com vistas a uma mudança radical no Brasil, mas no fato de Policarpo ter as suas ações norteadas por um ideal, e é perseguindo a este que se insurge contra as forças dominantes no contexto sócio-político e econômico brasileiro. São estas: a força da facilidade com que adotamos o português como língua materna, com que nos desvencilhamos de nosso passado indígena; a força do abandono a que relegamos as nossas terras férteis; a força do autoritarismo centralizado na capital da República. Insurgindo contra essas forças dominantes que mantêm o Brasil e os brasileiros submissos, medíocres e inseqüentes, Policarpo atiza a ira dos Júpiteres menores e do grande Júpiter. A repressão à dissidência aparece, então, no *Triste Fim* não com as roupagens da violência física e destruidora, mas sob o véu sutil com que a encontramos na modernidade ocidental. A violência do manicômio; a violência das regras municipais manipuláveis; a violência do sistema carcerário”. (idem: 170)

Conforme destaca Silviano Santiago, o que o romance coloca em discussão não é tanto o ideal patriótico de Policarpo, pois na verdade Lima Barreto localiza nesse exagerado personagem a necessária fabulação frente a uma quase grotesca realidade. O que importa mesmo na trama que vai se desenvolvendo é o horror que Policarpo Quaresma causa a todos, quando pretende fazer desse ideal uma experimentação, isto é, tornar realidade seus anseios, maquirar sua vontade, materializar suas suposições – encontrando aí as ardilosas manobras dominantes.

No entender desta pesquisa, ao enunciar seu patriotismo, o Major Quaresma libera na narrativa aquilo que será impossível de efetuar na realidade.

Assim, a cada tentativa ele deixa à mostra uma outra lógica, contrastando diretamente com hegemonias que mutuamente se amparam e sorrateiramente se reorganizam. Policarpo Quaresma enuncia contrariedades frente ao que está conforme aos interesses dominantes. Ele é o povo decepcionado com uma República que se arvorara em banir a estrutura oligárquica do Império e que, na verdade, não fizera mais do que garantir sua continuidade, relegando o campo aos seus próprios mandarins e deixando a massa urbana abandonada à sua própria sorte – errante e doente na cidade capitulada aos desmandos e desvarios dos governantes e seus sócios e seus novos sócios.

Ao fazer vibrar certas convicções e ao redundar as decepções do personagem principal, a narrativa barretiana provoca um curto-circuito no nacionalismo-ufanista republicano, trazendo à cena o horror daqueles que, mais uma vez, se tornariam esquecidos: o interiorano, o agricultor, os negros recém-libertos, cidadãos desalinhados da “nova” ordem, os deserdados da “reorientação” liberal.

Em outros termos, pode-se dizer que a trama, ao iluminar tais questões, se serve da tradição como diferença, o que permite eclodir a disputa entre forças históricas “aparentemente” ambíguas, na verdade, as mesmas que se dividiam entre as promessas do moderno e os interesses consolidados – isto é, os signatários do acordo por cima.

Triste Fim de Policarpo Quaresma explicita as agruras dos que já estão de fora e que não expressam qualquer desistência – não desistem porque re-existem. Os que re-existem se forjam em um cotidiano valorado diferentemente, que concorre para a iluminação de premissas diferenciadas e uma ética não hegemônica, o que, em Lima Barreto, far-se-á atualizar em uma escritura dissidente – uma máquina de guerra literária.

Não obstante, ao prosseguir com seu estudo, Silviano Santiago resolve dar realce à epígrafe do romance e, a partir dela, tecer um parecer literário que enuncia a seguinte argumentação:

Na epígrafe se diz que o homem superior, transportando para a prática real os princípios do ideal, vê que as suas qualidades se tornam defeitos, enquanto os homens que têm como móvel de ação o egoísmo e a rotina vulgar encontram na vida diária um grande êxito. Ao homem superior, nos seus caminhos pela vulgaridade da terra, é dado

o fracasso. De antemão. O romance de Lima Barreto se encontra aqui devidamente delimitado por toda uma postura idealista e idealizante do intelectual. (...)

(...) O resumo que vem servindo de apoio à nossa e a **qualquer leitura do romance**, começa a se fechar e a fechar esta interpretação. **O pessimismo visceral do pensamento de Lima Barreto aflora.** O tópico da triste vida inútil extravasa os limites do romance. A dissidência, baseada que estava em uma noção ilusória, fruto de gabinete de leitura, não traz e não pode trazer frutos reais, acabando por dar como resultado uma vida sem rastros e sem sentido...” (Santiago, 1982: 171-172) (grifos meus)

Cabe destacar que tal desfecho revela, mais uma vez, que a crítica opera um tipo de análise, às custas da hiper-valorização da estrutura narrativa e isso se dá, geralmente, associado à ênfase psicológica que determinadas biografias construídas são potentes em sugerir – mesmo quando se atribui maior relevância aos aspectos estruturais do texto.

A avaliação estética, quer quando totalmente autonomizada, quer quando qualificada por ranços biográficos, concorre para que se dê o seqüestro de outros aproveitamentos que a obra pode liberar. Além desse prejuízo, a operação que substancializa a obra e subtrai a sua potência se faz pela adoção de patamares naturalizados e por limites inerentes ao respectivo ofício da análise interpretativa. Portanto, impõe-se interrogar como é possível uniformizar a leitura e considerar óbvias determinadas conclusões, como sugere Silviano Santiago, a partir de “qualquer leitura do romance”. Tal afirmação incorre em uma usurpação da atividade criativa imanente ao encontro do leitor com a obra de arte, principalmente quando se considera, como Barthes – citado pelo próprio crítico ao início do seu texto – que toda e qualquer leitura só se faz possível na diferença – o mesmo horizonte, aliás, que indica a indissolubilidade entre criação e processos de subjetivação.

Entender as interferências entre criação e modos de existência visa a potencializar o traço criador e a resgatar a vitalidade que fazem, de determinadas obras, um exercício de estética e política, como se verá a seguir:

O que mais a impressionou no passeio foi a miséria geral, a falta de cultivo, a pobreza das casas, o ar triste, abatido da gente pobre. Educada na cidade, ela tinha dos roceiros idéia de que eram felizes, saudáveis e alegres. Havendo tanto barro, tanta água, por que as casas não eram de tijolos e não tinham telhas? Era sempre aquele sapé sinistro e aquele *sopapo* que deixava ver a trama de varas, como o esqueleto de um doente. Por que ao redor dessas casas não havia

culturas, uma horta, um pomar? Não seria tão fácil, trabalho de horas? E não havia gado, nem grande nem pequeno. Era raro uma cabra, um carneiro. Por quê? Mesmo nas fazendas, o espetáculo não era mais animador. Todas soturnas, baixas, quase sem o pomar olente e a horta suculenta. A não ser o café e um milharal, aqui e ali, ela não pôde ver outra lavoura, outra indústria agrícola. Não podia ser preguiça só ou indolência. Para o seu gasto, para uso próprio, o homem tem sempre energia para trabalhar. As populações mais acusadas de preguiça, trabalhavam relativamente. Na África, na Índia, na Conchinchina, em toda a parte, os casais, as famílias, as tribos, plantam um pouco, algumas coisas para eles. Seria a terra? Que seria? E todas essas questões desafiavam a sua curiosidade, o seu desejo de saber, e também a sua piedade e simpatia por aqueles párias, maltrapilhos, mal alojados, talvez com fome, sorumbáticos!... (PQ, 1997: 97)

Considerar a obra de Lima Barreto no bojo desse entrelaçamento não significa o lugar comum de reconhecer no autor apenas compromissos crítico-sociológicos com o seu tempo, além de notabilizá-lo como um escritor mordaz, capaz de inquirir as construções afeiçoadas “às rebatinhas” e atacar o trânsito fácil e útil de certas literaturas nos salões da cidade. O romance em estudo deixa muito claro a diferença entre a tessitura da arte e a confecção da erudição:

– Papai saiu; e o Armando está lá embaixo escrevendo.
De fato, ele estava escrevendo ou mais particularmente: traduzia para o *clássico* um grande artigo sobre “Ferimentos por arma de fogo”. O seu último truque intelectual era este do *clássico*. Buscava nisto uma distinção, uma separação intelectual desses meninos por aí que escrevem contos e romances nos jornais. Ele, um sábio, e sobretudo, um doutor, não podia escrever da mesma forma que eles. A sua sabedoria superior e o seu título *acadêmico* não podiam usar da mesma língua, dos mesmos modismos, da mesma sintaxe que esses poetastros e literatecos. Veio-lhe então a idéia do clássico. O processo era simples: escrevia do modo comum, com as palavras e o jeito de hoje, em seguida invertia as orações, picava o período com vírgulas e substituía *incomodar* por *molestar*, *ao redor* por *derredor*, *isto* por *esto*, *quão grande* ou *tão grande* por *quamanho*, sarapintava tudo de *ao invés*, *empós*, e assim, obtinha o seu estilo clássico que começava a causar admiração aos seus pares e ao público em geral. (PQ, 1997: 131) (grifos meus)

Urge conceber a escritura barretiana como o *locus* singular em que criação e vida se fazem em linhas diferenciadas que se entrecruzam na oscilatória conjuntura de uma quase metrópole em radicais momentos de transformação; o que faz deste autor um original a preencher o cenário da literatura nacional.

Esse entendimento requer um outro modo do exercício analítico, a partir de um diálogo inaugural com as forças que se fazem liberar desta narrativa

literária. Tal caminho implica observar alguns deslocamentos acerca da contribuição oferecida por esta obra de arte, acolhendo-a sob parâmetros capazes de produzir outros sentidos e novos contornos para a obra-vida de Lima Barreto. Esta ousadia, que exige paciência e persistência, concretiza-se nas inspirações e contribuições de outros mestres, pioneiros na arte de operar conexões entre psicologia, literatura, história e, sobretudo: filosofia.

1.4

Filosofia e estética anti-representacional

O presente trabalho, ao acolher a arte literária como possibilidade de tematizar a produção de subjetividade, além de fomentar a potência do texto pretende extrair singularidades do autor estudado. Assumir esse caminho em uma pesquisa impõe, em igual prioridade, que se avalie a ação material que a obra realiza, isto é, que tipo de construção ela incita, ou que tipo de demolição ela imprime.

Jacques Rancière (1999), em um estudo que enfoca o pensamento deleuzeano e a temática literária, vai servir-se de um texto em que o filósofo elabora uma abrangente discussão acerca da obra de Melville intitulada *Bartleby, o escrivão*. Rancière explicita que Deleuze, ao traçar uma análise da temática do livro, o faz a partir de uma “fórmula” agramatical que funciona se opondo, a um só tempo, à trama histórica e à idéia de um sentido escondido por trás da história.

Recusar a linearidade da narrativa e o simbólico que ela poderia conter são premissas fundamentais quando se pretende encontrar na obra outras confluências que nela têm lugar. Portanto, essa analítica visa a considerar a obra para além do que ela encerra como mímeses, mesmo que esta seja entendida como distanciamento da realidade mais pungente, oportunizado pela poesia ou pela prosa. Da mesma maneira, não ocorre ao filósofo ser possível aceitar que o conteúdo se defina por uma grade simbólica, capaz de ocultar uma outra verdade da obra, ou quiçá do autor.

Ao se desinteressar pelo mundo da representação, Rancière afirma que a análise deleuzeana sobre a construção agramatical I PREFER NOT TO a situa

como uma “fórmula” alquímica, que rompe hierarquias que sustentam um determinado mundo, bem como “as ligações entre causas e os efeitos que delas se pode esperar, entre comportamentos, as motivações que lhes podem ser atribuída e os meios que se tem para infletir-los” (Rancière, 1999:2).

No livro *Crítica e Clínica*, Deleuze desenvolve seu pensamento sobre o texto melvillianiano em um trabalho intitulado “Bartleby, ou a fórmula”, destacando o seguinte:

De fato, o advogado quebrou o agenciamento que ele mesmo havia organizado; e eis que Bartleby extrai dos escombros um *traço de expressão*, PREFIRO NÃO, que vai proliferar sobre si, contaminar os outros, afugentar o advogado, mas também fazer fugir a linguagem, aumentar uma zona de indeterminação ou de indiscernibilidade tal que as palavras já não se distinguem uma das outras e os personagens tampouco, o advogado fugindo e Bartleby imóvel, petrificado. O advogado se põe a vagabundear enquanto Bartleby permanece tranqüilo, mas é porque permanece tranqüilo e não se desloca que Bartleby será tratado como um vagabundo. (Deleuze, 1997: 88)

Em uma aproximação bastante cuidadosa e, respeitadas as dimensões de cada obra, pode-se dizer que *Triste Fim de Policarpo Quaresma* apresenta o personagem principal em uma tipologia que pode também ser entendida como a “fórmula” barretiana a quebrar o agenciamento República. Mas como isso se dá?

Em uma cidade às portas de uma convulsão, o episódio conhecido como a Revolta da Armada (1893), Policarpo Quaresma descamba a desfilhar uma obsessão insistente sobre os mais altos desígnios da pátria, realçando involuntariamente um conjunto de evidências desastrosas que se entrelaçavam no cerne da vida republicana. O personagem, desenhado por entre rigorosos contornos patrióticos, se deixa apresentar nas primeiras páginas do romance:

Durante os lazeres burocráticos, estudou, mas estudou a Pátria, nas suas riquezas naturais, na sua geografia, na sua literatura e na sua política. Quaresma sabia as espécies de minerais, vegetais e animais, que o Brasil continha; sabia o valor do ouro, dos diamantes exportados por Minas, as guerras holandesas, as batalhas do Paraguai, as nascentes e o curso de todos os rios. Defendia com azedume e paixão a proeminência do Amazonas sobre todos os demais rios do mundo. Para isso ia até ao crime de amputar alguns quilômetros ao Nilo e era com este rival do *seu* rio que ele mais implicava. Ai de quem o citasse na sua frente! Em geral, calmo e delicado, o major ficava agitado e malcriado, quando se discutia a extensão do Amazonas em face da do Nilo.

Havia um ano a esta parte que se dedicava ao tupi-guarani. Todas as manhãs, antes que a “Aurora, com seus dedos rosados abrisse caminho ao louro Febo”, ele se atracava até ao almoço com Montoya, *Arte y Dicionario de la Lengua Guarany ó más bien Tupy*, e estudava o jargão caboclo com afinco e paixão. Na repartição, os pequenos empregados, amanuenses e escreventes, tendo notícia desse seu estudo do idioma tupiniquim, deram não se sabe por que em chamá-lo – Ubirajara. (PQ, 1997: 20)

A persistência em seus propósitos e as decepções que daí se fizeram advir se misturam aos malogrados vestígios de uma modernização apregoada em plataforma republicana. Arrastar ao desconforto e à indignação tanto os personagens desavisados quanto os leitores esperançosos de uma época de transformações para o país compõe, com outras impressões que a obra suscita, o conjunto dos deslocamentos que o texto vai efetuando ao longo do seu desenrolar. Assim, os interesses exageradamente “patrióticos” do Major Quaresma se apresentam como uma ‘fórmula’ em que o principal personagem vai enunciando sua obsessão, à medida que a trama do romance vai descortinando uma ‘organização’ social que foge aos garbosos projetos em um tempo de ardilosas promessas e tristes resoluções.

Ao interrogar a paisagem republicana a partir de uma lógica nada usual, o personagem atualiza um civilismo delirante, uma gagueira patriótica, mecanismos disparados diante de um autoritarismo travestido em aura redentora. Dessa contrariedade, emerge um solo que dá vida ao livro, forjando uma escrita capaz de cruzar República, militarismo e positivismo da seguinte maneira:

Os cadetes da Escola Militar formavam a falange sagrada. Tinham todos os privilégios e todos os direitos; precediam ministros nas entrevistas com o ditador e abusavam dessa situação de esteio do Sila, para oprimir e vexar a cidade inteira.

Uns trapos de positivismo se tinham colado naquelas inteligências e uma religiosidade especial brotara-lhes no sentimento, transformando a autoridade, especialmente Floriano e vagamente a República, em artigo de fé, em feitiço, em ídolo mexicano, em cujo altar todas as violências e crimes eram oblatas dignas e oferendas úteis para a sua satisfação e eternidade. (PQ, 1997: 124)

Em tempos de ebulição liberal-republicana, o delírio que faz oficializar a língua indígena, enaltecer a prosperidade agrícola e afiançar compromissos humanitários em meio a um massacre favorece a aparição de uma realidade rasa e

vil, principalmente quando endereça ao personagem o lugar de louco, ufanista e, por fim, traidor.

Deleuze no livro citado detalha, em um outro texto intitulado “A literatura e a vida”, que, embora a literatura se faça por um agente singular, ela se constitui em um agenciamento coletivo de enunciação, ao modo de um delírio. Ele ainda adverte que:

A literatura é delírio e, a esse título, seu destino se decide entre dois pólos do delírio. O delírio é uma doença, a doença por excelência a cada vez que erige uma raça pretensamente pura e dominante. Mas ele é a medida da saúde quando invoca essa raça bastarda oprimida que não pára de agitar-se sob as dominações, de resistir a tudo o que esmaga e aprisiona e de, como processo, abrir um sulco para si na literatura”.(...)

... Fim último da literatura: pôr em evidência no delírio essa criação de uma saúde, ou essa invenção de um povo, isto é, uma possibilidade de vida. Escrever por esse povo que falta... (‘por’ significa ‘em intenção de’ e não ‘em lugar de’). (Deleuze, 1997: 15)

A pena de Lima Barreto se oferece a falar em intenção do povo que falta a um outro destino, e que sobra pelas ruas do Rio de Janeiro. Desliza também sua arte quando delineia um tempo que vê submergir sua pujança em marés ditatoriais:

A cidade andava inçada de secretas, *familiares* do Santo Ofício Republicano, e as declarações eram moedas com que se obtinham postos e recompensas.

Bastava a mínima crítica, para se perder o emprego, a liberdade, – quem sabe? – a vida também. Ainda estávamos no começo da revolta, mas o regime já publicara o seu prólogo e todos estavam avisados. O chefe de polícia organizara a lista dos suspeitos. Não havia distinção de posição e talentos. Mereciam as mesmas perseguições do governo um pobre contínuo e um influente senador; um lente e um simples empregado de escritório. Demais surgiam as vinganças mesquinhas, a revide de pequenas implicâncias... Todos mandavam; a autoridade estava em todas as mãos.

Em nome do Marechal Floriano, qualquer oficial, ou mesmo cidadão, sem função pública alguma, prendia e ai de quem caía na prisão, lá ficava esquecido, sofrendo angustiosos suplícios de uma imaginação dominicana. Os funcionários disputavam-se em bajulação, em servilismo... Era um terror, um terror baço, sem coragem, sangrento, às ocultas, sem grandeza, sem desculpa, sem razão e sem responsabilidades... (PQ, 1997: 114)

Todos esses matizes se delineiam em fortes traços que realçam os visgos da mediocridade, da corrupção, do interesse vil, do arbítrio, em suma: capacidades distribuídas em medida variada, desde as pequenas posições da gerência pública até às altas patentes da viciosa República.

Desse modo, vislumbra-se como pode ser entendido o estilo em Lima Barreto, lugar da expressão ou maneira única de traduzir – em realidade ficcional – e extrair matérias rascantes, bem como arremessar interrogações a um mundo adverso e violentamente desigual. No estudo do estilo em Lima Barreto, o que se verifica é que os regimes de significação dominantes precisam ser colocados em suspenso, a fim de que a fala minoritária apareça. No entendimento de Rancière, opor-se às leis da mimeses implica em acatar um mundo molecular, indeterminado, “anterior à representação, anterior ao princípio de razão”. Inspirado em termos deleuzeanos afirma que “são os devires e as hecceidades que se opõem à mimesis. É a emancipação dos traços expressivos, a entrada em uma zona de indeterminação, a descoberta de uma fraternidade” (Rancière, 1999: 4).

Nesse sentido é que o estilo barretiano pode ser entendido à luz da estética anti-representacional, exatamente no que esta indica sobre a obra literária se realizar no invisível, seguindo uma lógica forjada nas linhas singulares de uma interrogação minoritária.

Na fala de Policarpo Quaresma, a referência às riquezas pátrias reafirma o seu próprio universo, ou seja, uma realidade inerente ao discurso que delira seu país. Sabe-se que o enunciado cria obrigações e, ao construir esse real, a narrativa institui alguns direitos exatamente pelo caráter de domínio que a linguagem exerce, sinalizando que em um só golpe libera a emergência das forças dissonantes, as mesmas que não param de brotar dos vários estratos da conturbada sociedade.

Portanto, se o bordão republicano visava a formatar uma ordem nacional de última hora, o arrazoado infiel de Policarpo dava existência a esse quase-corpo social invisibilizado no panorama decidido por aquela República.

Ampliando um pouco mais a discussão entre filosofia e literatura, Rancière (1999) destaca a maneira pela qual a perspectiva deleuzeana distrai a discussão autonomia versus heteronomia da obra. Essa querela, que sub-repticiamente se apresenta em muitas análises literárias, serve apenas para aferrar a obra e seu

momento ora a cadeias estilísticas, ora a séries sociológicas já formalizadas. Fomentar tal dicotomia resulta não apenas em substancializar os termos dessa relação, como também libera a exigência de um intérprete privilegiado, capaz de garantir a decifração dos elementos internos ao texto, ou apto em decodificar o que a obra revela do contexto que a criou – deixando muitas vezes escapar a dimensão do que ela apresenta e do que ela arrasta.

Portanto, não se poderia encontrar em Lima Barreto uma autonomia da obra em relação à vida, como se a criação literária tivesse um *telos* à espera de um toque autoral, região altiva que um privilegiado contemplador-artista atingisse ao desposar determinados elementos da matéria linguística. É bem verdade que Lima Barreto não contraria as funções de designação, de comunicação e de significação da língua. Essas instâncias fazem-se evidentes quando o romancista revela os fortes traços de uma república convulsionada, em *Policarpo Quaresma*; quando detalha os arditos obstáculos sociais vividos por um interiorano, pobre e mulato na capital do país, em *Isaias Caminha*, bem quando descreve paisagens citadinas captadas como um instantâneo fotográfico, no *Gonzaga de Sá*.

Contudo, a análise que aqui se imprime visa a entender a arte como agenciamento, isto é, conexões que não poderiam ter seu sentido falado de outro lugar, sob pena de tê-lo de saída perdido para sempre. O que importa, portanto, é a relação que se funda entre Lima Barreto, a cidade e a arte, ao modo de um agenciamento a inventar os próprios termos em que se realiza: escritor e literatura. Logo, não existiria uma narrativa barretiana sobre a cena republicana no Rio de Janeiro da *Belle-Époque*, isto é, uma relação de exterioridade do artista com a vida da cidade, ou com a sua própria vida. Enfim, o que se busca verificar nesta pesquisa são as composições que um agenciamento único se faz potente em atualizar.

É exatamente por essa via que Deleuze vai tomar a arte como paradigma estético, no intuito de se apropriar da noção de criação como relação inaugural, isto é, como produtora de modos de existência. Uma criação que não se deixa justificar pela via do autoral, da percepção, do orgânico, em suma, componentes que remetam à órbita da representação. De outro modo, uma criação que se produza pela via da ruptura, por linhas de fuga, ou seja, ultrapassagens efetuadas

por sentidos que escapam à linguagem e que se fazem imanentes à criação literária.

Ao sabor do *Recordações do Escrivão Isaías Caminha* também se encontram essas micro-revoluções:

Levado pelo calor da frase Leiva continuou a falar cheio de força, entusiasmado: – Não há na natureza nada que se pareça com a nossa sociedade governada pelo Estado... Observe o sr. que todas as sociedades animais se governam por leis para as quais elas não colaboraram, são como preexistentes a elas, independentes de sua vontade; e só nós inventamos esse absurdo de fazer leis para nós mesmos – leis que, em última análise, não são mais que a expressão da vontade, dos caprichos, do interesse de uma minoria insignificante... No nosso corpo há uma multidão de organismos, todos eles interdependem, mas vivem autonomamente sem serem propriamente governados por nenhum, e o equilíbrio se faz por isso mesmo... O sistema solar... Na natureza, todo o equilíbrio se obtém pela ação livre de cada uma das forças particulares...

Agostinho precisava arranjar uma objeção, mas o desconhecimento das noções que Leiva punha em jogo estava completamente fora da sua atividade mental. O apóstolo-poeta, sentindo a fraqueza do adversário, exultou, e deitando um olhar em torno, exclamou vitoriosamente:

– Eu quero a confusão geral, para que a ordem natural surja triunfante e vitoriosa! (IC, 1998: 104).

Vê-se que a literatura de Lima Barreto põe em xeque o orgânico da sociedade, capta forças em que se operam contrariedades, e afirma-se pelos golpes às totalidades onde quer que elas se manifestem. Do mesmo modo, apresentar de forma contundente as texturas de uma realidade opressora significa arriscar um discurso não condizente com a lógica em curso, evidenciando o que não era de bom-tom revelar e, assim, desconcertar os anseios de uma sociabilidade letrada e os acordos de uma comunicação oficial.

Em última análise, forjar uma saída frente a um muro republicano é o que a máquina literária barretiana opera no agenciamento em que devém o escritor Lima Barreto – agenciamento potente em inventar tanto os muros quanto as linhas de fuga. Romper com a boa razão modernizante, com a moral burguesa, com o horizonte autônomo da arte, com os cânones literários da época são experimentações que se faziam presentes nos diferentes gêneros literários em que se teceu sua vasta produção, já que o escritor se sabia integrado na paisagem cantada, a qual não se cansava de esgarçar para todos os lados.

Nesse momento, cabe ainda prosseguir na inspiração deleuzeana no que se refere à ênfase que o filósofo dedica aos personagens sujeitos a metamorfoses, ou mesmo, aos tipos incomuns, aqueles que dilaceram conteúdos ao enunciar fórmulas que acentuam *non-sense* e indeterminação. Em *Policarpo Quaresma* provocações nesse sentido mostram-se exuberantes:

E assim sempre. Às vezes eles chegavam bem perto à tropa, às trincheiras, atrapalhando o serviço; em outras, um cidadão qualquer, chegava ao oficial e muito delicadamente pedia: “o senhor dá licença que dê um tiro?” O oficial acedia, os serventes carregavam a peça e o homem fazia a pontaria e um tiro partia.

Com o tempo, a revolta passou a ser uma festa, um divertimento da cidade... Quando se anunciava um bombardeio, num segundo, o terraço do Passeio Público se enchia. Era como se fosse uma noite de luar, no tempo em que era do tom apreciá-las no velho jardim de D. Luís de Vasconcelos, vendo o astro solitário pratear a água e encher o céu.

Alugavam-se binóculos e tanto os velhos como as moças, os rapazes como as velhas, seguiam o bombardeio como uma representação de teatro: “Queimou Santa Cruz! Agora é o *Aquidabã!* Lá vai”. E dessa maneira a revolta ia correndo familiarmente, entrando nos hábitos e costumes da cidade. (PQ, 1997: 138-139)

Sabe-se que a potência da literatura se faz evidente pelos corpos materiais da obra –forma e conteúdo – mas, principalmente, quando oferece realidades que se confrontam ou termos que anunciam distâncias; neste cenário paradoxal, uma proximidade aí se engendra. Portanto, na visada deleuzeana, mais determinante que a língua e a forma é quando “o escritor cria, na língua materna, uma língua estrangeira cujo efeito arrasta toda a linguagem e faz com que ela bascule em direção a seu fora que é silêncio ou música” (Rancière, 1999: 6). Desse modo, o que passa a importar são as implicações políticas de uma literatura que, na proposta deleuzeana, se atualizam na figura dos “originais” que são aqueles que “recebem também a famosa potência do escritor: a de criar uma outra língua na língua” (idem: 7). Os originais, inseparáveis do mundo, “revelam seu vazio, a imperfeição das leis, a mediocridade das criaturas particulares, o mundo como mascarada (é o que Musil por sua vez chamará de ‘ação paralela’)”(Deleuze, 1997: 96).

Em outra denominação, essa “ação paralela” pode muito bem ser entendida como uma mutação que se realiza por meio de um desvio, uma zona de vizinhança que a obra porta e a todos desloca. Movimento semelhante ao que a

estética barretiana incita quando extrai sensações de temáticas distantes da tradição reconfortante e de uma erudição rebuscada. Essa ação de fabular implica um forte coeficiente de desterritorialização⁵e, por essa via, pode-se atestar que os originais “são os heróis que arruinam a comunidade dos pais ao mesmo tempo que a dos modelos e das cópias. Eles tornam a potência do outro mundo efetiva como potência de destruição deste mundo” (Rancière, 1999: 9).

Policarpo Quaresma é um original que, se não faz um deslizamento absoluto no modelo vigente, opera, contudo, um entendimento desorganizador de suas linhas constitutivas, ao dar contorno a uma República de duvidosa vocação transformadora e enfeixada em um projeto inescrupuloso e arbitrário. Não seria incorreto dizer que *Policarpo Quaresma*, a partir de um percurso de sucessivos desalentos, evidencia as dimensões de uma governabilidade incapaz de alterar a rede de sustentação política do período anterior. Na confluência dos interesses da classe proprietária, da burocracia jurídico-administrativa-governamental e no corpo indefectível da hierarquia militar, a *Ordem* republicana se realiza mais nas feições de uma sociedade que oscila entre a apatia e a conturbação do que pela inclusão dessa mesma sociedade no *Progresso* em que o ideário fazia crer.

Assim, o personagem principal em seus embates faz saltar os desacordos, ridicularizando a referência liberalizante embutida na máquina republicana. Ao desalojar a propalada homogeneidade nacional e a interrogar a reorientação administrativo-governamental, o texto não economiza descrições cidadinas alinhavadas em um cotidiano que se faz colorir de personagens anônimas e destituídas de qualquer insígnia capaz de corresponder à grandeza prometida daqueles novos tempos:

...os subúrbios têm mais aspectos interessantes, sem falar no namoro epidêmico e no espiritismo endêmico; as casas de cômodo (quem as suporia lá!) constitui um deles bem inédito. Casas que mal dariam para uma pequena família são divididas, subdivididas, e os minúsculos aposentos assim obtidos, alugados à população miserável da cidade. Aí, nesses caixotins humanos, é que se encontra a fauna menos observada da nossa vida, sobre a qual a miséria paira com um rigor londrino.

⁵ O conceito de desterritorialização se refere aos territórios de existência considerados como imersos em um movimento ininterrupto de deslocamento, partículas que se desprendem conjurando qualquer possibilidade de totalização. Ver a esse respeito Guattari, F. e Rolnik, S., 1986.

Não se podem imaginar profissões mais tristes e mais inopinadas da gente que habita tais caixinhas. Além dos serventes de repartições, contínuos de escritórios, podemos deparar velhas fabricantes de rendas de bilros, compradores de garrafas vazias, castradores de gatos, cães e galos, mandingueiros, catadores de ervas medicinais, enfim, uma variedade de profissões miseráveis que as nossas pequenas e grandes burguesias não podem adivinhar. Às vezes num cubículo desses se amontoa uma família, e há ocasiões em que os seus chefes vão a pé para a cidade por falta do níquel do trem. (PQ, 1997: 79)

Nos delírios do Major Quaresma, o que deslizava era o conteúdo emancipador das reformas e a exuberante apresentação de esperanças amparadas em um suposto (imposto) caráter nacional – elementos em clara dissonância com os des-alinhados que se avolumavam na cena republicana. Em literatura menor, os casos mais exíguos assumem um valor coletivo e exatamente por essa característica é que o pequeno episódio, a ínfima mazela, torna-se “indispensável, aumentado ao microscópio, na medida em que uma outra história se agita nele” (Deleuze e Guattari, 1977: 26).

Triste Fim de Policarpo Quaresma talvez seja o exemplo mais completo do que constitui o intento barretiano: projeto que consiste em nuançar as artimanhas das camadas pauperizadas quando estas se encontram com os dispositivos da ordem, ou seja: o modo de funcionamento da máquina do Estado. Major Quaresma em seu bizarro patriotismo, eis a ‘fórmula’ que agramaticaliza um discurso nacional-republicano-salvacionista, semelhante a Isaías Caminha quando desafina/desafia os meandros da imprensa e da cidade, sem esquecer de Vicente Mascarenhas, em sua denuncia solitária à violência inscrita no corpo da ciência. Tal opção estética se afirma nos diálogos, evidenciando as diversas fraturas que a obra aprofunda:

Olga encontrou o camarada cá embaixo, cortando a machado as madeiras mais grossas; Anastácio estava no alto, na orla do mato, juntando, a ancinho, as folhas caídas. Ela lhe falou.

- Bons dias, *sá dona*.
- Então trabalha-se muito, Felizardo?
- O que se pode.
- Estive ontem no Carico, bonito lugar... Onde é que você mora, Felizardo?
- É doutra banda, na estrada da vila.
- É grande o sítio de você?
- Tem alguma terra, sim senhora, *sá dona*.
- Você por que não planta para você?
- *Quá Sá dona!* O que é que a gente come?

– O que plantar ou aquilo que a plantação der em dinheiro.

– *Sá dona* tá pensando em uma coisa e a coisa é outra. Enquanto planta cresce, e então? *Quá, Sá dona*, não é assim.

Deu uma machadada; o tronco escapou; colocou-o melhor no picador e, antes de desferir o machado, ainda disse:

– Terra não é nossa... E *frumiga?*... Nós não *tem* ferramenta... isso é bom para italiano ou *alamão*, que governo dá tudo... governo não gosta de nós...

Desferiu o machado, firme, seguro; e o rugoso tronco se abriu em duas partes, quase iguais, de um claro amarelado, onde o cerne escuro começava a aparecer.

Ela voltou querendo afastar do espírito aquele desacordo que o camarada indicara, mas não pôde. (PQ, 1997: 97-98)

1.5

Literatura militante e literatura menor

Pensar a conexão literatura militante e literatura menor resulta em uma delicada tarefa que se impõe de maneira irremediável neste momento do trabalho, principalmente por ser Lima Barreto, possivelmente, o maior expoente dessa ligação. Pode-se dizer que nessa estética militante não há qualquer opção por um procedimento literário eficiente, constituindo-se mais em planos que se engendram e que efetuam deslocamentos – nos termos deste estudo, o acontecimento Lima Barreto.

Em *Lógica do Sentido*, Gilles Deleuze desenvolve a tematização da noção de acontecimento, lançando uma pergunta inquietante: “Que quer dizer então querer o acontecimento?” A seguir traça um panorama deste conceito, tecendo, entre outras provocações ao pensamento, um instigante enunciado:

O acontecimento não é o que acontece (acidente), ele é no que acontece o puro expresso que nos dá sinal e nos espera. (...) Não se pode dizer nada mais, nunca se disse nada mais: tornar-se digno daquilo que nos ocorre, por conseguinte, querer e capturar o acontecimento, tornar-se o filho de seus próprios acontecimentos e por aí renascer, refazer para si mesmo um nascimento, romper com seu nascimento de carne. Filho de seus acontecimentos e não mais de suas obras, pois a própria obra não é produzida senão pelo filho do acontecimento. (Deleuze, 2000: 152)

Uma outra construção, tão provocadora quanto a anterior, diz respeito a experimentação que – em Deleuze e Guattari – se define como algo que foge exatamente do que já logra reconhecimento. Sendo assim, corresponde mais ao

que desmancha, ao que “liberta das cadeias da existência cotidiana” e provoca uma outra intensidade, ao modo de “uma linha de fuga, ou melhor, de uma simples saída, à direita, à esquerda, onde quer que seja, a menos significante possível” (Deleuze e Guattari, 1977: 12).

Mas libertar-se do cotidiano não significa dele fugir; de outra maneira, consiste em fazer dele a mais clara apresentação, ampliando-o em diversas máquinas, dentre elas a máquina literária, traçando uma linha de fuga, que em sua positividade consiste em “ultrapassar um limiar, atingir um *continuum* de intensidades que não valem mais do que por elas mesmas, encontrar um mundo de intensidades puras, onde todas as formas se desfazem (...) em proveito de uma matéria não formada, de fluxos desterritorializados...” (Deleuze e Guattari, 1977: 20).

Esta perspectiva consiste em fazer assinalar a zona de singularidades em que emerge Lima Barreto – um acontecimento que faz da experimentação literária o espaço da transgressão e da invenção da vida. Nessa mesma via se reafirma, neste estágio do capítulo, a noção de máquina de guerra como entendimento acerca do que Lima Barreto fez a partir de sua escritura. Deve-se ressaltar que a máquina de guerra de modo algum foge aos seus embates, ao contrário, da composição de suas linhas emerge, invariavelmente, linhas diversas inventando outros possíveis. Por exemplo, quando Lima Barreto funda com amigos uma revista – “Floreal” – movia-se pela ânsia de dar vazão a projetos mais contundentes e assim, driblar dissabores na sociedade letrada – episódio que se deixa registrar no teor de sua correspondência com Duque Estrada, jornalista carioca e crítico de arte:

...Animou-me muito a tua cartinha. Imagine que, quando a recebi, só o *Jornal do Brasil* tinha dado notícias da revista, e, até aquela hora, me parecia que a edição ia morrer completamente ignorada. Sabes muito bem que o “**Bloco**” não é só na política; há um também **nas letras**.

Foi ela chegar, redobramos de esforço, continuamos a “cavar” (que horror!) e creio que a cousa vai. (Co I, 1956: 168) (grifos meus)

Para se compreender a máquina de guerra literária efetuada pela escrita de Lima Barreto, urge nesse momento entendê-la como uma peça em um agenciamento social que pode ser chamado de ‘maquínico’. “Isso nos prepara para

compreender o outro aspecto: o agenciamento maquínico de desejo é também agenciamento coletivo de enunciação” (Deleuze e Guatarri, 1977: 119). Segundo os dizeres deleuzeanos, seria nas condições coletivas, mas de minoria, que se localizariam as pontas de desterritorialização. Por estas fugiriam o próprio agenciamento, em vias de passagem de enunciações, expressões metamorfoseando conteúdos, em uma luta aguerrida em um segmento qualquer, nesse caso: o “Bloco” literário. Nas relações entre literatura menor e agenciamento coletivo de enunciação impõe considerar que é a expressão que “precede os conteúdos, seja para prefigurar as formas rígidas onde eles vão vazar-se, seja para fazê-los passar em uma linha de fuga ou de transformação” (Deleuze e Guattari, 1977: 124). Ainda seguindo essa formulação, pode-se afirmar que as expressões ou as enunciações “não são menos estritamente determinadas pelo agenciamento que os próprios conteúdos” (idem:idem).

Isto se dá não por uma vontade literária, mas pelo fato de ser a literatura o próprio agenciamento posto em ação enquanto máquina de desejo e enunciação: máquina cuja existência se faz possível enquanto parte de outros agenciamentos, fazendo o conjunto modificado, ou mesmo para fazê-lo saltar.

Entender a obra barretiana é analisar como ela se insere em agenciamentos já dados ou em movimentos de ruptura para com esses agenciamentos e, em diferentes sentidos, atualizando e produzindo novos enunciados frente às máquinas totalizantes da cidade e da literatura. Construir formulações que garantam a visibilidade dos confrontos do romancista reanima o propósito deste estudo, em outras palavras, o de esmiuçar que questões um agenciamento porta e quais arrasta no conjunto enunciativo e nas práticas diversificadas em que se materializa.

A correspondência que mantinha com amigos e correligionários se constitui em um excelente meio para vislumbrar os posicionamentos firmes de Lima Barreto. O trecho destacado é parte de uma carta endereçada a um amigo jornalista⁶, em que Lima Barreto inicialmente se posiciona contrário ao entendimento equivocado com que foi recebido seu primeiro romance, *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*:

⁶ Este amigo do romancista é Corinto da Fonseca que, além de jornalista, era professor do Colégio Pedro II.

...Tenho ojeriza pelos prefácios, mas ele te pode servir para bem compreenderes o livro. Estou certo que a tua inteligência há de ver nele mais do que um ataque ao jornal. Há de ver nele um caso de “desmoralização”, de enfraquecimento do indivíduo pela sociedade, de apavoramento diante dos seus prejulgamentos. Tenho grande prazer em te fazer estas confidências, não só porque és amigo, e velho amigo, como também porque és jornalista de futuro. (Co I, 1956: 189-190)

Secundariamente, na mesma carta, desenvolve argumentos relativo à polêmica gerada pela qualidade da arte do pano de boca do Teatro Municipal. Constata-se, pelo conteúdo do texto, que o autor se encontrava atento às questões da arte em seu tempo e, sobretudo, tinha clareza acerca do que deveria nortear a literatura e as produções artísticas em sentido mais amplo.

Li o teu artigo sobre o pano do Visconti, Não sei se terás razão. Eu não o vi, mas penso que nós estamos a julgá-lo de acordo com o clássico. Quem sabe se ele não faz ou traz uma revolução útil? Porque um pano de boca, tendo um determinado tema, não o pode desenvolver com os meios que nos fornecem a nossa vida comum? Lembras-te bem que para se introduzir a criada ou o criado na literatura foi preciso grande revolução e que, durante muito tempo, só as pessoas de condição real e soberana, ou os heróis extraordinários, podiam interessar as artes.

Tenho para mim, caro Corinto, que a gente não deve nunca esquecer a velha lição dos mestres holandeses. Eles pintaram umas coisas muito familiares, muito sem importância, e fizeram obras-primas.

Eu não vi o pano do Visconti; mas, julgo, que se fez com arte o desenvolvimento do tema, empregando quitandeiros pretos, populares, dançarinas, retratos de homens eminentes, fez coisa legítima. (idem: 190)

Desse modo, o romancista, em suas observações, esclarece que enunciados uma obra de arte combate, que enunciados adianta, dando pistas do entendimento que hoje se faz do enunciado na concepção deleuze-guattariana:

Assim, como o Celibatário não é um sujeito, a coletividade não é um sujeito, nem de enunciação nem de enunciado. Mas o celibatário atual e a comunidade virtual –ambos reais – são as peças de um agenciamento coletivo. E não basta dizer que o agenciamento produz o enunciado, tal como o faria um sujeito; ele é em si mesmo agenciamento de enunciação em um processo que não dá lugar a um sujeito qualquer determinável, mas que permite tanto mais, marcar a natureza e a função dos enunciados, já que estes só existem como engrenagens desse agenciamento (não como efeitos nem como produtos). (Deleuze e Guattari, 1977: 122)

Nessa via, a literatura de Lima Barreto pode ser entendida ao modo de um agenciamento coletivo de enunciação imanente às séries que então já se faziam vizinhas, o que se depreende nas alianças que ele estabelecia com seus principais interlocutores. Estes amigos⁷ eram jornalistas, engenheiros, médicos, e quase todos se tornavam escritores, reiterando nas correspondências os apelos e os debates que as rodas literárias faziam proliferar:

Aguardo com verdadeira ansiedade o teu novo trabalho. Escreve como Balzac, mas no teu feitio, uma série de romances sobre a vida da cidade.

A sociedade pseudo-aristocrática está pedindo um ferro em brasa; o militarismo, na verdadeira acepção do termo (v. Rui Barbosa), reclama um cáustico; a vida burocrática exige um revulsivo. E o nosso meio literário?

Nada de esmorecimentos. (Co II, 1956: 28)

Quando estava a terminar esta, recebi, de chôfre, o teu cheque. A abertura dele, estiveram presentes: o teu irmão Carlindo, o Almeida e outros figurões... Só não houve foguete porque o Prefeito Sampaio proibiu, com uma lei peculiar ao seu talento, dele. Os foguetes a se confundir com as bombas bolchevistas?

Só mesmo entre nós é que isso pode acontecer. Quando Nicanor, depois de legitimamente eleito, é condenado por ordem epítaciana a ficar inelegível por ser presidente da guarda noturna do distrito da Glória... Então, haverá tantos guardas nesse distrito, que possam influir na eleição de um deputado com sete mil e mais votos? Só uma pilhéria das tuas, meu caro Lima. (Co II, 1956: 120)

Lima Barreto não se furtava aos parceiros das diferentes rodas, nem às interrogações e muito menos às suas proposições. O estímulo aos novatos, a amizade dedicada aos que dele se aproximavam, bem como a provocação necessária a antigos companheiros⁸ estampava-se na profusão de suas cartas:

Espero-o breve aqui para vermos o nosso lindo Rio. Não aquele clássico e bêta dos jornais elegantes, mas o que ainda não foi banalizado pela burguesia idiota.

A Contemporânea está um tanto atrasada, mas sairá.

Recebeu o *Socialismo Progressivo*? E a conferência do Ingenieros sobre o maximalismo?

Não desdenhe essas leituras, amplie-as; seja homem do seu tempo e do ...futuro! (Co II, 1956: 169)

⁷ As cartas endereçadas ao escritor são, respectivamente, Artur Mota e Francisco Schettino. O primeiro foi antigo companheiro da Escola Politécnica e o segundo, jovem livreiro que publicou em 1920 *História e Sonhos* de Lima Barreto.

⁸ Os dois últimos fragmentos são correspondências do romancista dirigidas a Jaime da Câmara e a Oscar Lopes, ambos jornalistas e escritores.

Resta-me a questão de Botafogo. Estás enganado em supor que é a residência que faz um botafogano.

Botafogano, meu caro Oscar, é o brasileiro que não quer ver o Brasil tal qual ele é, que foge à verdade do meio, e faz figurino de um outro cortado em outras terras. De modo que tu, mesmo indo para o Saco do Alferes, tu que queres fugir à nossa grosseria, à nossa fealdade, à nossa pobreza agrícola, comercial e industrial, és um botafogano.

Botafogano é o brasileiro exilado no Brasil; é o homem que anda, come, dorme, sonha em Paris. (Co I, 1956: 233-234)

Nessa via ficam realçados os elementos disruptivos que comparecem na obra barretiana, construções não reconhecidas por determinadas ordens, mas que, por pura afecção, liberam insurgências, provocando rumores nas lógicas do “bom senso”, abalos no “bom gosto” das elites literárias e, sem dúvida alguma, prazer na órbita dos seus leitores e admiradores. O fragmento a seguir é explícito quanto a esta habilidade estética de Lima Barreto:

Dessa maneira, Ricardo Coração dos Outros gozava da estima geral da alta sociedade suburbana. É uma alta sociedade muito especial e que só é alta nos subúrbios. Compõe-se em geral de funcionários públicos, de pequenos negociantes, de médicos com alguma clínica, de tenentes de diferentes milícias, nata essa que impa pelas ruas esburacadas daquelas distantes regiões, assim como nas festas e nos bailes, com mais força que a burguesia de Petrópolis e Botafogo. Isto é só lá, nos bailes, nas festas e nas ruas, onde se algum dos seus representantes vê um tipo mais ou menos, olha-o da cabeça aos pés, demoradamente, assim como quem diz: aparece lá em casa que te dou um prato de comida. Porque o orgulho da aristocracia suburbana está em ter todo o dia jantar e almoço, muito feijão, muita carne-seca, muito ensopado – aí, julga ela, é que está a pedra de toque da nobreza, da alta linha, da distinção. (PQ, 1997: 22-23)

Esse é um interessante entendimento da literatura barretiana, ou seja, a partir da solidariedade ativa que ela porta e, sobretudo, pelo que ela faz realçar nas tramas de um cenário político, no qual a própria língua se agita e se faz modificada, desencadeando os conteúdos que se transmutam em um intenso deslizar:

Quaresma, porém, enganava-se em parte. Ricardo soubera de sua prisão e procurava soltá-lo. Teve notícia do exato motivo dela; mas não se intimidou. Sabia perfeitamente que corria grande risco, pois a indignação no palácio contra Quaresma fora geral. A vitória tinha feito os vitoriosos inclementes e ferozes, e aquele protesto soou entre eles como um desejo de diminuir o valor das vantagens alcançadas. Não havia mais piedade, não havia mais simpatia, nem respeito pela vida humana; o que era necessário era dar o exemplo de um massacre à

turca, porém clandestino, para que jamais o poder constituído fosse atacado ou mesmo discutido. Era a filosofia social da época, com forças de religião, com os seus fanáticos, com os seus sacerdotes e pregadores, e ela agia com a maldade de uma crença forte, sobre a qual fizéssemos repousar a felicidade de muitos. (PQ, 1997: 168)

Encontrar na obra barretiana a força de uma literatura menor não se constitui em tarefa muito difícil, principalmente quando se depara com a minúcia e a delicadeza em que o frágil nela se apresenta, convidando à desenvoltura de uma outra sensibilidade. De sua pena sobressai exuberante força expressiva, principalmente quando apresenta as paisagens da exploração, discriminação, corrupção, ao lado de circuitos poéticos, ou da trama provocativa. Mesmo quando o texto enaltece os traços paisagístico da cidade ou da zona rural, não traduz as visões de paraíso que geralmente compareciam nas descrições tropicais da época, tornando a sua ficção muito distanciada de dimensões simbólicas investidas até então. De outro modo, iluminando o que se queria imperceptível, a escrita tecida no desequilíbrio arrasta os leitores a universos obscuros, intensos, às vezes áridos e até nauseantes, dado que pouco provido de metáforas e deliberadamente avesso a “prosápias”.

Contudo, pode-se negar, pelo exercício de algum rigor, ser literatura menor a escrita barretiana. Tal proposição se apoiaria no fato da linguagem em Lima Barreto não declinar da sua força representativa, levando mesmo a crer que a utilização designativa encontra-se enfatizada e as significações predominantes, em muitas passagens, não são apresentadas em elaboradas transformações. Chega-se mesmo a interrogar se as características que tradicionalmente qualificam uma obra seriam suficientes para destacá-la no quadro da literatura classicamente reconhecida. É melhor deixar que o próprio Lima Barreto responda a essas desconfiças, a partir de um fragmento de correspondência⁹ em que ele discute, mais uma vez, a recepção do seu primeiro livro *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*. Ali, ele esclarece as possíveis dúvidas que ainda possam insistir na análise de suas obra:

⁹ Esmaragdo de Freitas era político, magistrado e jornalista. Na época desta correspondência o jornalista fazia crítica literária na imprensa de Recife, onde morava.

... É de ver bem como fiquei alegre que pessoa que não era das minhas relações e inteligente como se revela no artigo, falasse a meu respeito com o calor e a bondade como o senhor fez. Aqui, no Rio, onde nasci e me tenho feito, onde também tenho relações, não houve quem tratasse do meu volume com a abundância e a sagacidade que há no seu artigo. Ninguém quis ver no livro nada mais que um simples romance *à clé*, destinado a atacar tais e quais pessoas; os que gostaram foi por isto, os que não gostaram foi por isto também. Há alguma coisa a mais do que isso no meu modesto volume, suponho; e essa suposição marchou mais para a certeza desde que li o seu trabalho. Compreenda meu caro senhor Esmaragdo, que, dada a minha obscuridade nativa e também (para que não dizer) a minha cor, se o meu livro não fosse capaz dele mesmo por si romper caminho, não seriam os nossos amigos dos jornais que haviam de ajudá-lo a fazer. Arriscava-me a passar sem ser notado, desanimar portanto, e ir fazer companhia ao rol dos incapazes de raças que a nossa antropologia officiosa já decretou. (Co I, 1956: 238)

Tudo indica que o reconhecimento tardio se fez no rastro da distância que sua obra ocupou no panteão da literatura conceituada pelos críticos da época. Entre outros aspectos, tal efeito se ancora sobretudo, na evidência de que a linguagem barretiana parteja alguns estranhamentos junto à regularidade burguesa, além de provocar fragmentações nos dispositivos da higiene. Coroando tal processo, ela pretende ainda recolher materiais do cotidiano adverso da gente comum e, desse não-lugar literário, fazer passar a sua literatura. Em uma cidade que segue o slogan “O Rio civiliza-se”, o que se depreende como modo de viver funda-se em um cosmopolitismo importado e em um consumo literário localizado preferencialmente nos salões da elite :

À maquiagem da cidade, que proporcionava a exibição de homens e mulheres chiques, vestidos com os últimos figurinos de Paris, correspondia uma literatura ornamental, fútil. A leitura era um adorno. Lia-se como quem coloca brincos, pulseiras e abotoaduras. (...) Sua ingestão assídua (...) imprimia novos padrões na vida urbana e social da época. Esta era a linguagem versão-do-progresso, cuja disseminação, pelos artesãos do fetiche do consumo literário, concorreu para identificar o gosto do leitor carioca com o individualismo, o arrivismo e o exibicionismo, disposições que vinham bem a calhar com a formação da “alta cultura” da *belle époque* carioca. (Oswald, 2003: 107)

Fazendo passar outro sentido, a obra de Lima Barreto desafoga corpos embrutecidos, trôpegos, esquálidos – marcados pela opressão ou pelo esquecimento. Ao transitar a dor ao lado da descabida alegria, o personagem

barretiano macula a paisagem exatamente por desfilar ordens insurretas, contrariando as disposições oficiais com hábitos torpes e peripécias de vários matizes, desarrumando a realidade e atualizando estranhos possíveis – provocando a um só tempo desacordos em normas sociais, científicas e sobretudo literárias.

Fazer saltar a camada odiosa não lhe era suficiente, era preciso escandalizar! Mas em que sentido? Em carta a um amigo crítico de arte e jornalista, o romancista esclarece que, em um primeiro momento, o *Isaiás* deveria escandalizar a crítica, chamar atenção. No entanto, ele esperava que em seguida houvesse um outro tipo de reflexão, já “que não foi só o escândalo, o egotismo e a *charge*”, os principais motivos de sua atitude deliberada. Em seu argumento epistolar¹⁰, o autor prossegue revelando que tal opção se deve a necessidade de dizer o que os simples fatos não dizem, a fim de...

...esclarecê-los melhor, dar-lhes importância, em virtude do poder da forma literária, agitá-los, porque são importantes para o nosso destino. Querendo fazer isso e fazer compreender aos outros que **há importância em questão que eles tratam com tanta ligeireza**, eu não me afastei da literatura conforme concebo e preceituam os nossos mestres... (Co I, 1956: 169-170) (grifos meus)

Máquina de guerra barretiana em ruptura com uma literatura representativa da “arte a serviço de”, bem como da “arte pela arte”, ou formulações que desconectem os sentidos da vida e da criação, ou que se disponha a seguir preceitos estético-estruturais da “boa literatura”.

Portanto, abalar a calma dos assemelhados no vício do poder e compadrios na fartura; desnudar as maquinações dolosas e os acordos de véspera; denunciar os hábitos, as lógicas e os cânones, bem como suas altivas traduções legislativas, jurídicas, administrativas e principalmente literárias, é o procedimento que eclode em uma literatura militante – uma literatura menor. Esta conexão pode ser assim conceituada:

Ainda que única, uma língua permanece uma massa, uma mistura esquizofrênica, uma roupa de Arlequim através da qual se manifestam funções de linguagem muito diferentes e centros de poder distintos, ventilando o que pode ser dito e o que não pode: tiraremos proveito de uma contra a outra, colocaremos em jogo os coeficientes de

¹⁰ Essa carta é endereçada a Luís de Gonzaga Duque Estrada, jornalista, escritor e crítico de arte.

territorialidade e de desterritorialização relativos. Ainda que maior, uma língua é suscetível de um uso intensivo que a faz correr seguindo linhas de fuga criadoras, e que, por mais lento, por mais precavido que seja, forma dessa vez uma desterritorialização absoluta. Quanta invenção, e não somente léxica, o léxico pouco conta, mas sóbria invenção sintática, para escrever como um cão... (Deleuze e Guattari, 1977: 41)

Ao lado de todas as contrariedades que comparecem na estética barretiana, se verifica a presença de uma narrativa instigante; ao mesmo tempo, seus textos convidam à leitura prazenteira, e mesmo o inevitável desconforto porventura suscitado em cruas linhas ainda carrega a salvo, ao abrigo da boca, o riso frouxo frente a uma realidade que, se por um lado se mostrava inconfessa, por outro redundava hilária. Em uma crônica em que compara a capacidade técnica de argentinos e brasileiros, Lima Barreto se dedica a relatar uma sessão do “Club de Engenharia” destinada a homenagear Santos Dumont. Descrevendo com detalhes os participantes da reunião e o desenrolar do evento, o cronista dá curso à fala de um respeitável engenheiro que fora incumbido de tão solene homenagem e, por causa disso, recitou um soneto em honra ao “rei dos ares”. Após o que:

...o presidente deu a palavra ao orador oficial.

Era também um velho engenheiro que, por ser bacharel em letras, pelo Pedro II, se julgava literato.

Tomou lugar na tribuna, sobraçando um rolo de papel, concertou o *pince-nez* de ouro, desdobrou o rolo e começou, dramaticamente apontando com o dedo para o pobre Senhor Santos Dumont.

– Tu venceste, filho de Ajax!

Citou o canto da *Iliada*, onde se achava uma cousa interessante e começou a expectorar as mais velhas metáforas conhecidas sobre o vôo.

Era Ícaro, condores, Chimborazo, águias, nuvens, etc. No que ele não falou

foi em balão, nos aperfeiçoamentos que à aeronave tinha trazido o festejado naquele momento. Esqueceu-se...

Não preciso descrever mais a sessão, para poder afirmar que os engenheiros argentinos não são mais poetas que os nossos. Agora, uma cousa: quando nós tivermos de mandar engenheiros para o Iguazu, não mandaremos oito, como os argentinos; mandaremos dezesseis.

Eis a diferença, e é pequena! (MG, 1956: 101)

Porém, um bandido é sempre um bandido, mesmo quando faz reverberar tensões não apenas suas; ou principalmente por isso, já que revela as conexões por onde a dor transita, fazendo-a também, necessariamente, literária, em “um circuito

de estados que forma um devenir mútuo, no seio de um agenciamento necessariamente múltiplo ou coletivo” (Deleuze e Guatarri, 1977: 35).

Impossibilidade de escrever de outra maneira – é a inspiração deleuzeana que melhor define o traço barretiano, a indicar as conexões de um escritor de ações comuns e inevitavelmente políticas. Sua escrita, em exuberante evidência, se tece correlata a domínios jurídicos, burocráticos, societários, antes de se fazer como rasura à instância autobiográfica. Nessa via analítica, o estilo conta mais de uma batalha, uma guerrilha, daquelas que se forjam em várias frentes, e que se erige em metas nem sempre reveladas, mas em redobradas investidas. Se as crônicas, artigos e memórias o colocam em uma relação direta com a vida da cidade, os romances, as sátiras e os contos – não menos que os primeiros – se encontram em agenciamentos sociais complexos. Assim, o que se apreende em uma literatura militante é que:

O campo político contaminou todo enunciado. Mas sobretudo, ainda mais, porque a consciência coletiva ou nacional está “sempre inativa na vida exterior e sempre em vias de desagregação”, é a literatura que se encontra encarregada positivamente desse papel e dessa função de enunciação coletiva, e mesmo revolucionária: é a literatura que produz uma solidariedade ativa, apesar do ceticismo; e se o escritor está à margem ou afastado de sua frágil comunidade, essa situação o coloca ainda mais em condição de exprimir uma outra comunidade potencial, de forjar os meios de uma outra consciência e de uma outra sensibilidade. (Deleuze e Guattari, 1977: 27)

As características de uma literatura menor fazem-se presentes inequivocamente no traço barretiano, a partir da aguerrida tessitura cotidiana, ou seja, obra-vida distendendo-se em inusitadas direções. Portanto, o que excede em uma, não poderia ausentar-se da outra, a reafirmar ou a reverberar perceptos, arrancando sentidos ou cruzando sensações. Assim se efetua uma trajetória literária que também visa a desterritorializar a língua e os gêneros, como bem define o próprio romancista quando aproxima os discursos dos salões e das ruas, entoando composições de diferentes modulações:

Nós não temos mais tempo nem o péssimo critério de fixar rígidos gêneros literários, à moda dos retóricos clássicos com as produções do seu tempo e anteriores. Os gêneros que herdamos e que criamos estão a toda a hora a se entrelaçar, a se enxertar, para variar e atrair...(IL, 1956: 116)

Essas são as condições em que uma literatura se faz menor no seio das que se qualificam grandiosas, diferenciada daquelas que são reconhecidas em seu tempo, apta a recortar períodos em suposta filiação e assépticas classificações.

Em uma via oposta, Lima Barreto traz à tona uma contundente dilaceração, uma arte cortante nos encontros ficcionais e, por isso mesmo, produtores de realidade. Artista a recolher do subdesenvolvimento a potência de uma escrita capaz de operar e criar um outro meio, no seio daquele que virtualmente lhe seria próprio. Lugar de minoria, opção não deliberada, mas conquistada em uma luta que se faz visível pelo próprio agenciamento que a torna inevitável.

Esse é o expressivo que salta em uma obra e que desarticula as funções palatáveis de uma literatura habituada a “epanáforas amorosas” ou ao “panegírico” recorrente das ardilosas e soberanas facções político-literárias em seu tempo. Do mesmo modo, a estética militante não acolhe prioritariamente um tratamento intimista, nem considerações de tendência depressiva, que ressaltariam uma essencial tibieza diante da vida. As interpretações desse tipo, quando se aplicam a uma literatura menor, recebem, em termos deleuze-guattarianos, o entendimento de ser uma leitura “neurótica”. Esses autores reiteram que “toda leitura que transforma o gênio em angústia, em trágico, em “caso individual” (Deleuze e Guattari, 1977: 63) podem ser definidas como uma “interpretação baixa”. Eles concluem afirmando que ao se ler “Nietzsche, Kafka, Beckett, não importa: os que não os lêem com muitos risos involuntários, e arrepios políticos, deformam tudo” (idem:idem).

1.6

O expressivo em Lima Barreto – literatura e modos de subjetivação

Configurar a literatura barretiana como máquina de guerra requer alguns esclarecimentos suplementares, principalmente quando se afirma que tal máquina se constitui em um lugar de exterioridade e que sua oposição ao Estado – o que geralmente se toma por modelo – se faz por toda parte. Além disso, uma literatura entendida como máquina de guerra existe em fluxos que não se permitem reduzir ao Estado. Não que haja uma autonomia da máquina de guerra; diferente disso, o

que se pode apontar é uma relação de “coexistência e de concorrência, num *campo perpétuo de interação*, (...) as máquinas de guerra de metamorfose e os aparelhos identitários de Estado” (Deleuze e Guattari, 1997: 24).

Interessa também neste momento pensar o “Bloco” político-literário a que se referia Lima Barreto como uma forma de Estado no qual “organismos diferenciados e hierarquizados (...) de um lado dispõem do monopólio do poder ou de uma função; de outro, repartem localmente seus representantes” (idem: 31).

É importante, então, que não se perca de vista em relação a que estratos essa máquina de guerra se constituiu; que repressão sobre ela incidiu; que tipo de interferência ela inventou e quais mecanismos ela manteve, a fim de que se possa também acompanhar o movimento efetuado pelo próprio Lima ao construir sua ambientação na cidade, traduzida em literatura. Sabe-se que a máquina de guerra revela-se como uma espécie de deformação, de ilegitimidade em relação às leis derivadas do Estado, já que apresenta outros modelos, impondo um outro dinamismo e um outro tipo de ambição, conforme se pode inferir do texto a seguir:

Saía, mais evitava a rua do Ouvidor e o Lage da Silva, que passara a tratar-me de outro modo. Dei em passear de bonde, saltando de um para outro, aventurando-me por travessas afastadas, para buscar o veículo em outros bairros. Da Tijuca ia ao Andaraí e daí a Vila Isabel; e assim, passando de um bairro para outro, procurando travessas despovoadas e sem calçamento, conheci a cidade – tal qual os bondes a fizeram alternativamente povoada e despovoadas, com grandes hiatos entre ruas de população condensada e toda ela, agitada, dividida, convulsionada pelas colinas e contrafortes da montanha em cujas vertentes crescera. Jantava uns dias; em outros, almoçava unicamente; e houve muitos que nem uma coisa ou outra fiz. Descobri a Biblioteca Nacional, para onde muitas vezes fui, cheio de fome, ler Maupassant e Daudet. (IC, 1998: 98)

Diferente dos estratos modelizantes, a máquina de guerra opera uma tarefa precípua, qual seja, ocupar um espaço aberto, efetuando movimentos a partir de qualquer ponto, em um turbilhão que exclui todo tipo de metrificação, ordenação. Nesse sentido, a máquina de guerra diz muito mais respeito a superfícies de contato, em que as suas operações só podem se subordinar “às condições sensíveis da intuição e da construção, seguir o fluxo da matéria, traçar e conectar o espaço liso. Tudo está tomado numa zona objetiva de flutuação que se confunde com a própria realidade” (Deleuze e Guattari, 1997: 41).

Em matéria de embates com a realidade e das superfícies que aí se criam... bem, é melhor deixar o texto barretiano falar por si:

Digo-te uma coisa: eu temo tanto esses tais clássicos e sabedores de gramática como a qualquer toco de pau podre por aí. Os daqui, eu os tenho provocado em todos os terrenos; e os de fora que se animam a dizer-me qualquer coisa a respeito, eu responderei como eles merecem. Meus livros saem errados devido à minha negligência e ao meu relaxamento, à minha letra, aos meus péssimos revisores, inclusive eu mesmo. Isso explica os erros vulgares; mas, quanto aos outros da transcendente gramática dos importantes, eu nunca me incomodei com eles. (Co II, 1956: 226)¹¹

Evidencia, essa escrita, que “os corpos coletivos sempre têm franjas ou minorias que reconstituem equivalentes de máquinas de guerra, sob formas por vezes muito inesperadas, em agenciamentos determinados tais como construir pontes, (...), compor música” (Deleuze e Guattari, 1997: 32), escrever romances, contos, crônicas... Portanto, a variação dos gêneros se constitui na própria intensidade que se revela das zonas lingüísticas não eruditas, dos pontos distantes da cultura oficial, salientando o subdesenvolvimento em um conteúdo que enfoca tanto os subúrbios quanto o atavismo dos suburbanos.

Por falar em subúrbio, em povo, vale ressaltar que determinadas interpretações definem de forma muito peremptória os traços barretianos e as paisagens que ele opta por nuançar em suas páginas, algumas vezes esmaecendo o alcance dos seus propósitos. Estas observações se extraem de alguns trabalhos que operam uma certa divisão na geografia dos afetos do romancista/cronista em relação à cidade. Nessa via, Beatriz Resende (1993) apresenta uma possível percepção do autor em relação aos diferentes panoramas cariocas, definindo a ótica de Lima Barreto da seguinte maneira:

Nesta relação com a cidade, é o Rio de Janeiro por inteiro que interessa ao nosso autor, mas são o centro da cidade e as praias que o apaixonam. O subúrbio desperta a curiosidade do **etnógrafo**...(..)

(...) mas **o subúrbio não é o espaço do prazer**, até porque é antes o espaço da constatação do que da imaginação (...)

(...) Os que acreditam que a preocupação maior de Lima Barreto é com o morador do subúrbio, equivocam-se.

¹¹ Correspondência estabelecida com José Lucilo Ramos Varejão, escritor de romances e contos na cidade do Recife e Olinda.

Na verdade, os subúrbios são espaço restrito para quem conhece topografia e linguagem detalhada da cidade...(Resende, 1993: 101-102) (grifos meus)

Torna-se imperioso saber se Lima Barreto olhava a cidade como um etnógrafo, sobretudo quando se constata a discordância do escritor com as práticas hierarquizantes e classificatórias, em uma palavra – cientificistas:

Por esse tempo, Coração dos Outros sonhava desligado das contingências terrenas.

Ricardo vivia ainda na sua casa de cômodos dos subúrbios, cuja vista ia de Todos os Santos à Piedade, abrangendo um grande trato de área edificada, um panorama de casas e árvores. (...)

Por esses dias o seu triunfo desfilava sem contestação. Toda a cidade o tinha na consideração devida e ele quase se julgava ao termo da sua carreira. (...)

Há dias vivia em casa, pouco saindo, organizando o seu livro. Passava confinado no seu quarto, almoçando café, que ele mesmo fazia, e pão, indo à tarde jantar a uma tasca próxima à estação.

Notara que sempre que chegava, os carroceiros e trabalhadores, que jantavam nas mesas sujas, abaixavam a voz e olhavam-no desconfiados; mas não deu importância... (PQ, 1997:120)

Paira também uma certa dúvida, principalmente em relação à ótica de prazer que o cronista/romancista, adotava quando traduzia o cotidiano dos personagens suburbanos:

Na minha vizinhança, no pacato Todos os Santos, nas proximidades de Inhaúma, a longínqua, dias ou semanas antes do carnaval, alguns dos meus conhecidos e amigos de modesta condição que me dão a honra de me ouvir, nas vendas e botequins, as minhas prédicas sociais e políticas, fundaram um cordão, rancho ou bloco a que chamaram de “Rapaduras Gostosas”. Eu não sei bem por que quiseram tal nome, mas nada objetei-lhes e calei toda a crítica irreverente ou tola a semelhante manifestação de arte popular. Sou essencialmente homem do povo e criticar manifestações artísticas de pessoas da mesma condição que a minha, pode parecer pretensão ou soberba. Guardarei a crítica e convenci-me de que podia haver rapaduras amargas. (RJ, 1956: 67)

Mais curioso ainda é considerar o subúrbio como um espaço restrito, utilizando-se para tal da geografia natural como a possível causadora da empobrecida topografia e linguagem desse pedaço da cidade. A escritura desliza outra paisagem ao modo barretiano de olhar o subúrbio:

...A estrada me veio em mente: arenosa, de solo fugidio e móvel, mas, guardando indelevelmente o trilho paralelo dos carros, com os maricás, as pitangueiras, nas bordas, salpicadas de frutas vermelhas, e, de quando em quando, também uma árvore de mais vulto, um cajueiro, uma figueira (...) Aqueles homens, pacientes e tardos, que eu via naquele ambiente de vila, eram o esteio, a base, a grossa pedra alicerçal da sociedade... Operários e pequenos burgueses, eram eles que formavam a trama da nossa vida social, trama imortal, depósito sagrado, fonte de onde saem e sairão os grandes exemplares da Pátria, e também os ruins para exercitar e fermentar a vida do nosso agrupamento e não deixá-lo enlanguescer... (GS, 1956:113)

Esses relevos nos textos de Lima Barreto realçam os modos de subjetivação que se pretendiam ou, ainda se pretendem desconsiderar quando se esmaecem as linhas de sua produção. Explicita também um movimento desestabilizador dirigido a toda e qualquer axiomática sobrecodificadora acerca do “verdadeiro” caminho de sua criação. Desse modo, em um deslocamento sempre retomado – em um panorama que se apresenta desmontando territórios definidos – na cidade e nas letras, é que se pode dizer que se impõe um nomadismo barretiano, cujas condições de efetuação se dão pela máquina de guerra literária. É preciso explicitar um pouco mais esses termos no conjunto da proposta deleuze-guattariana:

...cada vez que há operação contra o Estado, indisciplina, motim, guerrilha ou revolução enquanto ato, dir-se-ia que uma máquina de guerra ressuscita, que um novo potencial nomádico aparece, com restituição de um espaço liso ou de uma maneira de estar no espaço como se este fosse liso (Virilio recorda a importância do tema sedicioso ou revolucionário “ocupar a rua”). É nesse sentido que a réplica do Estado consiste em estriar o espaço, contra tudo o que ameaça transbordá-lo. (Deleuze e Guattari, 1997: 60)

Dessa maneira, a máquina de guerra extrínseca e nômade inventa seus temas, levanta suas barricadas forçando o homem a pensar, a efetuar ultrapassagens em um espaço formalmente diferenciado do aparelho de Estado, forjando não a guerra, mas o traçado de uma linha de fuga, uma outra cartografia, um espaço por onde tudo se desloca. Contudo, não é o “nômade que define esse conjunto de características, é esse conjunto que define o nômade, ao mesmo tempo em que define a essência da máquina de guerra”, considerando-se que “*elas só podem fazer a guerra se criam outra coisa ao mesmo tempo*, ainda que sejam novas relações sociais não-orgânicas” (idem:110).

Assim, nada fica oculto no que toca as conexões forjadas na máquina de guerra barretiana e, portanto, nenhum vestígio subsiste capaz de sustentar a idéia de que essa literatura tenha sido trabalhada na tessitura de embates intimistas. Ao contrário, ela se destaca pelo expressivo em que forma e conteúdo passam a ser índices de desterritorialização no trato social e na literatura reconhecida. Logo, o enunciado barretiano deixa escapar sentidos que rompem não apenas com os modos hegemônicos de sociabilidade mas, sobretudo, elementos que despedaçam as formas cultas da língua, além de desafiar os ditames clássicos da literatura quando opera o cruzamento dos gêneros e as ramificações com tudo o que transita abaixo da linha oficial da boa ordem literária. Assim, se uma literatura maior:

...segue um vetor que vai do conteúdo à expressão: dado um conteúdo, em uma determinada forma, encontrar, descobrir ou ver a forma de expressão que lhe convém (...), uma literatura menor ou revolucionária começa por enunciar e só vê e só concebe depois (“A palavra, eu não a vejo, eu a invento”). (Deleuze e Guattari, 1977: 43)

Portanto, não há o que procurar no romance que não esteja em suas crônicas, que não se ache nos seus contos e que também não componha sua correspondência. Não se trata, contudo, do mesmo Lima, mas de fluxos que tomam parte em um rizoma¹², linhas, direções a se ramificar na invenção de territórios e ambientações barretianas. Nessa escritura, os elementos que constituem as peças de uma máquina literária não são significantes de uma matéria ausente, mas componentes de passagem, circuitos de saída frente às lógicas e conteúdos já dados.

Propiciar a circulação dos hábitos considerados aquém da urbanidade provoca desatino na desvairada opulência modernizante, além de inquietar e acionar os mais agudos desacordos, frente aos desígnios e ao “bovarismo” da burguesia carioca:

A nossa mania de fachadas leva-nos a prorromper em berreiros pelas colunas dos jornais, reclamando dos poderes públicos providências para que sejamos conhecidos na Europa, na Ásia, etc., a fim de evitar que os estrangeiros não mais nos caluniem, dizendo que aqui há negros e mulatos; entretanto, não nos lembramos que nós não

¹² O rizoma designa uma correlação não localizável, ao modo das rupturas, das direções movediças, ou como situa Deleuze e Guattari em *Mil Platôs* (1995) é um agenciamento que torna o próprio pensamento nômade.

nos conhecemos uns aos outros, dentro do nosso próprio país, e tudo aquilo que fica pouco adiante dos subúrbios das nossas cidades, na vaga denominação de Brasil, terra de duvidosa existência, como a sua homenagem da fantástica geografia pré-colombiana. (Co I, 1956: 270)¹³

Essa indigesta ambiência que, de um só golpe, revolve tecidos dobrados em sua conformidade, faz saltar ocorrências ou personagens capazes de operar uma espécie de contra-mão na ordem das coisas literárias e dos bons e “inconfessos” interesses sociais. Assim, configura-se a máquina de expressão que, no início do século, irrompe na cena republicana, tingindo em cores contundentes um questionamento à sua própria época, agenciando elementos que surpreendem até os dias de hoje e lançando raios de luminosidade que possivelmente se farão colher em tempos ainda vindouros.

Máquina de expressão a permutar histórias e trajetos citadinos em incontidos revezamentos, tecendo oscilatoriamente percursos que ora o aproximava do mundo literário, ora o afastava, acirrando discordâncias, outras vezes deixando-se surpreender – pelo lapso de um gole – em embates nos quais ele não se permitia transigir.

Mas, afinal, que composição informava seus combates mais urgentes?

Muito já se escreveu sobre a forte ligação de Lima Barreto com o pai.

Um breve recorte seria suficiente para situar a desassossegada trajetória de João Henriques, um tipógrafo cuja vida profissional e familiar se fez repleta de episódios difíceis, até talvez o que tenha sido o momento crucial. Viúvo, com quatro filhos pequenos, lhe ocorreu perder “o lugar na Imprensa Nacional e o emprego na Tribuna Liberal” (Barbosa, 2002: 67) por motivos políticos, quando da implantação da República. Os momentos posteriores foram atenuados com sua nomeação para o cargo de escriturário da Colônia de Alienados da Ilha do Governador, mesmo local em que doze anos depois enlouqueceria, permanecendo assim os últimos vinte anos de sua vida.

Em meio às surpresas que o destino lhe reservara, João Henriques transformava as dificuldades em uma confiança inabalável em Afonso Henriques

¹³ Francisco Lima de Assis Vianna, jornalista e poeta redigia em uma revista de Belo Horizonte. Dentre seus escritos consta um artigo em que comenta favoravelmente *Triste Fim de Policarpo Quaresma*.

de Lima Barreto, propiciando ao filho a melhor educação possível no intuito de vê-lo formado doutor.

Mesmo diante de projetos adiados, luta renhida e adversidades políticas João Henriques aguardava, silenciosamente, aspirações de tempos melhores e, durante um considerável período, sua expectativa de uma vida mais promissora esteve associada a estímulos materiais advindo de correligionários dos tempos de monarquia. Dentre as amizades, ele contava com a ajuda do Visconde de Ouro Preto – padrinho de Afonso Henriques –, o que fortalecia a tênue convicção de que a vida ainda poderia se tecer de outra maneira (Barbosa, 2002).

Quanto ao filho, órfão aos seis anos, desde cedo conheceu os obstáculos devidos à precariedade econômica da classe social a que pertencia, bem como a herança discriminatória reservada aos de sua cor – neto de escravos – e as dificuldades comuns à sua gente.

Em função da doença paterna e do acirramento dos problemas financeiros e familiares, Lima Barreto tornou-se arrimo de família aos vinte e um anos de idade. Assim, o novato escritor, que já amargava dificuldades para concluir o curso de engenharia na Escola Politécnica, resolve abandoná-la. Mediante concurso público, inicia compulsoriamente a carreira de amanuense da Secretaria da Guerra. Mas as dificuldades familiares não encontravam fim, levando-o a protestar contra as injustiças, não apenas as afetivas como as administrativas¹⁴:

Não será preciso, creio, muito esforço de pensamento para que Vossa Excelência calcule as dificuldades que sobrevêm à vida, à marcha, e à economia de uma família que, vivendo de recursos oriundos de modesto ordenado de seu chefe, se vê, de uma hora para outra, constringida a viver com menos da metade desse ordenado... Vossa Excelência imaginará como isso é difícil?

Agora Vossa Excelência verá quanto mais difícil é, para essa gente, viver com coisa nenhuma!

Não há negar: é horroroso. Pois bem, foi esse o caso de meu Pai até dezembro de 1903, quando, por esse tempo, eu fui nomeado amanuense da Secretaria da Guerra, emprego do qual vou tirando alguns recursos para sustentar a minha numerosa família. (Co I, 1956: 56)

¹⁴ Carta datada de Março de 1904 endereçada ao Diretor do Tesouro solicitando a expedição do título de aposentadoria de João Henriques. O decreto que regulamentava este benefício já estava assinado há um ano.

O quadro que se descortinou no despertar da sua carreira literária gerou turbulências em várias áreas de sua vida, reacendendo antigos desagradados à medida que o tempo confirmava redobrados desacordos com a cena familiar. Lima Barreto não esconde sua insatisfação frente aos reveses do cotidiano, vendo recrudescer antigas suspeitas quanto à possibilidade de trilhar com desembaraço o universo da arte, que tanto o estimulava. Mais uma vez as expectativas largamente embaladas encontravam-se seriamente ameaçadas por rupturas que traçavam dúvidas e desencantos, em meio a projetos sensivelmente construídos. Aos vinte e três anos ele escreve no seu diário, entre projeções e apreensões, as desconfianças que pairavam em seus intentos:

Último dia do mês em que, com certa regularidade, venho tomando notas diárias da minha vida, que a quero grande, nobre, plena de força e de elevação. É um modo do meu “bovarismo”, que, para realizá-lo, sobra-me a crítica e tenho alguma energia. Levá-la-ei ao fim, movido por esse ideal interessado e, se as circunstâncias exteriores não me forem adversas, tenho em mim que cumprir-me-ei. (IL, 1956: 96)

Lima Barreto, desde antes da doença do pai, já tinha firmado alguns propósitos literários e, para tal, conjurava compromissos que pudessem prejudicar seus elevados objetivos. Levar uma vida regrada constava em seus mandamentos iniciais, além de ter que cumprir “com larga dedicação os estudos de cálculo e da mecânica – que cronificavam sua trajetória de aluno da Politécnica” (Barbosa, 2002:115). Das atividades preferidas, constava o prazer das leituras dos clássicos, dos romances nacionais e os estudos dos grandes temas da história e da sociedade.

Ao escrever em pequenos jornais, integrar grupos de estudantes, freqüentar reuniões com jornalistas, políticos, literatos, bem como se fazendo assíduo freqüentador dos bares e cafês do centro do Rio – “quadrilátero” onde tudo se discutia e se “decidia” –, Lima Barreto participava ativamente da vida da cidade e do país. Em meio a grandes adversidades e definidos propósitos, deliberadamente restringia-se quanto a concessões de exuberância social ou comportamentos de displicência mundana. Incluía também na urdidura de suas metas, pelo menos inicialmente, uma não disponibilidade a contratos de natureza conjugal e no seu decálogo constava a intenção de “não beber excesso de coisa alguma” (DI, 1956:33).

Ao debruçar-se sobre Kafka e os diferentes gêneros de sua escrita, Deleuze e Guattari sinalizam a relação deste escritor com o pai. Dentre outras assertivas, indicam que Kafka não nutria uma vontade de “tornar-se livre em relação a ele (questão edipiana), mas [em] como encontrar um caminho justamente onde ele não o encontrou” (Deleuze e Guattari, 1977:16). Assim, também se pode pensar a contrariedade que se desencadearia nos anos de juventude de Lima Barreto: esta não se explicaria apenas em relação à questão econômica e, principalmente, à desesperança em relação à doença do pai, ou seja, não se definiria em uma contrariedade psico-familiar o fundamento de suas desavenças com as ordens existentes. Lima Barreto pensava, a seu modo, uma saída onde outros encontravam a força do destino ou das determinações sociais.

Contudo, o que se vai descortinando em termos de exigência familiar e restrição material em muito se distancia dos planos iniciais, de modo que, entre desacordos compatíveis e outros jamais conciliáveis, forja-se o escritor Lima Barreto.

No rastro das adversidades que ainda estariam por se agravar, o romancista se vê forçado a adentrar o subúrbio – região da qual nunca mais sairia. O subúrbio entranharia seu corpo, incluído definitivamente em seus trajetos de ida e volta ao trabalho, nas caminhadas e bares em tempos de poucos recursos e na irrigação do sentido literário que já há algum tempo dele se apossara – paixão pela cidade que se faria traduzir até o dia de sua morte, que se fez acompanhada por este mesmo povo que comparecia em sua escrita¹⁵.

Um fluxo de cidade por um fluxo de palavras. Talvez possa ser essa outra inspiração deleuzeana a que melhor sintetize a produção desejante-literária barretiana; passeios pela cidade, frequência aos cafés, caminhadas trôpegas a encerrar bares e noites – entremeados percursos em que se engendra uma profusão de artigos, crônicas, romances, contos e correspondências, dando vazão a uma obra que se faria inconfundivelmente original.

Contudo, esses fluxos não se fariam sem obstáculos; impedimentos reais ou imaginários, infligidos ou angariados, rejeitados, esperados e até queridos, seja

¹⁵ Enéias Ferraz, jornalista e escritor publicou um artigo no O País intitulado ‘A morte do Mestre’ descrevendo o enterro de Lima Barreto. Ver fragmento e referências desse texto em Barreto, L., *Correspondência II*, 1956:233.

como for, sempre um conjunto de forças cambiantes a ativar agenciamentos do desejo e, a um só tempo, enunciações de um romancista no “*Reino do Jambon*”.

Ainda resulta oportuno ressaltar que fluxos e embates não podem ser situados como exterioridades a se inter-relacionarem, constituindo uma unidade superior, sob pena de ferir a noção principal de agenciamento.

Investigando então um pouco mais as conexões em que se dá o entrelaçamento dos episódios brevemente elencados, tem-se a emergência do agenciamento cidade-literatura e sua linha bifurcante; boemia-literatura, capaz de explicitar o expressivo em que devém um escritor em Lima Barreto – máquina de guerra literária a efetuar **manobras subjetivantes nas ruas do Rio de Janeiro**.

Essa explicitação da noção de agenciamento se faz mais clara a partir dos estudos deleuze-guattarianos feitos sobre a obra de Kafka. Assim, os autores pensam a máquina literária como capaz de precipitar o encadeamento dos segmentos e ultrapassar as “potências diabólicas”:

A partir de então, o desejo vai estar em dois estados coexistentes: por um lado, vai estar preso em tal segmento, tal escritório, tal máquina ou tal estado de máquina, vai estar ligado a tal forma de conteúdo, cristalizado em tal forma de expressão (desejo capitalista, desejo fascista, desejo burocrático, etc.). *Por outro lado e ao mesmo tempo*, vai passar por toda a linha, arrebatado por uma expressão liberada, arrebatando conteúdos deformados, atingindo o ilimitado do campo de imanência ou de justiça, encontrando uma saída, precisamente uma saída, na descoberta de que as máquinas eram apenas concreções de desejo historicamente determinadas...(...)

(...) Por isso é tão desagradável, tão grotesco, opor a vida e a escritura em Kafka, supor que ele se refugia na literatura por carência, fraqueza, impotência diante da vida. Um rizoma, uma toca, sim, mas não uma torre de marfim. Uma linha de fuga, sim, mas de modo algum um refúgio. (Deleuze e Guattari, 1977: 88-62)

O que se apreende do agenciamento cidade/boemia-literatura em Lima Barreto são os rumores que escapam nas trajetórias do corpo, da palavra e dos afectos – percursos incansáveis pela cidade, pelas ruas, pelos bares e rodas literárias, pelos jornais, revistas e livros. Em última análise, caminhos que traduzem uma circulação desejanse na cidade e na literatura:

Certo dia em que me pus a pensar nisso, veio-me a reflexão de que não era mau que andasse eu a escrever aquelas tolices. Seriam como que exercícios para bem **escrever, com fluidez, claro, simples, atraente**, de modo a dirigir-me à massa comum dos leitores, quando

tentasse a grande obra, sem nenhum aparelho rebarbativo e pedante de fraseologia especial ou um falar abstrato que faria afastar de mim o grosso dos legentes. (CV, 1956: 138) (grifos meus)

Ainda não pude escrever, ou começar a escrever meu *Cemitério dos Vivos*, nem para Moses, nem para Leite. Ando numa roda viva e pondo em ordem as notícias de livros que me têm sido oferecidos. Já escrevi sobre o Perilo, artigo em que mandei a Carlindo, para ser publicado no A.B.C., amanhã mando outro sobre o Tenente Manuel Carlos – *Ensaio de Sociologia*. Ainda tenho dois a escrever: um sobre o Cruls – *Coivara*; e outro, sobre o Mario Sete – *Senhora de Engenho*.

De resto, tenho sido convidado a passeios, **a palestrar aqui e ali**, coisas delicadas a que não me posso furtar. Estou muito contente comigo e com a literatura. (Co II, 1956: 122) (grifos meus)¹⁶

... Fui para os confins de São Paulo com ele na mala; mas lá em Mirassol do Rio Preto ele andou de mão em mão, como você leu na *Careta*. Não pude fazer o que pretendia. Voltei e ele ficou nas mãos de uma senhora que mo mandou um mês depois. Já estou de posse dele e vou desempenhar-me do que prometi a você o mais breve possível. Queira você desculpar-me, mas deve saber que **sou muito boêmio**, para não dizer outra coisa. Isto não impede que sejamos bons amigos e camaradas. (Co II, 1956: 155) (grifos meus)¹⁷

Os negritos aqui destacados visam a ressaltar dos fragmentos registrados o quanto Lima Barreto se preocupava em fazer sua fala circular, seja na forma escrita, na comunicação com outros, na vida da cidade. Assim, boemia-literatura se constitui também em uma conexão cujo efeito precípua é a circulação na cidade em todos os sentidos. Circulação desejante da palavra e do corpo – máquina expressiva em que se opera a indissociabilidade do fazer circular a palavra e a presença na cidade. Forma de expressão na vida e na arte, mapa de intensidades, “conjunto de estados, distintos uns dos outros, enxertados no homem na medida que ele busca uma saída” (Deleuze e Guattari, 1977: 54) – frente às suspeitas acalentadas, às ocorrências inusitadas e à indignação sempre retomada em grandes contendas ou em pequenos confrontos.

Da mesma maneira que essa conexão inventa esse lugar, de forma alguma dado para alguém com a origem de Lima Barreto, de outro modo também lhe permite experienciar, mas nem sempre ultrapassar, os embates do corpo – racismo, preconceitos, fascismos de toda espécie – com o fluxo da palavra desterritorializadora. Alternam-se aí os estranhamentos, também inevitáveis, com os combates da escrita – provocações, ironias e críticas –, levando-o muitas vezes

¹⁶ Correspondência dirigida a Francisco Schettino.

¹⁷ Mario Sete, escritor pernambucano que manteve correspondência com o romancista.

a reterritorializar-se nas vielas e bares da amada cidade, nem sempre conseguindo aplacar a dor colhida dos contundentes desacordos literários.

Agenciamento boemia-literatura que, ao atualizar uma gama de efeitos, se reafirma pelo mesmo viés que as aproximou. Mas como explicitar esta conexão em sua literatura? Tal feito se constitui em uma tentativa arriscada, só tornada possível quando se adotam alguns dos caminhos que o próprio romancista convida a percorrer, principalmente aos que não temem partilhar as modulações que uma obra-vida não cessa em liberar:

A minha situação no Rio estava garantida. Obteria um emprego. Um dia pelos outros iria às aulas, e todo o fim de ano, durante seis, faria os exames, ao fim dos quais seria doutor!

Ah! Seria doutor! Resgataria o pecado original do meu nascimento humilde, amaciaria o suplício premente, cruciante e onímodo de minha cor... Nas dobras do pergaminho da carta, traria presa a consideração de toda a gente. Seguro do respeito à minha magestade de homem, **andaria** com ela **mais firme pela vida** em fora. Não titubearia, não hesitaria, livremente **poderia falar**, dizer bem alto os pensamentos que se estorciam no meu cérebro.

O flanco, que a minha pessoa, na batalha da vida, oferecia logo aos ataques dos bons e dos maus, ficaria mascarado, disfarçado...

Ah! Doutor! Doutor!... Era mágico o título, tinha poderes e alcances múltiplos, vários, polifórmicos... Era um *pallium*, era alguma coisa como clâmide sagrada, tecida com um fio tênue e quase imponderável, mas a cujo encontro os elementos, os maus olhares, os exorcismos se quebravam. De posse dela, as gotas de chuva afastar-se-iam transidas do meu corpo, não se animariam a tocar-me nas roupas, no calçado sequer. O invisível distribuidor dos raios solares escolheria os mais meigos para me aquecer, e gastaria os fortes, os inexoráveis, com o comum dos homens que não é doutor. Oh! Ser formado, de anel no dedo, sobrecasaca e cartola, inflado e grosso, como um sapo antes de ferir a martelada à beira do brejo; andar assim pelas ruas, pelas praças, pelas estradas, pelas salas, recebendo cumprimentos: Doutor, como passou? Como está, doutor? Era sobre-humano... (IC, 1998:19) (grifos meus)

O que deixa revelar esta bela página do *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*, além do que era ser doutor no Rio de Janeiro daquela época, é a circulação que se podia auferir quando o título e o reconhecimento se faziam advir a um cidadão comum. Se Lima Barreto nunca se encantou por anéis e diplomas, interessava-se fortemente em intervir nos destinos da sua gente, na vida da cidade e nos rumos da literatura. Veja-se:

...A culpa não é nossa, mas dos editores de livros e de jornais que, no seu próprio interesse, deviam ser os intermediários dessa **troca de idéias e obras**. O Rio de Janeiro, apesar de capital do país, atualmente, sob esse ponto de vista, é absolutamente uma lástima. O jornalismo cada vez mais se imbeciliza, e se transforma em [ilegível] de anúncios e coluna de Pasquino. Unicamente *O Imparcial* tem alguém especialmente encarregado da crítica literária, que é, como o senhor sabe, o João Ribeiro. Os outros, até o *Jornal do Comércio*, deixam essa parte entregue à boa vontade dos repórteres e redatores que, quase sempre, têm mais o que fazer...

Note que eu vivo entre homens da imprensa daqui e os conheço a todos ou a quase todos... Falo de cadeira e sem rancor...(Co II, 1956: 152) (grifos meus)¹⁸

Cidade-literatura, agenciamento que tende para limites não dados. Boemia-literatura, zona de modulação dos afetos em que se libera a capacidade de fabular – saída e criação frente aos agenciamentos cristalizados no campo social. Encontrar obstáculos nessa órbita e em outras que com ela mantém conexão não constitui novidade, a não ser quanto à forma e à intensidade dos dissabores que arrastam; principalmente quando se carrega uma suspeita de não poder ultrapassar o muro, os óbices – cimentados em impedimentos vividos como não ficcionais. Cidade-boemia-literatura, conexão a acentuar também a linha de fuga criadora, uma máquina de guerra literária na cidade, um escritor em Lima Barreto.

Assim, a força de intervenção na cidade via literatura significa, a um só tempo, efetuar interrogações às políticas literárias e aos interesses de certos grupos no controle dos bens culturais da cidade. Intervir nos meandros e destinos da literatura aponta também o seu horror, quando indica a possibilidade dessa força voltar-se contra ele. Desse modo, a escritura barretiana, ao mesmo tempo que conjura o perigo do isolamento social e literário, reativa a suspeita de ter o primeiro irremediavelmente vedado e a circulação literária definitivamente interrompida – efeito que pode ser flagrado na apreensão fantasmática que acomete *Isaias Caminha* quando envida todos os esforços para debelar o desconforto passível de brotar dos descaminhos de uma cidade loteada por doutores.

A circulação do romancista se faz então bifurcar tanto nas rodas literárias quanto nos diferentes confrontos que a sociabilidade impõe e, nas duas vias, tanto

¹⁸ Mario Sete estabelece correspondência com o romancista entre os anos de 1919-1921.

se liberam palavras quanto álcool. Em muitos momentos, tais efeitos correspondem à criação de estados intensivos, que muitas das vezes inspirariam os combates político-literários. Em outros, entrelaçam-se nas derrotas inevitáveis, produzindo o horror, um muro do qual, por muitas vezes, não será possível ao escritor efetuar um desvio.

Pode-se considerar, então, ser um falso problema situar o caráter memorialista da obra barretiana como aspecto a restringir, e até a minorar, a potência de sua arte, ou em identificar o ressentimento do romancista como gerador de sua literatura:

... Escritor eminentemente **memorialista**, a ponto de se tornar difícil, senão impossível, delimitar na maioria de seus romances e contos as fronteiras da ficção e da realidade, ele anotou, registrou, fixou, comentou e criticou os principais acontecimentos da vida republicana, melhor dito, da Primeira República. (Barbosa,1983:23) (grifo meu)

... Os dois romances nasceram, aliás, do mesmo **ressentimento**, refletindo as alternativas do estado de espírito do autor, ora revoltado, ora conformado, em face das injustiças que vinha sofrendo. Isaías é violento, quase um panfleto. No Gonzaga, predomina o tom irônico. Mas a verdade é que ambos revelam a personalidade de Lima Barreto, ou melhor, seu caso quase por inteiro. (Barbosa, 20002: 182) (grifo meu)

Segundo esse crítico e muitos outros especialistas, Lima Barreto é **identificado como ressentido**, e sua escrita **definida como memorialista**. Talvez porque ainda se faça realçar a literatura a partir de um corte autonomizado do contexto. Nessas análises, a realidade parece pairar como um cenário distante do horizonte da criação. Quanto ao escritor, ora é referido como equidistante dos aspectos deste cenário, ora se localiza colhido em todas as suas sutilezas, de um modo ou de outro, universos tecnicamente cindidos.

Na perspectiva analítica aqui assumida, o escritor em Lima Barreto não poderia se fazer à margem de todos os componentes do agenciamento cidade-liteatura/boemia-literatura. Infere-se, por conseguinte, que ele tampouco poderia escrever de outra maneira, reafirmando assim a concepção de que biografia e escritura não encontram separações, apenas bifurcações, interferências e ressonâncias em que os gêneros se conectam, se imiscuem e se separam – intensidades maquínicas em diferença e reterritorializações que interrompem sua

fabulação, incitando-o mais a polemizar, atacar e a criticar. Literatura barretiana, rizoma cujas hastes se formam captadas e des-dobradas da circulação literária à boemia das ruas, no caminho potente de uma exuberante fabulação criativa.

A presença de episódios familiares, o retratar de peripécias cotidianas, a exacerbação das cores populares, bem como as provocações às pátinas oportunistas e arbitrárias da elite são faces do agenciamento em questão, o que significa que sua forma literária comporta todo o expressivo em que se revela também a impossibilidade de existir de outra maneira. Portanto, é nessa zona de indiscernibilidade na qual oscila o agenciamento cidade-boemia-literatura, que a potência de escrever ganha sentido e se institui como realidade – uma estética militante a nuançar mundos a um só tempo, indiscerníveis.

Deleuze e Guattari, ao discutir o valor coletivo do texto de Kafka afirmam que não há sujeito – apenas existem agenciamentos coletivos de enunciação – e a literatura exprime esses agenciamentos. “A letra K não designa mais um narrador nem um personagem, mas um agenciamento tanto mais maquínico, um agente tanto mais coletivo na medida em que um indivíduo aí se encontra ramificado em sua solidão...” (Deleuze e Guattari, 1977:28).

Importa realçar em uma outra leitura da obra barretiana que é exatamente da relação que o romancista, cronista, etc. estabelece com outras vozes da cidade, principalmente as que não são ouvidas, que se forjam os termos da relação boemia-literatura, em níveis mais amplos: cidade-literatura ou, ainda, militância-literatura.

Militante é como ele definia sua literatura. Mas o que seria, para Lima Barreto, uma arte militante? O fragmento seguinte apresenta como a arte importa para ele:

... A *Comédia* não perde por esperar; mas, desde já, eu te posso dizer que o afastamento de “certo público” (não direi nosso) do teatro feito por brasileiros, é porque as suas obras não têm nenhuma tendência, não discute qualquer questão que nos interesse como nação, como indivíduos e particularmente como brasileiros.

As preocupações subalternas do jogo de cena, enfim da técnica teatral, como dizem pomposamente os nossos raros autores respeitáveis, são absorventes para eles, a ponto de se esquecerem dessa coisa muito elementar, isto é, que quem escreve uma peça, um romance, um poema, tem de dizer alguma coisa de seu, de próprio, exprimir uma emoção sua e original diante dos homens e das coisas e

agitar idéias adequadas à arte em que trabalha. (Co II, 1956:136) (grifos meus)¹⁹

E quanto à literatura, ele afirma:

No nosso tempo de **literatura militante**, ativa, em que o palco e o livro são tribunas para as discussões mais amplas de tudo o que interessa o destino da humanidade.(...)

... Entretanto, num país como o Brasil em que, por suas condições naturais, políticas, sociais e econômicas, se devem debater tantas questões interessantes e profundas, nós nos estamos deixando arrastar por esses maçantes carpideiros do passado que bem me parece serem da raça desses velhos decrepitos que levam por aí a choramingar a toda hora e a todo o tempo: “Isto está perdido!”... (IL, 1956: 164-165) (grifos meus)

Pelo que se depreende de suas próprias argumentações, a literatura militante aponta para a necessidade de o artista agitar idéias, de exercer a escrita ao modo de uma tribuna, anunciando determinados fatos desconcertantes, polemizantes; os mesmos que não recolhem das camadas sociais dominantes a importância merecida. Apresentar o panorama social em suas sutilezas, potencializando a indignação e a transmutação acerca das coisas e dos homens.

De igual maneira, a posição militante que se desprendia da crítica barretiana, dirigia-se tanto às imagens de velhos sistemas literários quanto às criações de tessitura parva, que nada dizem, mas se fazem exuberantes aos meios jornalísticos e editoriais – até porque esses meios sempre tiveram fins e donos. Em uma carta dirigida a Mário Pederneiras²⁰, Lima Barreto afirma seu intento:

... nada mais, nada menos, levar ao teu conhecimento que não colaboro mais na *Fon-Fon*.

Não me gabo de ser lá grande escritor, muito menos que o seja para os proprietários da lindíssima *Cosmos*; entretanto, tenho feito esforços, neste e naquele gênero, para os agradar. Fantasio, imagino, faço química, escrevo pilhérias... não há meio!

Demais, vejo que as coisas minhas não agradam, ficam à espera enquanto as de vocês nem sequer são lidas, vão logo para a composição. Não há ciúme, nem despeito, mesmo que os houvesse era justo que perdoasses em mim esse assomo d’alma, pois que de há muito venho me resignando; entretanto, não há...(Co I, 1956: 162)

¹⁹ Miguel Austregésilo foi contemporâneo de Lima Barreto na Escola Politécnica tornando-se, mais tarde, engenheiro da Prefeitura do Distrito Federal.

²⁰ Jornalista e poeta, Mario Pederneiras foi um dos fundadores da *Fon-Fon*. Lima Barreto colaborou pouco tempo nessa revista, escrevendo muitas vezes com pseudônimo – o que fazia também em jornais, boletins etc.

Entre outros, esse é mais um motivo que levou Lima Barreto, junto a outros amigos, a lançar a revista *Floreal* em 1907, no intuito de poder ver publicados seus escritos, assim ficando livre das “injunções dos mandarinos literários, aos esconjuros dos preconceitos, ao formulário das regras de toda a sorte” (IL, 1956: 183).

Essa foi uma entre outras maneiras pela qual o escritor realizou sua intervenção no panorama intelectual dominante: fazer efetivamente o sistema fugir e, para tanto, nada melhor que uma revista não alinhada aos ditames oficiais, permitindo assim tentativas literárias inovadoras, realçar temáticas de interesse coletivo, romper hierarquias, burocracias e a proliferação de acordos de várias patentes. Como não escrever assim?

– Você exagera, objetou Leiva. O jornal já prestou serviços.

– Decerto... não nego... mas quando era manifestação individual, quando não era coisa que desse lucro; hoje, é a mais tirânica manifestação do capitalismo e a mais terrível também... É um poder vago, sutil, impessoal, que só poucas inteligências podem colher-lhe força e a ausência da mais elementar moralidade, dos mais rudimentares sentimentos de justiça e honestidade! São grandes empresas, propriedade de venturosos donos destinadas a lhes dar o mínimo sobre as massas, em cuja linguagem falam, e a cuja inferioridade mental vão ao encontro, conduzindo os governos, os caracteres para os seus desejos inferiores... Não é fácil a um indivíduo qualquer, pobre, cheio de grandes idéias, fundar um que os combata... Há necessidade de dinheiro; são preciosos, portanto, capitalistas que saibam bem o que se deve fazer num jornal... Vocês vejam: antigamente, entre nós, o jornal era de Ferreira de Araújo, de José do Patrocínio, de Fulano, de Beltrano... Hoje de quem são? *A Gazeta* é do Gaffrée, o *Páís* é do Visconde de Moraes e assim por diante. E por detrás dela estão os estrangeiros, inimigos nossos naturalmente, indiferente às nossas aspirações... (IC, 1998: 109-110)

Mas a revista *Floreal* não passará da quarta publicação, resultando em mais um constrangimento quanto à possibilidade de fazer circular a palavra e projetos no campo da literatura. Embora tal episódio tenha deixado um agudo dissabor, além de reacender antigas suspeitas, não impedirá, contudo, outros agenciamentos do desejo:

Por toda parte uma única e mesma paixão de escrever, mas não a mesma. A cada vez a escritura ultrapassa um limiar, e não há limiar superior ou inferior. São limiares de intensidades, que só são mais altas ou mais baixas segundo o sentido em que são percorridas. (Deleuze e Guattari, 1977:61)

Intensidades que se traduzem no expressivo da escrita de Lima Barreto. Personagens deslocados, desgarrados, desprezados, alguns até desarrazoados; mas sempre a interrogar a cidade e o país em suas máquinas, sua governabilidade duvidosa, seus mandarins urbanos e o ainda vigente baronato rural. Reverberar as intrigas palacianas, o arbítrio da milícia e o mandonismo republicano se revezavam em sua escrita, em meio aos questionamentos da modernização importada. Movido por esta direção, ele não se esquivava de ressaltar a conveniência política, os interesses da burguesia, os descasos da elite, a resolução positivista, os solavancos da ciência, o racismo laminar, em suma, componentes que se reordenam agudizando o projeto de precariedade social que se descortinaria por todo o século que estava a se iniciar. Em outras palavras, “as potências diabólicas que batem à porta” (idem:62) de uma República que não abolira direitos imperiais, procedimentos de colonização e que se reafirmara em práticas científico-policiais.

Esse panorama revela-se no expressivo em que o acontecimento Lima Barreto deixa-se traduzir em construção literária, principalmente quando se considera que “a expressão precede o conteúdo e o conduz (com a condição, é verdade, de não ser significante): viver e escrever, [considerando que] a arte e a vida, só se opõem do ponto de vista de uma literatura maior” (idem: 62):

Ficava assim um tempo longo, a ver e quando se voltava, olhava a cidade que entrava na sombra, aos beijos sangrentos do ocaso.

A noite chegava e Quaresma continuava a passear na borda do mar, meditando, pensando, sofrendo com as lembranças de ódios, de sangueiras, e ferocidade.

A sociedade e a vida pareceram-lhe coisas horrorosas, e imaginou que do exemplo delas vinham os crimes que aquela punia, castigava e procurava restringir. Eram negras e desesperadas, as suas idéias; muitas vezes julgou que delirava. (PQ, 1997: 163)

Como lhe parecia ilógico com ele mesmo estar ali metido naquele estreito calabouço. Pois ele, o Quaresma plácido, o Quaresma de tão profundos pensamentos patrióticos, merecia aquele triste fim? De que maneira sorrateira o Destino o arrastara até ali, sem que ele pudesse pressentir o seu extravagante propósito, tão aparentemente sem relação com o resto de sua vida? Teria sido ele com os seus atos

passados, com as suas ações encadeadas no tempo, que fizera com que aquele velho deus docilmente o trouxesse até a execução de tal desígnio? Ou teriam sido os fatos externos, que venceram a ele, Quaresma, e fizeram-no escravo da sentença da onipotente divindade? Ele não sabia, e, quando teimava em pensar, as duas coisas se embaralhavam, se emaranhavam e a conclusão certa e exata lhe fugia. (idem: 165)

Capítulo 2

Estética, Ética e Política: embates em uma escrita barretiana da história

Interrogar algumas noções consagradas acerca da cena literária da cidade do Rio de Janeiro nos primeiros anos da República corresponde a uma ousada investigação assumida por esta pesquisa. Esta sensação advém principalmente da ação de revolver camadas interpretativas tornadas realidade a partir de sedimentações operadas por práticas discursivas no campo dos estudos literários e historiográficos. Considerar determinadas construções e inquirir outras requer um salto amparado na coragem, principalmente quando se parte de patamares de análise concretizados por historiadores de grande envergadura. Tal empreitada só é possível de ser realizada quando se adota um tipo de aproximação da história que não se limita ao registro do acontecido em tempos pregressos.

Lima Barreto também repudiava a maneira clássica de fazer história. Deixa bem claro seu entendimento dessa arte quando, ao criticar um certo “Visconde de Pancome”, o identifica como um historiógrafo sem o senso do tempo e o sentimento do seu país e, sobretudo, por conta das idéias do “Visconde” acerca da história serem...

...as mais estreitas possíveis: datas, fatos. (...) A história social, ele não a sentia e não a estudava. (...)

Não se voltava para o interior do país, não lhe via a população com as suas necessidades e desejos. Pancome sempre tinha em mira saber como havia de pesar, lá fora, e ter o aplauso dos estrangeiros. (...)

Entretanto, forçoso é dizer que Pancome desconhecia as **ânsias, as dificuldades, as qualidades e defeitos de seu povo**. A história econômica e social da Bruzundanga ainda está por fazer, mas um estadista (critério clássico) deve tê-la no sentimento. Pancome não a tinha absolutamente. A sua visão era unicamente diplomática e tradicionalista. (Bz, 1956: 105-106) (grifos meus)

As pistas oferecidas pelo romancista indicam que um conjunto de matizes que ainda não estão dados é capaz de permitir que uma outra história sobre a realidade brasileira possa ser escrita. Nos termos da presente pesquisa, revisitar algumas paisagens em que se desenrolou a cena barretiana significa também poder

construir uma outra narrativa acerca da escrita deste autor e, necessariamente, apresentar um outro em Lima Barreto.

2.1

Narrativas e implicações nas práticas de uma outra história

Uma concepção de história cuja narrativa visa a extrair novas determinações em uma realidade faz-se a partir do material disponível e da maneira particular em que a inclinação do pesquisador venha a se efetuar.

Como esclarece Margareth Rago (2001), a trama que vai então se definindo pelo estudo de determinados eventos se realiza não apenas pelos procedimentos teórico-metodológicos, mas, sobretudo, através de “um olhar, dentre vários outros possíveis, marcado por nossa atualidade, vale dizer, por nossa inserção cultural e social enfim, por nossa própria subjetividade” (idem: 10).

Nessa mesma via, Keith Jenkins (2001) considera a relação entre passado e história como elementos pertencentes a categorias diferentes, permitindo uma concepção da história que enfatiza a idéia da variação a partir de práticas específicas de investigação e de suas respectivas formas discursivas.

Também Paul Veyne (1982), em seus estudos foucaultianos, afirma que “as coisas só existem por relação e a determinação dessa relação é sua própria explicação”. Essa posição define a inexistência de um objeto em si e a impossibilidade de se fazer qualquer consideração identitária, sobretudo quando se compreende tempo e espaço como componentes diferenciadores na construção historiográfica.

A multiplicidade caleidoscópica das interpretações e as relações inusitadas de uma “história pensada no presente” podem, por ventura, deixar antever uma fragilidade epistemológica para quem, a certa distância, observa esse caminho. Contudo, diferentemente dessa ótica, impõe-se afirmar que só dessa maneira enfrentar-se-á a radicalidade do que consiste em historicizar: trabalhar os objetos conceituais a partir do plano de relações que os forjaram. Tal opção evidencia que o presente estudo pautar-se-á por realçar a dimensão política, adensada por uma concepção genealógica da história. Desse modo, é possível interrogar muitas formulações que são apresentadas como explicativas da história, exatamente por considerá-las uma elaboração específica – segundo uma determinada maneira de

mapear os eventos e um determinado tipo de molde tornado adequado aos dados em questão. Essa potência de interrogar as “linhas de proveniência” de determinadas ocorrências é o que permite a muitos historiadores afirmar que a história é sempre uma construção do presente e, em virtude deste ponto de vista, sempre se fará de maneira prospectiva.

Lançar mão de determinadas ferramentas conceituais não raro provoca a discussão saudável acerca dos estratos e emergências em que os vários saberes vão sendo construídos, o que concorre para a formalização de outras redes discursivas, capazes de apresentar um panorama modificado de uma dada configuração social.

Como adverte Michel Foucault em “O Sujeito e o Poder”, estudar os fatos históricos conhecidos por todos e considerado por muitos como banais “é descobrir – ou tentar descobrir – que problema específico e talvez original a eles se relaciona” (1995:233). Seguir o rastro desta perspectiva implica, neste estudo, analisar as racionalidades em ação no bojo da modernização da Cidade do Rio de Janeiro nos primeiros anos do século XX e as formas que lhe prestaram oposição, no intuito de encontrar as produções de subjetividade que aí se engendraram. Torna-se imprescindível apresentar então alguns enunciados que dão visibilidade aos embates classicamente estudados, e, especificamente, inventariar outras linhas presentes nessas cartografias, de modo que seja possível forjar um plano de consistência para outras tematizações pertinentes aos estudos da História, da Literatura e da Subjetividade. Assim, adotar o mote do discurso literário enredado nos traços de um determinado momento histórico possibilita pensar as construções que alinham modernização, arte e subjetivação em um perspectivismo capaz de dar sustentação a operadores conceituais relativos aos processos de produção de subjetividade. Neste momento, impõe-se esclarecer o que vem a ser esse perspectivismo.

Friedrich Nietzsche, em um texto intitulado “Sobre Verdade e Mentira no Sentido Extra-Moral” [1873] – (1996), incita uma vibrante discussão acerca do impulso à verdade que se apodera do homem ocidental. Ele interroga uma designação uniformemente válida e obrigatória das coisas, geralmente enfeixadas por um conjunto de determinações arbitrárias auferidas por um certo lugar e logicamente manifestadas em uma expressão moral. Contrário ao dogmatismo da razão, o filósofo indica o heterogêneo e a afirmação da diferença como esteios de

um perspectivismo a acolher os acontecimentos e as singularidades que se desenrolam em seu campo de vizinhança, de modo a poder tornar, de novo, o pensamento possível. Nessa via, convida a um outro exercício dos conceitos:

Pensemos ainda, em particular, na formação dos conceitos. Toda palavra torna-se logo conceito justamente quando não deve servir, como recordação, para a vivência primitiva, completamente individualizada e única à qual deve seu surgimento, mas ao mesmo tempo tem de convir a um sem-número de casos, mais ou menos semelhantes, isto é, tomados rigorosamente, nunca iguais, portanto, a casos claramente desiguais. Todo conceito nasce por igualação do não-igual. (Nietzsche, 1996: 56)

O perspectivismo nietzscheano indica a necessária presença de uma desestabilização do conceito, o que corresponde à impossibilidade de reconhecer uma natureza ou uma substância que responderia por um desenvolvimento na história. Acolher este caminho significa imbuir-se do pensamento da diferença, tanto nas interrogações foucaultianas da história quanto nas problematizações deleuzianas frente à arte literária, considerando que ambas convergem na investigação e na formalização de um pensamento que se dedica a interrogar os modos de subjetivação – objetivo central do presente trabalho.

Cabe, neste momento, insistir na forma em que vão ser destacados e problematizados os componentes mais pregnantes da modernização no cotidiano da cidade do Rio de Janeiro em tempos de *Belle Époque*. Nesse sentido, são acolhidas interpretações acerca da história da cidade, bem como alguns conteúdos referidos à trajetória de Lima Barreto e o tipo de relação estabelecida entre ambas as séries. Em outras palavras, alguns discursos sobre essas temáticas tornar-se-ão material de análise, tanto em função da posição teórico-metodológica adotada por alguns estudiosos quanto pelas conclusões formalizadas a partir das questões desenvolvidas. Segundo Jenkins (2001):

... a história depende dos olhos e da voz de outrem; vemos por intermédio de um intérprete que se interpõe entre os acontecimentos passados e a leitura que deles fazemos. É claro que, conforme diz Lowenthal, a história escrita reduz a liberdade lógica do historiador para escrever tudo que lhe der na telha, pois nos permite o acesso às suas fontes. No entanto, o ponto de vista e as predileções do historiador ainda moldam a escolha do material, e nossos próprios construtos pessoais determinam como o interpretamos. O passado que “conhecemos” é sempre condicionado por nossas próprias visões, nosso próprio “presente”. Assim como somos produto do passado,

assim também o passado conhecido (a história) é um artefato nosso. (Jenkins, 2001:32-33)

Enfatizando ainda mais a idéia dos modos de objetivação enquanto condição imanente à construção dos saberes e, por conseguinte, da produção historiográfica, cumpre ressaltar as questões que se apresentam nessas relações de saber-poder em que se processa a ação de pesquisar:

...Ao traduzir o passado em termos modernos e usar conhecimentos que talvez não estivessem disponíveis antes, o historiador descobre não só o que foi esquecido sobre o passado, mas também “reconstitui” coisas que, antes, nunca estiveram constituídas como tal. Assim, as pessoas e formações sociais são captadas em processos que só podem ser vistos retrospectivamente, enquanto documentos e outros vestígios do passado são tirados de seus propósitos e funções originais para ilustrar, por exemplo, um padrão que nem remotamente tinha significado para seus autores. (Jenkins, 2001: 34)

Impõe-se pois partir de uma concepção da história enquanto campo de forças capaz de operar caminhos, criar destinos e alterar naturezas. Interessar-se por uma “metodologia da história” significa poder acatar os eventos descontínuos, efeitos não programados e, nessa via, considerar que os pretensos objetos não teriam o estatuto de origem, isto é, não seriam prévios às práticas que o produziram. Para Paul Veyne (1976):

... a história é um conjunto de acontecimentos onde cada um é determinado, mas dos quais apenas alguns são objetos de ciência, e cujo todo é um caos...(...)

... Nessa rede de interações que é a história, o motor estará em todas as partes onde queiramos localizá-lo.

Ora, como consequência de uma categoria de causas não ter o privilégio de ser um primeiro motor, ela pode sempre, ao sabor das circunstâncias, ser posta em cheque por outros fatores que se revelam mais potentes nessa ou naquela conjuntura; é aí que aparece a idéia de variável estratégica. (...) Não existe motor da história, mas somente variáveis estratégicas que não são as mesmas de uma conjuntura a outra; a história, a que fazemos e a que escrevemos, não é então negócio de ciência, mas de prudência. (Veyne, 1976: 65-67-68)

Ficam bem evidenciadas as diferenças entre o perspectivismo aqui adotado e a concepção metodológica que enfatiza a realidade material concreta, isto é, os movimentos do real pensados a partir das determinações econômicas. Esta segunda lógica estabelece uma relação de transcendência das condições sócio-

econômicas quanto às narrativas que, compulsoriamente, estariam fadadas a se atualizar. No rastro desse segundo modelo do pensamento se tece o entendimento da noção de estrutura social como anterior à instância ou formação subjetiva, ou seja, as primeiras condicionando as estruturas psíquicas. Frequentemente, esse par conceitual é também apresentado como pertinente a um imaginário social e, em atendimento à mesma premissa, a formação subjetiva resultaria das representações gestadas nos diferentes segmentos da sociedade. Em qualquer dos casos, os parâmetros forjados permitem uma leitura da subjetividade como região separada das forças políticas, além de garantir – tais construções – a compreensão universalizante-relativista da subjetividade.

Diferentemente dessa clássica maneira de conceber processos sociais e processos subjetivos, o que quer um projeto genealógico diante dos elementos que irrompem na história diz respeito à produção do real a partir dos engendramentos de saber-poder que lhe são imanentes, o que implica em historicizar “todas aquelas interpretações que têm pretensão à certeza e não questionam suas próprias condições de produção” (Jenkins, 2001: 105).

Evita-se, desse modo, recolher os escritos de Lima Barreto como documentos que refletiriam o passado de um Rio de Janeiro convulsionado pelo processo de modernização. Diferentemente, a escrita deste romancista é acolhida como uma região de acontecimentos, o que permite uma analítica transversal nas forças em ação naquele campo social.

2.2

Ordens em revolta... e a modernização não pede passagem

O que se pretende encontrar em Lima Barreto, principalmente ao perscrutar o plano de composição de sua obra, são as forças que encenam embates, a um só tempo na cidade, no campo literário e na formação subjetiva das classes populares – a vida do escritor é uma dentre essas muitas expressões.

Ao realçar as múltiplas faces do Rio de Janeiro – os bairros, os costumes, a miséria, as epidemias, os confrontos entre seus habitantes, as camadas dirigentes, as elites, etc. – Lima Barreto se vê impelido a matizar as tonalidades do panorama geral em que se redesenha a configuração social e política da época. Adotando uma escrita mordaz, faz adentrar a fala das ruas na cena da *Belle Époque* Tropical,

não se esquivando a polemizar com os discursos que traduzem as novas oficialidades: ‘abolição’, ‘novo regime’, ‘ciência’, ‘modernidade’, em suma, temas queridos e estimulados à época da “*República do Kaphet*.”

Em suas análises sobre a Primeira República, Nicolau Sevcenko aborda o processo crescente de modernização das cidades e a “transformação das capitais dessas sociedades em centros cosmopolitas, alimentados pela produção cultural e editorial das metrópoles européias” (1995: 82).

A ampliação de mercado, a profusão de produtos industrializados e a difusão dos padrões de sociabilidade de economias capitalistas avançadas eram fluxos que encontravam, em terras tropicais, um sistema oligárquico semifechado. Tal herança correspondia a práticas em que o controle do Estado se fazia a partir de uma certa repartição dos quadros burocráticos, em uma exibição prolongada do clientelismo e do patrimonialismo das elites agrárias a se estender aos círculos “plutocráticos” urbanos.

Não é à toa que Lima Barreto apresenta esse aspecto da proclamada República:

Nascendo, como nasceu, com esse aspecto de terror, de violência, ela vai aos poucos acentuando as feições que já trazia no berço. (...)

Refiro-me à ação dos plutocratas, da sua influência seguida, constante, diurna e noturna, sobre as leis e sobre os governantes, em prol do seu insaciável enriquecimento. (...)

Protegidos, devido a circunstâncias que me escapam, por uma alta fabulosa no preço da arroba de café, de que, após a República, os ricos da Paulicéia se fizeram os principais produtores, puderam eles melhorar os seus serviços públicos e ostentar, durante algum tempo, uma magnificência que parecia fortemente estabelecida.

Seguros de que essa gruta alibabesca do café a quarenta mil-réis a arroba não tinha conta em tesouros, trataram de atrair para as suas lavouras imigrantes, espalhando nos países de emigração folhetos de propaganda em que o clima do Estado, a facilidade de arranjar fortuna nele, as garantias legais – tudo, enfim, era excelente e excepcional. (...)

... A produção de café, porém, foi transpondo o limite do consumo universal e a descer de preço, portanto; e os doges do Tietê começaram a encher-se de susto e a inventar paliativos e remédios de feitiçaria, para evitar a depreciação.

Um dos primeiros lembrados foi a proibição do plantio de mais um pé de café que fosse.

Esta sábia disposição legislativa tinha antecedentes em certos alvarás ou cartas régias do tempo da colônia, nos quais se proibiam certas culturas que fizessem concorrência às especiarias da Índia, e também o estabelecimento de fábricas de tecidos de lã e mesmo de oficinas de artefatos de ouro, para não tirar a freguesia dos do reino.

Que progresso administrativo! (BG, 1956: 52-53-54)

Portanto, o pretendido Estado-Nação brasileiro, moderno, que se refundava à época da inevitável República, encontrava-se muito distante da lógica liberal, fabril e progressista e muito mais próximo do coronelismo, do capanguismo, de outros tipos de nepotismo e toda a sorte de arbítrios e arrivismos.

Entremeado às promessas republicanas, desenvolvia-se o espírito da modernização. Parte da intelectualidade nacional apostava nas proposições salvacionistas desse novo modo de gerir a vida das sociedades; outra parte ressaltava alguns aspectos comprometedores do referido projeto, principalmente pela maneira como se desenvolvia em terras brasileiras. Por causa dessas sérias desconfiças, alguns intelectuais, literatos e políticos apresentavam críticas e sugestões, mas, mesmo assim, participavam de uma forma ou de outra das esferas governamentais, como é o caso de Euclides da Cunha, dentre outros.

É bem verdade que Lima Barreto fazia parte dos quadros burocráticos da Secretaria da Guerra como funcionário e isso, por conta da sua ética, o constrangia muito. Mesmo assim, não deixava de examinar, denunciar, pilheriar, escarnecer as estranhas realizações da nova governabilidade nacional. Atacava impiedosamente as decisões estetizantes que os novos interesses impunham, não apenas pelas feições importadas do modelo adotado, mas, sobretudo, por sua característica redentora e sua composição arbitrária. Lima Barreto desterritorializa “ a modernização nos trópicos ” na sua paradoxal profusão/confusão de sentidos e anuncia com certo ar de espanto que está tudo mudado: “...abolição, república... (...) de uns tempos para cá, parece que essa gente está doida...” (IC, 1998: 54).

Considerar a realidade em sua diversidade não fazia parte do projeto civilizador pensado pelas elites. Indiferente às conseqüências que poderiam advir desse descaso, o que a reforma urbana da cidade do Rio de Janeiro produziu foi o aviltamento das condições de vida dos segmentos populares e o enriquecimento respectivo daqueles que se beneficiaram com especulações, concessões e demais empreendimentos orquestrados no espírito da restauração.

Essa re-ordenação dos interesses, inspirada em uma atmosfera civilizatória, não deixa de revelar a contra-face do modelo de governo aqui implantado. Reafirmar as virtudes da higiene, os benefícios do saneamento e as melhorias dos serviços para o conjunto da população do Rio de Janeiro correspondia a uma estratégia que, de certa forma, contribuía para negar as necessidades que se faziam imperiosas, e esmaecer os diferentes interesses em

disputa – em função dos ganhos promissores que se descortinavam. Os anseios de progresso refletidos nos acordos e nos rumos que se impunham à capital se apoiavam tanto nas idéias de modernização quanto no discurso da unidade dos interesses do país, desdobrando-se em práticas cuja certeza técnica apontava para o avanço e melhoria em todo o âmbito social – a despeito dos efeitos nitidamente discricionários que delas programaticamente resultariam:

Todo o dia, pela manhã, quando vou dar o meu passeio filosófico e higiênico, pelos arredores de minha casa suburbana, tropeço nos caldeirões da rua principal da localidade de minha residência, rua essa que foi calçada há bem cinqüenta anos, a pedregulhos respeitáveis.

Lembro-me dos silhares dos caminhos romanos e do asfalto com que a Prefeitura Municipal está cobrindo os areais desertos de Copacabana.

Porque será que ela não reserva um pouquinho de seus cuidados para essa útil rua das minhas vizinhanças, que até é caminho de defuntos para o cemitério de Inhaúma? (...)

Penso que, nessa predileção dos prefeitos por Copacabana, há milonga; mas nada digo, porquanto tenho aconselhado aos meus vizinhos proprietários que a usem também. (Mg, 1956: 115)

Por esses e outros motivos é que o descrédito de Lima Barreto só tendia a aumentar, à medida que as transformações da “*urb*” violentamente avançavam.

Em declarado ataque ao aspecto modelar importado pelas camadas burguesas, a modernização sonhada de cima para baixo e continuada em administrações posteriores recebia do romancista as mais contundentes interpelações. O escritor indignava-se principalmente com os critérios adotados nas decisões de melhoria das vias públicas, afirmando que, qualquer um “pode ir comodamente de automóvel da avenida à Angra dos Reis, passando por Botafogo e Copacabana; mas, ninguém será capaz de ir a cavalo do Jacaré à Irajá” (Mg, 1956: 118).

Em função dessas peculiaridades locais e de muitas questões pertinentes ao cenário nacional, Lima Barreto assumia um posicionamento crítico diante da República, materializando as discordâncias em sua criação literária e jornalística, o que o levava, entre outros motivos, a afastar-se dos círculos sociais mais favorecidos em seu tempo.

O que caracterizava o pensamento do romancista em oposição à outras concepções da época era exatamente esse ideário de “moderno” enquanto modelo redutor e redentor de tudo o que existe: a República redentora do atraso; a Ciência

redentora das epidemias; a Regeneração redentora da cidade e a Literatura redentora da cultura.

O difícil de ser percebido à época – e não se torna de forma alguma fácil em tempos mais atuais – era o que Lima Barreto, em variadas tentativas, pretendeu mostrar: que “moderno seria, entre nós, uma administração democrática, que contemplasse os interesses coletivos e se interessasse em reconhecer a livre expressão dos conflitos sociais e políticos” (Rezende, 1993: 54).

No entanto, o que ocorria no Rio de Janeiro àquela altura correspondia a um estado de turbulência gerado por alterações radicais, tanto nos aspectos da paisagem urbana carioca quanto na ordem econômica e política nacional.

Desde o Império, a cidade perpetuava-se nos traços coloniais e ancorava-se no funcionamento da máquina pública burocrática. Esse panorama reafirmava-se a partir do esgotamento da monocultura cafeeira do Vale do Paraíba e do redirecionamento dessa lavoura para o eixo Campinas-Ribeirão Preto.

Nesse panorama, os cafeicultores paulistas, que prosperavam largamente, esforçavam-se por controlar cada vez mais as regras econômicas e proteger seus interesses, vislumbrando o sistema federalista como capaz de lhes garantir uma participação mais direta e incisiva no novo regime republicano; situação igualmente almejada por uma camada de arrivistas e especuladores ansiosos por capital estrangeiro. Tal quadro se apresenta na poética de *Isaias Caminha* em meio à constatação de que:

Cada qual mais queria, ninguém se queria submeter nem esperar; todos lutavam desesperadamente como se estivessem num naufrágio. Nada de cerimônias, nada de piedade; era para frente, para as posições rendosas e para os privilégios e concessões. Era um galope para a riqueza, em que se atropelava a todos, os amigos e os inimigos, parentes e estranhos. A república soltou de dentro das nossas almas toda uma grande pressão de apetites de luxo, de fêmeas, de brilho social. O nosso império decorativo tinha virtudes de torneira. O encilhamento, com aquelas fortunas de mil e uma noites, deu-nos o gosto pelo esplendor, pelo milhão, pela elegância, e nós atiramo-nos à indústria das indenizações. Depois, esgotado, vieram os arranjos, as gordas negociatas sob todos os disfarces, os desfalques, sobretudo a indústria política, a mais segura e a mais honesta. Sem a grande indústria, sem a grande agricultura, com o grosso comércio nas mãos dos estrangeiros, cada um de nós, sentindo-se solicitado por um ferver de desejos caros e satisfações opulentas, começou a imaginar meios de fazer dinheiro à margem do código e a detestar os detentores do poder

que tinham a feérica vara legal capaz de fornecê-lo a rodo. (IC, 1998: 148-149)

Assim, a República emerge de interesses díspares organizados a partir de “um conluio envolvendo militares radicais, cafeicultores paulistas e políticos republicanos” (Sevcenko, 1998: 14).

Em relação ao panorama mundial, essa mesma República, que se fez por um retumbante anúncio, recebia os fortes ventos de uma ordem internacional em expansão. Isto significa dizer que:

...no plano global o processo de transição desencadeado pela Revolução Científico-Tecnológica gerou um amplo excedente de produção, lançando o conjunto do sistema em uma ‘grande depressão’, de que só iria emergir a partir dos anos de 1890. O reequilíbrio entre produção e consumo permitiria então um desafogo e a expansão dos negócios na Europa e nos Estados Unidos, ensejando um clima geral de otimismo e confiança ilimitada no crescimento econômico. (Sevcenko, 1998: 34)

Esse é o panorama no qual se configura a *Belle Époque*. O mencionado entusiasmo repercutiria nas elites brasileiras, sequiosas por verem suas expectativas políticas e econômicas próximas dos padrões dos grandes centros em seu peculiar atrelamento à ordem internacionalizada do capital.

O que se passava no cenário nacional era uma estranha concorrência entre “a elite política paulista e a vanguarda republicana positivista e militar.” Tal quadro representava o confronto entre “uma tendência acentuadamente liberal, apontada para a esfera internacional do cosmopolitismo progressista, e outra, marcada pelos estigmas da intolerância, da frugalidade e do isolamento” (Sevcenko, 1995: 48).

No clima tropical dos paradoxos, a ardilosa República movia-se mais por mecanismos e interesses ligados à expansão da lavoura paulista, captando técnicos e mão de obra de imigrantes para esse setor – conforme já vinha ocorrendo desde o final do Império. Para atender a esse reordenamento da economia e dos grupos no poder é que se visava a atrair os investimentos do capital internacional, favorecendo, dentre outras urgências, a remodelação do Porto do Rio e do sistema viário da cidade, de modo a que pudesse oferecer um ágil escoamento de mercadorias e energizar toda a atividade econômica nacional (Sevcenko, 1993).

Segundo José Murilo de Carvalho (1998), a modificação social via sistema produtivo e, por extensão, a participação da população na vida política da cidade, ocorria de forma bastante limitada. As elites agrárias, os círculos militares, os empresários e a vanguarda positivista divergiam nos métodos, bem como entendiam, cada qual a seu modo, as idéias que sopravam das sociedades européias do final século XIX.

Apesar do fragmentado quadro republicano, a racionalidade vigente não se furtava a apresentar um outro modo de viver, contemplando a cidade com imagens de consumo e promessas de progresso material. Essas eram construções de um novo tempo, ou seja, expressões do pensamento liberal em sua versão cosmopolita progressista, devidamente acolhidas em seu “meio natural” – a República –, em nossa realidade – a ‘República dos Conselheiros’. Assim, a política dos governadores:

... ao diluir as tensões permanentes das ‘vinte tiranias’, impôs também um controle central efetivo e estabilizador sobre o conjunto do território, garantindo os fluxos de recursos para o exterior e interior do país. Seguiu-se-lhe um esforço de neutralização política a partir do núcleo governamental do país, que ao consumir as oposições organizadas – jacobinos, monarquistas, P.R.F.. – elevou o republicanismo conservador e difuso, sem tonalidade partidária, a ideal máximo da elite do Estado. Resultou daí a formação de um núcleo monolítico e pretendidamente despolitizado, comprometido somente com uma gestão eficiente, pacífica e estabilizadora, capaz de garantir o chão firme em que as forças livres e as energias individuais se aplicassem ao máximo proveito próprio e comum. (Sevcenko, 1995: 49)

Essas linhas táticas em que se tramava o governo de Rodrigues Alves compunham, ao lado de outras, o emaranhado de diferenciadas origens, o que tornava extremamente difícil o atendimento a princípios, métodos e objetivos nada comuns.

Enquanto isso, na capital do país alastrava-se uma infinidade de moléstias, em particular a febre amarela e a varíola, fato que construía fama internacional, comprometendo diretamente os planos da elite republicana. Pois, para que servissem um porto ampliado e uma cidade reordenada se:

... ninguém quisesse atracar no primeiro e nem adentrar na segunda? Para que se pudesse consagrar efetivamente a campanha de atração de capitais, imigrantes, técnicos e equipamentos estrangeiros,

seria igualmente indispensável proceder ao saneamento da cidade. E eis aí delineadas as três diretrizes básicas da administração de Rodrigues Alves, e o modo como ele procurava, através delas, articular os interesses paulistas e as finanças internacionais. (Sevcenko, 1993: 41)

Essa atmosfera de captação de capital internacional, de estímulo à imigração e de importação de novas máquinas, confirmava o Rio de Janeiro como ponto de apoio das transformações científico-modernizantes, capazes de não apenas beneficiar diretamente as oligarquias tradicionalmente contempladas, com os dividendos da exportação, bem como favoreceria o comércio interno “à espera” de revigoração:

Muito cedo ficou evidente para esses novos personagens o anacronismo da velha estrutura urbana do Rio de Janeiro diante das demandas dos novos tempos. O antigo cais não permitia que atracassem os navios de maior calado que predominavam então, obrigando a um sistema lento e dispendioso de transbordo. As ruelas estreitas, recurvas e em declive, típicas de uma cidade colonial, dificultavam a conexão entre o terminal portuário, os troncos ferroviários e a rede de armazéns e estabelecimentos do comércio de atacado e varejo da cidade. As áreas pantanosas faziam da febre tifóide, impaludismo, varíola e febre amarela, endemias inextirpáveis. E o que era mais terrível: o medo das doenças, somado às suspeitas para com uma comunidade de mestiços em constante turbulência política, intimidava os europeus, que se mostravam então parcimoniosos e precavidos com seus capitais, braços e técnicas no momento em que era mais ávida a expectativa por eles. (Sevcenko, 1995: 28)

O clima de Regeneração que se abateu sobre a cidade não era apenas uma necessidade dos novos tempos, mas constituía a melhor tradução das crenças dos republicanos positivistas, bem como dos políticos, intelectuais e técnicos da nova geração. Esse momento, igualmente, consistia em uma grande oportunidade para os argentários, em função de um projeto modernizador que acenava com lucros rápidos a novos grupos sedentos de “progresso”.

Essa efervescência de expectativas e decisões de primeira hora produziam iniciativas que suscitavam fortes manifestações de insatisfação popular. Tal clima suscitava em alguns setores a necessidade de efetuar ações protetoras ou, de uma maneira mais contundente, de refrear os impulsos ameaçadores da frágil estabilidade. Esses procedimentos faziam-se pelo uso de medidas administrativas e, em outros casos, o controle impunha-se por iniciativas policiais, de modo que

permanecessem garantidos os interesses dominantes e a nova ordem ficasse a salvo dos pobres e tumultuadores da capital. A cidade estava angustiada com a presença de governos fortes, e as “aproximações da ditadura republicana. O florianismo dera-lhe a visão perfeita do que eram. Um esfacelamento da autoridade, um pululamento de tiranos” (NN, 1956: 78).

Quanto aos habitantes, o que se verifica nessa época é a presença de corpos liberados da lavoura, negros, imigrantes, trabalhadores de ocasião, profissionais sem qualificação, pobres, que ao exercerem tradicionais atividades ocupacionais na cidade colonial passavam a não mais se apresentar como incorporáveis aos parâmetros que regeriam a nova organização laborativa e social da capital.

Cabe lembrar que em 1890 foi assinado o “Estatuto da Imigração” (Pomar, 1996), que proibia a chegada de negros e amarelos ao território nacional. Tal medida visava a livrar a sociedade brasileira de “impurezas” étnicas oriundas dos continentes africano e asiático. O pressuposto era de que, ao longo do tempo, a miscigenação iria higienizar o povo dos seus traços negróides e, dessa maneira, adviria o embranquecimento da população, principalmente a partir do estímulo à imigração européia, em crescimento pelo menos há duas décadas.

Em face dos novos tempos, a elite, que também hesitava diante de tantas modificações oriundas do mundo industrializado, tendia ao acirramento da divisão do espaço social. Ou seja, diante de uma pesada carga histórica, ela freqüentemente perguntava-se o que significava ser brasileiro naquela realidade infinitamente diversificada. O que era ser brasileiro “naquela sociedade cosmopolita e provinciana, moderna e antiquada, liberal e oligárquica (...): com determinações racionais, com base em esquemas sérios ou repertório cognitivos tradicionais? (Saliba, 1998: 297).

A elite nacional resolveria o impasse assumindo, invariavelmente, o viés conservador: investindo nela mesma.

A conjuntura que enreda o governo de Rodrigues Alves exige providências na capital, só possíveis de serem concretizadas com o estabelecimento de ampla liberdade administrativa e total apoio político. Isto se faria indispensável diante do quadro desagregador que se estabeleceria na cidade a partir da remodelação cirúrgica em favor das classes no poder. Assim, Pereira Passos, engenheiro de larga experiência e administrador consagrado, é indicado ao cargo de Prefeito com total soberania, sendo para isso suspensas as prerrogativas constitucionais do Legislativo Municipal.

Um conjunto de medidas saneadoras capitaneadas por Oswaldo Cruz – cientista renomado e também indicado pelo governo – tornaram-se exequíveis, mesmo não correspondendo aos anseios imediatos e às carências básicas da população. Em fevereiro de 1904 iniciam-se as reformas da cidade, efetuando-se as demolições que desabrigavam um considerável contingente populacional, que se aglomerava nas casas de cômodos e cortiços, bem como desalojando estabelecimentos comerciais e manufaturas tradicionalmente instaladas no centro do Rio.

Sem dúvida alguma existiam muitos problemas na cidade de feições coloniais, dentre eles as doenças que se alastravam junto com a miséria, largamente distribuída. No cerne deste panorama encontravam-se então os pobres que, em função de seus sistemas de vida, moradia e saúde, viram-se transformados em “classes perigosas”¹: ameaçadoras das leis, da saúde geral e dos bons costumes, inquietando as elites comprometidas com o projeto modernizador da sociedade higiênica que então ganhava corpo.

Ao continuar a cartografia deste projeto republicano, constata-se que a modernização aqui adotada não traduzia as feições do capitalismo europeu, pois a reorientação econômica orquestrada não acenava com uma industrialização efetiva nem deflagrava a incorporação das massas ao mundo do trabalho. Deve-se ressaltar mais uma vez que, nesse período, a cidade refletia o país, com sua economia agrário-exportadora e monocultora e, por este motivo, era muito incipiente a presença da fábrica na sua formação social, ao mesmo tempo em que era volumosa a sua feição burocrática – herança político-cultural do tempo em que era município neutro e capital do Império.

Todavia, se a industrialização tardou a se realizar, o mesmo não ocorreu com a urbanização:

... Levantou-se uma nuvem de interesses privados feridos, à primeira vista caótica e impenetrável. Na linguagem com que os urbanistas da época justificavam seus propósitos, as contradições de interesses eram dissimuladas pelo confronto aparente de gostos ou padrões arquitetônicos, pela manipulação de certas oposições ideológicas-chaves, tais como prédios estéticos e higiênicos X edificações de mau

¹ A expressão *classes perigosas* parece ter surgido na primeira metade do século XIX em estudos sobre grupos sociais formados à margem da sociedade civil, ou mesmo aqueles indivíduos que teriam escolhido uma determinada estratégia de sobrevivência que os colocava à margem da lei. Ver: Sidnei Chalhoub, 1990.

gosto e repugnantes; cidade moderna e civilizada X cidade colonial e rotineira. (Benchimol, 1990: 245)

Portanto, a desordem urbana e a diversidade social presente naquele contexto formava, aos olhos da elite, um realidade que se apresentava como arcaísmo e forte entrave às modificações pretendidas. Consideradas como difíceis de extinguir e impossíveis de integrar, as “classes perigosas” condicionavam um aumento de tensão na cidade, cada vez mais enfeixada por determinações contraditórias que se alargavam velozmente.

As estratégias de urbanização então iniciadas não traduziam apenas o desprezo pela presença do povo na região central da cidade. Mais do que isso, o que precisava ser varrido do centro do Rio era a estética das classes populares; ou seja, era preciso imprimir a desqualificação do seu modo de viver, a discriminação de seus saberes, desprestigiar o gosto por seus costumes, a alegria fácil, signos considerados representantes da desordem e da ociosidade. Lima Barreto enuncia em peculiar ironia e muita **malícia** o que passava a emergir das novas coordenadas estetizantes do viver na capital:

Cruzava com mulheres bonitas e feias, grandes e pequenas, de plumas e laçarotes, farfalhantes de sedas; eram como grandes e pequenas embarcações movidas por um vento brando que lhes enfunasse igualmente o velame. Se uma roçava por mim, eu ficava entontecido, agradavelmente entontecido dentro da atmosfera de perfumes que exalava. Era um gozo olhá-las, a elas e a rua, com sombra protetora, marginada de altas vitrinas atapetadas de jóias e de sedas macias.’

Eu parava diante de uma e de outra, fascinado por aquelas coisas frágeis e caras. As botinas, os chapéus petulantes, as linhas das roupas brancas, as gravatas ligeiras, pareciam dizer-me: Veste-me ó idiota! **Nós somos a civilização, a honestidade, a consideração, a beleza e o saber. Sem nós não há nada disso; nós somos, além de tudo a majestade e o domínio!** (IC,1998: 45-46) (grifos meus)

O passado colonial, monarquista e escravista que se queria abandonar exigia que fosse fortalecida a crença em um conjunto de medidas higiênicas, capaz de tornar possível a formação de uma “boa sociedade”, civilizada, moderna e que correspondesse ao corpo saudável da burguesia, logo: separada de seu entulho social.

Não é de estranhar que muitos intelectuais afinados com o banimento da arcaica paisagem passassem a chamar de “picaretas regeneradoras” os instrumentos utilizados na remodelação da cidade, em alusão clara ao resgate moral e higiênico de uma sociedade regulada pela credice e ignorância, sem esquecer do seu povo – seres paralisados pela doença, pela inépcia, ou mesmo pela tradicional “preguiça”.

Vale acompanhar a descrição de Olavo Bilac em relação a esse período, em transcrição realizada por Sevcenko:

No aluir das paredes, no ruir das pedras, no esfarelar do barro, havia um longo gemido. Era o gemido soturno e lamentoso do Passado, do Atraso, do Opóbrio. A cidade colonial, imunda, retrógrada, emperrada nas suas velhas tradições, estava soluçando no soluçar daqueles apodrecidos materiais que desabavam. Mas o hino claro das picaretas abafava esse protesto impotente. Com que alegria cantavam elas – as picaretas regeneradoras! E como as almas dos que ali estavam compreendiam bem o que elas diziam, no seu clamor incessante e rítmico, celebrando a vitória da higiene, do bom gosto e da arte! (apud Sevcenko: 1995: 31)

Como se constata, parte da antiga elite em franco conflito com o quadro herdado do Império, realizou, a partir dos seus representantes, uma declarada campanha a favor de um cosmopolitismo de “pacotilha”. Tais interesses repercutiam nos artigos das revistas, nas crônicas da grande imprensa, bem como no apoio incondicional dos bons cidadãos aos decretos do Prefeito – incluindo a aceitação tácita dos expedientes da polícia.

Portanto, o ideário correspondente à essa modernização imposta aportava na “atrasada” realidade da cidade, desenvolvendo um modo próprio de articular miséria geral e interesses econômicos de diferenciados setores, a saber: políticos, banqueiros, empresários dos transportes, especuladores do solo urbano, construtores, entre outros (Carvalho, 1998).

Lima Barreto não se iludia com as intenções republicanas e muito menos com os mecanismos da “edilidade”. Denunciava-os sempre que podia nas crônicas sobre a cidade e desestabilizava-os no corpo de sua obra ficcional, recorrendo, na maioria das vezes, a personagens esculpidos com o conteúdo extravagante da realidade nacional:

- ... E o povo?
 – O povo! O povo! Que tem o povo com estas questões? Por acaso ele pode raciocinar sobre finanças? Creio que não meu caro doutor. Não é a sua opinião?
 – Dizem que o governo gastou cem mil contos e vai vender pela metade.
 – Não é certo; mas, se o fosse, valia a pena contar também com o *deficit* que ela dá. A operação, meu caro doutor, traz desafogo para o governo, não só para já, como para o futuro. O meu interesse, como republicano, é facilitar meios devida à República e também educar o Brasil no caminho da iniciativa particular. Se até agora ela não se tem feito sentir na economia do país, é devido à timidez dos senhores diante da algazarra dos caluniadores. (NN, 1956: 53)

A racionalidade imposta só fez reafirmar a presença da desigualdade social, econômica e política, que não ousava capitular, pelo menos a princípio, ao projeto pensado pelas classes dominantes.

Sidnei Chalhoub (1990), em seu estudo, assinala dois pontos relevantes quando se trata de compreender a maneira como a camada dirigente se relaciona com a diversidade urbana. O primeiro ponto diz respeito à associação entre a pobreza e a idéia de perigo como seu correlato natural; já o segundo se refere:

...ao surgimento da idéia de que uma cidade pode ser apenas “administrada”, isto é, gerida de acordo com critérios unicamente técnicos ou científicos: trata-se da crença de que haveria uma racionalidade que não tem nada a ver com as desigualdades sociais urbanas, e que deveria nortear então a condução não-política, “competente”, “eficiente”, das políticas públicas. (Chalhoub, 1990: 4)

Detalhar alguns aspectos do panorama administrativo da época, principalmente a eleição de soluções diferenciadas para cada segmento da sociedade e a destinação de procedimentos arbitrários às populações indesejadas, permite constatar como as diferenças sociais resultam das opções e resoluções técnicas adotadas frente a uma realidade abordada estrategicamente. Lima Barreto, então, oferece uma visibilidade indesejável a todo o projeto da Primeira República:

Todos os seus esforços tendem para a educação do povo nas coisas de luxo e gozo. A cidade e os seus habitantes, ele quer catitas. É bom; mas a polícia é que vai ter mais trabalho. Não havendo dinheiro em todas as algibeiras, os furtos, os roubos, as fraudes de toda a natureza hão de se multiplicar; e, só assim, uma grande parte dos cariocas terá “gimbo” para custear os esmartismos sampaínos. (Mg, 1956: 119)

O que o romancista/cronista exercita em sua escritura é a problematização de questões sociais no tempo de sua emergência ou, mais incomodamente, antecipando panoramas ainda não atualizados, ou seja, Lima Barreto evidenciava que a miséria (produzida e/ou perpetuada) encontrava-se conectada à racionalidade que comparece em sua produção.

Em uma ordem contrária, o pensamento da higiene e o saneamento da capital, ambos embalados no ideário “Ordem e Progresso” trazido pela República, acoplavam-se enquanto um bloco de dizeres e fazeres correspondentes à científica e nova planificação da sociedade – como se esta fosse unificada nos anseios. Quanto às dores que daí pudessem advir, estas se constituíam inexistentes, já que eram imperceptíveis àqueles que não as sentiam na pele, os mesmos que estavam do lado das prioridades a cumprir – interesses que constavam da pauta republicana. Assim, o que importava ao executivo era traçar e implementar um projeto de saneamento capaz de dar uma resposta unificada da cidade periférica ao mundo civilizado (Paris) e avançado economicamente (Inglaterra). O modelo de cidade posto em ação obrigou a que um grande contingente de ambulantes, mendigos, malandros, vadios, pobres de um modo geral, fossem deslocados física e subjetivamente em processos que desestruturaram ainda mais as condições de vida das classes populares.

A urbanização, que compreendia a reforma e o saneamento do centro do Rio, era inseparável de outro aspecto primordial na construção da face moderna da cidade: a higienização das populações. Carro chefe da nova sociedade, os procedimentos higiênicos orientavam-se via “moralização do pobre” pelo trabalho e reordenação dos usos do espaço social, transformando os costumes, as ocupações e a gerência dos aspectos vitais e cotidianos daquela gente. Nessa via, entre outras medidas, deu-se curso à execução de um projeto laboratorial que teve como desfecho o conhecido episódio denominado “A Revolta da Vacina”.

O resultado desses procedimentos culminou na degradação dos grupos mais pauperizados, disponibilizando de uma maneira os corpos dos pobres, e de outra os trabalhadores nativos e alguns imigrantes europeus. Embora estes não fossem absorvidos na sua totalidade, faziam-se, por tradição, um pouco mais “adaptáveis” aos novos ares citadinos.

A partir da remodelação da cidade, orientada pelas redes de saber da época, foram instalados mecanismos de regulação social, os quais, à medida que

se desenvolviam, deixavam mais explícito a sua funcionalidade como força política.

Enquanto o “bota abaixo” atordoava a cidade, outros discursos reverberavam nas vozes de alguns poetas, cronistas e jornalistas – todos aqueles que discordavam dos ares modernizantes e do alargamento e manutenção de privilégios aí embutidos. Esses não alinhados faziam ecoar, cada um em sua arte, um sentimento de inconformismo e desconfiança diante de um projeto arbitrário que atingia diretamente as classes populares. Dessa sociabilidade forjada em contrastes, surge uma narrativa engendrada por entre as vozes dos que estavam fora dos benefícios programados e em dissonância com os padrões que então se modelizavam.

Lima Barreto, que vivia a cidade como uma região de ocorrências, captava as forças que se encontravam em vivo antagonismo. De sua parte, via-se colhido em um combate entre o que reconhecia como compromissos com toda a gente – naquilo que a todos unifica enquanto humanidade – e os constrangimentos impostos a uma população miserabilizada por mecanismos que lhe eram totalmente estranhos. Esse campo de forças se faria explicitado em seus escritos rascantes, agressivos, irônicos e que expressavam eventuais ressentimentos endereçados geralmente às elites intelectuais, econômicas e governamentais. Sua manifestação literária visava, entre outras turbulências, a dar visibilidade aos descasos que pairavam sobre toda a gente do país: os pobres da cidade e do campo; os trabalhadores e os sem trabalho; os desvalidos da sorte e os miseráveis a sobrar, a apanhar; e, principalmente aqueles que estavam a lutar pelas ruas do Rio de Janeiro:

Uma força passava, era vaiada; se carregava sobre o povo, este dispersava-se, fragmentava-se, pulverizava-se, ficando um ou outro a receber lambadas num canto ou num portal fechado. O Largo de S. Francisco era mesmo uma praça de guerra. Por detrás da Escola Politécnica, havia uma força e os toques da ordenança sucediam-se conforme as regras e preceitos militares. Parei. Um oficial a cavalo percorria a praça, intimando o povo a retirar-se. Obedeci e, antes de entrar na rua do Ouvidor, a cavalaria, com os grandes sabres reluzindo ao sol, varria o largo com estúpido. Os curiosos encostavam-se às portas das casas fechadas, mas aí mesmo os soldados iam surrá-los com vontade e sem pena. Era o motim. (IC, 1998: 201)

2.3

Beleza e limpeza na *Belle Époque* Tropical

Do amplo projeto das elites da época, o que ganhava maior visibilidade era mesmo a modernização da cidade e os procedimentos higienizantes dirigidos à população. A reforma urbana designada, pelos segmentos conservadores, como a “Regeneração” atingiu a cidade nos aspectos físico, social, étnico e cultural, discriminando, a partir de seus mecanismos de regulação, o espaço da opressão daquele que viria a se configurar como o espaço do privilégio.

A ordem republicana, ainda em ebulição, desenvolve-se em meio às novas fórmulas emanadas das verdades européias:

... A crença no mito novecentista da ciência – intensificado na *Belle Époque* – consagrava-a como único meio prático e seguro de reduzir a realidade a leis, conceitos e informações objetivas, as quais, instrumentalizadas pelo cientista, permitiriam o seu perfeito domínio. Uma ciência sobre o Brasil seria a única maneira de garantir uma gestão lúcida e eficiente de seu destino. Desacreditadas as elites tradicionais, só a ciência – e seus Prometeus portadores – poderia dar legitimidade ao poder. (Sevcenko, 1995: 85)

A valorização crescente da ciência como uma possibilidade de criar um modelo capaz de explicar a sociedade também servia como sustentação para a reforma da cidade. Esse ideário, além de forjar subsídios para um novo projeto de nacionalidade, legitimava e referendava as decisões racionais e as importações tecnológicas advindas da Segunda Revolução Industrial. Assim, a cidade passava a se afeiçoar a um tempo mais acelerado, movido por novos potenciais industriais e afinada com a exigência e a “hegemonia de discursos técnicos, confiantes em representar a vitória inelutável do progresso e por isso dispostos a fazer valer a modernização ‘a qualquer custo’” (Sevcenko, 1998: 27).

Esse conjunto de enunciados, além de propagar-se em círculos específicos, também avançava a partir de alianças entre especialistas influentes e os meandros da literatura. Engenheiros, juristas e, principalmente, os médicos aproximaram-se das nobres formas literárias, no sentido de dar curso às suas propostas saneadoras para a cidade, higienizantes e moralizantes junto à população. Esse processo fez-se amplamente presente nos anos 20 e 30, conforme alguns estudiosos apontam:

Houve a invasão do campo literário por um saber científico e vice-versa. Tanto a literatura quanto a medicina tornaram-se veículos de expressão da nacionalidade, palco de discussão dos problemas nacionais. Daí podermos designar estes agentes sociais como ‘artistas do operatório’. Buscam-se “remédios” para os “males” do país, capazes de “curar” um organismo social doente. (Herschmann e Pereira, 1994: 64)

Contudo, a aproximação ciência e literatura estava em ação desde o início da Primeira República, alterando as antigas formas de discriminação para um racismo amparado em experimentos e medidas irrefutáveis, tal como preconizados nos importados discursos cientificistas do século XIX. Essas mesmas práticas ganham em terras periféricas a valência de legitimidade, informando e justificando disposições específicas frente aos diferentes grupamentos sociais. Assim, atendendo aos anseios de modernização impulsionados por aspirações capitalistas, conectam-se antigas verdades aos discursos da higiene e as práticas saneadoras, concorrendo, com outros motivos, para a efetiva especialização dos espaços da cidade como estratégia de organização e controle das populações. Assim:

No afã do esforço modernizador, as novas elites se empenhavam em reduzir a complexa realidade social brasileira, singularizada pelas mazelas herdadas do colonialismo e da escravidão, ao ajustamento em conformidade com padrões abstratos de gestão social hauridos de modelos europeus ou norte-americanos. Fossem esses os modelos da **missão civilizadora** das culturas da Europa do Norte, do urbanismo científico, da opinião pública esclarecida e participativa ou da crença resignada na infabilidade do progresso. Era como se a instauração do novo regime implicasse pelo mesmo ato o cancelamento de toda a herança do passado histórico do país e pela mera reforma institucional ele tivesse fixado um nexos co-extensivo com a cultura e a sociedade das potências industrializadas. (Sevcenko, 1998: 27) (grifos meus)

Frente aos mecanismos imbuídos do sentido histórico e missionário do progresso e às decisões advindas da racionalização técnica destinadas a faxinar a cidade, Lima Barreto não tinha outra saída, a não ser desconfiar daquele excesso de **perícia**:

Domingos, por exemplo, acredita na Ciência, isto é, na **Sciência** com S grande, como diz o Senhor G. Galante, essa milagrosa concepção dos nossos dias, capaz de nos dar a felicidade que as religiões não nos deram; acredita *ipso facto*, que ela é a expressão exata de uma ordem externa imutável e constante. Eu não. Tenho as

mais sagradas dúvidas a ambos os respeitos. (IL,1956:185) (grifo meu)

Ele desconfiava justamente dessa concepção de ciência redentora, destinada a colmatar as fissuras em que eram reconhecidos os vários modos de existência e os diferentes traços étnico-culturais presentes na sociedade. Por toda a soberania reputada à ciência, o romancista não apenas duvidava de seus compromissos; efetivamente, tecia agudas provocações às suas majestosas utilidades:

...Tu bem sabes que é difícil dizer onde começa o real e onde acaba. O homem é um animal conceitualista, isto é, capaz de tirar de pequenos dados do mundo uma representação mental, uma imagem, estendê-la, desdobrá-la e convencer o outro que aquilo tudo existe fora de nós... Tu sabes? Ora, a Europa, as universidades que por má-fé ou por desconhecimento primitivo, não direi do real, mas do fato bruto colhido pelos sentidos, deram agora para fazer teorias sobre raça, sobre espécies humanas, etc., etc. A coisa se estende, os interessados não são ouvidos, pois não têm uma cultura seguida, porque se a tivessem, poderiam ter chegado a resultados opostos. Que acontece? A coisa pega como certa, cava dissensões, e os sábios diplomatas, para fazer bonito, adotam e escrevem artigos nos jornais e peroram burrices repetidas. Se no século XVII, o que separava os homens de raças várias era o conceito religioso, há de ser o científico que as separará daqui a tempos... A benéfica ciência! (GS,1956: 121)

A partir do engenhoso critério cevado nas mentes europeias, o brasileiro, em sua poliversa composição e em sua múltipla combinação, passava a ser o receptáculo do inequívoco aval científicista, o único capaz de apontar com isenção acerca da natureza das gentes e de suas peculiares manifestações. Tais critérios indicariam de maneira incontestante o que deveria ser substituído ou abolido, a fim de que se viesse a estabelecer um parâmetro fidedigno na execução da difícil tarefa, qual seja, decifrar quem afinal era o povo dessa cidade; quem seria o legítimo cidadão da nova sociedade.

Desde o tempo do Império eram conhecidos os relatos dos estrangeiros a respeito da inexistência de povo no Brasil e da condição não-humana dos negros aqui escravizados:

Nos séculos XVIII e XIX, tais descrições dos negros como selvagens vão aproximá-los, pelos atributos sexuais e físicos, das imagens de monstros e animais que povoam os escritos ocidentais dos séculos XVI e XVII, feitas por viajantes e cientistas (...).

Por outro lado, é a partir das relações entre literatura e religião que a representação do negro como semi-animal, quase sobrenatural –

que precisa ser ‘salvo pela escravidão’, segundo as palavras do papa Nicolau V, na bula *Romanus Pontifex* (1454) – , é difundida, mostrando um ser inferior espiritualmente, incapaz de um pensamento ideal (...).

Enquanto negros, quase animais, são considerados como degenerados e imorais. Representam, caso se integrem a uma nação, ‘a alteração e a degradação de indivíduos, famílias e da própria nação, que se dissolvem’ (...). Pelos olhos dos viajantes ingleses, ‘a causa de toda a corrupção no Brasil são os escravos’’. (Moysés, 1995: 54-55)

Esses e outros enunciados compunham a face do agenciamento colonialismo-escravidão, funcionando como uma máquina abstrata na manutenção dos privilégios da elite aristocrática decadente e na reordenação dos interesses administrativo-governamentais do país. Antigas lógicas, agora reordenadas em novos discursos, sustentam a passagem do “preconceito ao conceito”, além de aglutinar os segmentos em ascensão, cujos interesses visavam a captar um tipo de funcionamento naquela viciosa República: ávida por implementar verdades instrumentais na cena de um surto de modernização.

Em sua artilosa habilidade de interrogar mundos tenuamente visíveis, Lima Barreto já advertia quanto a alguns dos perigos da nova religião:

Vai se estendendo, pelo mundo, a noção de que há umas certas raças superiores e umas outras inferiores, e que essa inferioridade, longe de ser transitória, é eterna e intrínseca à própria estrutura da raça.

Diz-se ainda mais: que as misturas entre essas raças são um vício social, uma praga e não sei que cousa feia mais.

Tudo isso se diz **em nome da ciência** e a coberto da autoridade de sábios alemães.(...)

E assim a cousa vai se espalhando, graças à fraqueza da crítica das pessoas interessadas, e mais do que à fraqueza, a covardia intelectual de que estamos apossados em face dos grandes nomes da Europa. Urge ver o perigo dessas idéias, para nossa felicidade individual e para nossa dignidade superior de homens. Atualmente, ainda não saíram dos gabinetes e laboratórios, mas, amanhã, espalhar-se-ão, ficarão à mão dos políticos, cairão sobre as rudes cabeças da massa, e talvez tenhamos que sofrer matanças, afastamentos humilhantes, e os nossos liberalísimos tempos verão uns novos judeus.

Os séculos que passaram não tiveram opinião diversa a nosso respeito – é verdade; mas, desprovidas de qualquer base séria, as suas sentenças não ofereciam o mínimo perigo. Era o preconceito; hoje é o conceito.

Esmagadoras provas experimentais endossam-no. Se F. tem 0,02m a mais no eixo maior da oval de sua cabeça, não é inferior em relação a B, que tem menos, porque ambos são da mesma raça; contudo, em se tratando de raças diferentes, estão aí um critério de superioridade.

As mensurações mais idiotas são feitas, e, pelo complacente critério do sistema métrico, os grandes sábios estabelecem superioridades e inferioridades.

Não contentes com isso, **buscam outros dados, os psíquicos**, nas narrações dos viajantes apressados, de *touristes* imbecis e de aventureiros da mais baixa honestidade. (DI, 1956: 110- 111) (grifos meus)

José Murilo de Carvalho igualmente ressalta que a partir das vozes técnicas descortinavam-se pareceres que indicavam, entre outras inaptidões, a desadaptação para o trabalho moderno, além de se verificar a apatia da população frente aos novos rumos com que a República acenava. Esse pessimismo interessado alastrava-se a ponto de qualificar como “frágil” o sentimento de participação distribuído na população do país e na sua capital. Essa noção de cidadania idealizada nos ares europeus, a se espalhar pelas “peroras” científicas que aqui se traduziam, longe de ser ingênua, alimentava o lugar que o corpo populacional passaria a ocupar na cena republicana, confirmando uma antiga e curiosa conclusão de “que não seria possível formar tal massa de cidadãos com elementos nativos. Seria necessário buscar cidadãos na Europa através do incentivo à imigração” (Carvalho, 1998: 67).

A partir de uma orquestração entre certezas e interesses, dentre as premissas importadas da **missão civilizadora** inerente à modernização – o urbanismo científico, a crença no progresso e a construção de uma opinião pública esclarecida e participativa –, uma delas, decididamente, não foi assumida pelas elites. A partir da validação científica, utilizada para confirmar os discursos de que a cidade tinha uma população atrasada, inferior e desqualificada, estava sendo decretada, ou melhor, ratificada, a não participação popular no seu próprio destino e nos rumos políticos do país.

Essas constatações não correspondem, contudo, à rigorosa observação do que sucedia na cidade desde os tempos nada “serenos” do Império. Muitos são os registros que contam de uma população que resultava reagir sempre que seus interesses mais diretos se encontravam ameaçados. Quando as contrariedades falavam próximas às urgências cotidianas, não apenas se iniciava a mobilização por parte da população, como se viam deflagrados os confrontos oriundos de diferentes procedências. Isso se confirma pelos inúmeros levantes populares frente às últimas determinações imperiais, como por exemplo, a Revolta do Vintém, em

1880. Nos anos posteriores, também se registravam revides, revoltas, manifestações de descontentamento, bem como conspirações “para derrubar o governo envolvendo monarquistas e lideranças republicanas insatisfeitas” (Carvalho, 1998: 71-72).

O que se evidencia é que:

... De uma afirmação inicial de apatia de inexistência de povo, passa-se então para outra, que afirma a presença de elementos da população politicamente ativos, mas que não se enquadram no conceito de povo que os observadores tinham em vista.(...)

... O problema não era a ausência de povo: era povo demais. Mais especificamente, era haver mais de um povo: “Aqui há povo; há mais que povo: há povos”. Entre os povos, havia o bom e o mau povo: o bom era o brasileiro republicano, nacionalista, florianista. (idem: 72-73)

A fim de que fosse garantida uma unidade assemelhada ao padrão europeu, impunha-se não só remodelar a paisagem, mas, sobretudo, transformar os hábitos e selecionar as gentes compatíveis com essa concepção de sociedade. Mesmo que para tanto se acirrassem a tensão e a discussão sobre o que era pertinente ao caráter nacional e o que era desastrosa imitação cultural.

Lima Barreto aponta essas antinomias provocadas pela cultura dominante, não só à época da “Regeneração” como também, no curso de outras remodelações que viriam a se adicionar ao cenário da modernização continuada na década seguinte:

O Estado tem curiosas concepções, e esta, de abrigar uma casa de instrução, destinada aos pobres-diabos, em um palácio intimidador, é das mais curiosas.

Ninguém compreende que se subam as escadas de Versalhes senão de calção, espadim e meias de seda; não se pode compreender subindo os degraus da Ópera, do Garnier, mulheres sem decote e colares de brilhante, de mil francos; como é que o Estado quer que os mal vestidos, os tristes, os que não têm livros caros, os maltrapilhos “fazedores de diamantes” avancem por escadarias suntuosas, para consultar uma obra rara, com cujo manuseio, num dizer, aí das ruas, têm a sensação de estar pregando à mulher do seu amor? (Mg, 1956: 37-38)

Este tipo de concepção arquitetônica monumental vinha sendo compreendido desde as ações urbanísticas adotadas pelo Prefeito Pereira Passos. Constituíam-se a partir de dois mecanismos: por um lado, a utilização de uma lógica

implacável frente aos hábitos populares; por outro, a utilização de medidas autoritárias amparadas legalmente ante os direitos e garantias (suprimidos) de grande parte da população.

A fim de melhor explicitar a dimensão de tais arbítrios, vale registrar o texto de Pereira Passos recolhido por Benchimol (1990), no qual se dirimem todas as dúvidas sobre os reais compromissos do Prefeito, com que tipo de cidade e com qual população:

Comecei por impedir a venda pelas ruas de vísceras de reses, expostas em tabuleiros, cercado pelo vôo contínuo de insetos, o que constituía espetáculo repugnante. Aboli, igualmente, a prática rústica de ordenharem vacas leiteiras na via pública, que iam cobrindo com seus dejetos, cenas estas que, ninguém, certamente, achará dignas de uma cidade civilizada.

Mandei, também, desde logo, proceder à apanha e extinção de milhares de cães, que vagavam pela cidade, dando-lhe o aspecto repugnante de certas cidades do Oriente, e isso com grave prejuízo da segurança e da moral públicas.

Tenho procurado pôr termo à praga dos vendedores ambulantes de bilhetes de loteria, que, por toda parte perseguiram a população, incomodando-a com infernal grita e dando à cidade o aspecto de uma tabolagem. Muito me preocupei com a extinção da mendicidade pública, o que mais ou menos tenho conseguido, de modo humano e eqüitativo, punindo os falsos mendigos e eximindo os verdadeiros à contingência de exporem pelas ruas sua infelicidade... (apud Benchimol, 1990: 277-278)

A partir de iniciativas que afetavam não apenas a estrutura ocupacional da cidade, mas, sobretudo, transformavam os modos de viver, as novas proibições materializadas por decreto – nas posturas municipais e outros expedientes dos quadros administrativos – atingiam o povo em seus hábitos e costumes mais sublimes. Essas fisionomias da cidade são apanhadas em um “instante” barretiano como se vê a seguir:

O espetáculo mais curioso é o da carroça de cachorros.(...)

– Lá vem a carrocinha! – dizem.

E todos os homens, mulheres e crianças se agitam e tratam de avisar os outros.

Diz Dona Marocas a Dona Eugênia:

– Vizinha! Lá vem a carrocinha! Prenda o Jupi!

E toda a “avenida” se agita e os cachorrinhos vão presos e escondidos.(...)

Todas as manhãs, quando vejo semelhante espetáculo, eu bendigo a humanidade em nome daquelas pobres mulheres que se apiedam pelos cães. (Mg, 1956: 85)

Em uma sociedade cujas possibilidades de sobrevivência estavam bastante limitadas, o que se oferecia às classes populares era invariavelmente o subemprego e o biscate. Aqueles que se alocavam no mercado formal enfrentavam duras jornadas, não dispendo de mecanismos legais para confrontar com a exploração indiscriminada do trabalho – inclusive o trabalho feminino e o infantil, altamente explorado – em função da quantidade excedente de mão de obra disponível àquela altura no Rio de Janeiro.

O grande contingente de trabalhadores resultava, em parte, da desagregação do escravismo. O negro, que não compunha com a feição moderna do trabalho, pressionava o espaço ocupacional, desenvolvendo não apenas tarefas de menor qualificação mas, sobretudo, insistindo em atividades tradicionais que a formação social ainda não abandonara. A população oriunda do tráfico de escravos, condenada desde a entrada do médico no interior da casa da família colonial (Costa, 1980), ganhava contornos ainda mais discriçionários com o advento da ordem republicana, em clara continuidade ao projeto de desqualificação e invisibilização do negro na sociedade brasileira – assunto que Lima Barreto conhecia muito de perto:

Os nossos diplomatas e quejandos, com esse tolo e irritante feitio de pensar, quiseram apoiar a sua vaidade em uma filosofia qualquer; e combinaram as hipóteses sobre as desigualdades de raça com a seleção guerreira, pensando em uma guerra que diminuísse os negros do Brasil.

Não podendo organizar uma verdadeira “*reserve for the blacks*”, decretar cidades de residência, estabelecer o isolamento *yankee*, pensaram na guerra em que morressem milhares de negros, embora ficando as negras a parir bebês brancos.

Não convém discutir o valor de semelhante propósito e demonstrar esse projeto dos nossos diplomatas com peças oficiais, seria vão. Há equívocas manifestações desse espírito nos jornais e fora deles; e elas indicam perfeitamente esse pensamento oculto, esse tácito desejo dos nossos homens viajados e influentes.

Por momentos, esse espírito tomou um grande ascendente sobre a nossa administração e quis concluir a sua obra de embelezamento de cidades, organizando um exército para a guerra futura... (NN, 1956: 168)

Os desdobramentos que as novas verdades faziam ressoar na sociabilidade indicavam que...

... a cidade moderna devia ser entendida como uma cidade sem memória, sem as tradições e os laços que a uniam ao passado. Da mesma forma que o negro passou a ser visto como um ser a-histórico, assim também passaram a ser vistas suas manifestações, seus padrões de organização, suas velhas tradições, que remontavam ao passado étnico e da escravidão. Subjacente a essa visão do negro como um ser anômalo nos novos tempos, por suas tendências ao desregramento e à desorganização, existia uma idéia recorrente de tratá-lo como vazio de experiências e aprendizados; na visão de muitos, o negro ressurgia, assim, no período pós-Abolição, como um ser vindo do nada, do vazio deixado pela escravidão e que, posteriormente, seria preenchido pelo conceito igualmente válido da marginalidade social. (Wissenbach, 1998: 97)

A essa parcela da população, que historicamente encontrava-se destituída da participação política e econômica, estava reservado – nos anos pós-abolicionistas – um conjunto de barreiras – disciplinares e repressivas – que lhe vedariam o acesso aos chamados mecanismos da civilidade. Aos negros somavam-se outros segmentos da camada “indesejável” que, como eles, seriam incluídos pelas práticas higienistas, bem como nas ocupações degradadas e degradantes.

Os imigrantes eram outro fator determinante para o aumento vertiginoso da mão de obra na cidade e, segundo Lená Menezes (1996), muitos que chegavam não se apresentavam tão preparados para desenvolver atividades na indústria, comércio e lavoura. Assim, as correntes migratórias que se reterritorializavam nos centros urbanos confirmavam a idéia de que nesse novo mercado do início do século, não eram apenas as mercadorias que circulavam, mas sobretudo homens e mulheres que aqui se viam envolvidos cumprindo diferentes papéis. Os progressos da navegação favoreciam a “circulação dos povos, permitindo que a cidade do Rio de Janeiro se tornasse opção de vida e de trabalho para inúmeros indivíduos que fugiam ao desemprego e à miséria no velho continente...” (Menezes, 1996: 63-64).

A paisagem citadina do alvorecer republicano apresentava índices alarmantes em relação ao aumento da vagabundagem, mendicância e criminalidade, o que se devia em parte à ausência de instrução e qualificação profissional. Além disso, as atividades pouco valorizadas não permitiam a ascensão social tanto para os nativos “quanto para o imigrante que chegava sem recursos à cidade (...) [amargando] duras condições de existência, muitos dos quais impelidos a buscar alternativas na marginalidade” (Menezes, 1996: 147).

Deve-se ressaltar que tal panorama também era fruto da criminalização de comportamentos tradicionais, agora redefinidos como anti-sociais. Tal mutação fornecia elementos para que as autoridades policiais pudessem brandir estatísticas que apontavam para a escalada crescente de condutas delituosas, bem como enunciar a evidência das “classes perigosas” a ameaçar o espaço da cidade. Tal apreensão se fazia afirmar a partir dos seguintes aspectos:

... a falta de segurança dos indivíduos; os atentados à propriedade; o desregramento moral e comportamental e o desrespeito afrontoso às autoridades constituídas. Este conjunto de comportamentos nocivos representavam não só uma grande preocupação para as elites políticas, como pressionavam pela busca de soluções, compassadas com os novos postulados técnicos e racionais. Se os homicídios, o roubo, o furto, e a mendicância registravam escalada desde os primórdios da expansão urbana, o caftismo, o conto-do-vigário, o comércio de entorpecentes e o anarquismo firmaram-se como comportamentos novos a merecer a atenção policial.

Numa cidade na qual os chamados comportamentos anti-sociais registravam escalada crescente desde meados do século anterior, a chegada da modernidade representou a expansão de novos delitos. Alguns deles foram fruto da integração do Rio de Janeiro ao mercado internacional. Outros caracterizaram-se como reflexos da implantação da ordem republicana, que criminalizou comportamentos tradicionais e impulsionou a definição de antigos crimes e contravenções, revestidos de uma nova dimensão. (Menezes, 1996: 52)

Diante das novas exigências, os códigos de convivialidade estavam prestes a ser radicalmente alterados. Tal processo passava, invariavelmente, pela forma de intervenção nas moradias, nas ruas e pela transformação dos valores em voga no espaço social. Sabe-se que os costumes advindos das tradicionais habitações coletivas, as habituais relações de vizinhança e os diferentes usos da rua indicavam que as dimensões do privado se faziam a partir da própria vivência, bem como dos problemas que esta apresentava aos que partilhavam cada experiência cotidiana. Assim:

... o viver compartilhado fazia explodir aspectos imbuídos no conceito, ao mesmo tempo que sublinhava outros. Se a idéia de intimidade deve ser redimensionada com base em novos parâmetros, surgem em composição padrões de solidariedade e de trocas sociais que se apresentavam como mecanismos essenciais para a sobrevivência dos grupos populares; se o espaço dos interiores era exíguo, seus moradores faziam uso dos quintais coletivos, tomavam conta das calçadas diante das casa, das ruas e de seus pontos de encontro, dos botequins e dos mercados para estabelecer suas relações

mediadas por outros elementos que não os que orientavam o viver das camadas dominantes ou que organizavam o trabalho fabril. A idéia de lar, de fato, tal como preceituada na época, não encontrava aí ressonância e nem mesmo se constituía em núcleo organizador de suas vidas, da mesma forma que as ruas não eram simplesmente espaço de circulação. (Wissenbach, 1998: 104)

Não seria então de estranhar que tal estado de coisas estivesse com os dias contados na nova ordem econômica e social. Portanto, alterar as formas de sociabilidade tecida no mundo das ruas seria a estratégia necessária para inverter os códigos já desenvolvidos, incluindo-se aí formas de morar, lazer, trabalho, confraternização, festejos e outros movimentos da vida partilhados na vizinhança. Essa reordenação político-científica encontrou no modelo republicano o vetor de sua realização:

Veio a república, e logo as novas autoridades acabaram com aquela folgança de mês. Ela vinha armada com a Política Positiva de Comte, e com os seus complementos: um sabre e uma carabina. (...)

Quanto à cultura, o contismo republicano, com todos os seus exageros dogmáticos, mostrou bem que toda aquela que não se baseava nos estudos da ciência, tendo por princípio a matemática, era inane e não valia nada.(...)

Em nome da religião têm-se praticado muitos crimes; em nome da arte têm-se justificado muitas sem-vergonhices; mas, atualmente, é a ciência que justifica crimes e também assaltos aos minguados orçamentos do país. (FM, 1956: 21-22)

Nada mais poderia adiar os empreendimentos que visavam a transformar o Rio de Janeiro segundo o modelo das metrópoles européias e, com tantas modificações a realizar, os dirigentes não poderiam mais esperar pela...Regeneração!

... Fazia-se mister generalizar os procedimentos disciplinares para os espaços públicos e privados, diferenciando-os mediante a oposição à dinâmica difusa que os mesclava, e que favorecia a convivência entre segmentos e interesses sociais muito distintos mesmo nas áreas mais centrais da capital. Compreende-se, pois, a prioridade concedida ao combate institucional às habitações populares, consideradas como os principais focos de dispersão das epidemias pela cidade, e havia muito tempo condenadas à extirpação pelos médicos higienistas, ansiosos por curar as cidades de suas “patologias” sanitárias, sociais e espaciais. (Marins, 1998: 140-141)

Conhecido popularmente como o “bota-abaixo”, a avalanche de remodelação viria a piorar ainda mais as condições de habitação da cidade, além de favorecer a especulação com o solo urbano feita pelas companhias de bondes, de serviços públicos e de loteamentos de modo geral.

O afã modernizador e a especialização dos espaços da cidade ganhava ênfase nos projetos dos engenheiros, nos estudos dos sanitaristas e nas crônicas dos ideólogos da metrópole civilizada. Em nome do interesse público, os desejos da elite se acoplavam a máquina institucional, fazendo funcionar o tripé beleza, limpeza e saúde.

A abertura das novas avenidas não deixava escolha às antigas construções, de modo que a nova planificação científica do espaço social forçosamente empurrava as populações humildes para os bairros distantes e as encostas, levando a massa a se localizar na periferia e a se alojar em condições subumanas. Vão se criando então regiões e estratos diferenciados na cidade, afastando as vizinhanças miserabilizadas da casa burguesa e civilizando a convivência na “*urb*” que se quer europeizada.

Modernizar a cidade passava pelo interesse de reordenar a convivialidade pela disciplina higiênica dos comportamentos e pelo controle do espaço habitacional, de modo que os mesmos se tornassem mais nucleares e homogêneos. Tal quadro configura uma tática de poder que, ao acirrar os desníveis, acentua o tipo de participação requerida e oferecida às camadas miserabilizadas – na lógica própria do modo brasileiro de modernizar.

Ao se constituir como alvo privilegiado do arbítrio sanitarista e das resoluções técnicas da edificação, a população pobre do centro do Rio tem seus destinos totalmente alterados pelos poderes públicos e pela **polícia** – eficiente máquina executiva e opressora que operava sem pudor a desqualificação e a criminalização da pobreza.

No quadro geral das arbitrariedades foram se redefinindo, a partir de parâmetros estranhos, as novas formas da sociabilidade. Estas se impunham pelas feições truculentas da ação sanitária, desagregando a subsistência, a sociabilidade e redefinindo os sentidos de público e privado.

Em uma transcrição realizada por Del Brenna (1985) de um artigo de jornal da época intitulada: “As fumaças da higiene”, verifica-se o quadro de abusos cometidos pela política saneadora do Prefeito Passos:

Aqui, entretanto, onde a população justamente se revolta, não contra o extermínio dos mosquitos, mas contra os processos violentos e arbitrários, que para isso emprega a diretoria geral de Saúde Pública, é esse o único recurso usado e defendido como indispensável ao desaparecimento da febre amarela.(...)

(...) E enquanto o enxôfre arde nas piras, os processos de indenização e habeas-corpus se arrastam pelos tribunais e a Diretoria de Saúde engendra novos planos para iludir o veredito dos acordos jurídicos e recursos capciosos para invalidar a intervenção judiciária em favor dos atingidos pela brutalidade do que ela pomposamente chama profilaxia, a população continua reprimida em bairros-monturos, em casas sem sol, em tocas imundas, entre ruas nojentas e sarjetas enlameadas, com pouca água, ar podre e alimentos escassos e ruins, em familiaridade com os micróbios e sob as garras dos exploradores da miséria.

Para aí, para esses focos de infecção, para o esterquilínio das ruas, para a imundície dos esgotos e para a estagnação pútridas dos rios é que desejamos ver voltada a atenção da higiene pública, cuja função é para nós bem outra do que essa de casa em casa, de fogareiro a mão, a queimar enxofre e a deitar abaixo aos empurrões, as portas que de pronto se lhe não abrem. (apud Del Brenna, 1985: 320)

O que se evidencia das análises e dos registros históricos é que o povo não deixou de ser integrado, na modernização tropical, ao modo laboratorial-profilático; em uma palavra, disciplinar. Outras alterações institucionais vão se compondo na urbanização implantada, de maneira que:

Nesse período seriam reformadas, modernizadas e ampliadas as instalações presidiárias, penitenciárias, os manicômios e hospitais públicos. São grades que se somam às dos parques e jardins urbanos, e que se destinam ao mesmo fim: conter, isolar, segregar. Não foi a velha cidade que desapareceu; foi uma outra, totalmente nova que foi imposta no meio dela; cidade de prazeres, luxo e abundância, composta de palácios refinados, recobertos de verniz, mármore e cristal, cujo acesso era vedado aos membros da comunidade primitiva. A Regeneração significou um processo tético de segregação, inculcado num prazo curtíssimo, de elevado custo social, humano, econômico, e intransigente em todos os seus aspectos. Seus responsáveis foram aumentando numa escala crescente a dose de opressão e humilhação infligida à população desamparada, como que a testar os limites de sua resistência. (Sevcenko, 1993: 65-67)

As massas desgostosas teciam e agudizavam a insatisfação e, nesse agenciamento, a revolta aguardaria a sua oportunidade. Neste momento, algumas análises adicionais se fazem necessárias, a fim de compreender o panorama político da cidade em suas contrastantes feições: um quadro administrativo conturbado em que muitos interesses estão em disputa.

Uma das nuances que merece ser detalhada diz respeito ao descontentamento de determinadas facções militares, identificadas pelo compromisso florianista de “restaurar o regime republicano dos acordos espúrios em que as oligarquias o tinham transformado”. Os monarquistas, por sua vez, vinham tentando conquistar setores militares e segmentos operários para reconduzir o país a outras hostes palacianas. Quanto à indignação dos trabalhadores, esta vinha de diferentes procedências: os baixos salários nas obras do governo, o ataque às fábricas por conta dos “operários que não tinham conseguido acordos nas greves de 1903” (Carvalho, 1998:129), o emprego ameaçado, a crise das habitações, os serviços urbanos que falhavam e as posturas restritivas do Prefeito. De outra feita, comerciantes e donos de imóveis do centro do Rio também estavam furiosos com as desapropriações, além dos aumentos de impostos e das taxas cobradas pela municipalidade. Nesse panorama figura a truculenta entrada da higiene e a obrigatoriedade da vacina. O que se acirra então é:

... a grande irritação popular com a atuação do governo na área da saúde pública, de modo especial no que se refere à vistoria e a desinfecção das casas.(...)

Nas justificativas dos abaixo-assinados enviados à Câmara por operários mencionou-se mais de uma vez como motivo de queixas a invasão das casas, a exigência da saída dos moradores para desinfecção, o dano causado aos utensílios domésticos.(...)

Mas o que talvez mais tenha atingido a população foi o tom moralista emprestado à campanha, já visível no discurso de Vicente de Souza no dia 5 de novembro. Buscou-se então explorar a idéia da invasão do lar e da ofensa à honra do chefe de família ausente ao se obrigarem suas filhas e mulher a se desnudarem perante estranhos.(...)

Mais ainda, a propaganda enveredou por uma autêntica escalada erótica-anatômica à brasileira.(...)

Segundo depoimento a *O País*, os líderes da revolta espalhavam agentes pelos centros populares com o fim de salientarem os perigos da vacina e dizerem que seria aplicada nas coxas das mulheres e filhas, junto à virília. (Carvalho, 1998: 130-131-132)

Entre alguns acordos e grandes desencontros políticos – incentivados principalmente por incitações moralistas positivistas – , as facções militares encontram-se à beira de um golpe, estimulado por uma imprensa que fomenta a chama do descontentamento em retórica liberal. Assim, o povo diz não à República impondo ‘A Revolta da Vacina’, evidenciando um “entendimento implícito, sobre o que constituía legítima interferência do governo na vida das

peessoas. Quando parecia à população que os limites tinham sido ultrapassados, ela reagia por conta própria, por via da ação direta” (Carvalho, 1998: 138).

Na estética barretiana o tema receberia o seguinte colorido:

As vociferações da minha gazeta tinham produzido o necessário resultado. Aquele repetir diário em longos artigos solenes de que o governo era desonesto e desejava oprimir o povo, que aquele projeto visava enriquecer um sindicato de fabricantes de calçado, que atentava contra a liberdade individual, que se devia correr a chicote tais administradores, tinha-se encrostado nos espíritos e a irritação alastrava com a violência de uma epidemia.

Durante três dias a agitação manteve-se. Iluminação quase não havia. Na rua do Ouvidor armavam-se barricadas, cobria-se o pavimento de rolhas para impedir as cargas de cavalaria. As forças eram recebidas a bala e respondiam. Plínio Gravata, com quem há muito não me encontrava, veio a morrer num desses combates. Da sacada do jornal, eu pude ver os amotinados. Havia a poeira de garotos e moleques; havia o vagabundo, o desordeiro profissional, o pequeno burguês, empregado, caixeiro e estudante; havia emissários de políticos descontentes. Todos se misturavam, ajuntavam as balas, unidos pela mesma irritação e pelo mesmo ódio à polícia, onde uns viam o seu inimigo natural e outros, o Estado... (IC, 1998: 201)

Em outro momento, em relação ao saldo político deixado por aquele episódio, o escritor conclui que:

Durante as masorcas de novembro de 1904, eu vi a seguinte e curiosa cousa: um grupo de agentes fazia parar os cidadãos e os revistava.

O governo diz que os oposicionistas à vacina, com armas na mão, são vagabundos, gatunos, assassinos, entretanto ele se esquece que o fundo dos seus batalhões, dos seus secretas e inspetores, que mantêm a opinião dele, é da mesma gente.

Essa masorca teve grandes vantagens: 1º - demonstrar que o Rio de Janeiro pode ter opinião e defendê-la com armas na mão; 2º - diminuir um pouco o fetichismo da farda; 3º - desmoralizar a Escola Militar.

Pela vez primeira, eu vi entre nós não se ter medo de homem fardado. O povo, como os astecas ao tempo de Cortés, se convenceu que também eles eram mortais. (DI, 1956: 47-48)

Algumas conclusões relativas à reordenação da sociabilidade e aos modos de subjetivação engendrados no episódio da modernização ganham luminosidade a partir do efeito denominado ‘A Revolta da Vacina’. Uma das evidências flagrantes é que a nova ordem instituída com a República contempla a população com uma desqualificada participação no “novo” espaço público e quase nenhuma

prerrogativa no “confeccionado” espaço privado. O projeto modernizador deixava claro não haver nenhuma intenção de ultrapassar determinados acordos nem de abolir tradicionais interesses, considerando possível apenas reciclar seus velhos métodos de opressão – o que não significa abandonar o uso da ação policial junto à população pauperizada, sempre que necessário. Essa é a solução mais imediata quando o povo reage com desconfiança frente aos desejos paradoxais embutidos nos propósitos de melhoria social, geralmente destilados em mecanismos repressivos. O que esse episódio da modernização nacional revela é que:

A autoridade pública permitia-se invadir e não raro destruir, seja o casebre sertanejo, seja o cortiço, o barraco ou o mocambo nas cidades. (...)

Conforme a tradição herdada da escravidão, a repressão não se limitava a detenção, mas, dependendo da ameaça, podia ir do espancamento sistemático ao exílio na selva, ao fuzilamento sumário, à degola em massa. Em suma, nem lares, nem âmbitos sagrados, nem corpos e nem vidas, do ponto de vista dos agentes da ordem, tinham garantias quando se tratava de grupos populares. (Sevcenko, 1998: 30)

Portanto, o projeto de modernização aqui implantado fala do próprio solo no qual se engendrou, evidenciando os acordos autoritários e o desrespeito abusivo ao corpo social.

Daí se tece uma conclusão imediata a esta, e que corresponde à histórica falta de diálogo entre elite e povo acerca das decisões que a este dizem respeito. Neste particular, a obra de Lima Barreto se torna primorosa, ao tirar da invisibilidade a maneira como o povo contava nas estratégias republicanas.

No rastro das evidências ressaltadas, uma terceira constatação deduz-se de forma gritante: o tipo de inclusão que o projeto salvador republicano oferecia à população. A ironia, a pilhéria e muitas das vezes o escárnio e a dor correspondem à revolta que Lima Barreto capta das ruas em resposta às cadências bizarras da formulação sanitarista e elitizante, a solapar o cotidiano da população. A reordenação cientificista executada pelas camadas dominantes, tem inscrita em sua contra-face um específico projeto, qual seja: a inclusão disciplinar das massas a partir de estratégicos impedimentos: na desmontagem das atividades econômicas, no forçado êxodo habitacional e nas moralizantes modalidades da assistência social. Esse conjunto de soluções estava mesmo na ordem do dia, o

que equivalia às garantias do corpo sadio da burguesia e à primazia do seu “novo” espaço de deslocamento na paisagem da cidade.

Essa terceira conclusão, Lima Barreto já a tinha elaborado com muita clareza. A modernização imposta assemelhava-se a um muro que obrigava o literato a arremessar os sentidos que, liberados nas ruas, brotavam em sua escrita – afecções pulsantes que se desprendiam frente ao panorama violento vivido pelos desafortunados nos primeiros anos da República.

A perspectiva que viria colher/acolher a escritura do romancista já o inspirava (em um misto de contração e contemplação) desde a intromissão republicana nos destinos de sua família. Há muito tempo conhecia o rebaixamento, a perseguição e o descaso vividos por seu pai, cujos efeitos se atualizavam em conexões e desdobramentos até à sua vida adulta.

Os conturbados episódios que figuraram nos anos iniciais de sua infância, potencializados pela atualidade dos constrangimentos a nutrir de indignação os anos de sua inconformada juventude, constituía um panorama que não lhe permitia negligenciar junto aqueles que, como ele, re-existiam, exercitando estratégias de vida pelas ruas do Rio. A evidência de uma cidade duramente atacada provoca no romancista a exigência de uma arte capaz de encarar de frente a cartografia social em curso, recorrendo, talvez por isso, à sátira, ao romance cáustico e, muitas vezes, à provocação política, como expressão maldita diante da solução republicana que se queria construir impunemente.

2.4

E a polícia?... algumas notas complementares à pedagogia republicana nacional

Por muitos anos ainda, o quadro de modernização continuaria se impondo e redefinindo a cidade, permitindo a construção de algumas análises em relação a este período, como a que merece destaque a seguir:

A reformulação do espaço urbano foi uma das estratégias adotadas por este Estado, no início do século XX. A cidade, com sua organização físico-espacial, seus rituais de “progresso” – como no caso das exposições nacionais e internacionais – passa a ter um caráter pedagógico. Torna-se símbolo por excelência de um tempo de aprendizagem, de internalização de modelos. Assim, quando estes

especialistas cientistas se propunham a reformar, a organizar, mesmo que em nível superficial, a esperança que tinham era de que essa projeção externa, pública, cidadina, pudesse atingir e orientar os indivíduos. (Herschmann e Pereira, 1994: 24)

Este parecer, ao ver desta pesquisa, retrata mais uma aspiração e uma realização européia e norte-americana, deixando muitas dúvidas quanto aos sentidos aqui assumidos pela modernização, principalmente no que toca ao segmento mais humilde do povo. Esta interrogação se faz possível em função das iniciativas “pedagógicas” adotadas e pelas estratégias de reorganização do espaço social implementadas na cidade. A pedagogia aqui, segundo Lima Barreto, “seja qual for a emergência”, mesmo quando executada pela “autoridade mais modesta” abandona a lei e “recorre à violência, ao chanfalho, ao chicote, ao cano de borracha, à solitária a pão e água, e outros processos torquemadescos e otomanos” (Mg, 1956: 27).

Não menos comum é a prática da humilhação:

Quarta-feira última, chegando à secretaria, deram-me um convite para assistir à saída da esquadra de bordo de um navio do Lloyd. Fui, depois de hesitar muito.

Fui a bordo ver a esquadra partir. Multidão. Contacto pleno com meninas aristocráticas. Na prancha, ao embarcar, a ninguém pediam convite; mas a mim pediram. Aborreci-me. Encontrei Juca Floresta. Fiquei tomando cerveja na barca e saltei.

É triste não ser branco. (DI, 1956: 130)

Muitas das vezes, se utiliza do expediente exemplar, que vai do castigo, passando pelo degredo, até atingir a sua mais voluptuosa feição, o massacre:

Eis a narrativa do que se fêz no sítio de 1904. A polícia arrepanhava a torto e a direito pessoas que encontrava na rua. Recolhia-as às delegacias, depois juntavam na Polícia Central. Aí, violentamente, humilhanamente, arrebatava-lhes os cós das calças e as empurrava num grande pátio. Juntadas que fossem algumas dezenas, remetia-as à ilha das Cobras, onde eram surradas desapidadamente. Eis o que foi o terror do Alves; o do Floriano foi vermelho; o do Prudente, branco, e o Alves, incolor, ou antes, de tronco e bacalhau. (...)

Este caderno esteve prudentemente escondido trinta dias. Não fui ameaçado, mas temo sobremodo os governos do Brasil.

Trinta dias depois, o sítio é a mesma coisa. Toda a violência do governo se demonstra na ilha das Cobras. Inocentes vagabundos são aí recolhidos, surrados e mandados para o Acre.

Um progresso! Até aqui se fazia isso sem ser preciso de sítio; o Brasil já estava habituado a essa história. Durante quatrocentos anos não se fez outra coisa pelo Brasil. Creio que se modificará o nome: estado de sítio passará a ser estado de fazenda.

De sítio para fazenda, há sempre um aumento, pelo menos no número de escravos. (DI, 1956: 49)

Portanto, não parece que as proposições pedagógicas das elites e dos governantes para a população se tenham feito por mecanismos muito sofisticados. Por todos esses registros, fica muito clara a idéia de como se propunham alterações na sociabilidade e de como as medidas sanitárias, de cunho normatizante, encontravam caminhos diferenciados de execução.

Em um estudo que apresenta o modo pelo qual as práticas sanitárias e pedagógicas se destinavam a garantir uma redefinição do corpo que passaria a contar na urbe industriosa, Margareth Rago (1987) detalha como o corpo da família, da mulher e, sobretudo, da criança tiveram um papel fundamental nesse processo. A autora destaca que, em relação às crianças da classe popular, a estratégia disciplinar destilava as regras do viver envoltas na fixação do corpo ao trabalho; quanto às mais miseráveis, sua inclusão se formalizava nos internatos, abrigos e outras instituições de assistência montadas pelo patronato. Já com relação às crianças das famílias abastadas:

... o poder médico recomendava o preenchimento das horas vagas com leituras selecionadas e ginástica, medida preventiva contra os vãos da imaginação e a prática onanista, característica dos jovens indolentes e fracos. A moralização do corpo pela educação física e a higienização da alma por atividades cientificamente orientadas e selecionadas afastariam, sobretudo nos adolescentes, o perigo das deformações físicas e da corrupção moral. Esse controle, no entanto, deveria se exercer de forma sutil. (Rago, 1987:123)

As práticas de orientação, intervenção e prevenção que se desenvolveram nas duas primeiras décadas do século XX, no Rio de Janeiro, se alternavam de acordo com a parcela da população às quais se destinavam. O que se evidencia é que, em todos os campos da sociabilidade investidos pela higiene, a intervenção variava em relação aos habitantes da cidade. Ou seja, para as elites e as camadas médias, as resoluções científicas operavam por ressonância nos livros, revistas, escolas e em esclarecimentos levados pelos médicos à casa pequeno-burguesa e

burguesa; quando diziam respeito ao povo, as iniciativas científicas eram invariavelmente amparadas, e não raras vezes, viabilizadas pela polícia.

Assim, a disciplinarização atendia a um projeto da burguesia de reordenar a população a partir de valores imiscuídos em ações de caráter benemérito, educativo e salvacionista, que se faziam traduzir em termos de melhorias para o povo e progresso para a sociedade – medidas assumidas por um Estado que se tornava cada vez mais apto a engolfar e a centralizar o chamado da classe dominante e a convocar a polícia para o cumprimento de algumas urgências dirigidas às classes populares. É justamente dessa maneira que o povo vê o Estado: através da polícia. Esta faz sua parte na administração e na implementação de políticas públicas, cumprindo, na esteira de seus serviços, o controle político de determinados grupos, evitando a sublevação iminente em uma instável formação republicana ou, ainda, reprimindo descontentamentos a sobrar pela *Vida Urbana*.

Em um estudo sobre as relações entre o povo e a polícia no início do período republicano, Marcos Bretas (1997) discorre sobre as proposições da máquina pública e sua operatividade junto aos segmentos populares. Esta se faz presente impondo prerrogativas sanitárias, educativas, jurídicas – ou todas elas ao mesmo tempo –, variando sua execução em função da contenção necessária, isto é, do grau de descontentamento em curso ou do desvio que se pretende recuperar. A condução desse projeto civilizador é correlato à construção da concepção de nação harmoniosa bastando, ao povo, se encaixar em parâmetros genuinamente alheios ao seu entendimento. A burguesia nacional delira uma população “catita” e faz da polícia a via de sua realização:

É neste processo que ganha relevância o papel da repressão e do controle como mecanismos essenciais na construção da classe trabalhadora. Através da imposição e da violência o ator burguês cria seu outro, obrigado a incorporar os valores do trabalho e da disciplina essenciais para a dominação capitalista. Ao mesmo tempo, as manifestações de rejeição ou incapacidade em relação ao modelo desejado são catalogados pela historiografia no rol de um conceito bastante amplo de ‘resistência’, que incluiria desde a rejeição ao trabalho fabril até os crimes contra a propriedade.

A polícia situa-se no centro da questão da transformação do projeto burguês em realidade social. (Bretas, 1997:32)

Em um período em que as hierarquias sociais encontravam-se subvertidas, mudavam também as verdades que deveriam ser impostas e as razões para

reprimir. No rastro dessas mudanças o corpo da cidade, objeto dessa intervenção, se constrói na mesma relação que contempla e enaltece a proteção dos direitos individuais e a inalienável manutenção da ordem pública. Esses novos regulamentos, entoados em uníssono pela ciência e demais preceitos modernizantes, faziam-se, no entanto, discordantes na consciência de diferentes grupos políticos, trazendo alguns problemas de realização – principalmente quando esbarravam em interesses difusos a se desdobrar pelas camadas sociais. Esse tipo de ocorrência incita certos segmentos próximos ao poder a fazer variar antigas leis e, vez ou outra, a adequar os novos códigos em vigência; de outra feita, eram as posturas municipais que recebiam interpretação de acordo com a ocasião. Contudo, quando os populares requisitavam melhorias de trabalho e alterações no custo de vida, as inspirações liberais européias eram relativizadas, principalmente aquelas que acentuavam os direitos do cidadão, esta entidade mal definida em cenas brasileiras.

Não havendo mais terras e brasões a proteger, urge defender a sociedade de tão argutos grupos rivais e, principalmente, regular o domínio privativo da elite, incluindo-se aí os interesses patrimoniais, o reduto eleitoral e os cargos públicos. No embate das novas verdades – eleitorais, econômicas, científicas, políticas –, entram em cena novas relações sociais, atualizadas ao modo próprio da *Belle Époque* Tropical.

A rua se constitui, então, no palco em que essas forças se colocarão frente a frente. Aí se encontra o povo, o único seriamente atingido no tiroteio em que se pretende salvar as garantias dos segmentos dominantes. Os acontecimentos que desagregam relações ocupacionais, econômicas e sociais correspondem ao desenrolar de uma ininterrupta assimetria fundante de insatisfações, exigindo que as forças rebaixadas encontrem maneiras de se impor, de compor novos sentidos, inventando maneiras de re-existir e burlar a capitulação:

Numa singular simbiose com as reformas da cidade, os moradores expulsos pelas demolições alimentavam-se dos destroços, extraindo dali os materiais de construção que acabariam perpetuando as vizinhanças que as obras públicas pretendiam extirpar(...)

Apesar de as habitações coletivas tradicionais serem continuamente perseguidas, sobretudo na área central, nos bairros da Zona Sul e na distante Copacabana – onde aliás existiam alguns cortiços já antes de 1905 -, as favelas acabariam sendo toleradas. Com uma rapidez impressionante, os barracos foram erguidos por todas as regiões mais

urbanizadas do Rio de Janeiro, inclusive naquelas escolhidas pelas elites para morar em “boa vizinhança”, solapando os sonhos da gestão Rodrigues Alves. (Marins, 1998: 154-155)

Confrontar o poder armado exige avanços e recuos. No cotidiano da cidade, outros códigos se vão impondo, antigos hábitos passam a ser fiscalizados e novas legitimações ganham impiedoso estatuto de verdade. As novas táticas do poder vão revelando aos atores das ruas – povo e polícia – os comportamentos que devem ser substituídos, os que precisam ser abandonados, a gravidade que portam diante das normalizações estabelecidas e o grau de periculosidade que deflagram frente às prescrições tecnicamente orientadas. Como já dizia Lima Barreto, “ A benéfica ciência!”

Curiosamente, também a polícia almejava reconhecimento profissional e social frente às outras corporações militares que disputavam o monopólio do exercício repressivo na cidade. Bretas esclarece sobre a variedade do poder armado a transitar pelas ruas; desde “policiais civis” até “militares do Exército e da Armada”, incluindo também nesse grupo as “guardas: nacionais e noturnos”. Todos eles viam-se munidos de autoridade, exorbitando violência “contra a desprotegida marginalidade carioca. A multiplicidade das forças repressivas era aproveitada pela população de modo a favorecer a resistência, atirando os diferentes grupos armados uns contra os outros” (Bretas, 1997: 53).

A população do Rio participava ativamente dos conflitos, geralmente solidarizando-se com o Exército e, no desenrolar das hostilidades, geralmente desdobravam-se soluções que, no rastro de tantos paradoxos, mostram-se, no mínimo, muito divertidas:

Em outubro de 1891, um conflito entre estudantes universitários e policiais, iniciado nas galerias do Teatro Lírico, alcançou grandes proporções, com os estudantes fazendo barricadas na rua do Ouvidor. Os jornais noticiam a presença de militares ao lado de estudantes, e o conflito só se resolve quando a polícia retira-se das ruas, deixando o policiamento a cargo do Exército. (Bretas, 1997: 56)

Estas notas servem para evidenciar que a polícia também precisava encontrar um lugar e, ao que tudo indica, sua função se consolidava na mesma esteira da modernização das tarefas do Estado. Isto se evidencia exatamente na

execução dos serviços públicos e na fiscalização das posturas municipais. Para cumprir essas e outras determinações:

A polícia presta colaboração aos agentes da prefeitura quando estes são encarregados de medidas antipáticas como o envenenamento de cães de rua ou em casos onde a intervenção municipal é mal recebida, como na questão da limpeza urbana, quando há forte reação ao monopólio concedido à Cia. Industrial do Rio de Janeiro. (...)

A polícia utiliza as posturas municipais de diversas formas sempre que facilitem suas ações, mesmo que de forma diferente do objetivo da lei. (...)

As determinações da higiene pública eram muito úteis aos delegados interessados em eliminar as estalagens e casas de cômodos de suas circunscrições, consideradas focos de desordem e abrigo de criminosos. Estas queixas encaminhadas à diretoria de higiene motivavam fiscalizações e relatórios que concluíam, geralmente, pela intimação dos proprietários para executar reformas, sem as quais as casas seriam fechadas. (Bretas, 1997: 61)

Evidencia-se, nesses registros, a necessidade que havia em se afirmar um combate às práticas populares a partir da criminalização de muitas das formas utilizadas para garantir a sobrevivência. Na cidade caótica, havia muito o que civilizar. Por exemplo, os hábitos de loteria, as práticas de aposta e o jogo, altamente disseminados na população, favoreciam os mais variados tipos de ganho – uma estética diferente da exploração que, além de tudo, misturava lazer e sobrevivência, composição que a ética do trabalho precisava moralizar, desqualificar e banir. O crime tomado como referência dos comportamentos que deveriam ser civilizados reafirma a conexão “estado de ordem” e “saúde social”. A desordem que ameaçava a cidade preocupava imensamente as autoridades, principalmente em função da “constituição de um movimento operário que da reivindicação passava à contestação, (...) [além do] alastramento da vadiagem, da mendicância e das inúmeras formas de comportamentos desviantes” (Menezes, 1996: 59).

Em muitos documentos relativos às ações da polícia da época, Marcos Luiz Bretas identifica a exortação de patrões preocupados com os rumos perniciosos à moral, ao qual estava exposta a população. Assim, a classe patronal convoca o Estado às providências cabíveis, ressaltando que as “facilidades, o convite, o incitamento para o jogo são os inimigos do trabalho honesto, da

economia, da previdência, da probidade e das virtudes honestas” (Bretas,1997: 92).

Sempre chamada a compor a relação que o poder público estabelece com o povo, a polícia se localiza como mediadora das artimanhas imprescindíveis à consolidação da lógica do trabalho e deflagradora de alguns dos mecanismos de subjetivação necessários à construção da “dignidade” da classe popular – agora incluída como assalariada e no direito compulsório de mudar-se, vacinar-se, educar-se: enfim, civilizar-se!

Todavia, sempre que o povo rejeitava o funcionamento da cidade moderna, ia ativamente às ruas e exorbitava em manifestações contrárias às imposições municipais, à exploração do trabalho e ao descaso dos governantes. A polícia, por sua vez, atendendo ao chamado da administração, prontamente comparece em seu exercício repressivo, acirrando os confrontos com os populares e reativando a rua como campo de contenção da população em suas manifestações anti-higienistas, grevistas, políticas ou mesmo nas ações diretas – muito comuns nessa época de forte presença anarquista na sociedade e nas agremiações de trabalhadores. Os anarquistas, por sinal, eram os alvos privilegiados das explicações étnicas como causa da desordem geral da cidade.

Em 1906, os estrangeiros representavam 25% dos habitantes do Rio de Janeiro e respondiam por muitos movimentos de contestação às formas de trabalho, à moral cristã e às políticas dirigidas à população. Principalmente em relação ao mundo do trabalho, os “anarquistas e marxistas escreveram seu protesto nos sindicatos e nas ruas, enunciando o discurso da revolução social, num cotidiano marcado pela repressão” (Menezes, 1996: 91). Mesmo considerando que o controle do mundo urbano se afirmava a partir de práticas e prédicas estabelecidas, algumas regulamentações se faziam desconhecidas, deixando frequentemente a própria milícia confusa nas situações de confrontação popular. Quando os códigos não estavam claros nem mesmo para a polícia, um conjunto de pequenas justiças se tornava inevitável e, dependendo da situação dos protagonistas da cena suspeita, o equívoco jamais poderia ser perdoado pelas instâncias superiores. Havia pois, na cena urbana da Regeneração, um conjunto de ambigüidades em relação aos comportamentos nocivos e aos espaços de vigilância, o que permitia muitas manobras populares criativas frente ao uso perverso da cidade pelas classes dominantes. De um modo geral, o exercício da

autoridade policial se formalizava de um modo vago e a dimensão da legalidade sempre comportou um certo além:

O delegado da 8ª circunscrição podia determinar a prisão de todas aquelas mulheres que ‘demonstrem de modo inequívoco a escandalosa e reprovada ocupação a que habitualmente se entregam’, mas não poderia tolerar o engano. Ilegalidade contra prostituta é uma coisa, contra mulheres honestas outra diferente. Este **espaço além da legalidade devia ser garantido sempre que se tratasse de pessoas notoriamente envolvidas em comportamentos tidos como socialmente reprováveis.** (Bretas, 1997: 102) (grifos meus)

Salvo respeitadas exceções, o que mais se constata nessa estética da modernização nacional é o caráter difuso da violência policial. Essa amplitude de ação está ligada diretamente à gama de comportamentos que deveriam ser coibidos, transformados, repelidos e banidos. Em suma, as diretrizes da polícia se teciam em consonância aos discursos oficiais referentes à higiene da população e à limpeza da cidade e, mesmo em conturbadas idas e vindas, iam ganhando estatuto de direito público. Desse modo, os alvos da perseguição policial se dirigiam desde a participação do indivíduo em algum distúrbio no espaço social até os pobres e miseráveis “carentes de moradia, emprego e documentos, (...) cuja única culpa era viverem numa sociedade caótica e serem vítimas de uma situação crônica de desemprego e crise habitacional que a própria administração havia desencadeado” (Sevcenko, 1993: 70).

Em uma capital que precisava ser posicionada como cartão de visitas e, ao mesmo tempo, alavancar o país ao estatuto de mundo civilizado, a polícia precisaria se tecnificar frente às novas discriminações necessárias à manutenção da boa ordem. Isto é o mesmo que dizer que a polícia precisaria se assenhorar das informações não só dos sanitaristas como dos criminologistas, psiquiatras, urbanistas etc., a fim de se tornar mais:

... eficaz no combate aos comportamentos considerados nocivos e perigosos: capaz de eliminar as pragas, os detritos sociais que ameaçavam a ordem e antepunham obstáculos ao processo civilizatório. (...)

... sob o ponto de vista policial, a modernização representou a profissionalização das instituições policiais, tanto no sentido da definição do seu caráter repressivo, quanto da explicitação de sua caracterização ideológica.

Sob o título “Dos crimes em espécie”, o Código [de Processo Criminal] estabelecia 12 categorias gerais, que destacavam os delitos contra a segurança interna da República².

Se o Código considerava como crime qualquer violação da lei penal, discriminando todos os comportamentos que o regime buscava coibir, o conceito era, à época, motivo de amplas discussões científicas, como também o eram as causas explicativas do fenômeno. (...)

... Definir e analisar os desvios comportamentais para garantir a saúde social foram desafios que passaram a ser respondidos pela ciência e pelos doutores. Estes, munidos de esquadros, fórmulas antropométricas e estatísticas criminais, na mais pura inspiração lombrosiana, classificaram grupos sociais e definiram comportamentos como perigosos e nocivos à sociedade, tornando-se personagens característicos de um novo tempo. (Menezes, 1996: 53-54-55)

Contudo, a polícia nem sempre primava por sofisticar-se, principalmente em relação aos desvalidos. Quanto a estes, não havia dúvidas: eram “casos” de polícia e, na verve barretiana, esta ação também era dirigida ao estrangeiro, de modo que “os russos, polacos, romaios são para ela forçosamente caftens; todo o cidadão de cor há de ser por força um malandro; e todos os loucos hão de ser por força furiosos e só transportáveis em carros blindados” (CV, 1956: 151-152).

A circulação na cidade e o poder de quem poderia nela chegar, habitar, trabalhar e influir oscilava de uma forma mais frouxa e ampla em tempos progressos do Império do que nos anos da ascendente burguesia nacional. Mecanismos e intervenções que inicialmente eram ramificados em ações de caráter privado e da filantropia, lentamente vão sendo incorporados nas práticas que vão se oficializando, em função de uma dada eficiência captada pela conjuntura republicana. Assim, o pensamento racional alavancou seus representantes à medida que novos procedimentos alçavam certo grau de centralização, apoderando-se da máquina do Estado e reorientando-o na via do esquadrinhamento social. O cenário

que este capítulo pretende visibilizar diz respeito ao agenciamento em que se opera

a modernização em ação na cidade, ou seja, o modo de gerir a popularização do

² Os comportamentos delituosos eram aqueles classificados como: contra a tranquilidade pública; contra o livre gozo dos direitos individuais; contra a boa ordem e a administração pública; contra a fé pública; contra a honra e a honestidade das famílias e do ultraje público ao pudor; contra a segurança do estado civil; contra a segurança da pessoa e da vida; contra a propriedade pública e particular; e, principalmente contra a pessoa e a propriedade.

discurso racional e técnico – conexão indispensável para o peculiar processo de consolidação do capitalismo em terras de doutores, literatos e coronéis, tanto os de patente quanto os de espora... ou de ambas.

Dessas novas relações disciplinares na sociedade, de suas cadenciadas etapas nos rumos da profissionalização militar e dos seus engendramentos políticos forjam-se estratégias que ganham sentido e definem, a partir de uma dada eficácia, o que resulta necessário difundir na nova sociabilidade. Seguindo a ótica da racionalidade técnica, as novas exigências são imediatamente configuradas como verdades únicas e geradoras de totalizações, o que não deixa qualquer margem de dúvida quanto aos propósitos da ilustração carioca e aos objetivos últimos a serem atingidos pelas instituições da modernização. Portanto, a idéia de uma sociedade moderna como um estrato unificado, portadora de uma identidade definida por critérios cientificamente estabelecidos, reafirma um conjunto de verdades que suprimem todas as peculiaridades nas quais se dá o processo efetivo da vida social.

As sólidas objetivações, que se inscrevem taticamente no panorama conturbado da cidade, exigem manobras nem sempre tornadas claras nas orientações dos saberes e nos expedientes do Estado. No entanto, advém desses procedimentos formulações reducionistas que servem apenas para assinalar e garantir uma visada evolutiva acerca do desenvolvimento da sociedade, concorrendo para a cristalização de determinadas construções conceituais, hoje consideradas como naturais e distribuídas de forma equânime nos diferentes segmentos populacionais. Proceder uma investigação dos modos de subjetivação no alvorecer da paisagem republicana requer que se faça das relações que aí tem lugar um acontecimento único e irrepetível na história, a saber: A República dos Conselheiros – A Modernização Redentora – A Elite Nacional – O Povo Brasileiro – A Revolta da Vacina – Lima Barreto em singulares composições – passíveis de serem iluminadas de maneira diversa em outras pesquisas.

Todos os elementos detalhados no corpo desta seção, o romancista/cronista não deixava escapar na sua observação do cotidiano da cidade; mais do que isso, ele os apresentava em nuances cruas, outras vezes em sugestivas pinceladas, ou mesmo anunciando as virtualidades que tais questões portavam, correndo todos os riscos dessa abusada empreitada: uma escrita desafiadora; uma literatura de

ação...não seria uma Literatura Militante? É melhor que ele mesmo esclareça os engendramentos de sua criação:

...Examinando-me melhor, creio que há em mim um inquieto, a quem a mocidade dá longínquas parecenças de ativo e de combatente; e quiçá tais semelhanças tivessem enganado os meus amigos e companheiros, elevando-me à direção desta pequena revista.

O seu engano não foi total, penso eu; na época de vida que atravesso, o inquieto pode bem vir a ser o lutador e o combatente, tais sejam as circunstâncias que o solicitem. Eu as desejo favoráveis a essa útil mutação de energia, para poder levar adiante este tentâmen de escapar às injunções dos mandarinatos literários, aos esconjuros dos preconceitos, ao formulário das regras de toda a sorte, que nos comprimem de modo tão insólito no momento atual. (IL, 1956: 181)

2.5

Uma escrita anárquica: incompatibilidades com o sentido missionário da história

Neste momento, a tarefa que esta pesquisa empreende diz respeito ao interesse em fazer saltar, dos fragmentos da obra de Lima Barreto, sua concepção de literatura militante, entendendo-a a partir do sentido de ação no mundo, imiscuída em sua forma de viver e escrever. Nessa via, serão matizadas as afecções do escritor, a duplicar uma relação única com a cidade e a literatura, tecendo-se aí uma obra, somente possível de ser realizada a partir dos elementos de diferenciação em que se enredam a experimentação da vida e da arte – modo barretiano singular de operar os afetos:

Não posso compreender que a literatura consista no culto ao dicionário; não posso compreender que ela se resuma em elucidações mais ou menos felizes dos estados d'alma das meninas de Botafogo ou de Petrópolis; não posso compreender que, quando não for esta última coisa, sejam narrações de coisas de sertanejos; não posso compreender que ela não seja uma **literatura de ação** sobre as idéias e costumes; não posso compreender que ela me exclua dos seus personagens nobres ou não, e só trate de Coelho Neto; não posso compreender que seja caminho para arranjar empregos rendosos ou lugares na representação nacional; não posso compreender que ela se desfaça em ternuras por Mme Y, que brigou com o amante, e condene a criada que furtou alguns alfinetes – são, pois, todas essas razões e motivos que me levam a temer que a ditadura de Coelho Neto me seja particularmente nociva. (IL, 1956: 261) (grifos meus)

No exercício metucioso das *Impressões de Leitura*, o romancista oferece a evidência de quais práticas revelavam a feição burguesa da sociabilidade, os desdobramentos na valorização de determinadas formas literárias e a vulnerabilidade a que ficam expostos, os que aí não se alinham.

Em outro momento, descreve em seu *Diário Íntimo*, os procedimentos arbitrários que demoliam a paisagem da cidade ao sabor dos interesses econômicos:

Nota-se que em geral as grandes cidades, especialmente as européias, não têm um fundo de cordilheira como a nossa. Ora, se as grandes cidades não têm tal disposição natural e se o Rio quer ser das grandes à europa, deve arrasar as montanhas. Não há prejuízo algum com isso. A desvantagem única seria a supressão do Corcovado, montanha internacional e muito procurada pelos estrangeiros. Em substituição, pode-se erguer uma torre semelhante à Eiffel, em Paris. Até será muito melhor, pois ficará o Rio muito parecido com a capital da França. O aterro, proveniente do desmonte dos morros, servirá para alterar a baía, um incômodo, sepulcro de crimes e cuja beleza, no juízo dos políticos, é uma vazia banalidade. Para o comércio ficará uma doca; e lá para as bandas da Mauá um lagozinho destinado aos poetas. (DI, 1956: 119)

Neste fragmento, o autor em questão acompanha as transformações da cidade não como um urbanista, um cientista, um comerciante de grandes pretensões – olhares comuns, e não apenas no período da eufórica “Regeneração”. É de outra maneira que Lima Barreto olha a cidade. Suas observações e conclusões desenvolvem-se de um contato direto com diferentes níveis de injunções sociais, em que fica patente seu extremo desacordo com as lógicas conservadoras e as ilações ufanistas da urbanização, tão comuns em disputar o espaço social à época.

Nos dois episódios, o que se verifica é uma literatura de ação que tem, nos descaminhos que se cruzam na sociabilidade, seu combate preferencial. Nesses dois momentos de sua escrita, o que se revela são os inconfessáveis propósitos de modernização da cidade, descomprometida com as questões mais relevantes para o conjunto da sociedade – aspectos retratados em uma estética provocativa em franca divergência junto às convicções destiladas no desenrolar da *Belle Époque Tropical*. Não é demais repetir que este período reafirma, em outras vozes, a necessidade do desenraizamento agrícola, bem como a desqualificação dos modos de viver coloniais. Essas eram imposições que atravessavam o tecido de uma sociabilidade em que se enalteciam os modelos burgueses, estimulados pelas

“órbitas binoculares”³ e pelos discursos progressistas, ao mesmo tempo que se articulavam “cavações” e “comilanças” nos círculos palacianos e rodas literárias.

Lima Barreto assim escreve:

A gente do Brasil, entretanto, pensa que a existência nossa deve ser a submissão aos Acácios e Pachecos, para obter ajuda de custos e sinecuras.

Vem disto a nossa esterilidade mental, a nossa falta de originalidade intelectual, a pobreza da nossa paisagem moral e a desgraça que se nota no geral da nossa população.

Ninguém quer discutir; ninguém quer agitar idéias; ninguém quer dar a emoção íntima que tem da vida e das coisas. Todos querem “comer”.

“Comem” os juristas, “comem” os filósofos, “comem” os médicos, “comem” os advogados, “comem” os poetas, “comem” os romancistas, “comem” os engenheiros, “comem” os jornalista: o Brasil é uma vasta “comilança”. (Mg, 1956: 79) (grifos meus)

Estes e outros descabros que jorram do cotidiano nacional e que atenciosamente eram detalhados em seus escritos traziam-lhe, contudo, muitas questões. Estas invariavelmente misturavam-se a algumas intrigantes passagens da sua vida:

Quando, em 1889, o Senhor Marechal Deodoro proclamou a República, eu era menino. De oito anos.

Embora fosse tenra a idade em que estava, dessa época e de algumas anteriores eu tinha algumas recordações. Das festas por ocasião da passagem da Lei de 13 de maio ainda tenho vivas recordações; mas da tal história da proclamação da República só me lembro que as patrulhas andavam, nas ruas, armadas de carabina, e meu pai foi, alguns dias depois, demitido do lugar que tinha.

E é só.

Se alguma coisa eu posso acrescentar a essas reminiscências é de que a fisionomia da cidade era de estupor e de temor. (Bg, 1956: 52)

Outras recordações também compunham o seu amplo quadro de lembranças e, entre elas figuravam a morte da mãe, as dificuldades de concluir o curso na Politécnica, a doença do pai, as divergências familiares, os transtornos financeiros, o emprego compulsório – conjunto de dissabores a cruzar-se com intensidades partilhadas com os assemelhados na classe e vividas com os

³ Essa expressão era utilizada por Lima Barreto para atacar uma coluna jornalística que vivia do enaltecimento da camada que freqüentava os salões e outros feitos da burguesia.

irmanados na cor. Sua indignação repercutia dos muitos episódios vividos aos registros de sua prosa:

A grande cidade do Prata tem um milhão de habitantes; a capital Argentina tem longas ruas retas; a capital Argentina não tem pretos; portanto, meus senhores, o Rio de Janeiro, cortado de montanhas, deve ter largas ruas retas; o Rio de Janeiro; num país de três ou quatro grandes cidades, precisa ter um milhão; o Rio de Janeiro, capital de um país que recebeu durante quase três séculos milhões de pretos, não deve ter pretos. (VU, 1956: 83)

As deliberações a jorrar pela cidade convocando a opressão e estimulando a desconfiança e o medo bifurcam-se em sensibilidades passíveis de serem traduzidas em denúncias, ironias e provocações aos governantes e, principalmente, junto aos fazedores de ordens: sanitaristas, juristas, urbanistas, educadores, cientificistas de um modo geral – modelizações merecedoras das vibrações da alma e da pena do escritor. Tal panorama aviva e exige do romancista uma forma estética eloqüente na divulgação dos desvarios republicanos, além de se posicionar como um crítico contundente junto àqueles que, por interesses oportunos, somavam ou calavam diante das incomensuráveis incongruências. Lima Barreto, em seu transitar incansável pela cidade, acolhe em seu corpo de impressões um conjunto de arbitrariedades, expressando, na variedade dos gêneros literários, as intensidades em variação no tecido social. Sua insatisfação encontra certa correspondência no modo como as injúrias florianistas reverberavam em Policarpo Quaresma:

De resto, todo o sistema de idéias que o fizera meter-se na guerra civil se tinha desmoronado. Não encontrara o Sully e muito menos o Henrique IV. Sentia também que o seu pensamento motriz não residia em nenhuma das pessoas que encontrara. Todos tinham vindo ou com pueris pensamentos políticos, ou por interesse; nada de superior os animava. Mesmo entre os moços, que eram muitos, se não havia baixo interesse, existia uma adoração fétichica pela forma republicana, um exagero das virtudes dela, um pendor para o despotismo que os seus estudos e meditações não podiam achar justos. (PQ, 1997: 163)

Muitas vezes a conexão se faz pelo sofrimento comum do povo que as determinações administrativas se esforçavam por acentuar, principalmente aquela “parte da população da cidade, a cuja existência o governo fecha os olhos, embora lhe cobre atozes impostos, empregados em obras inúteis e suntuárias noutros

pontos do Rio de Janeiro” (CA, 1956: 117). De um modo geral, sua escrita antecipa todos os interesses espúrios que se estabelecem, acomodam-se e apoderam-se da máquina estatal:

– Que são dez ou vinte mil contos que o Estado gaste! Em menos de cinco anos, só com as visitas dos estrangeiros, esse capital é recuperado... Há cidade no mundo com tantas belezas naturais como esta? Qual!

Aires d’Avila chegou mesmo a escrever um artigo, mostrando a necessidade de ruas largas para diminuir a prostituição e o crime e desenvolver a inteligência nacional.

E os da frente, os cinco mil de cima, esforçavam-se para obter as medidas legislativas favoráveis à transformação da cidade e ao enriquecimento dos patrimônios respectivos com indenizações fabulosas e especulações sobre terrenos. Os Hausmanns pululavam. Projetavam-se avenidas; abriam-se nas plantas *squares*, delineavam-se palácios, e, como complemento, queriam também uma população catita, limpinha, elegante: cocheiros irrepreensíveis, engraxates de libré, criadas louras, de olhos azuis, com o uniforme como se viam nos jornais de moda da Inglaterra. (IC, 1998: 161-162)

Posicionamentos tão claramente contrários à nova ordem político-econômico-técnico-administrativa, não permitem concluir, que a literatura barretiana possa ser identificada por um sentido “missionário”, conforme lhe atribui Sevecenko (1995), comparando, por esse aspecto, Lima Barreto a outros autores do mesmo período.

Sabe-se que as várias matrizes que comportava o pensamento republicano inspiravam muitos escritores a assumir, mesmo que criticamente, a salvaguarda da construção nacional embutida nos ventos salvadores e modernizantes da República. Nesse sentido, muitos literatos tematizavam questões relativas à reordenação da nação, mesmo que oscilando entre a adulação e a interrogação, o que permitia a uns serem alocados ou interpretados como arautos da nova ordem, e a outros como interlocutores frente a uma República ávida por consolidar-se, ainda que carregada de contradições. Capistrano de Abreu e Graça Aranha (idem:79) dentre outros, talvez possam ser classificados como missionários de alguma ordem, ou suas respectivas obras compreendidas como uma literatura de difícil missão:

... Espoliados que foram, como réprobos, pelas elites vitoriosas, aferram-se ao seu último recurso, fazendo da literatura instrumento e fim da sua ação, tolhidos mesmo pelos seus reduzidos limites. É nela

por isso, na literatura, que deixarão o registro de sua **missão**, cumprida a despeito de todas as contrariedades. (Sevcenko, 1995: 128) (grifo meu)

De maneira diferenciada, Lima Barreto somava, porém não se integrava àqueles que questionavam a recalcitrante República, principalmente por sabê-la tramada por muitos monarquistas de véspera.

Embora alguns aspectos permitem uma analogia de fundo entre as questões abordadas pelo romancista e outras temáticas vigentes naquele período, não é lícito definir que este autor estivesse sujeito às mesmas impressões dos contemporâneos e identificado com seus pares – alguns formados em conjuntura anterior e diversa do escritor. Sua obra evidencia que ele nunca fora um desenganado com os feitos da República, muito menos um cosmopolita desiludido com as promessas avessas da “Redenção” cientificista. Muito pelo contrário, Lima Barreto localizava-se no **dissenso**, e não em conflito com a reordenação republicana e a lógica da modernização – concepção que atravessa a sua modalidade narrativa. Pode-se mesmo dizer que o procedimento literário por ele adotado aviva o posicionamento discordante frente às linhas que costuraram a República, além de reafirmar a desconfiança frente ao ideário liberal-modernizante e, principalmente, por recusar as estratégias deflagradas desde os primeiros anos de sua vigência.

O que torna singular a obra de Lima Barreto é exatamente a convicção de que sua escrita não tinha que ter utilidade para aquela República e, por esse e muitos outros motivos, ele enaltecia a humanidade e a solidariedade, coisas que concretamente não figuravam no primeiro plano dos novos tempos:

Parece-me que o nosso dever de escritores sinceros e honestos é deixar de lado todas as velhas regras, toda a disciplina exterior dos gêneros e aproveitar de cada um deles o que puder e procurar, conforme a inspiração própria, para tentar **reformular certas usanças, sugerir dúvidas, levantar julgamentos adormecidos**, difundir as nossas grandes e altas emoções em face do mundo e do sofrimento dos homens, para soldar, ligar a humanidade em uma maior, em que caibam todas, pela revelação das almas individuais e do que ela tem de comum e dependente entre si. (HS, 1990: 15) (grifos meus)

Em que pese os interesses contrários, a conservação da política econômica agrícola e a realocação dos quadros herdados da monarquia integram a complexa

rede de incongruências republicanas e os seus efeitos na gerência da máquina pública. Incluem-se nesse cenário as manobras político-militares a interferir diretamente na vida da população que, somadas aos procedimentos acionados pela máquina cientificista e os abusos da polícia fazem recrudescer amplamente o descontentamento dos setores populares. Os descompassos entre Sociedade e Estado, o anacronismo Tradição e Modernidade, a divergência Rio de Janeiro e Paris atualizavam, entre outras disjunções, um atordoamento ampliado, capaz de materializar não apenas uma revolta, mas inevitavelmente, transformar possíveis sonhos em uma descrença que duraria todo o período da Primeira República.

O que se pode realçar quanto a postura combativa de Lima Barreto é que esta não possibilita designar sua obra como “utilitária”, muito menos reconhecer em seus escritos uma feição “instrumental”. De outra maneira, vislumbra-se a referida literatura enquanto constituição de um plano de composição em que a cidade é acolhida como intercessora⁴ nos destinos da escrita militante do autor, uma escritura em que emerge a sociedade fragmentada e a esfera coletiva aviltada. O texto barretiano, analisado na perspectiva desta tese, apresenta-se mais próximo da estratégia belicosa-crítico-criativa da gente do povo do que propriamente dotado de um sentido missionário diante de uma *República de Bruzundangas*:

Esta dissertação não foi à toa, em se tratando de política e políticos da Bruzundanga, porque estes últimos são em geral casados com moças educadas pelas religiosas e estas fazem a política do país.

Com esse apoio forte, apoio que resiste às revoluções, às mudanças de regime, eles tratam, no poder, não de atender às necessidades da população, não de lhes resolver os problemas vitais, mas de enriquecerem e firmarem a situação dos seus descendentes e colaterais.

Não há lá homem influente que não tenha, pelo menos, trinta parentes ocupando cargos do Estado; não há lá político influente que não se julgue com direito a deixar para os seus filhos, netos, sobrinhos, primos, gordas pensões pagas pelo Tesouro da República.

No entanto, a terra vive na pobreza; os latifúndios abandonados e indivisos; a população rural, que é a base de todas as nações, oprimida por chefões políticos, inúteis, incapazes de dirigir a coisa mais fácil desta vida.

Vive sugada, esfomeada, maltrapilha, macilenta, amarela, para que, na sua capital, algumas centenas de parvos, com títulos altissonantes disso ou daquilo, gozem vencimentos, subsídios, duplicados e triplicados, afora rendimentos que vem de outra e qualquer origem, empregando um grande palavreado de quem vai fazer milagres.

⁴ A função dos intercessores conta de um tipo de aliança que provoca distanciamentos frente a uma ordem, de modo que, dessa fabulação, algo novo possa surgir.

Um povo desses nunca fará um *haro*, para obter terras.

A República dos Estados Unidos da Bruzundanga tem o governo que merece. Não devemos estar a perder o latim com semelhante gente; **eu, porém, que me propus a estudar os seus usos e costumes, tenho que ir até ao fim.** (Bz, 1956: 68) (grifos meus)

Quanto aos compromissos da elite, que se apresentava modernizadora em suas liberais proposições de verniz, ele parecia não ter dúvidas:

A nossa plutocracia, como a de todos os países, perdeu a única justificação da sua existência como alta classe, mais ou menos viciosa e privilegiada, que era a de educadora das massas, propulsora do seu alevantamento moral, artístico e social. Nada sabe fazer de acordo com o país, nem inspirar que se faça. Ela copia os hábitos e opiniões uns dos outros, amontoa-se num só lugar, e deixa os lindos recantos do Rio de Janeiro abandonados aos carvoeiros ferozes que, afinal, saem dela mesma.

Encarando a burguesia atual de todo o gênero, os recursos e privilégios de que dispõe, como sendo unicamente meios de alcançar fáceis prazeres e baixas satisfações pessoais, e não se compenetrando ela de ter, para com os outros, deveres de todas as espécies falseia a sua **missão** e provoca a sua morte. Não precisará de guilhotina... (HS, 1990: 131-132) (grifo meu)

Não haveria preferencialmente um sentido “missionário” na trajetória literária do romancista. Pelo contrário, Lima Barreto denunciava as elites, essas sim missionárias de uma ordem liberalizante-democrática nos seus enunciados e autoritário-salvacionista nos seus propósitos progressistas, realizando de modo arbitrário a reorganização da urbe, a moralização da vida pública e a normalização da sociedade. Inspirada por um reordenamento universalizante frente a uma realidade impossível de ser unificada, o que se revela do conteúdo das investidas tecnicistas sobre a cidade diz respeito diretamente à implantação de estratégias e mecanismos diferenciados a cada segmento da população, em uma tática deliberada de homogeneização dos espaços sociais via manobras aviltantes na vida e na sociabilidade das classes populares. Lima Barreto não poupa as camadas dirigentes de merecidas acusações:

O Rio de Janeiro, da avenida, dos *squares*, dos freios elétricos, não pode estar à mercê de chuvaradas, mais ou menos violentas, para viver a sua vida integral.

Não sei nada de engenharia, mas, pelo que dizem os entendidos, o problema não é tão difícil de resolver como parece fazerem constar os engenheiros municipais, procrastinando a solução da questão.

O Prefeito Passos, que tanto se interessou pelo embelezamento da cidade, descurou completamente de solucionar esse defeito do nosso Rio.

Cidade cercada de montanhas e entre montanhas, que recebe violentamente grandes precipitações atmosféricas, o seu principal defeito a vencer era esse acidente das inundações.

Infelizmente, porém, nos preocupamos muito com os aspectos externos, com as fachadas, e não com o que há de essencial nos problemas da nossa vida urbana, econômica, financeira e social. (VU, 1956: 77)

Como se verifica no fragmento acima, as preocupações priorizadas pelo romancista dificilmente poderiam permitir agrupá-lo entre os literatos habilitados a receber a denominação de “escritores-cidadãos”, ou seja, escritores interessados em desenvolver “uma dupla ação tutelar: sobre o Estado e sobre a Nação” (Sevcenko, 1995: 232).

Muito menos poderia Lima Barreto ser identificado entre os “mosqueteiros intelectuais” (idem: 78), grupo de literatos que reconhecidamente bebiam no espírito progressista e cientificista da época e que, de certa forma, reverenciavam a vida européia, mesmo quando discorriam sobre a responsabilidade do país com o atraso da gente pobre da cidade ou do campo – constatações que mais contribuíam para lembrar o cenário turvo da “frágil identidade nacional”.

O fato de Lima Barreto distanciar-se desses grupos não significava que estivesse alheio às inovações que sopravam do outro lado do Atlântico. Homem de instrução continuada, assinante de revistas estrangeiras, leitor sequioso dos clássicos nacionais e internacionais, meticuloso observador da vida social e política do país, tais condições faziam dele um intelectual muito bem informado do seu tempo. No entanto, ou mesmo por causa dessas ferramentas ajustadas em um calibre crítico, não se iludia com a modernização “aplicada” ao povo e as medidas e regras “frouxas” a resvalar os pilares da estrutura econômica que “sustentava-sugava” o país. A inclusão da população nas conquistas materiais e culturais e a ampliação da participação política das camadas mais pauperizadas não constavam do cardápio das transformações adotadas pela República. Disso ele sabia muito bem:

O folheto do autor de *Urupês* tratava do saneamento das zonas sertanejas e rurais do Brasil, nestas últimas, já agora, devemos incluir também os subúrbios e freguesias roceiras do Município do Rio de Janeiro (custa-me muito escrever – Distrito Federal). Quando se

agitou essa questão aqui, não julguei que os seus propugnadores exagerassem. Achei somente que eles encaravam o problema no ponto de vista estreitamente médico; e não pesavam bem as outras faces da questão, parecendo-me então que queriam estabelecer a ditadura dos doutores em medicina.

A solução do saneamento do interior do Brasil, no meu fraco entender, joga com muitos outros dados. Há a parte de engenharia: dessecamento de pântanos, regularização de cursos d'água, etc.; há a parte social, no fazer desaparecer a fazenda, o latifúndio, dividi-lo e dar a propriedade dos retalhos aos que efetivamente cultivam a terra; há a parte econômica, consistindo em baratear a vida, os preços do vestuário, etc., coisa que pede um combate decisivo ao nosso capitalismo industrial e mercantil que enriquece doidamente, empobrecendo quase todos; há a de instrução e muitos outros que agora não me ocorrem.

Em resumo, porém, **se pode dizer que todo o mal está no capitalismo, na insensibilidade moral da burguesia, na sua ganância sem freio** de espécie alguma, que só vê na vida dinheiro, dinheiro, morra quem morrer, sofra quem sofrer. (Bg, 1956: 162-163) (grifos meus)

Eram essas evidências, entre outras, que convocavam Lima Barreto a ocupar uma certa contra-mão frente aos modelos liberais que possivelmente loteavam as inspirações de outros escribas, mas que de forma alguma o teriam enganado. A partir do realinhamento dominante, rearrumam-se interesses diversos no vendaval geral das mutações que sopravam de terras distantes, configurando um quadro de devastação que arrastava as estéticas populares de diferentes matizes em considerável processo de desvalorização. Desse modo, a cidade passava a ser entendida como propriedade da elite, a ponto de receber de alguns cronistas considerações incentivadoras de tal percepção. Nicolau Sevcenko destaca, da crônica de uma famosa revista da época, como os “escritores-cidadãos”, no caso Olavo Bilac, exerciam pressões frente às cerimônias populares ao enfatizar a repulsa que tais eventos provocavam no “bom” gosto burguês. Leia-se:

Num dos últimos domingos vi passar pela Avenida Central um carroção atulhado de romeiros da Penha: e naquele amplo *boulevard* esplêndido, sobre o asfalto polido, contra a fachada rica dos prédios altos, contra as carruagens e carros que desfilavam, o encontro do velho veículo, em que os devotos bêbados urravam, me deu a impressão de um monstruoso anacronismo: era a ressurreição da barbaria – era uma idade selvagem que voltava, como uma alma do outro mundo, vindo perturbar e envergonhar a vida da idade

civilizada... Ainda se a orgia desbragada se confinasse ao arraial da Penha! Mas não! Acabada a festa, a multidão transborda como uma enchurrada vitoriosa para o centro da *urbs*... (apud Sevcenko, 1995: 69)

A visão dessa inadequação dos interesses populares se torna flagrante na cidade programada para o olhar europeu e para a utilização da burguesia. Não restava alternativa a Lima Barreto a não ser efetivar, pela escrita-desmoroamento, um ataque direto aos pilares da cidadania burguesa e à condução científico-policial em que se atualizavam os procedimentos modernizantes junto ao povo. É nesse interminável combate que se institui sua escrita: uma literatura que se reterritorializa na desterritorialização de uma época ao efetuar uma cartografia da *Belle Époque* nos trópicos. Tal posicionamento literário corresponde menos a uma outra imagem – um modelo melhorado – a ser colocada frente a ordenação despótica em voga, e mais à problematização da imagem civilizadora e unificadora que então se queria construir. Contrário às práticas de invisibilização da gente comum, o romancista agudizava cada vez mais, em seus escritos, a necessidade de nuançar os traços que constatava na população, além de detalhar paisagens e meandros em que os costumes populares se confirmavam, se teciam e, em alguns casos, se viam perseguidos. Frente aos novos modos de subjetivação que ganhavam força no panorama da capital, outros eram desqualificados diante da estética que se queria impor a partir das práticas e dos discursos cientificistas e literários. Tais guerrilhas invadiam os textos barretianos, principalmente aqueles em que compareciam as cores da vida suburbana:

Acabava de entrar em casa do Major Quaresma o Sr. Ricardo Coração dos Outros, homem célebre pela sua habilidade em cantar modinhas e tocar violão. Em começo, a sua fama estivera limitada a um pequeno subúrbio da cidade, em cujos *saraus* ele e seu violão figuravam como Paganini e a sua rabeca em festas de duques; mas, aos poucos, com o tempo, foi tomando toda a extensão dos subúrbios, crescendo, solidificando-se, até ser considerada como coisa própria a eles. Não se julgue, entretanto, que Ricardo fosse um cantor de modinhas aí qualquer, um capadócio. Não; Ricardo Coração dos Outros era um artista a frequentar e a honrar as melhores famílias do Méier, Piedade e Riachuelo. (PQ, 1997: 22)

De um modo geral, sua literatura é palco de uma legião de tipos incomuns, talhados meticulosamente, como, por exemplo, Lucrecio...

... ou melhor: Lucrecio Barba-de-Bode, por sua alcunha, que tão intempestivamente interrompia o almoço do Deputado Numa Pompílio, não era propriamente um político, mas fazia parte da política e tinha o papel de ligá-la às classes populares. Era um mulato mûço, nascido por aí, carpinteiro de profissão, mas de há muito que não exercia o ofício. Um conhecido, certo dia, disse-lhe que ele era bem tolo em estar trabalhando que nem um mouro; que isso de ofício não dá nada; que se metesse em política. Lucrecio julgava que esse negócio de política era para os graúdos, mas o amigo lhe afirmou que todos tinham direito a ela, estava na Constituição. (NN, 1956: 58)

Lima Barreto tampouco deixava escapar a pilhéria com a categoria militar, dissonância contida pelas regras e ética do seu cotidiano, mas esparramadas sem inibição, nas letras da ficção:

... Lá foram os dois, o General Albernaz e o Major Quaresma, alegres, apressados, por uma linda e cristalina tarde de abril.

O general nada tinha de marcial, nem mesmo o uniforme que talvez não possuísse. Durante toda a sua carreira militar, não viu uma única batalha, não tivera um comando, nada fizera que tivesse relação com a sua profissão e o seu curso de artilheiro. Fora sempre ajudante de ordens, assistente, encarregado disso ou daquilo, escriturário, almoxarife, e era secretário do Conselho Supremo Militar, quando se reformou em general. Os seus hábitos eram de um bom chefe de seção e a sua inteligência não era muito diferente dos seus hábitos.(...)

O altissonante título de general, que lembrava coisas sobre-humanas dos Césares, dos Turennes e dos Gustavos Adolfos, ficava mal naquele homem plácido, medíocre, bonachão, cuja única preocupação era casar as cinco filhas e arranjar pistolões para fazer passar o filho nos exames do Colégio Militar. (PQ, 1997: 28)

Em muitas passagens, Lima Barreto primava por enaltecer as tradições comuns da população; em outras, se dedicava a apresentar as transformações impostas pelo gosto burguês – o que muitas vezes o impelia a criar personagens em desatino, aturdidos ou extasiados frente ao mundo que lhes escapava aos pés:

E Cló, por instantes, mordeu os lábios, suspendeu um pouco o corpo e viu-se ela também, no alto de um daqueles carros, iluminados pelos fogos de bengala, recebida com palmas, pelos meninos, pelos rapazes, pelas moças, pelas burguesas e burgueses da cidade. Era o seu triunfo a meta de sua vida; era a proliferação imponderável de sua beleza em sonhos, em anseios, em idéias, em violentos desejos naquelas almas pequenas, sujeitas ao império da convenção, da regra e da moral. (HS, 1990: 59)

Lima Barreto jamais poderia lograr destaque no panteão dos escritores da época, pois, ao exercitar a sua escrita-desmoroamento, denunciava o caráter normatizador da forma e os conteúdos da sociabilidade imposta – incluindo a presença desses moldes nos textos de seus contemporâneos. Do mesmo modo, assumia, deliberadamente, rupturas nas linhas políticas do reconhecimento – exatamente no seio daqueles que decidiam a recepção e a legitimação da obra de arte. Diga-se de passagem, nessa época uma obra era valorizada pelos sinais identificatórios reconhecidos pela crítica literária e não pelo quadro de leitores que uma obra efetivamente era capaz de suscitar – a cidade lia Lima Barreto. Assim, ele afirmava uma expressão literária militante cujos traços vão “desenvolvendo-se perifericamente, num puro meio de exterioridade, em função de singularidades não universalizáveis, de circunstâncias não interiorizáveis” (Deleuze, 1997: 48).

Os simulacros⁵ que Lima Barreto fazia questão de realçar em sua obra, a partir de personagens ambíguos como Lucrécio, ingênuos como Albernaz, aviltados como Clara dos Anjos, entristecidos como Adélia, sofridos como Vicente Mascarenhas, solidários como Ricardo Coração dos Outros, intensos como Policarpo Quaresma, aturdidos como Isaías Caminha, bucólicos como Gonzaga de Sá, deslumbrados como Cló, questionadores como Olga, dentre outros, incluindo O [perspicaz] Homem que Sabia Javanês, visavam a uma ruptura com os modos de subjetivação que se queria ver transitando pela cidade cartão-postal. Os personagens talhados nos contornos barretianos estavam muito distantes dos corpos afinados com a forma bem acabada de uma sociedade modelar à européia.

Quem sabe de todos os intentos do Lima?

Dos muitos que ele mesmo revelava, um bem que poderia ser o de fazer chegar aos tempos vindouros a possibilidade de se saber sobre aquela gente, além de fazer saltar processos subjetivantes provocados por diferentes vozes, tingidos de muitas cores e, portanto, compreendido em múltiplos sentidos.

Deleuze formula, em breves palavras, em que consiste essa fronteira de criação, ou seja, o que vem a ser essa potência de fabular:

⁵ Contrariando a definição platônica de simulacro, Deleuze formula um plano em que a potência de falsificação se imponha, recolocando em cena a heterogeneidade, a processualidade e os devires.

... se é verdade que esse contra-pensamento dá testemunho de uma solidão absoluta, é uma solidão extremamente povoada, como o próprio deserto, uma solidão que já se enlaça a um povo porvir, que invoca e espera esse povo, que só existe graças a ele, mesmo se ele ainda falta... 'Falta-nos essa última força, por carecermos de um povo que nos porte. Buscamos essa sustentação popular...' Todo pensamento é já uma tribo, o contrário de um Estado. E uma tal forma de exterioridade para o pensamento não é em absoluto simétrica à forma de interioridade. (Deleuze,1997:46)

O posicionamento ético e a clareza política de Lima Barreto conduziam-no a contrapor-se aos procedimentos sanitários e pedagogizantes difundidos em nome de uma salvação temporal e envoltos em uma autoritária racionalidade, cujos propósitos eram adaptar um povo de muitas histórias a uma suposta unidade forjada cientificamente. É interessante constatar com que habilidade ele entrelaça singelamente essas agudas diferenças em combate na época:

No interior, e não é preciso afastar-se muito do Rio de Janeiro, as duas medicinas coexistem sem raiva e ambas atendem às necessidades mentais e econômicas da população.

A da *Sinhá Chica*, quase grátis, ia ao encontro da população pobre, daquela em cujos cérebros, por contágio ou herança, ainda vivem os manitus e manipansos, sujeitos a fugirem aos exorcismos, benzeduras e fumigações. A sua clientela, entretanto, não se resumia só na gente pobre da terra, ali nascida ou criada; havia mesmo recém-chegados de outros ares, italianos, portugueses e espanhóis que se socorriam da sua força sobrenatural, não tanto pelo preço ou contágio das crenças ambientes, mas também por aquela estranha superstição européia de que todo o negro ou gente colorida penetra e é sagaz para descobrir as coisas malignas e exercer a feitiçaria.

Enquanto a terapêutica fluídica ou herbácea de *Sinhá Chica* atendia aos miseráveis, aos pobretões, a do Dr. Campos era requerida pelos mais cultos e ricos, cuja evolução mental exigia a medicina regular e oficial.

Às vezes, um de um grupo passava para o outro; era nas moléstias graves, nas complicadas, nas incuráveis, quando as ervas e as rezas da milagrosa nada podiam ou os xaropes e pílulas do doutor eram impotentes.

Sinhá Chica não era lá uma companheira muito agradável. Vivia sempre mergulhada no seu sonho divino, abismada nos misteriosos poderes dos feitiços, sentada sobre as pernas cruzadas, olhos baixos, fixos, de fraco brilho, parecendo esmalte de olhos de múmia, tanto ela era encarquilhada e seca. Não esquecia também os santos, a santa madre igreja, os mandamentos, as orações ortodoxas; embora não soubesse ler, era forte no catecismo e conhecia a história sagrada aos pedaços, aduzindo a eles interpretações suas e interpelações pitorescas.

Com o Apolinário, o famoso capelão das ladainhas, era ela o forte poder espiritual da terra. O vigário ficava relegado a um papel de funcionário, espécie de oficial de registro civil, encarregado dos

batizados e casamentos, pois toda a comunicação com Deus e o Invisível se fazia por intermédio de *Sinhá Chica* ou do Apolinário. É de dever falar em casamentos, mas bem podiam ser esquecidos, porque a nossa gente pobre faz uso reduzido de tal sacramento e a simples mancebia, por toda a parte, substitui a solene instituição católica. (PQ, 1997: 156)

Deliberadamente Lima Barreto não poupava a elite, a igreja, os doutores, a milícia, as produções jornalísticas e as literárias, principalmente quando exageravam nas formas subordinadas ao Estado. Instigando e inquirindo o que essas práticas, em suas novas verdades, constrangiam a heterogeneidade social, ele as denunciava exatamente por essa feição que elas deixavam escapar em total despudor: forjar uma nacionalidade arbitrariamente integrada e calcada no rebaixamento das diferentes expressões coletivas. Tal aspecto é destacado na análise de Figueiredo (1998) quando se dedica a estudar o texto do *Isaiás Caminha*. Segundo ela, o romancista retrata com precisão uma parada militar e, entre outros detalhes, alia a observação do personagem na composição de uma narrativa que enfatiza o “deslocamento entre o sentido da palavra, dos símbolos patrióticos, e os anseios do homem comum (...)”. Assim, continua a pesquisadora, “o discurso nacionalista anuncia integração e humanidade para (...) manter a fragmentação, [e] a diferença... (Figueiredo, 1998: 167). Diante da frágil unidade e desencontrada milícia, a escrita contundente de Lima Barreto não poderia deixar de pilheriar o delírio nacionalista e a pinçar, de uma tela pasteurizada, a profunda disparidade social-econômico-política que muitos preferiam esquecer:

O ruído de uma fanfarra militar, enchendo a rua, veio agitar a multidão que passava. As janelas povoaram-se e os grupos arrimaram-se às paredes e às portas das lojas. São os fuzileiros, disse alguém que ouvi. O batalhão começou a passar: na frente os pequenos garotos; depois a música esturgindo a todo o pulmão um dobrado canalha. Logo em seguida o Comandante, mal disfarçando o azedume que lhe causava aquela inocente exibição militar. Veio por fim o batalhão. Os oficiais muito cheios de si, arrogantes, apurando a sua elegância militar; e as praças bambas, moles e trôpegas arrastando o passo sem amor, sem convicção, indiferentemente, passivamente, tendo as carabinas mortíferas com as baionetas caladas, sobre os ombros, como um instrumento de castigo. Os oficiais pareceram-me de um país e as praças de outro. Era como se fosse um batalhão de sipaios ou de atiradores senegaleses.

Era talvez a primeira vez que eu via a força armada de meu país. Dela, só tinha então vagas notícias. Uma, quando encontrei, num portal de uma venda, semi-embriagado, vestido escandalosamente de uma maneira hibridamente civil e militar, um velho soldado; a outra,

quando vi a viúva do General Bernardes receber na Coletoria um conto e tanto de pensões a vários títulos, que lhe deixara o marido, um plácido general que envelhecera em várias comissões pacíficas e bem retribuídas...

O batalhão passou de todo; **e até a própria bandeira que passara, me deixou perfeitamente indiferente...** (IC, 1998: 46-47) (grifos meus)

Essa afecção de Lima Barreto pelas particularidades que a cidade comportava e pela singularidade do povo que por ela transitava refletem-se na elaboração delicada de seus temas e nas engrenagens curiosas em que se enredam os destinos dos seus personagens. Logo, o que se espreita em sua obra é muito mais uma ação beligerante do que compromissos de reorientação da República, resgate do Estado ou alguma vontade de tutelar a Nação. Aliás, essas feições em nada poderiam compor com o que o escritor compreendia como criação literária. Em vários momentos, tratou de deixar muito clara sua percepção de arte, principalmente quando ilumina seu caminho para a literatura. Afirmava, que desde que se interessou pelas coisas de letras, “foi com toda a decisão, sinceridade e firme desejo de ir até o fim”. E concluía: “quem, como eu, logo ao nascer está exposto à crítica fácil de toda a gente, entra logo na vida, se quer viver, disposto a não se incomodar com ela” (HS, 1990: 11).

Além de não economizar alicerçados posicionamentos, jamais se esquivava de revelar a paixão pela cidade:

Não se separavam bem as pessoas e as cousas; o que se via era aquele ajuntamento, aquela aglomeração, que lá do alto parecia ser uma existência, uma vida, feita de muitas vidas e muitas existências. Não era o palacete ou o cortiço, não era o patrão ou o criado, não era o teatro ou o cemitério, não era o capitalista ou o mendigo; era a cidade, a grande cidade, a soma de trabalho, de riqueza, de miséria, de dores, de crimes de quase quatro séculos contados. (NN, 1956: 96)

Assumia em longos trajetos percorridos e densas linhas escritas forjar-se em todas as feições da vida carioca:

Saturei-me daquela melancolia tangível, que é o sentimento primordial da minha cidade. Vivo nela e ela vive em mim! (GS, 1956: 40)

Não se coadunar a uma literatura “arcadiana” e muito menos à conversão às “peroras” republicanas lançava o escritor ao encontro de realidades que desalojavam seu espírito, e o incitavam a colocar problemas, sempre que fosse oportuno ou irremediável – logo, eticamente obrigatório.

Embora algumas vezes Lima Barreto tenha utilizado o vocábulo missão, em sua pena este adquiria outro sentido, mais próximo daquilo que ele repetidamente identificava como **agitar idéias**; isto é, **um tipo de ação**. Tal entendimento indica o que a cidade e a literatura deveriam liberar como força de contágio, trazendo à superfície os movimentos sociais capazes de mobilizar: corpos em revolta, textos em subversão e transformações subjetivas em profusão – o que reverberava da força militante de sua literatura:

Ainda pouco familiarizado com o trânsito pesado da rua, atravessei a rua Direita cheio de susto, cercado-me de mil cautelas, olhando para aqui e para ali, admirado que aquela porção de gente trabalhasse sob o sol tão ardente, sem examinar que valor tinham suas câmaras e o seu governo. E a facilidade com que as aceitava, pareceu-me sentimento mais profundo, mais espontâneo, mais natural que a minha ponta de crítica já começava a duvidar delas. (IC, 1998: 43)

A escrita em Lima Barreto, identificada por ele próprio como militante pelos sentidos que destila, sugere menos o atendimento a algum projeto – pessoal ou literário – e mais uma forma de estar no mundo. Uma militância estranha, sem assunção a qualquer aderência partidária ou grupos formais de resistência. Uma militância que recusa ‘bons’ lugares representativos da oposição e que não vislumbra nenhum tipo de solução à causa nacional: monarquista ou republicana. Um militante que insiste em rasurar toda modelização possível, seja na dissidência estética – um escritor que recusa o bom acabamento de seus livros – seja na política – um desalinhado da boemia que discute a ordem dos valores e das prioridades sociais. Ao optar pela experimentação, pelas divergências e as disjunções que ecoam dos embates travados, o romancista se depara com os elementos que irão compor tanto as sua reações cotidianas quanto as ações transformadoras da realidade, o mesmo solo que o faz emergir como escritor:

Temo muito pôr em papel impresso a minha literatura. Essas idéias que me perseguem de pintar e fazer a vida escrava com os processos modernos do romance, e o grande amor que me inspira – pudera! – a

gente negra, virá, eu prevejo, trazer-me amargos dissabores, descomposturas, que não sei se poderei me por acima delas. (...)

Mas... e a glória e o imenso serviço que prestarei a minha gente e a parte da raça a que pertenço. Tentarei e seguirei avante. “Alea jacta est”.

Se eu conseguir ler esta nota, daqui a vinte anos, satisfeito, terei orgulho de viver!

Deus me ajude!” (DI, 1956: 84)

Um escritor que refunda sua crítica literária na concepção de uma criação militante:

Eles nada tem de contemplativos, de plásticos, de incolores. Todas, ou quase todas as suas obras, se não visam a propaganda de um credo social, tem por mira um escopo sociológico. Militam.(...)

... Em vez de estarmos aí a cantar cavalheiros de fidalguia suspeita e damas de uma aristocracia de armazém por atacado, por que moram em Botafogo ou Laranjeiras, devemos mostrar nas nossas obras que um negro, um índio, um português ou um italiano se podem entender e se podem amar, no interesse comum de todos nós.

A obra de arte, disse Taine, tem por fim dizer o que os simples fatos não dizem. Eles estão aí, à mão, para nós fazermos grandes obras de arte.(...)

O termo “militante” de que tenho usado e abusado, não foi pela primeira vez empregado por mim.

O Eça, por quem não cesso de proclamar a minha admiração, empregou-o, creio que nas *Prosas Bárbaras*, quando comparou o espírito da literatura francesa com o da portuguesa.

Pode-se lê-lo e lá o encontrei. Ele mostrou que desde muito as letras francesas se ocuparam com os **debates das questões da época**, enquanto as portuguesas limitavam-se às preocupações da forma, dos casos sentimentais e amorosos e da idealização da natureza. Aquelas eram – **militantes**... (IL, 1956:72-73) (grifos meus)

Capítulo 3

Margens, Fronteiras e Cruzamentos: as razões das disciplinas

É comum, quando se realiza uma pesquisa sobre determinada obra literária, ver-se colhido por estudos que a ela se referem concretizados pelas mãos de críticos, historiadores, filósofos – representantes de saberes específicos e interessados em novas construções. Desse modo, o caminho percorrido junto ao exercício literário de determinado escritor, forçosamente, se fará por entre pavimentações laterais e blocos de saber que operam verdades e, desse modo, fundam realidades em função do tipo de investigação empreendida.

Em termos foucaultianos, tais questões podem ser situadas quando determinadas objetivações assumem alguma eficácia e, assim passam a constituir totalizações que se atualizam em críticas literárias, formulações históricas, caracterizações psicológicas; ou seja, construções que operam atravessamentos – como instituições que são – passíveis de modular o entendimento que se constrói sobre uma obra literária e seu autor.

Muitos trabalhos são produzidos também a partir de cruzamentos disciplinares, sobretudo, provocando indagações acerca da dimensão histórico-política da arte, como também, polemizando acerca do caráter ficcional-literário da escrita da história. As proposições consolidadas em tais direções se traduzem em registros capazes de operar interferências nas pesquisas de um modo geral, mas, principalmente, sobre aquelas que se dedicam a estudar autor e processo criativo, o que oferece inevitáveis reverberações no campo dos estudos da subjetividade.

De posse dessas e outras análises o presente trabalho, ao visitar a escritura de Lima Barreto, se vê colhido em um grande estranhamento e muitos embates, fundamentalmente quando se aproxima de estudos que permitem constatar a emergência de estratificações que dão, da obra e de Lima Barreto, certas formalizações e rostos determinados, a saber: uma literatura memorialista, missionária, popular...; um escritor intimista, ressentido, boêmio, etc.

Ao dialogar com essas produções, forçosamente se é impelido a operar uma analítica sobre algumas objetivações que engessam tais conteúdos, o que

remete necessariamente ao exercício de interrogar às subjetivações naturalizantes em que estão enredados escrita/escritor Lima Barreto.

3.1

A escrita da ficção: os manejos literários de uma quase história

Este bloco, inicialmente, se detém em breves considerações acerca da lógica em que se tecia a crítica literária em voga na época em que emerge a obra de Lima Barreto. Posteriormente, dedica uma atenção especial aos cruzamentos entre os campos da análise literária e da análise historiográfica, a partir de algumas reflexões em história da literatura e análise histórico-literária nos tempos atuais.

Os conteúdos abordados referentes ao primeiro momento encontram-se esmiuçados em dois trabalhos realizados por Alfredo Bosi, crítico e pensador de história literária. Tais estudos correspondem a uma valiosa contribuição realizada por este intelectual, no sentido de estabelecer uma significativa compreensão a respeito de “As Letras na Primeira República” (1997), além de explicitar criteriosas considerações merecedoras do título: “Por um historicismo renovado: reflexo e reflexão em história literária” (2002), texto que integra o já citado livro, *Literatura e Resistência*. Deve-se ressaltar que as tematizações apresentadas pelo professor são apropriadas em função do que se apresenta como relevante à elaboração empreendida pela presente pesquisa, recebendo, por este motivo, um encadeamento não orientado pela cronologia editorial dos respectivos textos.

Bosi resalta, nas duas produções citadas, como os cânones nacional-românticos, desenvolvidos na metade final do século XIX e alvorecer do século XX, se construíram no enaltecimento do nacionalismo e do evolucionismo – temáticas obrigatórias tanto nas obras quanto nas análises que nutriam o próprio objeto da crítica. Deve-se, neste momento, acompanhar suas considerações:

As novidades procedem, em geral, do alto: vem de cima a aura mística em torno de palavras de ordem como Pátria, Nação, Progresso, Ciência, Lei. Os valores mais antigos, espalhados pela primeira geração romântica, que se formara nos primeiros tempos da Regência, haviam sido oficializados por Pedro II e o seu *piccolo mondo* palaciano: entre eles, um nacionalismo tinto à conservadora que se explicava pelo compromisso em que se fundara a nova nação, a única

em toda a América que não se constituíra em república...(Bosi, 1997: 295)

Embora os cinquenta anos de Império tenham evitado feições caudilhescas, tão comuns a se espalhar pelo continente, criaram, segundo o crítico, outros expedientes que tampouco favoreceram a convocação das várias classes a uma efetiva vida política. Os ares republicanos não suavizariam a distância entre as diversas faixas sociais que, entre outros direitos, reivindicavam a participação na ordem econômica e social. Em contrapartida – continua o pensador –, no campo da arte, na cultura em geral, era oferecida uma brasilidade supranacional, binarizada, por uma desqualificação de tudo que não fosse genuinamente territorial. Assim, a “formação do Brasil Nação-Estado, realizada por obra de uma classe privilegiada, a burguesia latifundiária em um sistema agro-exportador e escravista, foi o carro-chefe que regeu os projetos de constituir (...) uma literatura nacional...” (Bosi, 2002: 12).

Enfatiza o autor que a essa época, o modelo romântico-nacional paulatinamente ia perdendo importância nos grandes centros de referência cultural, em função de outras experiências literárias e de uma profícua expansão do conceito de arte. Todavia, na realidade brasileira, esses novos ares não faziam reverberações efetivas, principalmente entre os críticos, aliás os que mais se mostravam refratários às novas experiências da linguagem, incluindo-se aí a concepção de arte e seus diversos desdobramentos. Bosi assim recupera a atmosfera do momento e a posição dos teóricos do período:

A teoria da arte pela arte, que criava corpo de Flaubert a Mallarmé, radicalizando intuições de Poe e Baudelaire, não encontrou eco nem simpatia na crítica de nossos pais-fundadores, o mesmo acontecendo com o simbolismo sempre rejeitado como doutrina estética exótica.

Quanto à exigência da impessoalidade, que a poética parnasiana fazia, e que, bem ou mal, respondia à **tendência moderna de autonomizar a construção artística**, Veríssimo decreta a sua inadequação “às nossa idiosincrasias sentimentais, à nossa fácil emotividade e às tradições da nossa poesia”. Quais tradições, se não as românticas? O Parnasianismo e o Simbolismo pareciam corpos estranhos para uma crítica literária pensada a partir de um modelo de organicidade nacional, segundo a qual é a tradição, ou melhor, uma determinada tradição, que deve prevalecer sobre a inovação estética. (Bosi, 2002: 15) (grifos meus)

Em função da adoção acirrada desses elementos conservadores e emblemáticos de um romântico nacionalismo, fagocitavam-se algumas expressões de matizes diferenciados, de modo que muitas investidas no campo literário se faziam reapropriadas na verve evolucionista e racial do pensamento importado da Europa Imperialista.

Dedicando-se a detalhar um pouco mais a *Belle Époque* literária, Bosi (1997) ressalta que os melhores prosadores da época passaram de uma “juventude romântica e liberal para uma maturidade entre naturalista e cética”(idem: 296) sem alterar os parâmetros da escrita. Ancorados no palavreado difícil, enfatizavam um estilismo pautado na esteira de um eu criador, além de reificar um fetiche presente na socialidade literária, cuja origem era:

... os do salão e do café literário para os quais foi laboriosamente montado. A vaidade da *bella époque* excitava-se com essas franjas sonoras que surtiam o efeito de um minuto.(...)

... a discursão de mesa, as longas sessões na Academia, que vive uma de suas fases socialmente mais ativas, todo esse uso prestigioso de uma linguagem bem codificada (a época é dos puristas e de calhamaços sobre colocações de pronomes) significa o usufruto de um legado de técnicas expressivas forjadas pela literatura da segunda metade do século XIX... (idem: 297-298)

No mesmo compasso em que se considerava a literatura como um “sorriso da sociedade” – uma definição de Afrânio Peixoto, recolhida por Bosi –, instalava-se uma disponibilidade para a descrição de aspectos mais pungentes e críticos do cenário nacional, favorecendo o aparecimento de personagens cuja ênfase recaía nos germes do desequilíbrio, da amplificação das degenerações físicas e morais. Assim:

A mecanização dos processos de mimese vira descritivismo, a que foi somado o emprego de termos raros, arcaicos ou técnicos: é o que acontece na prosa de Coelho Neto e, com função mais dramática, na de Euclides da Cunha; é o que acontece com o jornalismo sério do começo do século cujos artigos estão semeados de termos de ciência extraídos do jargão evolucionista. (idem: 298)

O teórico pontifica que há também neste período o predomínio inspirador de uma narrativa de fundo biopsicológico pertinente ao Naturalismo ou

influenciados por este, produzindo-se, em alguns escritores e nos críticos de então, um posicionamento que:

...centrava baterias na exploração de paixões individuais, mas, dada a sua pretensão científica, as tratou como variantes de *tendências instintivas* comuns à espécie humana. Ora, o universalismo biológico não se subordinava a peculiaridades nacionais, mas, na época, *raciais*. Eis o impasse. A nossa crítica, querendo modernizar-se, absorveu do mesmo Naturalismo a idéia falaciosa, então generalizada, da *vigência de caracteres psicológicos das raças*. Escudado nessa pseudociência, o etnocentrismo imperialista empanará os efeitos críticos benéficos do evolucionismo, lançando uma sombra de pessimismo sobre o destino do Brasil, nação mestiça. (Bosi, 2002: 16)

Chamando a atenção para um aspecto de grande importância, o professor lembra que o país não era um bloco homogêneo e estável, feição que correspondia a contextos sociais e culturais em alto grau de diferenciação, o que permitia reafirmar um regionalismo de diferentes matizes sem perder, contudo, “a retórica da ideologia geral [e do] vago amor à brasilidade” (idem). Tais considerações permitem ao crítico a seguinte conclusão:

...A República foi, na sua fase mais equilibrada, uma construção de fazendeiros ou bacharéis das províncias em ascensão: o que deu uma consistência ideológica a grupos locais e acabou envolvendo certa práxis literária que se propunha reproduzir as realidades mais próximas do escritor.(...)

Esses escritores de província começam a pensar seriamente e orgulhosamente em termos de uma cultura caipira, de uma cultura gaúcha, as quais dão toda a atenção e respeito.(...)

Trata-se de reconhecer e de valorizar o fundo étnico, os mores provincianos, de manter o seu caráter peculiar, irredutível à cultura cidadina, ‘estrangeirada’. (Bosi, 1997: 299-300)

Mesmo considerando que fosse possível impor uma historiografia linear à literatura, fica evidente nos fragmentos recolhidos a impossibilidade de se atribuir àquela época a presença de reducionismos ou de alguma organicidade esterilizante da criação literária. Das formulações do professor, pode-se chegar a uma quase conclusão a respeito do período, qual seja: que também no plano literário os territórios ora se fecham ora intercalam-se com experiências que surpreendem, destilando-se, ao tempo da “República Velha das Letras”, um bailado de variações e contraposições para além dos poderosos rigores avaliativos, dos padrões

uniformizadores e das pretensões em se reafirmar estéticas dóceis e bem comportadas.

Concordando com o posicionamento do crítico, o que se evidencia naquele período é uma profusão de embates em várias ordens vigentes nos campos político, social e cultural; o que possibilita a oscilação de tematizações singulares a respeito do litoral e do sertão, dos salões e das ruas, dos letrados e dos arrivistas, bem como a presença de antinomias em que se evidenciam as clássicas oposições:

...campo/cidade, branco/mestiço, rico/pobre, cosmopolita/brasileiro, imigrante /nacional... Variam no tempo e no espaço as incidências dessas tensões: os desequilíbrios dizem respeito ora a problemas regionais, que acabam envolvendo o poder central, ora à estrutura mesma da sociedade, feita de classes e grupos de *status* que integram de modo assimétrico e injusto o sistema da nação. (Bosi, 1997: 304)

Ainda preocupado com o pensamento assumido pela crítica da época, Bosi sinaliza que, embora um nacionalismo-racismo se espraiasse em algumas obras do período, os críticos – dentre eles Sílvio Romero e José Veríssimo – traduziam suas avaliações em análises orientadas para amenizar os fatalismos de toda ordem, garantindo, assim, a ênfase em uma brasilidade pungente; ou seja, em tudo enxergavam o ângulo da “evolução nacional”, ao mesmo tempo que se pautavam por uma “antropologia causalista”. Outros críticos citados por Bosi, como por exemplo Araripe Júnior, interessavam-se mais em ampliar a importância dos aspectos ambientais nas composições literárias, influenciando em um tipo de análise que salienta:

... os caracteres individuais, tratados à luz de uma psicologia fisiológica (que diagnostica “nevroses” em autores e em personagens), servem de contraponto ativo às forças modeladoras do meio. Esses “desvios”, atribuídos à ação de temperamentos biliosos, sanguíneos ou linfáticos, sofrem a hostilidade do ambiente, mas reagem; e da tensão entre temperamento e meio é que resultam os *estilos individuais*.” (Bosi, 2002: 17)

Esses posicionamentos que informavam e orientavam os estudos pormenorizados da literatura em tempos de *Belle Époque* Tropical permitem a Alfredo Bosi afirmar que nas duas modalidades avaliativas, a dimensão psicológica considerada e destacada no texto “se trata ainda de um desdobramento do impulso romântico de aferrar o indivíduo inefável, pondo-o em conflito com as

convenções dominantes ou expondo-o na sua sofrida impotência”(idem: idem). Segundo Bosi (2002), havia também um acordo na crítica dominante do período – Veríssimo e Romero – quando considerava que a ênfase nessa “perspicuidade psicológica”, conferida à análise de alguns escritores, acarretava, indubitavelmente, à perda da visão de conjunto e ao “esquecimento da evolução geral do povo como um todo harmônico” (idem:20).

O que se deduz a partir dos fragmentos pinçados acerca da história e da análise literária da aurora republicana é que os críticos daquele período revezavam-se em nuançar caracteres estéticos passíveis de reafirmar os determinismos culturais, sociais e raciais ou de iluminar o efeito de tais aspectos na expressão pessoal psicológica dos autores e, automaticamente, nas suas respectivas criações literárias. Verifica-se também forte preocupação em identificar, nos mais diversos estilos, a presença ou ausência da síndrome do “todo harmônico” – uma espécie de divisor de águas, lastro maior a ordenar as produções daqueles tempos e que, pelo interesse de alguns segmentos, seriam fundamentais como sustentação do ideário evolutivo – (literário) – nacional.

Levar em consideração esse balancear de tendências – fruto dos sentidos nacionais-burgueses e dos impulsos cientificistas que cumpria reverberar nas metrópoles em franco desenvolvimento – permite rastrear que elementos se faziam vitais nas criações literárias. Possibilita igualmente entender como se constituíam as regras assumidas pelos críticos e os sentidos que permeavam as avaliações dos estudiosos acerca do que seria uma “genuína” literatura.

Importa ressaltar, nos destaques oferecidos por Bosi sobre as formas de criação e a crítica predominante do período, quais eram as virtualidades que se desprendiam dessas produções e como elas insistiam no cenário em que desponta o romancista Lima Barreto. Os fragmentos realçados cumprem assim, a finalidade de perscrutar algumas dizibilidades e visibilidades que forjavam o panorama em que se constroem determinadas ênfases: ora relativas às características do meio ora relativas aos atributos do indivíduo, imiscuídas na forte presença das teorias raciais e nos decisivos julgamentos estilizantes dos eruditos. Deve-se incluir ainda nesse apanhado a “tendência moderna de autonomizar a construção artística”, medida ambigualmente utilizada em análises sobre a obra-vida de Lima Barreto. Ao estudar o período em questão e, em alguns momentos, direcionando suas análises à obra de Lima Barreto, Bosi elabora assertivas que também resultam por

amparar-se em polaridades contraditórias, subtraindo exatamente o patamar de deslocamento que essa obra acirra. Neste momento, cabe então uma interrogação: que mecanismos permitem atualmente essa espécie de centralização, essa subjetivação englobante sobre a obra de Lima Barreto também assumida pela crítica bosiana? É preciso então discutir um pouco mais as formulações desse pesquisador.

Uma primeira forma a ser destacada nesse tipo de construção é a insistente definição da literatura barretiana como um “reflexo do social” e também como “expressão do psicológico” (1997:37). Tal tipo de objetivação é recorrente em Alfredo Bosi, que chega a situar Lima Barreto como um escritor “datado”, qualificando-o igualmente, conforme se discutiu no primeiro capítulo desta pesquisa, como um escritor memorialista, em função da “precariedade básica de um eu narrador” (Bosi, 2002), quando do estudo do romance *Isaias Caminha*.

Deve-se realçar, inicialmente, que esta tese recolhe diferentemente essa precariedade, principalmente por entendê-la e, também considerá-la como um mecanismo recorrente de todo romancista quando pretende deslizar para a ficção as virtualidades que insistem na existência e, por extensão, na feitura de uma arte.

Quanto à classificação “datado” pode-se concordar, desde que seja possível provocar o conceito, fazendo valer a variação de sentido; isto é, pensar “datado” como se referindo a muitas “datas”, ou ainda “datado” no advento da República, o que se permitiria estender até as “datas” atuais. Em que pesem as muitas diferenças factuais, é inequívoca a presença de renitentes vícios republicanos a persistir nas configurações ao longo do século XX (ameaçando prolongar-se ao XXI). Vale conferir o caráter vaporoso da burguesia e sua vitalidade recalcitrante, tão bem diagnosticados por Lima Barreto:

A nossa burguesia republicana é a mais inepta de todas as burguesias. Não tem gosto, não tem arte, não possui o mais elementar sentimento da natureza. Há nela pressa em tudo: no galgar posições, no construir, no amor, no ganhar dinheiro, etc. Vai, nessa carreira, atropelando, vai matando, vai empurrando tudo e todos; e, como não tenha educação, cultura e instrução, quando se apossa do dinheiro, ganho bem ou mal, não sabe refletir como aplicá-lo, num gesto próprio e seu; então imita o idiota que procura em comprar o que for caro, porque será decerto o mais belo.

É por isso que ela se está amontoando nas praias de fora da barra, construindo casas em cima de areias e restingas, sob o açoite dos ventos implacáveis e fortes, onde não poderão medrar pujantes as grandes fruteiras, mangueiras, jaqueiras, cajazeiros, que são ainda o

encanto das velhas chácaras que herdamos da burguesia titulada do império e mesmo da colônia.

Quando, meu Deus, ficaremos livres da burguesia?! (Mg, 1956:93-94)

Ao modo de ver da analítica aqui empreendida, as sentenças – personalístico, memorialístico, datado e reativo – em algumas de suas linhas de construção, decorrem das antinomias que norteavam as análises literárias (sociais e políticas) presentes no tecido da época do romancista e que, ao que tudo indica, ainda perduram. Tais perspectivas visavam – e os efeitos ainda visam – a expurgar todo e qualquer tipo de inscrição diferenciada que ganhasse a cena literária. Vale lembrar que a cidade, àquela altura, encontrava-se dominada, em sua socialidade literária, por um estilismo arcaico, embora alguns segmentos estivessem afoitos por acelerada transformação. A burguesia ascendente, cujos valores se moviam por ventos ‘transatlânticos’, revelava uma “sensibilidade” que oscilava entre a recepção tradicional dos artefatos culturais ‘nativos’ e as novidades européias que passariam a reger o “bom gosto” dos anos vindouros.

Considerando ainda as pistas de Bosi, pode-se incluir nesse conjunto de evidências a idéia de que as produções literárias passavam por certo tipo de crivo: procurava-se esmiuçar em que medida [objetiva] estavam presentes os conteúdos pertinentes ao indivíduo e aqueles atinentes à sociedade. Tal antinomia-mor, difundida pelos diferentes códigos reguladores das práticas avaliativas em ação na sociedade, estariam assim configurando a base de muitas outras polarizações redutoras a se espalhar pelos discursos de então. As dicotomias indivíduo/sociedade, natureza/cultura, vida/obra, apto/inapto, normal/patológico, etc. eram, todas, variantes de um objetivismo e um subjetivismo promissores que se instalavam por aqueles tempos. Esses operadores do cientificismo, que vinham ganhando terreno desde a segunda metade do século XIX, proliferam com extrema habilidade, forjando patamares que viriam a definir as relações e as avaliações em diferentes campos e em sutis desdobramentos no transcorrer do século XX.

Desse modo, os ares em que circulavam os estilosos leitores da época ainda não poderiam receber com simpatia as muitas e fragmentárias “brasilidades” nem as “desobediências” estilísticas barretianas. Da mesma maneira, os críticos tampouco dispunham de permeabilidade às rupturas muito ácidas, concorrendo,

assim, para a recepção amarga por parte dos discursos oficiais distribuídos nos vários domínios do saber vigente – inclusive as novas verdades científico-psiquiátricas, das quais Lima Barreto, nos últimos anos de sua vida, não teria mais a possibilidade de escapar.

O “memorialismo” identificado na obra do autor faz-se mais agudizado por conta de toda a dilaceração pela qual passava a sociabilidade transformada por fervilhantes erosões. O discurso barretiano, ao evidenciar a fragmentação e a modernização violenta que se descortinava autoritariamente na cidade, mostrava preferencialmente, as opções políticas que orientavam tais mutações e a quem as alegadas melhorias iriam beneficiar. Tal tipo de escrita seria foco, forçosamente, de uma vigilância estilístico-político e, no caso de Lima Barreto, de um impiedoso exame técnico-estilístico-científico-psicológico-político, em virtude do alastramento do dispositivo asilar e policial desde os anos iniciais do primeiro período republicano – efeitos estudados no segundo capítulo desta tese, mas que não custa rememorar:

Estou no hospício ou, melhor, em várias dependências dele, desde o dia 25 do mês passado. Estive no pavilhão de observações, que é a pior etapa de quem, como eu, entra para aqui **pelas mãos da polícia**.

Tiram-nos a roupa que trazemos e dão-nos uma outra, só capaz de cobrir a nudez, e nem chinelos ou tamancos nos dão. (...) Deram-me uma caneca de mate e, logo em seguida, ainda dia claro, atiraram-me sobre um colchão de capim com uma manta pobre, muito conhecida de toda a nossa pobreza e miséria.

Não me incomodo muito com o hospício, mas o que me aborrece é essa intromissão da polícia em minha vida. De mim para mim, tenho certeza que não sou louco; mas devido ao álcool, **misturado com toda a espécie de apreensões** que as dificuldades de minha vida material, há seis anos, me assoberbam, de quando em quando dou sinais de loucura: delírio. (CV, 1956: 33-34) (grifos meus)

No rastro dessas memórias de Lima Barreto fica evidente como o corpo do escritor é o território no qual se evidenciam os embates das forças que acometiam o corpo da cidade. Contudo, essas ressonâncias entre a criação literária e os sentidos políticos presentes na vida do romancista ferem uma exigência estilística: a que aponta à necessária separação quanto à vida que a obra teria a responsabilidade de realizar. Curiosamente, essa separação sempre se fez atropelada na análise textual, conforme também se detalhou nos estudos de crítica literária abordados no primeiro capítulo desta tese.

Não se deve esquecer o que aqui já se sublinhou a respeito da ênfase concedida, desde a aurora do cientificismo, às doenças hereditárias, às experiências familiares e aos caracteres que o meio implacavelmente imprimiria no indivíduo em desvantagem social. Esses elementos configuram as objetivações em que foram capturados os sentidos que acompanham o deslizar da pena do artista – suficientes para justificar e absolutizar um “certo” Lima Barreto.

Importa interrogar, neste momento: em que medida a perspectiva do crítico convidado ao diálogo se distancia das antinomias presentes no início do século? Tudo indica que a interpretação de Bosi se deixa sublinhar por determinados parâmetros norteadores, mediante os quais operavam – e ainda operam – análises pautadas em lógicas neutras e dicotômicas, a saber: obra de arte e realidade nacional, comportamento e sociedade, objeto de análise e método de pesquisa, interesses do pesquisador e mediações político-culturais.

É interessante inclusive observar o momento em que Bosi assinala a existência de um “ponto nevrálgico” capaz de indicar a emergência do novo, quando do aparecimento de um estilo literário. Ele oferece uma espécie de conselho para encontrar este “novo”, esse “ponto nevrálgico”: sugere que se devam deixar ouvir as “fissuras ou [os] verdadeiros rachos na consciência dominante” (idem: 296). Mas como encontrar o novo, se o viés técnico-interpretativo – valores, patamares estilísticos consolidados – marca previamente os contornos que qualificam um acontecimento literário? Em outras palavras: como a validação de uma obra não ficaria viesada frente a considerações e pilares consensuais, ou seja, a critérios advindos de uma análise crítica nada neutra? Cabe acompanhar o seguinte parecer bosiano:

Coexistem, nas melhores páginas de Lima Barreto, personagens-tipo, e personagens-processo, caricatura e consciência, enredo linear e inversões de tempo, longos discursos e passagens bruscas. Caso a consciência do escritor se tivesse formado em um clima cultural de crise do Realismo, o seu romance **teria aberto a estrada real da ficção modernista**. (idem: 310) (grifos meus)

Por esses e outros motivos, talvez, não se repute, na historiografia da cultura, o Rio de Janeiro como região por onde pudesse passar o modernismo – movimento literário situado nos anos 20 – em algumas de suas linhas. Agudiza-se, neste momento, uma inquieta interrogação: que mecanismos crítico-estilísticos, ou

melhor, políticos, minoram a potência de Lima Barreto aos olhos da oficialidade literária, inclusive em datas atuais? Sabe-se que as vozes e práticas avaliativas hegemônicas de maneira alguma oferecem descanso e, sobretudo, costumam reproduzir-se impondo rigorosas conclusões, tais como a que se apresenta a seguir:

A virada do primeiro pós-guerra foi internacional e fez brechas em todos os sistemas culturais que mostravam os indícios de saturação. No Brasil, **a área em que o conflito provinciano/citadino se fazia sentir com mais agudez era São Paulo.** Aqui a ruptura foi possível, porque só aqui o processo social e econômico gerava uma sede de contemporaneidade junto à qual o resto da nação parecia ainda uma vasta província do Parnaso. (idem: 312) (grifos meus)

Continua o crítico a tecer saudações ao oficial modernismo paulista:

A combinação de uma nova perspectiva (a cidade grande de pós-guerra) com **uma bateria de estímulos culturais e especialmente artísticos, europeus,** tornou possível, historicamente, a Semana de Arte Moderna. Como **a tônica do grupo foi a modernização da linguagem,** o segundo fator tem aparecido sempre como sobredeterminante. A Semana pretendeu ser a abolição da República Velha das Letras. (...)

... 22 foi o ponto de encontro de escritores que incorporaram ao seu fazer literário aqueles modos de pensar, falar, escrever. Nisto, evidentemente **opuseram-se ao Parnaso e à Academia,** enquanto o contemporâneo, para reconhecer-se como tal, dá as costas ao que passou. (...)

Quando se dá uma aparência de novidade, é preciso determinar a área em que se operou o desligamento inicial e, ao mesmo tempo, o contexto a que tende a ligar-se o fio despregado. No interior de uma nação apenas juridicamente unificada, fora-se articulando um subsistema diverso do sistema inclusivo. Para tanto, não bastou que “aparecessem” os talentos modernistas. Era necessário que esses talentos se movessem no solo sólido de uma cidade moderna, capital do Estado mais “desenvolvido” da nação. Então, as imagens da indústria, da máquina, da metrópole, do burguês e do proletário, do homem da terra e do imigrante, e, sinal de relevo, do intelectual sofrido e irônico, aparecerão na poesia de Mário e no mosaico futurista de Oswald de Andrade.(...)

... **Em termos de vida literária, até mesmo o Rio “belle époque” de 1915 parecia ao jornalista Oswald “estupidez letrada de semicolônia” contra a qual se fazia mister uma dose de “anarquismo”, ou seja, de boêmia.**” (idem: 312-313) (grifos meus)

Um conjunto de indagações salta diante de tão contundente argumentação, sobretudo quando diz respeito à possibilidade de enevoar a “ruptura” operada por Lima Barreto no texto lingüístico. Considerando que o professor de São Paulo

reconheça esta condição como sobredeterminada “pela bateria de estímulos culturais”, torna-se absolutamente lícito perguntar pelo afluxo de influências trocadas entre o Município Neutro do Rio de Janeiro e as Cortes Europeias no período do Império. Pode-se também indagar acerca da profunda reverberação Paris-Rio no período em que a Capital da República – Cidade do Rio de Janeiro – era objeto de modernização compulsória. Aliás, foi exatamente pela profusão de bens materiais e culturais – ingleses, franceses e, logo depois, americanos – que as interpelações mais agudas de Lima Barreto se fizeram inevitáveis e inadiáveis à época da remodelação do Distrito Federal. De sua verve literária fluíam provocações dirigidas tanto aos ares rançosos e nobiliário-agrários paulistas quanto à pompa importada e elitizante da burguesia carioca – sem esquecer dos subprodutos oriundos da aglutinação e derivação nacional dessas duas linhagens.

Seguindo os argumentos do próprio Lima, fica evidente que, próximo dos anos 20, a modernização se alastrara por terras paulistas devido a “uma alta fabulosa no preço da arrôba de café, de que, após a República, os ricos da paulicéia se fizeram os principais produtores”. Constatamos que esses e outros episódios da cena republicana não se faziam invisíveis aos olhares atentos do escritor carioca, conforme ele deixa registrado em seus escritos:

Os políticos, os jornalistas e demais engrossadores das vaidades paulistas não cessam de berrar que a capital de São Paulo é uma cidade européia; e é bem de ver que uma cidade européia que se preza, não pode deixar de oferecer aos forasteiros, o espetáculo de miséria mais profunda em uma parte de sua população.

São Paulo trabalha para isso, a fim de acabar a sua flagrante semelhança com Londres e com Paris; e podem os seus eupátridas estar certos que ficaremos muito contentes quando for completa, mas não se incomodem conosco, mesmo porque, além de tudo, nós sabemos com Lord Macaulay que, em toda a parte, onde existiu oligarquia, ela abafou o desenvolvimento do gênio. (Bg, 1956: 89) (grifos meus)

Lima Barreto questionava principalmente a forma autoritária e indiscriminada em que valores e orientações modernizantes passavam a intervir no cotidiano das cidades “por esta ou aquela forma, [levando] os poderes públicos, a satisfazer todos os seus interesses, sem consultar o[s] da população” (Bg, 1956: 109).

Não obstante, mostrava-se ele ardoroso simpatizante dos avanços e das rupturas artísticas, morais, sociais e políticas mas percebia como ninguém o ardiloso despotismo moralista e doutoral embutido no panorama da elite intelectual nacional (incluindo a paulista).

Vale conferir um trabalho de 1918 em que o cronista, ao mesmo tempo em que tece elogios a Monteiro Lobato, com ele polemiza acerca dos temas abordados em uma coletânea de textos – intitulada o *Problema Vital* –, na qual Lobato deixa transparecer, dos problemas brasileiros, um conhecimento até certo ponto pueril e “rebarbativo”. Acompanhar fragmentos da crônica significa aproximar-se da presença atenta de Lima Barreto aos temas literários e às mazelas do cenário nacional:

O Senhor Monteiro Lobato com o seu livro *Urupês* veio demonstrar isso. Não há quem não o tenha lido aqui e não há quem o não admire. (...)

Não digo que, aqui, não haja uma escola delambida de literatura, com uma retórica trapalhona de descrições de luas com palavras em “ll” e de tardes de trovoadas com vocábulos com “rr” dobrados: mas São Paulo, com as suas elegâncias ultra-européias, parecia-me ter pela literatura, senão o critério da delambida que acabo de citar, mas um outro mais exagerado.

O sucesso de Monteiro Lobato, lá, retumbante e justo, fez-me mudar de opinião.(...)

...Entretanto, eu não poderia deixar de referir-me (...) sobre uma coleção de artigos, publicados por ele, no *Estado de São Paulo*, referentes à questão do saneamento do interior do Brasil.

Trabalhos de jovens médicos como os doutores Artur Neiva, Carlos Chagas, Belisário Pena e outros, vieram demonstrar que a população roceira do nosso país era vítima desde muito de várias moléstias que a alquebravam fisicamente. Todas elas tem uns nomes rebarbativos que me custam muito a escrever; mas Monteiro Lobato os sabe de cor e salteado e, como ele, hoje muita gente. (...)

Por esse lado, julgo que ele e os seus auxiliares não falsificam o estado de saúde de nossas populações campestres. Tem toda a razão. O que não concordo com eles, é com o remédio que oferecem. (...)

A nossa tradicional cabana de sapê e paredes de taipa é condenada e a alimentação dos roceiros é insuficiente, além do mau vestuário e do abandono do calçado.

A cabana de sapê tem origem muito profundamente no nosso tipo de propriedade agrícola – a fazenda. Nascida sob o influxo do regime do trabalho escravo, ela se vai eternizando, sem se modificar, nas suas linhas gerais. (...) O interesse do seu proprietário é tê-la intacta, para não desvalorizar as sua terras. (...)

Para isso, todos aqueles agregados ou cousa que valha, que são admitidos a habitar no latifúndio, tem uma posse precária das terras que usufruem; e, não sei se está isto nas leis, mas nos costumes está,

não podem construir casa de telha, para não adquirirem nenhum direito de locação mais estável.

Onde está o remédio Monteiro Lobato? Creio que procurar meios e modos de fazer desaparecer a “fazenda”.

Não acha? (...)

Em suma, para não me alongar. **O problema, conquanto não se possa desprezar a parte médica propriamente dita, é de natureza econômica e social. Precisamos combater o regime capitalista na agricultura, dividir a propriedade agrícola, dar a propriedade da terra ao que efetivamente cava a terra e planta e não ao doutor vagabundo e parasita, que vive na “Casa Grande” ou no Rio ou em São Paulo.** Já é tempo de fazermos isto e é isto que eu chamaria o “Problema Vital”. (Bg, 1956: 130-131-132-133) (grifos meus)

Pelos problemas abordados no texto acima, inclusive ratificados por escritores paulistas, tudo leva a crer que a São Paulo dos anos 20 era uma capital em que os assomos da industrialização ainda rivalizavam com a exploração do trabalhador agrícola; logo, nem tão industrializada assim! Parece também que em assunto de revoltas, o Distrito Federal era pioneiro. O que ressaltam os estudos apresentados no segundo capítulo desta tese é que, em matéria de convulsão social, o Rio de Janeiro se mostrou insubordinado em vários episódios, desde o início do período republicano – fenômenos registrados e aprofundados tanto na obra de Lima Barreto quanto nos pareceres de renomados historiadores aqui citados. Tais movimentos de contestação popular foram assim denominados: A Revolta da Armada (1893), A Revolta da Vacina (1904), A Revolta da Chibata (1910).

Por último, é bastante curioso observar como as análises tomadas emprestadas a Oswald de Andrade, e o perfil por ele detalhado – anarquismo e boêmia – parecem talhados, e com muita propriedade, ao romancista do Méier: Todos os Santos era o seu bairro residencial, mas a estação do Méier lhe inspirava simpatias e delicadas lisonjas – “o orgulho do subúrbio”. Logo, ninguém mais que Lima Barreto poderia ser identificado ao perfil enaltecido. Inclusive, é justo deixar o romancista explicitar algumas relações entre literatura e boêmia, matéria que ele muito conhecia:

O A.B.C., em dias do mês passado, tendo a bondade de noticiar o aparecimento de um volume meu, deu-se ao amável trabalho de **achar uma classificação para a minha vida**; e tachou-me de um *eraciné* do romantismo, certamente por causa da boêmia que ele me atribui.

Não me incomodo que me chamem de romântico, disso ou daquilo; o que não gostaria é que me chamassem de ladrão, adulador e desleal. (...)

Se os autores e propagadores de semelhante afirmativa refletissem e consultassem um simples dicionário biográfico, veriam que muito antes do romantismo havia boêmia, e das mais desregradas, às vezes mesmo, criminosas. (Bg, 1956: 245-248) (grifos meus)

Depois de discorrer sobre vários personagens da literatura que, sendo partidários da boêmia, em muito antecederam o aparecimento do romantismo, Lima Barreto resolve esclarecer a alcunha maliciosa a ele atribuída, e com pouca dose de perdão ele assim escreve:

Os nossos autorizados sabedores de cousas literárias, hão de concordar que, antes do romantismo, houve boêmia artística e literária; e que haverá depois, por motivos que a própria arte explica nas exigências que faz a certos temperamentos, caracteres e inteligências, quando atraídos por elas.

O que é difícil de explicar, apesar de ter existido, de existir e haver de existir, é literatos lacaios, cavadores de propinas, gratificações, ajudas de custo, obtidas com lambidos artigos de um proxenetismo torpe, a grandes notabilidades munificentes, à custa do Estado. (...)

Para findar, resumo o meu pensamento; todas as épocas literárias tiveram os seus boêmios, mesmo o romantismo. Por isso, convém não qualificar a boêmia como sendo desta ou daquela. “**A horrível mania da certeza**”, de que fala Renan, leva mais a enganos do que a dúvida sistemática. Quem quer acertar, deve duvidar antes, durante e depois... (idem:idem) (grifos meus)

Não se pretende aqui retirar o mérito de nenhum movimento que contemple fortemente sentidos contestadores e inovadores. O que se questiona nessas análises em que se define o perfil de “modernismo” é o enrigecimento que, reiteradamente, se opera em determinadas categorizações, esmaecendo a potência dos escritos e do cotidiano de Lima Barreto. O que este estudo ressalta é a possibilidade de que o gradiente de tensão que emerge do texto barretiano seja considerado como o índice des-subjetivante que tal escritura se mostra potente em efetuar, principalmente quando provoca o esgarçamento dos territórios que se sedimentavam a partir dos avanços cientificistas, dos discursos liberalizantes-individualizantes, dos determinismos raciais, dos interesses político-econômicos, do ideário nacional-patriótico; em suma, em toda a sorte de engolfamentos e universalizações em voga naquela época. Além disso, a sintonia com as intensidades vividas nas ruas do Rio de Janeiro, sua sensibilidade com as

idiossincrasias urbanas e suburbanas, a insatisfação e a melancolia com aquilo que ele não podia resguardar dos abusos do poder sobre a cidade que amava não mais que a literatura faziam, desse personagem ímpar das ruas e das letras cariocas, um tipo incomum em relação aos alinhamentos de outros quadrantes.

Ao dar seguimento a suas argumentações, Bosi (1997) constata que, tal qual a realidade brasileira, a crítica literária dos primeiros tempos se mostrava invariavelmente mais “obediente ao passado” do que às ousadias do presente. Isso se efetuava muito mais pelos compromissos de uma elite conservadora do que propriamente por afeição aos valores supostamente mais altos de uma cultura européia. Tudo indica que esses antigos ares não se dissiparam totalmente, já que o crítico compara a obra barretiana à modalidades textuais ‘grandiosamente’ posicionadas na periodização tradicional da historiografia literária nacional:

Essa interação feliz de “ponto de vista” e “procedimento literário”, que faz a grandeza daquelas obras, [Aluísio de Azevedo e Machado de Assis] raramente acontece no período intervalar que nos ocupa, e que vai do crepúsculo do Realismo à irrupção dos modernistas. Falta nesses anos o texto que mostra na forma o esplendor do conteúdo. Os extremos de Coelho Neto e **Lima Barreto** mostram a asserção: um estilo à procura de assunto ; **um assunto à procura de estilo**. (Bosi, 1997: 297) (grifos meus)

O tratamento avaliativo parece também não ousar em seus patamares quando confirma a clássica antinomia indivíduo-sociedade, traçando em linhas intimizantes a justificativa da trajetória realizada pelo romancista nas letras brasileiras:

O caminho de ascensão social aberto pela cultura letrada à criança de origem modesta, negra ou mestiça, é um dado de realidade atestado no Brasil imperial: **Luís Gama, Machado de Assis, André Rebouças, José do Patrocínio são exemplos de uma combinação que deu certo**, de talento pessoal e apadrinhamento sustentado no momento oportuno. Mas o que **Lima Barreto nos revela, pela boca de Isaiás Caminha, é o drama da subida precocemente interrompida**. (Bosi, 2002: 188-189) (grifos meus)

Ora, vale lembrar que aos vinte e quatro anos a primeira versão de *Clara dos Anjos* já estava escrita, assim como alguns capítulos do *Gonzaga de Sá* e os rascunhos de parte do *Isaiás Caminha*. Deve-se enfatizar também que, a julgar pela obra considerável que o escritor legou à posteridade – dezessete volumes

reeditados, sem contar o material não recuperado – e a recensear o número de livros, teses, artigos, filmes e homenagens literárias produzidos acerca de Lima Barreto, pode-se efetivamente atestar que, se sua carreira foi interrompida, a obra apresenta uma incrível potência de retornar. Em outras palavras: **Lima Barreto... também deu certo!**

Sabendo-se que diferentes perspectivas levam a diferentes convicções, o que se pode auferir deste diálogo com o texto de Bosi é que suas análises se pautam na afirmação de fatores externos e internos reconhecidos como a princípio absolutos, cujos elementos estariam dispostos face a face, em um bailado de mútua influência, ou estabelecendo relações de recíproca determinação. Assim ele se define:

Ora, o estilo de crítica que reconhecemos, aqui e agora, como digno de nosso estudo e de nossa homenagem é, precisamente, aquele modo de ler em que sempre se consideraram as mediações e os processos de intersecção de criação individual e tradição cultural. Fomos instruídos na percepção de uma dialética forte e, ao mesmo tempo, delicada, de indivíduo e sociedade, escrita e cultura, imaginação e memória social, invenção e convenção. (Bosi, 2002: 254)

O que esses parâmetros enunciam quando apreendem uma construção literária é, geralmente, reputá-la como reflexo de uma dada estrutura, ou seja, epifenômeno das condições econômicas e das relações hegemônicas da sociedade em que a respectiva obra foi gerada – mesmo quando se esforçam por conjurar os demônios do determinismo. Em um segundo momento, no rastro da mesma orientação, verifica-se que esse tipo de análise provoca uma reterritorialização da obra, atendo-se a localizá-la em uma face negativa, em uma espécie de reação obrigatória frente às formas vigentes, e identificando tal efeito como a natureza essencial de uma criação literária. Nesse sentido, para que se cumpra o aspecto reflexivo-transformador embutido nesse tipo de objetivação, caracteriza-se a escrita mediante critérios capazes de aferi-la como vanguardeira ou de resistência – lugar em que Bosi define a razão de ser da obra barretiana. Essa forma de avaliação fica adstrita ao grau de concordância ou ao tipo de embate travado com os cânones da concepção “histórico-literária” que resistem no corpo da crítica: por isso mesmo, um critério totalizante e englobante.

Em entrevista concedida a uma revista pedagógica, Antonio Arnoni Prado tece um parecer bastante diverso sobre o texto literário de Lima Barreto,

ressaltando que o escritor, em sua literatura, pretende “chegar ao homem mais humilde, ao homem esquecido, ao homem que não pode ler” (Prado, 2000); logo sua filosofia estética não poderia estar interessada nas “belas letras”. Isso é exatamente o que o romancista deixa muito claro em sua crítica aos eleitos da academia:

Em letras, temos a nossa Academia Brasileira – é verdade. É uma bela senhora, generosa, piedosa, religiosa; mas tem um defeito: só estima e julga com talento os seus filhos legítimos, naturais, espúrios e, mesmo, os adotivos. Quem não sugou o leite da academia ou não foi acalentado por ela, quando de colo, a rabugenta matrona não dá mérito algum. Daí, a falta de formalidade marcada nos felizes autores, velhos e novos, consagrados, cujos nomes não são acintosamente omitidos nos jornais. (...) Faltam nas obras brasileiras as características das literaturas ricas: autonomia, independência de pensamento e variedade de execução. Então, em verso, é uma lástima! Quem sai fora dos moldes leva pedradas. O poeta novo é tanto melhor quanto mais bem pasticha o passado. É o critério da academia. (FM, 1956:172-173)

A importância dos deslocamentos que a escrita de Lima Barreto provoca nas redes de significação do que vem a ser uma boa literatura também é ressaltada por Beatriz Resende quando discorre sobre a flexibilidade entre os gêneros no estilo barretiano:

...na crônica, como no romance e no conto, Lima Barreto, sem ser ainda o que depois de 22 será chamado de modernista, já provoca rupturas com uma linguagem que até aí precisava se apresentar acadêmica e erudita para tratar das coisas públicas. A modernidade pretendida pelas crônicas de Lima Barreto não deixará de ser sempre uma crítica à modernidade.

Dessa maneira, na produção de Lima Barreto, são eliminados os limites rígidos entre o literário e o jornalístico. Essa é uma postura decisiva, já que introduz recursos que serão consagrados no momento posterior, o Modernismo, num momento em que a recepção ainda estava despreparada para absorvê-los. (Resende, 1993: 80)

Considerando que sua sociedade era a dos “*défroqués*, dos *toqués*, dos *ratés* de todas as profissões e situações”, pode-se muito bem compreender sua linguagem direta, sua dicção popular, a retórica do pastiche – todas feições aptas a compor uma escritura capaz de pôr em questão o discurso e o conhecimento livrescos. Além disso, essa variação dos gêneros pode ser entendida como efeito de saturação das intensidades em que se dão as experiências vividas nos embates

da cidade, reverberando na rede de afetos em que se tece o agenciamento cidade-literatura. As conexões e disjunções que aí tem lugar acionam formas expressivas potentes em liberar passagem para novas subjetivações – forma e conteúdo a deslizar em uma escrita militante.

Ao seguir as pistas metodológicas oferecidas por Alfredo Bosi, algumas formulações contrastantes emergem diante das questões colocadas em discussão até o momento. Em uma outra via, ele afirma:

Não que as idéias de caráter nacional, índole nacional, psicologia nacional etc. deixassem de proliferar ao longo da *belle époque* e dos anos modernistas: o nacionalismo foi a tônica ideológica dos três primeiros decênios do século XX, combinando-se conforme o momento político, ora com a democracia, ora com os regimes de força. Mas o que se foi tornando problemático (a não ser na retórica escolar) foi a tese de uma conexão estrutural entre esquemas rigidamente nacionais/nacionalistas e a produção da obra artística ou literária. Fazer a história da literatura brasileira como espelho dos eventos do Império ou da República passou a ser, cada vez mais, um projeto de construção ideológica, um programa a ser executado de fora para dentro, e que a crítica viva das obras de arte e o seu julgamento já não podiam secundar automaticamente. (Bosi,2002: 20)

O fragmento acima evidencia o quanto é difícil entender que os autores de determinado período possam estar todos comprometidos com uma e mesma tarefa, ou seja, cumprindo um mesmo tipo de “missão” histórico-literária. Do mesmo modo que é arriscado engessar uma expressão literária em contornos identitários, restringindo a potência da obra em liberar virtualidades. Constranger esses mundos possíveis diz mais respeito ao processo de esquadramento que se constrói pelo modelo de análise assumido e muito menos ao exercício criterioso de indagação a respeito de quais outras vozes atravessam uma obra.

O caminho que o presente estudo adota pressupõe recolher outras dimensões estéticas, epistemológicas, éticas e políticas com as quais Lima Barreto pudesse estar ligado. Tal perspectiva permite pensar que ele forçosamente não estaria submetido a qualquer tipo de hegemonia filosófico-político-literária do final do século XIX, a estender-se até as primeiras duas décadas do século XX. Quem sabe Lima Barreto possa ser entendido como um capítulo à parte na historiografia da literatura nacional!

Efetivamente, um tal estudo não poderia ser realizado escusando-se de problematizar e em alguns momentos acatar, críticas de considerável envergadura

– tarefa de extrema complexidade, principalmente quando se investe no diálogo com grandes pesquisadores da cena cultural brasileira. Assim, explorar algumas considerações a partir dos textos de Bosi, em que pesem certas dissonâncias, permite realizar alguns acordos, como, por exemplo, a discussão que se apresenta a seguir:

É vago, portanto, dizer que a poesia “existe na História”: é preciso conhecer por dentro *qual é a história* imanente em cada expressão lírica; o que leva às vezes o intérprete a saltar as barreiras do espaço local e do tempo no relógio a fim de historiar quais valores, ideais, e afetos foram trazidos, conscientemente ou não, ao drama da escrita. E a História da humanidade que recebeu a obra de arte já não é a mesma História que a precedeu. (Bosi, 2002: 285)

Sem pretender um estudo exaustivo da perspectiva ‘bosiana’, nem exaurir o campo das diferentes críticas tecidas acerca da obra barretiana, enfatizam-se aqui, apenas, algumas construções literário-historiográficas contemporâneas, no intuito de situar, contextualizar e problematizar o entendimento que sustentou, e ainda sustenta, a identificação quase consensual do lugar da escrita do romancista no panorama nacional.

Acolher Lima Barreto em uma analítica vincada em patamares que enfatizam o expressivo é o que permite entender esta literatura como máquina de guerra. Uma textualidade capaz de revelar não uma “resistência” ou uma “antítese” à realidade existente, mas, de outro modo, uma produção que sugere aproximar-se, muito mais, de uma desterritorialização e, muitas vezes, redundar em uma peculiar agonia em relação ao projeto Modernização (elitização /cientificização /inclusão) – República (oligarquia/ militarização/ exclusão). Crítico dos episódios urbanos, sensível às questões nacionais, preocupado com temáticas universais, constata-se, efetivamente, que além do seu tempo, preocupações de longa data e visões ulteriores se faziam presentes nos seus escritos:

É só correr os nove volumes de sua correspondência, memórias, crônicas e artigos – quase sempre na imprensa nanica de esquerda – para comprová-lo: o feminismo, a revolução russa, o anarquismo, a hegemonia do capital financeiro norte-americano, a colonização da África, o triunfo do futebol como esporte de massa, nada de importante lhe escapou. (Santos, 1983: 39)

Diferenciado do pensamento único, Lima Barreto interessa-se:

... pela agricultura; pelas narrativas populares; pelas cantigas de roda; pela Filosofia; pelos movimentos operários; pelos loucos; pelo jogo do bicho e pelas relações do nosso povo com os animais; ocupa-se seguidamente de problemas urbanísticos e arquitetônicos, inclusive de edifícios em ruínas e, ante as paisagens, não lhe escapam sequer os matizes do verde; tanto observa os enterros como as mutações da moda. A lista, muito limitada, apenas ilustra a variedade das suas preocupações e nela pode-se observar uma constante já insinuada nos parágrafos anteriores: Lima Barreto, apesar de invadir, com a própria presença, muitas de suas páginas, é um homem voltado para fora. (Lins, 1976: 28)

Esses fragmentos tomados a diferentes estudiosos da literatura permitem elaborar assertivas distanciadas das adjetivações semicoloniais, provincianas, intimizantes, memorializantes e patologizantes que sobejamente sobrevoam os pareceres que cristalizam a arte e a subjetivação Lima Barreto.

3.2

Estudo das narrativas e histórias cruzadas: da instauração de um outro campo nessa história

Pode-se afirmar que a experiência mais conhecida por aqueles que se aventuram no universo da arte revela, a princípio, o encontro quase sempre surpreendente com um mundo não factual. Por essa arrebatadora experiência vêm-se muitos estudiosos colhidos em instigantes maneiras de abordar o texto literário e, por extensão, o pensamento e a relação com a vida. Entre outros efeitos, as provocações que emergem de um certa escrita também pode levar à prática de historicizar e, com tal propósito, distender os parâmetros de uma pesquisa comprometida com a revelação “do que realmente aconteceu”.

Ao embrenhar-se por essa tarefa, muitos historiadores têm efetuado uma série de leituras cruzadas entre as narrativas literárias e os discursos historiográficos, configurando um tipo de estudo que se interessa por ultrapassagens da “oposição convencional entre documento / fato / verdade / história e escritura / ficção / imaginário / literatura” (Lemaire, 2000: 10). O revezamento dessas dimensões e a iminente ruptura das configurações tradicionais

que envolvem o objeto a ser pesquisado viriam a concorrer para o avanço frente à certos modelos reducionistas da história.

Ao dialogar com essas práticas de pesquisa, o que se tem verificado, no entanto, é a emergência de uma delgada região na qual ainda se mantêm fortes relações com o sentido da história. Torna-se necessário interpelar um pouco mais essas proposições, ouvir suas premissas metodológicas, os universos teóricos, as contribuições e questões que apresentam. Nessa via, os historiadores Sandra Pesavento e Jacques Leenhardt consideram que a apropriação literária pelo viés conceitual da história provoca a transformação desses dois campos do conhecimento humano, em função de ser propenso a gerar:

...uma nova leitura, na qual fosse possível **pensar a história como literatura e a literatura como história**. Cremos que o patamar conceitual que torna possível este entrecruzamento e este novo olhar é dado pela noção de “representação”. (...)

Neste contexto, história e literatura apresentam caminhos diversos, mas convergentes, **na construção de uma identidade**, uma vez que se apresentam como representações do mundo social ou como práticas discursivas significativas que atuam com métodos e fins diferentes. (...)

... Não há dúvida de que **o critério de veracidade** não foi abandonado pela história, assim como também seu método impõe limites ao componente imaginário. (...) Neste contexto, **a tarefa do historiador contemporâneo seria construir, por sua vez, uma representação plausível a partir das representações feitas, compondo a sua versão sobre a passividade**. (...)

Por outro lado, pode-se dizer que o discurso literário, consagradamente tido como campo preferencial de realização do imaginário, comporta, também, a preocupação da verossimilhança. A ficção não seria, pois, o avesso do real, mas uma outra forma de captá-lo, em que os limites de criação e fantasia são mais amplos que aqueles permitidos ao historiador.(...)

Para o historiador **a literatura continua a ser um documento** ou fonte, mas o que há para ler nela é a representação que ela comporta. Ou seja, a leitura da literatura pela história não se faz de maneira literal, e o que nela se resgata é a representação do mundo que comporta a forma narrativa. Aliás, pode-se argumentar que, segundo estas posturas, **a história também não é passível de uma leitura literal, sendo ela também uma representação do real e comportando, pois, a atribuição de um sentido**.” (Pesavento, 1998: 19-20-21-22) (grifos meus)

O longo trecho destacado evidencia que a metodologia com a qual a presente tese dialoga neste momento difere do enfoque rigorosamente cientificista mas, ainda assim, está muito próxima das antigas preocupações de cunho

totalizante e modelizante. Tais efeitos podem ser entendidos como possíveis vestígios do visgo disciplinar a alinhar as aproximações entre os campos da história e da literatura, ficando mantidos, nesse sentido, os compromissos com a ordenação e a fidedignidade do que será “re-apresentado” como formulação do real.

Depreende-se dos aspectos elencados uma forte vinculação – epistemológica – com a questão da verdade a insistir no horizonte dessas pesquisas. Cruzamentos que pretendem uma veracidade menos metódica, distanciada das exigências da homologia, algemam-se, contudo, no universo vizinho da verossimilhança. A propósito, vale a pena entender um pouco melhor essa distinção:

Se retornarmos então ao debate teórico entre história e literatura, é preciso admitir que a produção na linguagem da verossimilhança, a colocação estratégica do “efeito de crença” buscando apoio sobre a vontade de fazer crer que as coisas “se passaram realmente assim”, esta produção deve-se menos a uma suposta exatidão dos fatos que à **“função imaginária” que preenche o verossímil** na construção da consciência individual e social.(...)

(...) Estas considerações me conduzem a enfatizar um ponto essencial: a narrativa da história como aquela da ficção não existe – se poderia acrescentar como “fenômeno social”, mas é a mesma coisa – senão porque **existe na sociedade uma demanda de representações imaginárias**. (...) O verossímil é a modalidade intermediária, mediadora, necessária destas construções tanto nas representações visuais como naquelas que se apóiam sobre a linguagem. (...) Só o leitor está capacitado, na sua atividade leitora, a assegurar a transição entre a escrita como produto da sociedade e a escrita como produtora da sociedade. Só ele, na sua leitura, faz com que a história e a literatura sejam partes ativas no **movimento global da evolução social**. (Leenhardt, 1998: 42-43-44) (grifos meus)

A primeira evidência que jorra desses argumentos é a presença da dicotomia: verdadeiro-verossímil. Efeito de delicada operação da racionalidade, essa construção pressupõe uma espécie de funcionalidade oscilatória do discurso da verdade: ora veracidade advinda dos eventos confirmados ora verossimilhança pressionada pelo imaginário individual/social. De qualquer maneira, a imagem do pensamento está ancorada na verdade, impondo que as decisões “intelectivo-linguísticas” se forjem na ordenação e na representação do verdadeiro ou do verossímil. Assim, a história e a literatura, bem como os cruzamentos inovadores, realizariam sua efetiva contribuição, qual seja, uma participação no “movimento

global da evolução social”, colocando, a partir da leitura, ordem no real – dimensão última em que toda narrativa deveria desaguar.

Caberia então a pergunta: essa premissa estaria admitindo um curso natural para os eventos sociais? Restaria também interrogar: essa destinação natural, esse universo previamente definido onde deságua a narrativa da história deve ser o mesmo onde deve desaguar a narrativa literária?

No entendimento de Leenhardt (1998), parecem ser afirmativas as respostas a estas inquietudes e, por isso mesmo, ele pode concluir que:

...deve-se constatar que uma oposição de método não tem nenhuma implicação quanto à capacidade de **preencher uma função**.(...)

Pouco importa com efeito a intenção de uns e de outros, intenção de **ensinar ou de distrair**, porque aquilo que se apresenta como método não é jamais por si só uma garantia de que o resultado corresponda aos pressupostos. Nós devemos, ao contrário, constatar que duas estratégias discursivas distintas podem **concorrer à mesma função social**. (idem:42) (grifos meus)

Esse raciocínio é o mesmo que permite a Leenhardt, no primeiro fragmento recolhido de seu texto, afirmar que existiria uma demanda social por “representações”. Nessa via, tudo leva a crer que tanto a lógica científica, hipotético-hierarquizante, quanto a lógica de presumida superação dialética forjam uma escritura que participaria da construção dessa urgência por “representações”.

O que se pode depreender acerca desses cruzamentos é que a veracidade dos fatos ou a verossimilhança da ficção acolhem e analisam as narrativas no âmbito da representação, ou seja, como resultantes de determinações já hierarquizadas no campo social. Assim, a literatura é supostamente apropriada pelas mesmas ferramentas que sedimentam as construções científicas sobre um determinado real – liames a que a ficção não poderia escapar.

Ao ver desta pesquisa, as proposições de Sandra Pesavento e de Jaques Leenhardt admitem ser impossível a dissolução desse marco epistemológico na leitura de uma obra literária, dando mostras suficientes de que a “passeidade” que ela porta não pode ser considerada a partir dos frouxos limites da variação, isto é, ao modo de um deslocamento nos sentidos inerentes à ordem dos eventos. Reafirma-se a presença de uma instância do real verificável, a ser reconhecido nos objetos conceituais que captariam o entendimento das virtualidades literárias, em um campo de significações modelarmente definido.

Sendo assim, atestar a importância dos cruzamentos, a valorização das interfaces, ou mesmo considerar narrativa literária e histórica como indiscriminadas ou homólogas em nada modifica o tipo tradicional de aproximação entre ciência e ficção, já que fica preservado o interesse de, ao final das contas, extrair um novo território passível de receber ares de positiva cientificização.

Balizas semelhantes podem ser apreendidas em outras formulações que também convidam a refletir sobre esse tipo de leitura, favorável à aproximação entre as fronteiras, mas inabalável quanto ao território da interpretação legitimada. Em um trabalho denominado “A literatura: o texto e o seu intérprete” Jean Starobinski (1976) afirma, não sem razão, que a escolha de um texto é inspirada por um tipo de interesse atual do pesquisador e que o conjunto de decisões que comparecem em uma investigação indicaria, necessariamente, a delimitação de certo universo por parte daqueles que se apropriam de determinada obra. Só isto já seria suficiente para permitir correlações entre campos que expressam possibilidades singulares da ação humana – arte e ciência. Contudo, mais adiante, o autor acrescenta:

... Isso não impede que, a partir de um desejo de saber e de encontrar, a nossa atenção se divida em duas direções distintas: a primeira **quanto à realidade a apreender, o ser ou o objeto a conhecer**, os limites do campo da investigação, a definição, mais ou menos explícita, do que convém explorar; a outra quanto à natureza de nossa resposta: as nossas contribuições, os nossos instrumentos, **as nossas finalidades**. (Starobinski, 1976: 132- 135) (grifos meus)

Nessa passagem, já se revelam as implicações desse tipo de aproximação, apresentando a obra como um objeto dado ao conhecimento. A consequência natural de tal posicionamento se define pela identidade do que nele se procura, já que a finalidade da pesquisa estaria orientando de antemão o modo da conexão. Aqui, vale interrogar: o que seria possível ao conhecimento fora desse tipo de prática? Ou melhor: que riscos se evita correr com esse tipo de caminho pavimentado? Starobinski prossigue com a apresentação de seus argumentos:

O risco que se corre, se o objeto não é percebido, mantido e consolidado em sua diferença e em sua realidade próprias, é de que a interpretação não seja mais do que o desenvolvimento de uma fantasia do intérprete.(...)

... **Desse discurso sem nada que o prenda**, digamos que tende a **tornar-se ele próprio literatura**, não contando mais o objeto de que fala do que como pretexto, ou a título de citação ocasional. Por isso mesmo, **enfraquece-se o papel do objeto: a intenção de conhecimento é posta de lado por causa de uma outra finalidade, de expressão pessoal**, de jogo de propaganda etc. (idem:idem)

Esse posicionamento acerca dos cruzamentos entre obra de arte e análise histórica novamente indica que os limites desses encontros estariam previamente definidos, sob pena de as ações de fronteira virem a se tornar [mera] literatura.

Poder-se-ia perguntar então, neste momento, acerca da natureza desses cruzamentos e, sobretudo: o que querem esses cruzamentos quando se entrelaçam ao discurso barretiano?

Ao preferir uma argumentação instigante a uma resposta tranquilizadora, opta-se por rastrear algumas propostas que apresentam um grau maior ou menor de ancoragem nas premissas metodológicas até agora assinaladas.

Em um artigo intitulado “Quaresma: um relato de massacre republicano entre a ficção e a história” (2000), o historiador Edgar Salvadori De Decca realiza um belo trabalho de leituras cruzadas sobre a respectiva obra de Lima Barreto, ressaltando a grandeza do romancista ao pôr em relevo a cena de mais um massacre desfechado sobre o povo nos primórdios tempos republicanos. É bom acompanhar o que o historiador destaca:

... Pensemos, por exemplo, o lugar dessas personagens, vítimas de massacres, no **imaginário da identidade nacional**. Desde meados do século XIX, contando com o romance *Iracema*, de José de Alencar, com a obra magnífica de Euclides da Cunha, *Os sertões*, com toda a busca do nacional-popular de Mário e Oswald de Andrade, com os mitos da comunidade nacional do Estado autoritário de Getúlio Vargas, com o ideário dos Centros de Cultura Popular dos anos 60 e incluindo nesta série **o romance de Lima Barreto, *O triste fim de Policarpo Quaresma***, percebemos a tentativa, às vezes otimista e muitas vezes **trágica, de definir-se, na literatura, o povo brasileiro**. (...)

Acontece, entretanto, que **a busca de uma identidade nacional em Policarpo Quaresma** assume a dimensão de uma tragédia, a ponto do **personagem** vir a ocupar, também, um lugar na galeria dos **loucos da República**. (...)

... **O que estaria nos apontando essa narrativa? Somente a loucura pode permitir o acesso à história das pequenas personagens? Parece que sim.** (Decca, 2000: 142) (grifos meus)

Um grande estranhamento surge quando a análise empreendida anuncia que Lima Barreto realiza tentativas – mesmo que “trágicas” ou “enlouquecidas” – de “definir” o povo brasileiro, além de interessar-se por estabelecer algum tipo de unidade para esta população: um certo desejo de “identidade” a ser confirmado em território nacional.

Na leitura da obra, o que se evidencia é que o próprio Lima muitas vezes descartou a primeira tarefa e, sobretudo ironizou a segunda; ou, pelo menos, sobre ela tecia uma problematização sem nunca espreitar qualquer resolução – talvez por concebê-la como efetivamente impossível. Isto se desnuda em vários episódios de sua escrita, como, por exemplo, em uma de suas cartas a um jornalista¹ que lhe teria enviado um livro; ao que tudo indica, Lima não hesitou em comentá-lo:

Agarrei o seu capítulo, parágrafo, alinea ou o que seja – “A formação de nossa nacionalidade”; e deu-me na telha fazer-lhe algumas observações. (...)

O senhor quer que os homens de responsabilidade tratem da formação da nacionalidade brasileira. Isto, me parece, não é missão deles; **é das leis da natureza que existem antes de nós e sobre as quais não temos nenhum império.**

Censura o senhor certos moços que, sob a influência de literatos e literaturas exóticas, se fazem descrentes, cépticos, sem fé. Mas, fé! Em quê?

Todo o objeto de fé está morto; um Deus matou o outro. Na ciência, que parecia mais pimpona, não se pode ter mais. A sua falência é total; ela não deu a regra da nossa conduta; nem nos trouxe a felicidade. De resto, sendo todas certas, há muitas geometrias; e Poincaré, no seu livro póstumo, chegou a admitir a evolução das leis naturais.

Mobilis in mobili, tudo tal e qual no romance de Júlio Verne; como, portanto, ter fé? (Co II, 1956: 185-186) (grifos meus)

Como se depreende desta escrita epistolar, para Lima Barreto a identidade nacional como eixo “uniformizante” da nação não seria pensada como realizável nem com os aportes da razão nem com as bênçãos da religião; logo, possivelmente os delírios de Policarpo, que se nutriam das diferenças e mazelas do país, não se orientavam pela sua solução, mas por fazê-las reluzir, reafirmando,

¹ Dioclécio Duarte também era político, tendo publicado um ensaio intitulado *Uma página do Brasil* em 1919.

assim, um cenário em que se misturam caos e quase-ordem – paisagens de um cosmo dotado de elevado poder de mutação.

Em outra passagem, Decca oferece alguns elementos em que, segundo sua leitura, o romancista definiria um determinado papel do qual o personagem principal do romance – Policarpo Quaresma – estaria irremediavelmente investido. Diz ele que o Major:

...Não vive à margem da sociedade, participa dela e, com **seu nacionalismo ingênuo**, pretende-se igualar aos poderosos. A narrativa do romance de Lima Barreto é exemplar como modelo literário, capaz de **construir o cidadão comum como sujeito histórico**. Seus atos de liberdade, apesar de serem vistos como desviantes e loucos, chamam a atenção do poder. (Decca, 2000: 146) (grifos meus)

No ponto em que se encontra esta pesquisa, torna-se muito difícil admitir que um personagem barretiano – em particular o Major Quaresma, detentor de exorbitantes sentidos alegóricos – possa ser definido como um receptáculo da “ingenuidade nacional” e, ao mesmo tempo, portar os desígnios de um “sujeito histórico”, representante de uma cidadania de elevados poderes revolucionários. Com a palavra o narrador do romance:

Tudo isto irritava profundamente Quaresma. Vivendo a trinta anos quase só, sem se chocar com o mundo, adquirira uma sensibilidade muito viva e capaz de sofrer profundamente com a menor coisa. Nunca sofrera críticas, nunca se atirou à publicidade, vivia imerso no seu sonho, incubado e mantido vivo pelo calor dos seus livros. Fora deles, ele não conhecia ninguém; e, com as pessoas com quem falava, trocava pequenas banalidades, ditos de todo o dia, coisas com que a sua alma e o seu coração nada tinham que ver. (...)

Desinteressado de dinheiro, de glória e posição, vivendo numa reserva de sonho, adquirira a candura e a pureza d’alma que vão habitar esses homens de uma idéia fixa, os grandes estudiosos, os sábios, e os inventores... (PQ, 1997: 50)

O que começa a ser perceptível nas propostas que aproximam arte literária e estudos historiográficos é a complexidade em que consiste tal tarefa, principalmente quando se visa a interrogar a produção literária barretiana. Embora se possa reconhecer o esforço associado a esses procedimentos, eles acabam invariavelmente concorrendo para o seqüestro da obra, fazendo-a assumir/receber sentidos engendrados em correspondência direta com os conteúdos oriundos da

rede enunciativa dominante na análise – neste caso, certa compreensão historiográfica.

Geralmente, tal modalidade de pesquisa – que se orienta na ênfase dos cruzamentos históricos e literários – persegue ou revela determinados sentidos inerentes a obra entendendo-a como representante de certo momento do cenário nacional. Além desse aspecto, o mesmo procedimento freqüentemente situa a produção artística como epifenômeno das lutas individuais do autor no seu tempo. Em última análise, essas lutas individuais se apresentam como resultantes de um feixe de determinações sociais que, forçosamente, se decantariam ou fariam visíveis na pena dos poetas, romancistas, contistas...

Esse tipo de formulação sugere que os instrumentos de intervenção utilizados pelo pesquisador sobre o texto literário estariam postos sobre a mesa e que os objetos a investigar seriam reconhecidos antes do embrenhar-se, ou mesmo perder-se, na experiência literária.

Em outro estudo que pretende captar o sentido da história pela ferramenta literária, o pesquisador Ettore Finazzi-Agrò, em “O intelectual e o Bruzundanga. Utopias históricas e distopias literárias no começo do século XX” (2000), debruça-se sobre a estética euclidiana e barretiana. Seguindo o mesmo caminho traçado por Nicolau Sevcenko em seu importante livro – exaustivamente citado neste trabalho – *A Literatura Como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República* – Finazzi-Agrò aborda as agruras da gestação dos novos tempos republicanos. Afirma que a classe intelectual da época, “mensageira que era do progresso”, foi-se tornando vítima da própria formação histórica em curso e o “sentimento de insuficiência e inaptidão torna-se, de fato, um dado bastante comum entre os homens de cultura na passagem do século XIX para o XX.”. Mais adiante, traça um quadro comparativo entre os dois escritores – Lima e Euclides – definindo que esses homens eram “divididos por escolhas estéticas e poéticas, por gostos pessoais e desgostos políticos, (...) separados, além disso, por uma diferença de idade de quinze anos, mas provindos, todavia, da mesma formação ideológica e filosófica...” (Finazzi-Agro, 2000: 19). E assim ele continua:

...nesta **dialética inacabada**, suspensa entre a recusa do passado e a náusea do presente, podemos finalmente descobrir o sentido dramático de uma experiência dilacerada surgindo de **um otimismo militante e naufragando num pessimismo inoperoso e afastado**,

numa situação de marginalidade e/ou de automarginalização que é típica do intelectual do início do século e, mais em geral do escritor moderno.(...)

...Na perda de qualquer função, então, alguns **intelectuais obstinados e marginais teimariam em se atribuir a função de testemunhas**, nos dando uma visão histórica deslocante, **descrevendo, de modo pessoal e dúbio**, aquela realidade incômoda que o poder teria banido do seu discurso... (idem: 20-22) (grifos meus)

Ao pretender dimensionar os aspectos históricos imanentes a uma criação literária específica, a convicção deste pesquisador o leva a asseverar, na continuidade de sua exposição, que a escrita pode portar “uma capacidade de intervenção na história, uma possibilidade (...) de se tornar ela própria criadora e, ao mesmo tempo, **agente da história**” (idem:21) (grifos meus).

Essa tendência a relacionar um personagem ou uma determinada obra como “agente da história”, isto é, a tomá-las como um objeto em que se verificaria o desenrolar da história, mostra-se muito pregnante em estudos orientados por epistemologias de forte cunho evolutivo. Tal perspectiva faz pesar sobre a obra – no caso, a estética barretiana – interpretações que parecem já estar pré-definidas nos “determinantes estruturais” relativos ao período em que o autor despontou com sua literatura. Assim, certos aspectos da criação, por “força das determinações”, estariam fadados a comparecer nas construções daquele tempo ou a “resistir” ao mesmo conjunto de forças.

O que se interroga mais uma vez nesta tese é se é possível aglutinar Lima Barreto em alguma hegemonia da época, e isto vale para hegemonias ordeiras e para hegemonias revoltosas: “**intelectuais obstinados e marginais**”. Se a resposta for afirmativa, não haverá a menor dúvida de que tal análise concorrerá para a subtração da força disruptora que a obra barretiana porta em suas diferentes feições.

Do mesmo modo, não se pode facilmente concordar com a qualificação de que Lima Barreto proviria de **uma mesma formação ideológica** – no caso, de Euclides da Cunha –, traduzindo-se tal condição em um nacionalismo ideal, ao lado de outros correligionários.

Como exemplo da distanciada localização de Lima Barreto em relação aos intelectuais da época, vale a leitura de uma carta de demissão e desagravo frente às insinuações racistas de um dos diretores da publicação A.B.C., Paulo Hasslocher. Este jornalista, respondendo a um opositor, escrevera um texto que

Lima “teria interpretado como ofensivo à raça negra. Só depois das explicações, com a devida retratação pública, concordou Lima Barreto em continuar a escrever no semanário” (Co II, 1956:143) – permanecendo como colaborador de 1916 a 1922:

A vista do teu artigo no A.B.C. , de 25 do corrente, venho dizer-te, muito contrariado e sinceramente, que não continuo a colaborar no teu semanário.

Não sou propriamente um jornalista; e, antes, tenho exprimido o meu pensamento, bem ou mal, em livros.

Seria negá-los, eles que me tem tanto custado e tanto os amo, deixar passar em silêncio as tuas afirmações.

Se elas tivessem sido feitas por outrem, seria eu o primeiro a vir com um artígalhaço, contestando-as, para que o publicasses no A.B.C.(...)

Uma coisa eu te lembro, para que não incorras em um erro vulgar de apreciação: todos os povos e raças passaram pela escravidão; a questão é de tempo e o tempo, para o filósofo, não existe. (idem: 144)

O fragmento acima também deixa claro como as expressões de Lima Barreto revelam-se “**aptas e suficientes**” para esgrimir com as formas estabelecidas onde quer que se apresentassem. Quanto a ser “mensageiro do progresso”... bem, os possíveis leitores desta tese já prescindem, provavelmente, de maiores explicações quanto a esta equivocada classificação.

Lima Barreto não permite generalizações – a ninguém se deveria oferecer tal coisa, muito menos a ele –, em função do conjunto de forças sociais que se atreve a colocar em análise. Essa decisão fica muito nítida nos pensamentos que deixa registrados em seu *Diário Íntimo*, especialmente nas passagens em que comparecem acentuadas discordâncias em relação aos modelos que engessavam, também, as manifestações literárias do período:

Eu tenho notado nas rodas que hei freqüentado, exceto a do Alcides, uma nefasta influência dos portugueses. Não é o Eça, que inegavelmente quem fala português não o pode ignorar, são figuras subalternas: Fialho e menores.

Ajeita-se o modo de escrever deles, copiam-se-lhes os cacoetes, a estrutura da frase, não há dentre eles um que conscienciosamente procure escrever como o seu meio o pede e o requer, presentindo isso na tradição dos escritores passados, embora inferiores. É uma literatura de *concetti*, uma literatura de clube, imbecil, de palavrinhas, de coisinhas, não há neles um grande sopro humano, **uma grandeza de análise**, um vendaval de epopéia, o ciclo lírico que há neles é mal encaminhado para a literatura estreitamente pessoal, no que de pessoal há de inferior e banal: amores ricos, mortes de parentes e coisas assim.

A pouco e pouco, vou deixando de os frequentar, abomino-lhes a ignorância deles, a maldade intencional, a lassidão, a covardia dos seus ataques. (DI,1956:100) (grifos meus)

É impossível negar o rigor da avaliação impetrada pelo romancista; contudo, o que se ressalta do fragmento é como ele apresenta a crença na arte de escrever, a diferença com a ideologia comportada-interesseira-dominante, a estética vigorosa e desobediente e, sobretudo, a inexistência de um “**pessimismo inoperoso**”.

Muitos supostos inventivos cruzamentos – objetivações efetuadas por marcadas margens – produzem modalidades discursivas que reafirmam modos de subjetivação já sacralizados acerca da estética barretiana, em nada diferindo de outros estudos disciplinares dirigidos por metodologias de calibres mais ou menos funcionalistas – e que resultam também, quase sempre, no mesmo Lima.

Tentativas louváveis têm sido implementadas no campo da historiografia. Notadamente o trabalho de Nicolau Sevcenko (1995) se inclui nesta categoria e, por este motivo, será mais uma vez abordado aqui, agora sob a ótica das aproximações entre os campos historiográfico e literário.

Sem negligenciar a importância do estudo realizado, o texto exhibe uma vez mais um tipo de leitura conduzida em cruzamentos alinhavados a partir de uma “sobredeterminada” região. Um exemplo deste movimento se encontra na análise acerca do caráter missionário – de volta a questão da “missão”! – de certos literatos do início do período republicano, estendendo tal qualificação a Lima Barreto.

As referências conceituais relativas à questão “missionária” elaborada no estudo de Sevcenko já foi amplamente analisada no segundo capítulo. Neste momento, são nuançadas apenas aquelas facetas que dão visibilidade aos cruzamentos e a conclusão que daí resulta, no que toca ao romancista e sua obra. A interrogação de tais construções advém do impacto provocado pelas convicções assumidas pelo historiador frente às posições barretianas em relação à literatura, principalmente quando o pesquisador identifica nas temáticas barretianas, “**menos matéria para a elaboração literária do que para (...) a ciência**”. Pode-se acompanhar o trecho em que Sevcenko conclui que:

... **Sua missão era**, pois, **restaurar a solidariedade social** ao nível da sociedade e das relações dessa com a natureza. (...)

Esses rodeios impertinentes em torno de **um propósito integrativo** provinham de reflexões prudentes, de um raciocínio metódico e de estudos aprofundados sobre a realidade do país e do mundo. Aparentemente são **menos matérias para a elaboração literária do que para o ensaio, a análise ou a ciência**. (...) O efeito maior de suas construções mentais se respaldava no universo simbólico mais do que em qualquer outro. Disso derivava a sua opção pela literatura, pois somente ela se apresentava como uma forma cultural capaz de **amalgamar, alisando e harmonizando tanto material heterogêneo**. Desse modo, a literatura, por um efeito de linguagem, acabava **oferecendo a solução simbólica** para a crise, pelo próprio fato de consumir e **uniformizar os antagonismos** de que ela se nutria. (Sevcenko, 1983: 241-243-244) (grifos meus)

Esse tipo de assertiva deixa claro que o historiador assenta seu entendimento literário em uma visada dicotômica, tratando como impermeáveis essas duas modalidades expressivas: arte e ciência. Tal posição jamais foi compartilhada por Lima Barreto.

O mesmo vetor de análise permite situar a criação do romancista como capaz de “amalgamar”, “alisar” e “harmonizar” os antagonismos sociais – combustíveis de sua escrita – em um tipo de operação reconhecida como fruto de uma “solução simbólica”. Os estudos empreendidos nesta tese, ao contrário, sugerem que, distante de uma “solução simbólica”, Lima Barreto enverga uma literatura militante que se aproxima mais do esgarçamento da unidade, da pluralidade e da interrogação contundente das forças sociais – uma máquina de guerra literária. Sendo assim, nada se assemelha a uma harmonização, à restauração da solidariedade social, à superação de contrariedades ou a qualquer outro tipo de representação de ordem superior – dimensões inexistentes do ponto de vista de uma analítica dos modos de subjetivação e de uma estética militante barretiana.

A metodologia que incita Sevcenko a certos posicionamentos a respeito dos cruzamentos entre os saberes históricos e literários leva-o a afirmar que:

... Em primeiro lugar, eles permitem entrever a **produção literária**, ela mesma como um processo, **homólogo ao processo histórico**, seguindo, defrontando ou negando-o, porém referindo-o sempre na sua faixa de encaminhamento própria. (...) A partir dessa perspectiva, **a criação literária** revela todo o seu potencial **como documento**, não apenas pela análise das referências esporádicas a episódios históricos ou do estudo profundo dos seus processos de

construção formal, mas como uma instância complexa, repleta das mais variadas significações e **que incorpora a história em todos os seus aspectos**, específicos ou gerais, formais ou temáticos, reprodutivos ou criativos, de consumo ou produção. **Nesse contexto globalizante, a literatura aparece como uma instituição...** (...)

É por esse processo que se desvela o mundo errante, indígena e continental de Euclides da Cunha, ou **a contemplação tranqüila, negra e oceânica de Lima Barreto.** (...)

...É desse manacial que a literatura se nutre, aí sorvendo toda a sua significação e validade, pois só descobrindo os fantasmas comunitários ela pode apontá-los e esconjurá-los ritualisticamente. (Sevcenko, 1983: 246-247-248) (grifos meus)

Depreende-se deste claro posicionamento metodológico que todo o esforço investido pelo professor encontra-se atravessado pelas instituições da historiografia e, do ponto de vista desta pesquisa, corresponde mais a uma objetivação da literatura em uma rede *a priori*, direcionando-a a responder às questões colocadas por um campo de cientificidade determinável. Logo, esse tipo de apropriação literária – como o próprio historiador reconhece – visa a revelar uma dimensão histórica presente em cada um dos textos dos autores estudados, o que os torna passíveis de serem úteis a elaboradas explicações sobre a passividade, a ponto de facultar a seguinte conclusão: **“lê-se a história simultaneamente ao ato de ler-se literatura, reproduzindo como que pelo avesso o movimento de quem fez história fazendo literatura”** (idem: 241) (grifos meus).

Esse tipo de leitura da obra literária efetua manobras interpretativas aptas em ratificar significações para determinados conteúdos, consolidando, assim, construções subjetivantes a se impor a autor e obra – cruzamentos que capturam sentidos, contando a história de novo pelas mãos de Lima Barreto.

Em um caminho diverso, esta pesquisa não se interessa tanto pelos cruzamentos quanto pela problematização das linhas de força a constituir um acontecimento. Isso implica acatar as rachaduras dos diferentes processos de construção da sociabilidade e os modos de subjetivação que aí se constroem. O expressivo em Lima Barreto mostra-se então como essa potência que ele tem em captar o desdobramento das forças que se encontravam em combate na cidade e os sentidos que se afirmavam, ou se despotencializavam, nessas disputas. Essa acuidade imanente ao agenciamento cidade-literatura – um outro em Lima Barreto – é o que reverbera até os dias atuais por força de sua literatura militante. Uma literatura que fala do próprio processo de ressonância entre os domínios políticos,

econômicos, literários, jornalísticos e de todas as interferências em que se tecem as mutações na vida da cidade e de seus habitantes. Lima Barreto não se define por fazer representar, em sua escrita, os conteúdos de modernização assumidos naquela época. O que ele faz em sua arte é nomadizar as fronteiras entre a literatura e o espaço social, possibilitando apresentar as intensidades que iam sendo destiladas nas diferentes práticas que desterritorializavam duramente o modo de viver da gente pobre, os costumes urbanos e a paisagem citadina de um modo geral. Ele fabricava seus problemas a cada ruptura que se operava no tecido social e que invariavelmente se reterritorializava nos caminhos da mentalidade republicana e nos ardilosos interesses do capital, solidificando práticas que iam definindo o contorno, o cotidiano e a história da cidade... Era isso que ele precisava escrever.

Nada melhor do que chamar à cena o texto barretiano, deixando que ele mesmo apresente os intercessores que, em processo de diferenciação, tecem a escrita e o escritor Lima Barreto:

Noticiaram os jornais, com pompa de fotogravuras e alarde de sabenças, históricas, que o Convento da Ajuda, aquele ali da avenida, fora vendido a alguns ingleses e americanos pela bela quantia de mil oitocentos e cinquenta contos.

Houve grande contentamento nos arraiais dos estetas urbanos por tal fato. Vai-se o monstrengo, diziam eles: e ali, naquele canto, tão cheio de bonitos prédios, vão erguer um grande edifício, moderno, para hotel, com dez andares.

Eu sorri de tão santa crença... (...)

O bonito envelhece, e bem depressa; e eu creio que, daqui a cem anos, os estetas urbanos reclamarão a demolição do Teatro Municipal com o mesmo afã com que os meus contemporâneos reclamaram a do convento. (...)

É que eles estavam convencidos de sua fealdade, da necessidade do seu desaparecimento, para que o Rio se aproximasse mais de Buenos Aires.(...)

Não há de ser diminuindo conventos com o auxílio do alvião dos americanos que teremos a felicidade sobre a terra. (...); o que porém, precisamos fazer é desentupir a nossa inteligência de umas tantas crenças nefastas, que pesam sobre ela como castigos atrozés do destino.

(Bg, 1956: 83-84-86-87)

Conseqüentemente, impõe-se acolher a obra barretiana como um dispositivo analisador da cena da modernização do Rio de Janeiro, possibilitando, assim, a emergência das forças em que se engendra o processo de criação. Em outras palavras, consiste este trabalho em monumentalizar uma determinada

região de eventos, o que, nos termos desta investigação, corresponde à assunção de uma perspectiva transdisciplinar² como eixo analítico do acontecimento Lima Barreto.

² Transdisciplinaridade diz respeito a uma perspectiva que enfatiza as relações de interferência e de desestabilização de um domínio sobre o outro. Em um processo de diferenciação, o entendimento far-se-á na consistência de ferramentas que advêm de outros saberes; de componentes da arte, filosofia e ciência.

Capítulo 4

Cartografia Barretiana: interferências e rupturas nos processos de subjetivação

Contrariando as ordens vigentes, a obra de Lima Barreto aciona uma máquina de guerra na literatura, uma máquina revolucionária na cidade e uma máquina analítica nos modos de subjetivação em curso na metrópole que se modernizava. Pode-se também compreendê-la como uma grande máquina estética, mas igualmente ética e política, a romper com as linhas endurecidas que se cruzavam no conturbado cenário da Primeira República na Cidade do Rio de Janeiro.

Desenvolver esta temática exige paciente elaboração crítica em face de outros argumentos apresentados acerca da trajetória barretiana e, sobretudo, rigor no manejo dos pressupostos que deslocam as tradicionais definições que identificam Lima Barreto enquanto mulato, pobre, suburbano, ressentido, boêmio, missionário, resistente, memorialista, etc.

Neste momento, uma pergunta vital ganha a cena por efeito dos embates que este trabalho trava: o que pretende uma tese ao debruçar-se sobre um escritor cujos dados biográficos (e não poderia ser de outro modo) se imiscuem no escrever? Ou ainda, desdobrando a indagação: como encontrar um ‘outro’ no escritor Lima Barreto, para além das identidades já dadas por críticos literários, historiadores e demais “cruzadas” subjetivantes? Qual a proposta de uma psicologia atravessada pela perspectiva deleuze-guattariana dos modos de subjetivação? E, mais especificamente: quais as prudências necessárias quando se decide lançar mão de recursos transdisciplinares na investigação dos processos da subjetividade?

A melhor maneira de operar com tais interrogações é dar curso ao trajeto, já iniciado, de afirmar um outro Lima Barreto e, assim, delinear possíveis ao pensamento e aos estudos da subjetivação na via genealógico-cartográfica.

Desprender-se de algumas certezas e encontrar singulares sentidos que atravessam a escrita e o cotidiano do autor não implica obrigatoriamente oferecer

o acesso a um Lima Barreto mais verdadeiro, ou liberado das camadas interpretativas oriundas de matrizes de compreensão literárias, históricas e interdisciplinares as mais diversas. Construir uma cartografia barretiana implica acreditar que outras histórias podem ser contadas, para além das legitimadas por determinadas objetivações. Assim, a perspectiva que orienta esta tese considera que os conteúdos definidos em “coerências funcionais” ou em “sistematizações formais” precisam ser disponibilizados à clivagem, a movimentos de variação, em outras palavras; a fraturas liberadas do peso silenciador dos blocos de saber. Sublinhar esta nova operação das forças em um texto literário ratifica o intuito desta pesquisa, cujos propósitos consistem em ativar saberes:

...descontínuos, desqualificados, não legitimados, contra a instância teórica unitária que pretenderia depurá-los, hierarquizá-los, ordená-los em nome de um conhecimento verdadeiro, em nome dos direitos de uma ciência detida por alguns.(...) Trata-se da insurreição dos saberes não tanto contra os conteúdos, os métodos e os conceitos de uma ciência, mas de uma insurreição dos saberes antes de tudo contra os efeitos de poder centralizadores que estão ligados à instituição e ao funcionamento de um discurso científico organizado no interior de uma sociedade como a nossa. (Foucault, 1998:171)

O que fica evidente neste posicionamento foucaultiano é que tudo o que se encontra objetivado por uma certa discursividade, assim o foi em função de um conjunto de práticas em que as ocorrências, os constrangimentos, os jogos de forças de variados calibres impuseram uma espécie de palavra final.

Efetuar uma analítica nas linhas de composição da obra barretiana exige em ler não apenas o texto do romancista, mas igualmente o que foi consolidado por certos entendimentos dos romances, das crônicas, das memórias e, sobretudo, por alguns escritos acerca da vida de Lima Barreto. Neste momento, ganha importância a possibilidade de investigar os bloqueios e as ultrapassagens que o romancista realizava na cidade saneada, nos meandros da erudição-literata, na lógica republicana e sua burguesia arrivista, bem como o seu caminhar pela cidade inculta, com sua pobreza projetada nas venturas e desventuras de sua gente: misturada, alegre, insensata, revoltada, crédula, malandra, oprimida...

Captar as experimentações de Lima Barreto a partir de sua obra incita este trabalho a nuançar, de maneira diversa, as saborosas ousadias do escritor e

percorrer caminho semelhante ao seu modo de existir, qual seja, orientado pelas errâncias. Tateando suas linhas, o que aqui se pretende explorar é a potência do texto barretiano em diagnosticar as agruras de uma conturbada metrópole e verificar a maneira como ele operava uma analítica das práticas sócio-discursivas de sua época.

Justifica-se, desse modo, a apropriação da obra como um dispositivo analisador das orquestrações políticas, econômicas, intelectuais e literárias na sociabilidade burguesa e, concomitantemente, das modelizações subjetivantes por entre os anos da *Belle Époque* Tropical. Assim, as iluminações que a obra-vida de Lima Barreto suscita torna também possível interrogar a maneira clássica de operar tanto os componentes quanto o entendimento da subjetividade.

4.1

A obra de Lima Barreto: um dispositivo analítico sobrevoa a cidade catita

Caminhar em direção aos dispositivos requer um certo tipo de aposta porém, vale a pena detalhar a noção antes de proceder a lances mais arriscados. Afinal, o que é um dispositivo?

É Gilles Deleuze quem se interessa por esta questão, em um texto no qual pretende dar algumas pistas acerca do conceito-ferramenta em que atravessam as três grandes temáticas do eixo filosófico de Michel Foucault: Saber, Poder e Subjetividade.

Deleuze (2001) enfatiza que os dispositivos são como “máquinas de fazer ver e falar” e que os objetos iluminados por essas máquinas são inseparáveis do próprio dispositivo que os torna visíveis. Portanto, o entrecruzamento presente em um dispositivo forja-se em “linhas de força” – poderes – a constituir os regimes em que se definem o “visível e o enunciável” – saberes – em suas múltiplas derivações. Nessa composição, as linhas de subjetivação evidenciam-se nas ultrapassagens, no “vai e vem do ver e do dizer”, transpondo limiares e tornando-se linhas estéticas, científicas, políticas, literárias:

Essa ultrapassagem da linha de força é o que se produz quando ela se recurva, faz meandros, afunda, e torna-se subterrânea, ou antes quando a força em

vez de entrar numa concordância linear com outra força, volta-se sobre si própria e se exerce sobre si própria ou se afeta a si mesma. Esta dimensão do Si não é de maneira alguma uma determinação preexistente que se encontraria pronta. Antes de mais nada, uma linha de subjetivação é um processo, uma produção de subjetividade em um dispositivo: ela tem que se fazer, contanto que o dispositivo o permita ou o possibilite. **É uma linha de fuga.** (Deleuze, 2001:1) (grifos meus)

Desse movimento ininterrupto das linhas de força também se depreende que a relação estabelecida com a exterioridade não significa mera interface com a espacialidade social; muito distante disso, a exterioridade deve ser entendida como um fora absoluto, um outro que se forma em cada dispositivo, em franco processo de transmutação.

Acompanhar a “filosofia dos dispositivos” implica considerá-los engendrados nessas linhas de variação em que também se operam objetivações, totalizações: subjetivações – sempre imanentes aos próprios dispositivos. Assim, é viável afirmar que se determinadas composições definem o dispositivo, atestando a sua capacidade de solidificar-se, do mesmo modo se encontram aí as possibilidades de sua transformação. Isto equivale a considerar que as linhas de subjetivação mostram-se “capazes de escapar”, traçando novos sentidos¹, mais ou menos distanciados das dimensões de saber e de poder até então dados.

Logo, apreender a obra de Lima Barreto como um dispositivo visa a aproximar-se de algumas linhas que entraram em sua composição, tais como: linhas de cidade, de boemia, de literatura, de indignação, etc. Pretende-se portanto acompanhar os critérios éticos e políticos que foram se tecendo em imanência a uma estética forjada nessas linhas, o que corresponde a ultrapassagens, desvios, sedimentações, isto é, movimentos que enfeixam um conjunto de efeitos a atualizar um escritor em Lima Barreto.

Vale lembrar que em Michel Foucault o teor de possibilidade e de criatividade deve ser avaliado como critério imanente ao dispositivo, o que abre a discussão a uma política intrínseca aos modos de existir e aos modos de criar, tornando visível a extrema intervenção entre esses modos. Nesse caminho, o

¹ O sentido é o que se efetua entre as forças, uma inversão da polaridade, uma reverberação da força sobre si.

biográfico apresenta-se como uma via de acesso, a perscrutar as reverberações que se desprendem da obra. Isto permite dizer que os registros que emergem da cidade e das rodas literárias também fazem vibrar as conexões intensivas por onde devém uma escrita-vida em Lima Barreto – forças destemidas em oferecer suas implicações literárias, históricas, filosóficas, éticas e políticas a uma analítica dos modos de subjetivação.

Assim, a obra barretiana entendida à maneira de um dispositivo, permite o procedimento de análise das instituições que atravessam o escritor, possibilitando também captar os elementos que indissociavelmente compõem e operam deslocamentos ou ressonâncias da escrita à vida, e desta aos vários gêneros da literatura.

4.2

O biográfico: por uma história da experiência literária

Cabe ressaltar que as relações vida-obra do romancista sempre estiveram em um lugar privilegiado na investigação desta tese acerca dos processos de subjetivação. Desde a partida, também era freqüente um estranhamento quanto aos “atributos naturais” geralmente utilizados para decifrar um certo Lima Barreto. Tal panorama se aglutinava ao interesse maior de apresentar a subjetivação como a própria trama em que diferentes cruzamentos tecem a composição de uma vida, operando uma manobra disruptiva quanto ao pensamento tradicional acerca da temática da subjetividade.

Em uma tese de doutorado que visa a singularizar os percursos do grupalismo-institucionalismo no Brasil, Heliana de Barros Conde Rodrigues amplia, em seu quarto capítulo, um precioso trabalho de desnaturalização de algumas proposições metodológicas do fazer historiográfico. Ao debater com historiadores de diferentes perspectivas teóricas, a autora interroga certas construções muito próximas das temáticas abordadas nesta pesquisa, assim, tais análises foram tomadas como aliadas, acirrando o gosto pelo combate e convidando ao entusiasmo da problematização. Desse modo, tornam-se imprescindíveis as primorosas pistas-indagações de Rodrigues (2002), que

inspiram esta seção a desenvolver, a partir de algumas de suas interrogações, um pensamento que pode ser assim explicitado: como se pode criar...

... condições teóricas para que o eu emerja, qual o concebem tanto Deleuze e Guattari quanto Foucault, como a ponta final de um processo impessoal e coletivo?; como apreciá-lo para além das armadilhas de uma unidade-totalidade preconcebida, engendrando-o na qualidade de composição, trama ou dobra de múltiplos universos de referência?; que condições metodológicas e narrativas são favoráveis à atualização dessas virtualidades? (Rodrigues, 2002: 454)

Captar essas “virtualidades” emerge como um possível desde que se trate de maneira singular a obra de Lima Barreto; ou seja, considerá-la como um horizonte de possibilidades, ao modo de um indecído, viabilizando certa forma de manejar as linhas de enunciação e visibilidade que a constituem. No mesmo dispositivo, a biografia se vê acolhida por um tipo de entendimento que a faz equivaler a uma estratégia ou, de maneira mais esquemática, a um “conjunto de forças” em que se efetuam afrontas, rupturas, aproximações e conexões. Nesse sentido, a biografia, em que se revezam a escritura e a tessitura cotidiana do romancista, também se constitui como uma narrativa ficcionada, passível de uma inteligibilidade na qual as condições singulares podem ser acolhidas, lidas e distanciadas daquilo que estaria – escapando dos eixos da história e da sociedade – fadado a ser definido como, “o representável”.

Esse sentido do biográfico é o mesmo que permite pensar uma cartografia. No dizer de Rodrigues (2002), cartografia – termo caro a Deleuze e Guattari – designa a tarefa de transformar o conteúdo da representação mediante a “apreensão de realidades pela via de um processo de constituição, montagem ou construção” (Rodrigues, 2002: 348).

Em termos de Lima Barreto, pode-se ainda pensar a biografia ao modo de uma luta ou de uma “militância”. Nessa via, admite-se uma maneira própria de fomentar correlações, disfunções, perambulações, criações, escansões, imaginações, provocações em uma rede que se tece imanente aos embates vividos, neles engendrando elementos que se deixam colher em uma intrépida escritura – uma potência singular de escrever-existir-escrever...

Mesmo considerando o fato de Lima Barreto se misturar em seus escritos ou, de atravessar seus personagens com as turbulências cotidianas “das gentes” de sua cidade, segundo a perspectiva desta tese, tais características, não se constituem em algum tipo de dificuldade; logo, não é avaliado negativamente no âmbito desta pesquisa. Ao fomentar o deslizamento entre vida e ficção pela escritura, o romancista permite que o biográfico possa ser acolhido em um sentido analítico próprio à perspectiva aqui adotada, qual seja, uma apropriação que visa a ultrapassar os possíveis rigores formais objetivos de uma escritura, bem como os limites intimizantes do contorno subjetivo.

Ao comentar a literatura americana, em particular a obra de Henri Melville, Gilles Deleuze aborda esses deslizamentos entre a criação e o vivido:

O sujeito perde sua textura em favor de um patchwork, de uma colcha de retalhos que prolifera ao infinito: o patchwork americano torna-se a lei da obra melvilliana, desprovida de centro, de avesso e de direito. É como se traços de expressão escapassem da forma, semelhantes às linhas abstratas de uma escrita desconhecida, semelhantes às rugas que se contraem desde a frente de Ahab até a da Baleia, semelhantes às correias móveis tomadas por “horíveis contorções” que passam através dos cabos fixos e sempre ameaçam arrastar um marinheiro ao mar, um sujeito à morte. (Deleuze, 1997: 89-90)

Também o historiador Jaques Revel (2000) ressalta a importância de desenvolver estudos sobre “a trajetória de um homem, de uma comunidade, de uma obra, a complexidade de relações, a multiplicidade dos espaços e dos tempos nos quais se inscreve” (idem:17), e as variações e diferenças que se processam em uma sociabilidade.

Nessa mesma direção, Giovanni Levi (1996) – um dos principais pensadores da micro-história – indica o nexos entre o biográfico e a pesquisa literária como aspecto de grande valia, constituindo o primeiro “um canal privilegiado através do qual os questionamentos e técnicas peculiares da literatura se transmitem à historiografia (idem:168).

Sem esmiuçar os detalhes de uma tipologia dos usos do biográfico – pesquisa criteriosamente realizada por Rodrigues (2002) –, cabe no entanto ressaltar aproximações possíveis entre algumas das posições adotadas por Levi e os exercícios do biográfico aqui privilegiados. Nesse sentido, o micro-historiador

italiano enfatiza as possibilidades que residem no estudo de trajetórias pessoais como mecanismos efetivos de esclarecimento do contexto, sempre que este “não é percebido em sua integridade e exaustividade estáticas, mas por suas margens” (Levi,1996: 176).

Assim concebido, o biográfico não só desfoca o que se põe aprioristicamente como apto a receber e reproduzir os vetores de força hegemônicos, como convida a uma desnaturalização dos objetos que se apresentam enquanto componentes de um panorama previamente alinhavado. A perspectiva da micro-história, ao se concentrar na “redução de escala” como eixo privilegiado na pesquisa de elementos dissonantes quanto à totalidade histórica, viabiliza ainda uma maior permeabilidade a inovações, apresentando aberturas que favorecem focalizar “movimentos”, “indecisões” e/ou “inconsistências”; o que contribui diretamente para o questionamento das análises integrativas da sociedade. Os procedimentos da micro-história capacitam-se, assim, “a apreender as mudanças, pois elas [sempre] operariam nos interstícios do normativo” (Levi, 1992: 154-155).

Ora, era exatamente isso que Lima Barreto realizava quando se situava fora dos bons costumes da sociabilidade dominante, da temporalidade capitalista nascente e da erudição que povoava as “belas letras” da capital. Somente dessa localização, é evidente, poderia ele escapar das dimensões modelizadoras que se pretendiam legitimadas por princípios inerentes à própria lógica da modernização-intelectualização.

Tais processos irremediavelmente traduziram-se no modo de funcionamento de sua escrita, fazendo-o ser, a princípio, conhecido por sua obra – como ele desejava no início de sua carreira de escritor –, mas ao mesmo tempo evitado por sua ousadia provocativa, em rodas não apenas eruditas. A resposta de Lima a um crítico literário² não deixa dúvidas:

Sem querer importuná-lo, peço licença para lembrar ao senhor, que não é um leitor vulgar e comum, que o meu *Isaias* tem mais alguma coisa além de *charges* a certas e determinadas pessoas. Estou imprimindo uma segunda edição, que lhe mandarei na ocasião própria

² Veiga Miranda entre outras atividades exerceu a crítica literária no Jornal do Comércio – edição de São Paulo –, tratando com alguma simpatia e grande dose de severidade os romances de Lima Barreto.

e espero que, relendo-o, encontrará o senhor nele intenção mais alta que a que geralmente me é atribuída com esse meu primeiro livro.

As charges foram o acessório, o meio que me pareceu bom para evitar que fosse o livro abafado pelo silêncio e pela hostilidade dos pequenos mandarins das letras, digo pequenos, pois dos grandes ninguém deve temer. Se as fiz, não só porque é do meu temperamento fazê-las, como também sabia que com elas atraía leitores e opiniões independentes, sem a humilhação de estar a pedir que dissessem os jornais qualquer coisa do meu livro. (Co II, 1956: 20-21)

Lançar mão de recursos estilísticos variados era uma das faces em que sua força expressiva o lançava, ao mesmo tempo que era capaz de colocá-lo frente a combates constrangedores, produzindo sentidos que se teciam entre incertezas, medos e culminando em muitas rupturas. Esse posicionamento levou-o muitas vezes a ser preterido na hora do justo reconhecimento pelas rodas literárias, como por exemplo, na ocasião de sua candidatura à Academia Brasileira de Letras – situação que nunca deixaria de denunciar:

Portanto, creio que a minha candidatura é perfeitamente legítima, não tem nada de indecente. Mas... chegam certos sujeitos absolutamente desleais, que não confiam nos seus próprios méritos, que tem títulos literários equívocos e vão para os jornais e abrem uma subscrição em favor de suas pretensões acadêmicas.

Que eles sejam candidatos, é muito justo; mas que eles procurem desmerecer os seus concorrentes, é coisa contra a qual eu protesto.

Se não disponho do *Correio da Manhã* ou do *O Jornal*, para me estamparem o nome e o retrato, sou alguma coisa nas letras brasileiras e ocultarem o meu nome ou o desmerecerem é **uma injustiça** contra a qual eu me levanto com todas as armas ao meu alcance.

Eu sou escritor e, seja grande ou pequeno, tenho o direito a pleitear as recompensas que o Brasil dá aos que se distinguem na sua literatura.

Apesar de não ser menino, não estou disposto a sofrer injúrias nem a me deixar aniquilar pelas gritarias de jornais.

Eu não temo abaixo-assinados em matéria de letras. (Mg, 1956:44)
(grifos meus)

Essas rugas e insatisfações nunca seriam deixadas em brancas nuvens pelo romancista, tampouco passariam despercebidas quer por seus adversários, quer pelos críticos ou admiradores. Essa feição da vida do escritor viria a receber destaque em diversos tipos de registros, como por exemplo nas notações de seu principal biógrafo – Francisco de Assis Barbosa:

Apesar de todo o seu desregramento, o romancista não ficava ausente da vida intelectual. Em junho de 1914, vemo-lo participando do movimento que resultou na fundação da Sociedade dos Homens de Letras. Chegou mesmo a redigir um projeto de estatutos, mas na hora da escolha da diretoria ficaria do lado de fora. Durante a assembléia, bem que se batera pela criação do cargo de bibliotecário, na esperança talvez de vir a ser contemplado pelos seus companheiros de letras, mas em vão. Seria mais uma vez esquecido. (Barbosa, 2002:237)

As discordâncias do romancista em relação à ordem citadina dominante e às determinações literárias não arrefeciam suas pretensões nem o impossibilitavam de fazer valer sua condição. Contudo, as interpretações de escritor acuado e de homem fracassado repercutem até hoje em biografias e outros escritos que o tenham como tema, geralmente forjados em tom de irrefutável diagnose personológica.

Em que pese o aspecto factual de alguns episódios, eis o que se coloca em discussão: será que o recorte adotado não reduziria demais o modo de retratar o escritor? Ainda outra questão pode ser apresentada: Lima Barreto teria de si mesmo essa visão tornada dominante?

Deliberadamente ele se posicionava em relação às artimanhas sociais de forma bastante contundente. Em muitas situações prevaleceu, em maior ou menor grau, o seu desalinhamento aos oportunismos de toda a espécie, ao “*smartismo*” de figurões e “parlapatões” e à paisagem “luxuriante” da Cidade do Rio de Janeiro. O desalinhamento assumido chegava inclusive, e literalmente, ao seu “esbodegado vestuário” – um traço que ele dizia fazer parte da sua “elegância” e de sua “pose”:

Nunca foi da minha vocação ser cronista elegante; entretanto, às vezes, me dá na telha olhar os vestidos e atavios das senhoras e moças, quando venho à avenida. Isto acontece principalmente nos dias em que estou sujo e barbado.

A razão é simples. É que sinto uma grande volúpia em comparar os requintes de aperfeiçoamentos na indumentária, ... com o meu absoluto relaxamento.

(...) Há dias, saindo do meu subúrbio, vim à avenida e à Rua do Ouvidor e pus-me a olhar os trajes das damas.

Olhei, notei e conclui: estamos em pleno carnaval.”

Uma dama passava com um casaco preto, muito preto, e mangas vermelhas; outra, tinha uma espécie de capote que parecia asas de morcego; ainda outra vestia uma saia patriótica verde e amarelo; enfim, era um dia verdadeiramente dedicado a Momo. (Mg, 1956: 89)

Em outras ocasiões, Lima Barreto se dedicava a observar e ironizar as normas dos órgãos públicos, suas pompas bizantinas e as ordens das camadas dirigentes, estranhando o peso da afronta que se impunha sob o manto dos desígnios republicanos. Do mesmo modo, inquietava-se frente à aceitação “bovina” dos comandados que, devido à cega obediência, faziam parecer naturais as regras ditadas pelas “desinteligências” – emanações oriundas das incontestáveis hierarquias:

Há dias, por motivos de minha profissão, fui obrigado a entrar na Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Vestia-me mal, é fato; mas entrava certo de que era cidadão brasileiro, homem de algum cultivo, cumpridor dos meus deveres, e, sobretudo, protegido da crença que, tendo freqüentado uma dessas nossas escolas superiores, mereceria dos contínuos de lá o tratamento que se dá ao comum dos mortais. Enganei-me. Dirigi-me ao contínuo, no primeiro pavimento, que, com a habitual *morgue* dos altos e baixos funcionários, aconselhou-me que subisse. Até aí pisava no Brasil, agora, parecia-me, passava a fronteira. Dous contínuos, enfiados em amplas sobrecasacas pretas com botões dourados, ocupavam-se pachorrentamente em cortar jornais, pregando os retalhos num livro em branco. Original ocupação dos contínuos da Secretaria do Exterior!

Medroso do meu ato, ousei interromper-lhes a tarefa:

– Precisava isso assim, assim; os senhores podem etc.

Os dous respeitáveis funcionários olharam-me de alto abaixo e, entre complacente e desdenhoso, um deles disse-me:

– Entra. (DI, 1956: 109)

Exibir uma presença dissonante frente à garbosa ordem burguesa republicana exigia do romancista um grau maior de dedicação. A organização que se definia de cima para baixo e que desterritorializava a antiga organização política, econômica e social, repercutia diretamente em sua vida. O que era considerado como organização era vivido como o reverso pelas classes populares, aguçando em Lima Barreto a produção de uma outra normativa, de uma recusa ao alinhamento, tanto na literatura quanto na vida. Assim, ele reterritorializava o desalinhamento geral que a nova ordem impunha arbitrariamente à cidade. E isso não apenas na indumentária; também no seu andarilhar trôpego, inebriado, realizando assim uma contra-efetuação do “melhor caminho”, isto é, dos signos da

hipocrisia e do oportunismo, cujos ditames decidiam quem valia, ou não valia, na sociabilidade burguesa-republicana-carioca.

A propósito, vale conferir o que pensava o romancista quando lançou da primeira vez seu nome à vaga na Academia Brasileira de Letras. Tais reflexões são encontradas em uma carta à Monteiro Lobato, na qual ele revela, neste ato, mais uma pilhéria do que uma crença em tão respeitável instituição:

Nunca fui sinceramente candidato. A primeira vez que o fui, não sinceramente – é bem de ver – foi quando o Héli³ se apresentou. Só para lhe fazer mal, porque eu o atrapalhava e me vingava das desfeitas que me fizera, tendo me tratado antes, a modos de pessoa poderosa. (...) Sei bem que não dou para a academia e a reputação da minha vida urbana não se coaduna com a sua respeitabilidade. De *motu próprio*, até, eu deixei de freqüentar casas de mais ou menos cerimônia – como é que podia pretender a academia? Decerto, não. (Co II, 1956: 69)

Embora admitindo possíveis aproximações com a perspectiva da micro-história, as problematizações aqui destacadas quanto ao atento, engajado e poliverso cotidiano de Lima Barreto afirmam-se, contudo, em um panorama conceitual muito específico. Para fins deste estudo, o uso do biográfico orienta-se ao modo de uma micropolítica em relação às forças sociais do período. Em um perspectivismo em que se cruzam *história do presente* e *ontologia da diferença*, o que ganha realce na análise das forças em que se tece uma escrita é a profusão de matizes que menos definem o romancista do que o fazem se expandir por sentidos inaugurais – o que emerge da vitalidade forjada dos elementos diferenciais que a experiência literária em tela atualiza. Dando curso ao movimento das “virtualidades” que jorram de sua obra, vislumbram-se outras “afecções” pela literatura e pela cidade, extraindo-se zonas intensivas que se realizam nas expressividades barretianas, o que permite construir uma cartografia singular do romancista.

Pensar a experiência literária ancorada na formulação foucaultiana constitui uma tarefa imprescindível, principalmente quando a clareza da argumentação oferecida por Rodrigues (2002) dirime possíveis equívocos

³ Antigo desafeto de Lima Barreto, Héli³ Lobo era nessa época Secretário da Presidência da República.

teóricos, além de colaborar ativamente com a desenvoltura das temáticas que emergem do estudo em curso.

Assim, ao discorrer sobre os processos em que as práticas se apoderam de um corpo imprimido-lhe uma direção, a pesquisadora acirra o debate e enuncia um modo da experiência enquanto relações de forças institucionais. Afirmar tal entendimento, corresponde à proeminência das práticas sociais e políticas, requerendo, para esta analítica, a assunção de uma metodologia transversal, feição própria da *genealogia*.

Em momento anterior, focalizamos justamente a decisão foucaultiana de, contrariando a descrição fenomenológica da experiência (incondicionada), produzir uma história da experiência (da loucura, do crime, da sexualidade, etc.) Este é um dos caminhos percorridos por Foucault, pois há outros. Estes integram a experiência à reflexão historiográfica na qualidade de inquietação que é ponto de partida para um trabalho teórico, ético e político. Manter a experiência em nível pessoal, sem desdobrar suas conseqüências, é que seria limitar-se, qual Sartre, ao plano do subjetivo constituinte, atenuando virtuais poderes de perturbação. (idem: 397)

Ao investigar os enfrentamentos que saltam da obra de Lima Barreto, é possível encontrar então as mazelas sociais que o fazem reagir belicosamente. Contudo, não são exatamente as promessas sociais importadas e mal realizadas – como geralmente são apresentados os motivos de seus dissabores – que lhe provocam algum tipo de reação. O que intensifica o descontentamento do escritor são as decisões científicistas que se impõe ao corpo da população e os arbítrios econômicos que desagregam a sociabilidade popular. Em outras palavras, o que indignava Lima Barreto era saber quais corpos seriam tornados objetos dos novos desígnios civilizadores (discursos/práticas), aliás, os mesmos em que se fariam cumprir as novas estratégias de poder (práticas/discursos). Dentre outras exuberâncias da modernização, o jogo de apadrinhamentos em que se distribuíam as benesses republicanas era uma das novidades que mais o incomodavam. Tais manobras, que nem sempre se deixavam divisar com nitidez, faziam-se acompanhar de certos “direitos”: para uns. Para outros – vacinação da população e “limpeza” das ruas –, eram cumpridos com exagerada clareza, isto é, pela violência da polícia. Esse mosaico de turbulências urbanas, que sobressaem no

corpo temático da obra barretiana, repercutem no tom de suas análises, de modo que: a ironia, a paródia e o pastiche se alternavam no descrédito às novas normas.

Em termos deleuze-guattarianos, os agenciamentos que lhe forjaram ferramentas contundentes de análise desprendiam-se das zonas de vizinhança de uma mesma “máquina abstrata” republicana-cientificista, confirmando-lhe as suspeitas em relação às prioridades governamentais e administrativas, além de acirrar-lhe a descrença frente aos componentes sociais, culturais, informativos, educativos, sanitários, etc. dirigidos ao povo em nome do bem comum.

Além das arbitrariedades, avolumavam-se outras evidências “nababescas” da “edilidade”, sendo freqüente a emergência de negociatas e ganhos fáceis, bem como intensifica-se a presença dos agregados e “protegidos” das artes, das ciências, do clero, etc. O leque dos desapontamentos do escritor aumentam e, a um só tempo, estes reconectam-se a outras “máquinas” – estéticas, técnicas e políticas – por onde passam fluxos – de literatura, imprensa, cidade, boemia –, sempre diferindo dos garbosos estilos, das novas lógicas e dos interesses imediatos. Forja-se assim uma linha de fuga: a obra-vida militante de Lima Barreto.

O panorama aqui descrito se apresenta no mínimo distante da coloração definida e asfixiante de uma identidade ressentida, depressiva e isolada. Ao contrário, incita a captar o que Lima Barreto vai-se “tornando”, não como consequência de uma mudança perceptivo-intimista, mas por efeito das forças sociais – relações estratégicas, nas quais **Lima Barreto se afirma por entre manobras subjetivantes nas ruas do Rio de Janeiro.**

Nessa linha, pode-se conceber a cidade como um intercessor na biografia barretiana: a violenta transformação urbana, a profusão de interesses comerciais, o recrudescimento do antagonismo de diferentes setores (militares, monarquistas, grandes proprietários), a mutação geral na administração, as variadas modalidades de inclusão disciplinar dirigidas à população, forças que se aglutinavam em um conjunto de práticas que, ligeiro, se alastrava por mecanismos da oficialidade republicana, exibindo uma clara conexão do pensamento liberal ora com as lógicas positivo-cientificistas ora com os métodos pedagógicos-repressivos.

Mesmo considerando a cidade como apta a oferecer novas referências ao homem médio, o escritor se punha radicalmente contrário ao conjunto de

ordenações que ela criava. Assim, Lima Barreto construía intercessores em cada forma arbitrária implementada pela grande “máquina burocrático-republicana”. Fabricava seus intercessores das sensações que saltavam do dismantelamento dos territórios de existência das classes populares, da agressão à natureza, da destruição das ruas e prédios pelas obras de remodelação, do descaso das autoridades republicanas com os monumentos imperiais e outros aspectos da memória social que se queriam invisibilizar; em suma, de todos os desacordos que exigiam uma expressão literária militante. Uma compreensão dessas injunções desejanter está presente em uma esclarecedora proposição deleuzeana acerca dos intercessores. O filósofo realça em seu texto que um povo se constitui no ‘flagrante delito de fabular’, e de certa maneira, a obra barretiana conta de um “povo que falta”, ou seja, de um “discurso de minoria, que se faz com intercessores” (Deleuze, 1992: 156-157).

Esta problematização apresentada por Deleuze pavimenta um dos caminhos assumidos por esta pesquisa, permitindo assim esclarecer que somente a partir da noção de “intercessores” se pode compreender o agenciamento barretiano cidade-literatura. Tal visibilidade emerge tanto no que toca aos elementos expansivos que a circulação libera – incluindo a boemia e as caminhadas pela cidade –, quanto no que toca às normatividades sociais que se impunham a população e que também constrangiam o cotidiano do romancista. Estas últimas, principalmente, geram efeitos que repercutem em incompatibilidades, consternações e intensa indignação, favorecendo o aparecimento de uma escritura em que jorra rebeldia, ironia e muito humor. Não há dúvida, vale também dizer, que outras forças igualmente se apoderavam da vida de Lima Barreto, provocando intransigências, vulnerabilidades, rancores, momentos ressentidos e desesperanças – afetos que se misturam à gama de elementos heterogêneos que compõem o modo da experiência do escritor. Fica evidente, assim, que para haver escritura é preciso ocorrer o afrontamento das verdades dadas; entre elas, a verdade da modernização, a verdade dos interesses dominantes, a nova verdade da cidade:

Ontem, inaugurou-se a avenida. Stá bonita; cheia de canteirinhos, candelabros, etc.; mas os edificios são hediondos, não que sejam feios. Ao contrário, são garridos, pintadinhos, catitas; mas lhes falta, para uma rua característica de nossa pátria, a majestade, a grandeza, acordo com o local, com a nossa paisagem solene e mística. Calculas tu que na cidade do granito, na cidade dos imensos monólitos do Corcovado, Pão de Açúcar, Pico do Andaraí, não há na tal avenida-montra, um edificio construído com esse material. Choveu a mais não poder, assim mesmo ela esteve cheia, de tropa e de povo. (Co I, 1956: 134)⁴

Falar da criação de uma obra, portanto, é falar de um caminho que se tece por entre impossibilidades, por alguma forma de sede, por asfixia, para que seja então possível novamente respirar, caminhar, viver; pois “sem um conjunto de impossibilidades não se terá essa linha de fuga, essa saída que constitui a criação, essa potência do falso que constitui a verdade” (Deleuze, 1992:167). Lima Barreto falseava a verdade “do que seria melhor para a cidade e sua gente”, forjando nesse domínio uma outra potência expressiva – protestos, delírios e livros:

O afecto percorre esses extremos. Por isso as artes marciais não invocam um *código*, como uma questão de Estado, mas *caminhos*, que são outras tantas vias do afecto; nesses caminhos, aprende-se a desservir-se das armas tanto quanto servir-se delas, como se a potência e a cultura do afecto fossem o verdadeiro objetivo do agenciamento, a arma sendo apenas meio provisório. Aprender a desfazer, e a desfazer-se, é próprio da máquina de guerra: o “não-fazer” do guerreiro, desfazer do sujeito. Um movimento de descodificação atravessa a máquina de guerra, ao passo que a sobrecodificação solda a ferramenta a uma organização do trabalho e do Estado. (Deleuze, 1997: 79-80)

Outros tons podem então vir à tona, principalmente quando se faz a análise de qual realidade falava mais alto em seus textos, quais forças cruzavam-se na cidade, incluindo aí a diferença que o país também passava a refletir, ou seja, a questão a se pensar diz respeito à quais urgências e por quais estratégias se realiza a sua produção literária. A julgar pelo panorama traçado em sua obra, ela contemplava também os tempos vindouros e, pelo que se apresenta contemporaneamente, o futuro ainda não leu Lima Barreto:

⁴ Mário Galvão conheceu Lima Barreto no Colégio Paula Freitas. Sendo também nomeado amanuense na Secretaria da Guerra, manteve durante muito tempo a amizade com o romancista.

A vida de cada um de nós, que é feita e guiada mais pelos outros do que por nós mesmos, mais pelos acontecimentos fortuitos do que por qualquer plano traçado de antemão, arrasta-nos, às vezes, nos seus pontapés e repelões, até onde nunca julgaríamos chegar.

Jamais imaginei, em dia algum da minha vida, ter de ir parar naquele casarão do Campo de Sant'Ana e testemunhar as sábias e pressurosas medidas que os presidentes da República e os seus ministros da Guerra põem em prática para a eficaz defesa armada do Brasil. (...)

(...) A grosseria dos processos, a “embromação” mútua, a hipocrisia e a bajulação, a dependência canina, é o que pede a nossa época para dar felicidade ao jeito burguês.

É a época dos registros e dos tabeliões, mas é o tempo das maiores falsificações; é a época dos códigos, sendo também o tempo das mais vastas ladroerias; é a época das polícias aperfeiçoadas, apesar de que é o tempo dos crimes monstruosos e impunes; é o tempo dos fiadores endossantes, etc., verificando-se nele os maiores “calotes”; é a época dos diplomas e das cartas, entretanto, sobretudo, entre nós – é o tempo da mediocridade triunfante, da ignorância arrogante, escondida atrás de diplomas de saber, etc., etc. (...)

Não quiseram assim, revoltei-me; e desde essa revolta, que sei que os meus desastres são devidos muito a mim e um pouco aos outros. Daí para cá, todo o meu esforço tem sido livrar-me de tal lugar, que é para a minha consciência um foco de apreensões, transformando-se ele em um inquisitorial aparelho de torturas espirituais que me impedem de pensar tão-somente no esplendor do mistério e rir-me à vontade desses bonecos sarapintados de títulos e distinções que, não sem pena, me fazem gargalhar interiormente para mais perfeitamente gozar a bronca estultícia deles. (Bg,1956:177-178-179)

Em um texto que evoca as conexões entre escrever e viver, Gilles Deleuze apresenta instigante argumentação, que não apenas inspira os propósitos deste estudo, como reanima o prosseguimento da investida:

Não se escreve com as próprias neuroses. A neurose, a psicose não são passagens de vida, mas estados em que se cai quando o processo é interrompido, impedido, colmatado. A doença não é processo, mas parada do processo, como no “caso Nietzsche”. Por isso o escritor, enquanto tal, não é doente, mas antes médico, médico de si próprio e do mundo. O mundo é o conjunto dos sintomas cuja doença se confunde com o homem. A literatura aparece, então, como um empreendimento de saúde: não que o escritor tenha forçosamente uma saúde de ferro (...), mas ele goza de uma frágil saúde irresistível, que provém do fato de ter visto e ouvido coisas demasiado grandes para ele, fortes demais, irrespiráveis, cuja passagem o esgota, dando-lhe contudo devires que uma gorda saúde dominante tornaria impossíveis. Do que viu e ouviu, o escritor regressa com os olhos vermelhos, com os tímpanos perfurados. Qual saúde bastaria para libertar a vida em toda parte onde esteja aprisionada pelo homem e no homem, pelos organismos e gêneros e no interior deles? (Deleuze, 1997:13-14)

A assertiva apresentada em tão bela e firme construção permite que se desafie a idéia de que Lima Barreto escrevia do lugar da própria dor, movido por uma verve “resistente-transformadora” em relação aos problemas sociais ou por “reativa contrariedade” com os infortúnios familiares e pessoais – em uma palavra: ressentido. A questão racial freqüentemente se soma à lista de impedimentos emocionais, bem como a insatisfação e o sentimento de inadequação aos lugares hierarquizados na sociedade e na “sociedade das letras” – em relação às quais ele mesmo, dissimuladamente, se incluíria nos patamares inferiores. Chega-se mesmo à sugestão, por vezes, de que para o caso de Lima Barreto, um especialista seria bem recomendado! É importante que se registrem algumas passagens com esse tipo de enredo:

Foi isso exatamente o que Ouro Preto não soube dar a Lima Barreto. O **rapaz pedia ternura e compreensão**, enquanto o padrinho lhe estendia uma cédula de 10 mil-réis. **Ressentido**, o afilhado passou a evitar a presença antipática, que só lhe fazia avivar a **situação humilhante de protegido**. (Barbosa,2000: 120) (grifos meus)

A verdade é que **preconceito de cor** sempre existiu e ainda existe no Brasil, em maior ou **menor escala**. O que acontece é que há os que vencem e se acomodam, como há também os que se deixam marcar com cicatrizes mais profundas, quando não sucumbem às restrições e reservas que se lhes impõem. Questão de temperamento. O caso de Lima Barreto é típico, e bem merece um estudo mais profundo, o que **somente um especialista** poderia fazer. (idem,112) (grifos meus)

Diante de um diagnóstico cuja fidedignidade pretende corresponder à envergadura da realidade dos fatos, o que merece ser interrogado é: para que ele serve? Qual a função que vem a cumprir na delimitação de um escritor combativo? Será uma exigência quanto à verdade do biografado, ou um tudo saber, tudo explicar, do biógrafo? O que aqui se discute não é uma questão de justa ou injusta correspondência entre a vida “vivida” e a vida “grafada”. O que se problematiza são as conseqüências de se optar por esta ou aquela correspondência entre vida e verdade. Sobretudo, no que diz respeito a organização de um conjunto de fatos que ratificam renitentemente a interpretação já difundida. A propósito, se poderia indagar: qual o critério que serviu para definir o conjunto dos fatos? Ou mesmo interrogar: quais as instituições que são colocados em jogo quando se escreve a biografia de um certo desalinhado?

Muitas outras perguntas poderiam ser acrescentadas, mas o que parece importar à lógica normativa são os mecanismos em função dos quais se privilegia a ótica do conflito intimista e a correspondente reatividade familiar-intimista, quando outras perturbações ainda não cessaram de acionar suas mais graves violências no tecido da sociedade. Precisaria Lima Barreto de um psicólogo? Mesmo conhecendo sua passagem pelo casarão da Praia das Saudades, não se fica convencido de que os especialistas que lá se encontravam poderiam realmente saber o que “assombrava” Lima Barreto. O que pensava ele de um padrinho⁵ socialmente distante e afetivamente indiferente? Em tempo, o que vem a ser “preconceito de cor em menor escala”? De que lugar se pode traçar uma tal medida? Intermináveis “interrogações barretianas”...

Em um trabalho voltado ao entendimento da “constituição da cidadania e sua representação pelo literário”, Beatriz Resende (1983), ainda no primeiro capítulo, dedica-se a conferir visibilidade ao que denomina “uma postura crítica” na escrita das crônicas de Lima Barreto. Nesse sentido, compara o texto de Lima enquanto paciente psiquiátrico com uma produção memorialística de outro grande insubordinado. Bom..., é melhor que se reproduza o texto:

A 18 de Abril de 1911, ainda ouvindo os gritos dos companheiros já mortos e revendo incessantemente a retirada dos cadáveres, João Cândido é levado para o Hospital dos Alienados. Atirado como louco indigente no casarão da Praia Vermelha, o marinheiro logo em seguida pede aos médicos duas folhas de papel para escrever uma espécie de *memórias*. Atitude semelhante terá **Lima Barreto** quando, recluso no hospício, **usará a escrita como forma de garantir seu equilíbrio**. (idem:45) (grifos meus)

Nesta construção, mais uma vez o desequilíbrio de Lima Barreto é relacionado a uma idiossincrasia, uma propriedade daquele corpo. Além disso, a escrita no hospício aparece referida como uma espécie de “passiflorine” das almas aguerridas, intranquias e angustiadas. Será que as intensidades do percurso de internado do romancista podem ser identificadas por esse tipo de significação? Lima Barreto teria outras coisas a dizer sobre esse período de sua vida?

⁵ A participação do padrinho nos episódios familiares de Lima Barreto foram destacados no primeiro capítulo. Maior detalhamento, ver: Barbosa, F. A. 2002.

Em janeiro de 1920, o romancista encontrava-se pela segunda vez internado no Hospício Nacional de Alienados. Na oportunidade, concedeu a *A Folha* uma entrevista em que apresentava seus projetos, motivados por aquela experiência. Assim transcorre a entrevista:

- Então, Lima, que é isso?
- É verdade. Meteram-me aqui para descansar um pouco. E eu aqui estou satisfeito, pronto a voltar ao mundo.
- Boa, então, esta vidinha?
- Boa, propriamente, não direi; mas, afinal, a maior, senão a única ventura, consiste na liberdade... (...) Para mim, porém tem sido útil a estadia nos domínios do Senhor Juliano Moreira. Tenho coligido observações interessantíssimas para escrever um livro sobre a vida interna do hospital de loucos. Leia *O Cemitério dos Vivos*. Nessas páginas contarei com fartura de pormenores, as cenas mais jocosas e as mais dolorosas que se passam dentro destas paredes inexpugnáveis. Tenho visto cousas interessantíssimas. (...)
- Mas não te reconheceu ninguém?
- Até então, não. Nem eu fiz por isso. Queria, ao contrário, passar despercebido, para observar melhor e mesmo para verificar, por experiência própria, a maneira como eram tratados os loucos desprotegidos e sem dinheiro – que no Hospício também predomina o “pistolão”, é preciso que se note. Logo que me soltaram, entretanto, deram-me uma vassoura e mandaram-me varrer o “pavilhão de observação” e depois o parque. (...)
- E quando pensas lançar *O Cemitério dos Vivos*?
- Não sei. Agora só falta escrever, meter em forma as observações reunidas. Esse trabalho pretendo encetar logo que saia daqui, porque aqui não tenho as comodidades que são de desejar para a feitura de uma obra dessa natureza.
- E Lima Barreto, sorrindo, arrancou do bolso um pedaço de papel:
- Estás vendo? São uns tipos que acabo de jogar. (CV, 1956: 258-259)

Pelo que se extrai desse diálogo, a escrita não aparece junto à desarmonia passageira dos primeiros dias de internação. Ao contrário, ela é correlata da atividade de observação, da análise das práticas instituídas, da denúncia das condições de tratamento aos “desprotegidos” e aos “protegidos”. Em suma, o escritor não poderia ter “garantido” seu “equilíbrio” quando já estava em pleno uso da capacidade de interpelar a realidade onde quer que estivesse; logo, a escrita militante é aliada dessa saúde.

Neste momento algumas indagações se tornam necessárias: o que leva respeitáveis trabalhos a reconhecer o valor do escritor, mas, ao mesmo tempo, a acentuar as disposições patologizantes como característica de sua vida, e, por

extensão, de sua escrita? O que acontece com as boas análises sobre Lima Barreto quando, mesmo considerando a multiplicidade que sua obra encerra, atribuem ao romancista a inteira “responsabilidade” por seus desapontamentos? Ainda quando afirmam que a potência da escrita é liberar sentidos, curiosamente muitos especialistas aprisionam os devires barretianos, forçando a que se coloque a seguinte questão: para onde converge a noção de amplitude presente na criação quando se opta por um tipo de análise preponderantemente intimistas acerca de Lima Barreto?

Essas interrogações visam apenas a dar realce aos atravessamentos – políticos, econômicos, literários, epistemológicos, étnicos – isto é, a todas as forças visíveis e não visíveis que se imiscuem nas análises que capturam uma vida em um tipo de unidade ou em caracterizações identitárias de uma tipologia psicológico-social-literária. Partindo dessa premissa, arrisca-se a mais uma interrogação: que outras temáticas poderiam interessar aos possíveis leitores de biografia?

Como sugestão, pode-se elencar algumas nuances que o funcionamento do biográfico poderia acolher, ou ainda, destacar questões diferenciadas e igualmente passíveis de iluminação, a saber: como a experiência da escritura em Lima Barreto faz da cidade, na aurora republicana, um acontecimento que ainda não está dado? De que maneira a recepção de uma obra de instigantes feições suscita uma verdade aprisionante acerca do seu criador? A escrita barretiana é potente em sugerir surpresas e inaugurações sobre a cena da *Belle Époque* Tropical? É possível construir com rigor uma história das investidas barretianas na cidade, a partir de inventivas “caminhadas” literárias? Ou ainda, que provocações às práticas de normalização Lima Barreto faz transitar da literatura à vida e vice-versa? No rastro das questões anteriores engendra-se uma crucial pergunta: como podem os discursos aqui interrogados e problematizados se constituírem em temáticas privilegiadas nos estudos das tecnologias políticas da subjetivação?

Essas são questões interessadas nas virtualidades barretianas, isto é, ao traçar um plano de consistência para a obra, pretende-se captar os elementos pertencentes a uma zona de vizinhança em que outras ocorrências podem ser liberadas – produção somente possível quando se toma o caminho da análise política das práticas; neste estudo, as práticas literárias. Assim procedendo,

pretende-se, no mesmo movimento, recolher as linhas de impasse que paralisam o texto, bem como os movimentos de reterritorialização das máquinas abstratas – incluindo as literárias –, que atualizam um tipo de existência identitária para o seu criador.

Nesse momento, faz-se indispensável reforçar essa possibilidade analítica que se localiza fora dos âmbitos da representação e das totalizações, além de evidenciar as verdades que absolutizam um certo tipo de feição unificadora da subjetividade. Deleuze novamente aparece como o grande provocador das certezas confortadoras ao problematizar as modelizações subjetivas, pois:

... não é em absoluto quando nos tomamos por um eu, por uma pessoa ou um sujeito que falamos em nosso nome. Ao contrário, um indivíduo adquire um verdadeiro nome próprio ao cabo do mais severo exercício de despersonalização, quando se abre às multiplicidades que o atravessam de ponta a ponta, às intensidades que o percorrem(...). Tornamo-nos um conjunto de singularidades soltas, de nomes, sobrenomes, unhas, animais, pequenos acontecimentos: o contrário de uma vedete. (Deleuze, 1992: 15)

Nessa via, as “emanações” de negativismo e de “refratária” renitência que se verificam em algumas passagens barretianas podem muito bem corresponder a um efeito gerado no enfrentamento com endurecidas forças sociais. Essas reterritorializações, geralmente confundidas com a “natureza” barretiana sugerem, às “ordens literárias” enfeixamentos normativos e moralizantes, além de capturas que se atualizam e proliferam em cuidadosas biografias – cuidadosas demais para com a “verdade dos fatos”.

A perturbação que a obra de Lima Barreto provocava no panorama racionalizado da metrópole que então nascia dificilmente lhe renderia o mesmo espaço conferido às rodas de “apaniguados”, com suas obras edulcoradas nos subterfúgios do bom tom “estiloso” dos simpatizantes. A obra barretiana é, a um só tempo, rigor de análise e afirmação política. A julgar pela atualidade de sua produção e pelo encantamento dos leitores por gerações a fio, pode-se concluir que é um empreendimento – no sentido “deleuze-barretiano” – de “saúde-militante”. Fica evidente que Lima Barreto escrevia contagiado de povo, de vida, de um cotidiano mais justo, da expansão das idéias, das oportunidades e das

formas possíveis da dignidade e da solidariedade humanas e não em nome do povo, do sofrimento psíquico, dos vencidos, da dor racial...

Ao operar uma análise transversal dos problemas sociais e citadinos, o romancista amalhava, todavia, uma recepção que retroativamente tanto alimentava seu combate quanto minava seus propósitos maiores de tornar-se escritor reconhecido no meio literário – o que em sua época, nunca é demais repetir, era o critério avaliativo de maior significação, logo, muito diferente dos padrões atuais da boa literatura, qual seja: a que vende. Lançado ao “mar” dos indesejáveis – destino comum em tempos de expatriação –, dizia que a pior ofensa era a “indiferença” à sua criação; isso o feria de morte. Por conta dessas confrontações com o poder, recrudesciam antigas insatisfações e, possivelmente, misturavam-se novos desacordos, a ponto de se confundir efeito com causa. A recepção literária acabou ratificando tal confusão em sínteses subjetivantes que, quanto mais técnicas, mais intimidantes resultam.

Ao trabalhar com os pressupostos que inspiram a Análise Institucional, Rodrigues (2002) tece com rigor as noções de transversalidade e transdisciplinaridade, esclarecendo os sentidos que esses conceitos assumem no pensamento institucionalista. Abraçar tal perspectiva requer a construção de ferramentas inaugurais, o que implica produzir objetos originais e, “como parte do mesmo procedimento, efetuar a crítica histórica daqueles até então reconhecidos como naturalmente dados, mesmo quando resultantes de um somatório de saberes ou de pactos interdiscursivos entre saberes” (Rodrigues, 2002: 30). A assunção desse caminho é uma tarefa em que coincidem preocupações éticas e políticas na prática de pesquisa: isso é o mesmo que dizer que alguns territórios se verão desmanchados, concomitantemente à emergência de singulares registros em composição com a temática estudada. Impossível mesmo é evitar que o conjunto dessas desnaturalizações traga algum rumor às significações estabelecidas. No caso deste estudo, tanto em relação aos argumentos correspondentes a um certo recorte literário, quanto às interpretações psicologizantes em que tal recorte parece se assentar. Ou seja, o que se pretende também discutir é em que medida certas delimitações biográficas se tornam dominantes, exatamente como resultado de um funcionamento discursivo que recebe de um determinado modo a obra barretiana – funcionamento este em que a estetização-moralização incide e dá

mostras de sua validade sobre todo o repertório da vida de um autor, principalmente quando o texto inventariado corresponde a um crônico desalinhado.

Diferentemente, as proposições da presente tese visam a captar as oscilações, os desafios, algumas inquietações, certas realizações; em outras palavras, parcialidades em uma cartografia singular, a se construir por entre intervenções nas forças sociais da *Belle Époque* Tropical. Este modo de análise da obra barretiana passa a considerar, da multiplicidade da cena urbana, não o vivido de Lima Barreto, mas os elementos de passagem de um domínio ao outro, isto é, as afecções que saltam da cena cidadina, em uma expressão tornada possível pela literatura:

Eu não me canso nunca de protestar.

Minha vida há de ser um protesto eterno contra todas as injustiças.

Li agora, nos jornais que o senhor Venceslau Brás, que dizem ser presidente da República, consentiu que padres católicos embarcassem nos navios de guerra nossos, que vão ficar a serviço da Inglaterra. Protesto!

Eu creio (**vejam que gosto** sempre de falar na primeira pessoa) eu creio que o Senhor Venceslau Brás deve saber a constituição...(..)

(...) Onde foi, portanto, Vossa Excelência que é assessorado pela grande inteligência do Hélio Lôbo, vulgo secretário da presidência, buscar autoridade para consentir que, nos navios de guerra do Brasil, embarquem padres?

Se Vossa Excelência julga que isso é uma simples assistência espiritual, tomo a liberdade de dizer a Vossa Excelência que lá tenho um parente que é simplesmente espiritista, e como tal tem direito a essa assistência, só sendo ela regularmente feita por um médium vidente da minha amizade.

Outro amigo meu, descendente de uma família hanoveriana, é luterano; eu peço que vossa excelência consinta no embarque de um padre luterano. Deixa Vossa Excelência embarcá-lo?

Um oficial da Marinha, das minhas relações de colégio, é positivista *entagé*. Deixa Vossa Excelência embarcar um sacerdote positivista?

Eu, Senhor doutor Venceslau Brás, **sou budista**, e, quando embarcar, quero um bonzo ao meu lado, mesmo que seja o Pelino Guedes. O que esses padres querem é solidificar a burguesia, à custa de fingir caridade e piedade.

Mas eu fico aqui sempre com os meus protestos. (VU, 1956:140-141) (grifos meus)

Apropriar-se do estudo do biográfico em revezamento com a produção literária barretiana consiste em uma tentativa de captar conjunções, disjunções,

oposições e demais confrontos entre forças de diferentes calibres em ação no campo social, embates estes que tornam possível a criação. Sabe-se que esta não se restringe ao campo das artes e que todo ato criador resvala domínios adjacentes, provocando interferências em territórios a princípio rigidamente segmentados. Infere-se dessa premissa que os movimentos de criação são recolhidos entre ressonâncias, interferências e capturas, considerando que os componentes de uma região inevitavelmente venham a derivar para longe de si mesmo.

Essa “topologia das multiplicidades” é o que permite concluir que os agentes ou, protagonistas de uma cena em uma dada sociabilidade não podem ser localizados em um patamar de estrita correspondência a um sistema de regras previamente dado. Certos comportamentos tampouco podem ser considerados como meramente reativos a determinados “sistemas normativos, [sabendo-se] que [estes] jamais estão isentos de contradições” (Levi, 1996:180). Acolher tais diretrizes no estudo dos modos de subjetivação em Lima Barreto implica acatar, de imediato, a existência de uma diferença, a comparecer entre afecções, avaliações e decisões cotidianas do romancista. Nesse processo, o que se verifica é como determinado feixe de forças político-sociais vai ganhando expressão na obra e provocando a emergência de efeitos na cena política – configurando, em uma dupla captura, certo modo da experiência subjetiva. Logo, em toda e qualquer forma expressiva podem ser captados elementos em alternância com efeitos nos processos de subjetivação, isto é, elementos que evidenciam possíveis embates entre escritura e recepção literária, vida cotidiana e sociabilidade burguesa, literatura e exigências estilístico-editoriais.

Na discussão que envolve literatura, história e modos de subjetivação, vale ressaltar quanto ao estudo de uma determinada narrativa que o importante é considerar “se esta pode agir sobre (transformar) a dimensão presente-futuro”. Ou seja, se “ao se fazer verdadeira a partir do momento em que é escrita –, sua elaboração, ao mesmo tempo, está condicionada pelas experiências que, de algum modo(...) [desprendem o autor e seus leitores daquilo que são]” (Rodrigues, 2002: 399). Interessar-se por cartografias, em lugar de mapas supostamente verídicos, remete a uma procura diferenciada, a algumas filigranas que ainda não se fizeram reluzentes. Por exemplo, parte da correspondência – respectivamente 1908/1912 –

endereçada a Antonio Noronha Santos, amigo sempre presente e muito estimado, revela nuances do escritor em momentos diversos:

O Hermes fez a tal reforma projetada. Tirou a importância da repartição e eu penso que o meu livro em nada servirá para evitar futuras preterições. Ando imaginando o meio de sair daqui. Sinto-me incompatível e cheio de rancores. Agora mesmo, graças a tal reforma, projetam-se promoções e eu serei de novo preterido. Dizem que é Domingos promovido. Todas essas injustiças me sabem como roubos e tu bem sabes como eu tenho fundo o sentimento da propriedade. Enfim, são tolices que havemos de esquecer um dia, no dia de maiores felicidades, que estou certo que nos virá. (...)

O Pausílipo não tem andado muito comigo ultimamente. Não sei se é o livro – o que aprovo – que me afasta dele; não sei se é outra causa que não te quero dizer aqui; o certo, contudo, é que ele já me finge que não vê. Entre nós, fazes bem falta. Penso, não sei se com prazer ou se com tristeza, que chegarei ao fim da vida com a tua única amizade. Deves sentir que a minha carta está cheia de desesperanças, mas estes últimos dias tem sido amargos e muito amargos. Meu pai piora a olhos vistos e eu não sei como será. (Co I, 1956: 76-78)

Escrevo-te aqui na secretaria em cima de um aterrador livro de registro de avisos. Acaba de sair o meu *Bogóloff* que encontrarás junto a esta. (...)

Não tive, até agora, senão uma notícia nos jornais e foi na *A Época*.

O *Facho da Civilização*, a *Violeta*, ou o *Buridan*, do Zévaco, são recebidos com melhores palavras, ou melhor: de outra forma. (...)

O Vítor do *Correio da Noite*, prometeu-me dar o retrato e um anúncio em regra. Infelizmente, o jornal dele é atualmente pouco lido. É esta a minha sina: ser anunciado e escrever em jornais pouco lidos. (...)

A minha vida corre regularmente; tenho ido para casa sem ter mergulhado a linha de flutuação. (...)

Saiu também o *Entra ... senhórr ...*. Se não to mando, adivinharás porque.

Mot de la fin:

Descobri aqui na secretaria um *Guide Michelin* e estou a estudar as cartas itinerárias da França, para quando lá andar de automóvel. É possível. O Oto dizia que o Acaso não tem predileções. (Co I, 1956: 98-99) (grifos meus)

Distante da retórica oficializada, Noronha Santos apresenta também em um “Prefácio” ao primeiro tomo das *Correspondências* (1956), um Lima Barreto que em muito se afasta do quadro classicamente desenhado, além de oferecer um outro panorama da cidade. Veja-se:

Aqui vivíamos enjaulados num sempiterno quadrilátero: Avenida, Ouvidor, Uruguaiana, São José, de dia. Ao cair da tarde, o Largo de São Francisco, as petisqueiras. À noite, a Lapa. (...) A roça nos apavorava.

Assim, vivíamos, acotovelando-nos uns aos outros, e conhecíamos toda a gente, grandes e pequenos. O nosso pequeno *grand monde*...(...) ...Lima Barreto (traço que a legenda deturpou) tinha muita graça. Os remoques afloravam-lhe dos lábios, sem nenhuma preparação anterior, mas, ao contrário do que se poderia supor, não tinham aquele cunho de sátira social e política...(...). Essas, vamos encontrá-las em sua obra.(...)

A maioria desses ditos perdeu-se. A legenda, por sua vez, foi enxertando pilhérias milenárias, caricaturas do não-conformismo do escritor rebelado contra os usos e regras do bem-viver, e foi isto talvez que terá levado Assis Barbosa, biógrafo escrupuloso, a fazer tábua rasa de todo o anedotário, que contribuiria, entretanto, para a inteira compreensão desse espírito de tão sugestivas facetas. **O que se deu com Lima Barreto não foi, em nossa terra, coisa nova.** O pequeno fato que está fora dos trilhos já trilhados não costuma atrair os poucos pesquisadores da nossa história literária. **Tudo está estereotipado.** (Co I, 1956: 9-10-11-12) (grifos meus)

O romancista, que estabeleceu com esse amigo uma singular interlocução, recebe uma valorização diferenciada, além de ter inovadores aspectos de sua vida ressaltados, conforme o fragmento destacado. Esse outro tipo de dado biográfico, que se apresenta diferido em um panorama reiteradamente definido, só vem a enfatizar a necessidade de historicizar a “experiência” do romancista, além da imprescindível análise das implicações com as práticas sócio-institucionais de pesquisa – visibilidades em estreita conexão com as virtualidades que são liberadas na relação pesquisador – temática de estudo/perspectiva adotada/vinculação institucional/etc. Elucidar essas relações de interferência entre os domínios do pesquisar exige que se tomem de empréstimo as referências de Rodrigues (2002) ao tema da experiência no pensamento foucaultiano. O texto merece ser reproduzido em função de sua afinidade com o pensamento da genealogia “des-subjetivante”:

É neste sentido que Foucault, em entrevista concedida a Ducio Trombadori (1978), aborda a relação entre experiência pessoal e escrita da história. Desde o começo da interlocução, afirma-se um experimentador mais do que um teórico: diz que seus livros foram provocados por experiências; que eles mesmos são experiências; que uma experiência é aquilo de que se sai transformado; que escreve para mudar a si mesmo e a outros... (...)

...A experiência e o biográfico [as narrativas] se situam, simultaneamente, no começo e no fim de um processo (...); a narrativa histórica, por sua vez, faculta o acesso a uma experiência nova, transformação ou metamorfose que, eventualmente, se liga a uma prática coletiva. (Rodrigues, 2002: 399-400)

Entender que a experiência pressupõe que outros possam cruzá-la, atravessá-la, é o mesmo que dizer que ela é **alguma coisa que se fabrica com outros**, o que ainda permite afirmar o caráter ficcional que toda a narrativa comporta. Nesta perspectiva, podem ser lidos diferentemente os possíveis contornos da vida, considerando, inclusive, aqueles que perduram por alguma fração imperceptível do tempo. Em outros momentos, as fendas corrosivas ou a “ironia fina”, emergem como intensidades que se liberam nos embates em que se desterritorializam formalizadas conexões – arrastando-as, sutilmente, para longe dos traçados conhecidos.

No ano de 1908, por exemplo, Lima Barreto anota em seu diário, nos meses de janeiro, maio e julho, respectivamente, o seguinte:

O ano que passou foi bom para mim. Em geral, os anos em 7 fazem grandes avanços aos meus desejos. Nasci em 1881; em 1887, meti-me no alfabeto; em 1887, matriculei-me na Escola Politécnica. Neste andei um pouco no caminho dos meus sonhos. Escrevi quase todo o *Gonzaga de Sá*, entrei para o *Fon-Fon*, com sucesso, fiz a *Floreal* e tive elogio do José Veríssimo, nas colunas de um dos *Jornais do Comércio* do mês passado. Já começo a ser notado. (DI, 1956: 125) (grifos meus)

A peça toda tem esse defeito: tem movimento mas não tem drama. Goulart não compreende o drama, não sente a paixão. A paixão, para ele, existe depois da poesia – ele só sente o verso.(...) É um poeta, puro, um poeta de sessenta anos passados, que não parece ter aprendido mecânica, astronomia e navegação. Eu não acredito absolutamente na eficácia da ciência para fazer poetas e literatos; às vezes mesmo a julgo nociva; **mas tenho para mim que o processo é o mesmo na arte e na ciência: um acordo entre o oculto e o visível, uma relação entre fatos que, só com os instrumentos do pensamento, ganham uma explicação.**

Poeta, antes da poesia, eu devo ter as paixões, as emoções para exprimi-las em verso; dramaturgo, comediógrafo, romancista, da mesma forma: os costumes, as paixões, os sofrimentos, as emoções, o entrechoque delas no cenário do mundo. O estilo, na frase de alguém, é um acompanhamento. (DI, 1956: 133-134) (grifos meus)

Desde menino, eu tenho a mania do suicídio. Aos sete anos, logo depois da morte de minha mãe, quando **eu fui acusado injustamente** de furto, tive vontade de me matar. Foi desde essa época que eu senti a injustiça da vida, a dor que ela envolve, a incompreensão da minha delicadeza, do meu natural doce e terno; e daí também comecei a respeitar supersticiosamente a honestidade, de modo que as mínimas cousas me parecem grandes crimes e eu fico abalado e sacolejante. Deu-me esse acontecimento, conjuntamente com a vida naturalmente seca e árida dos colégios, uma tristeza sem motivo, que é fundo de quadro, mas pelo qual passam bacantes em extertores de grande festa. (...)

Há dias que essa vontade me acompanha; há dias que ela me vê dormir e me saúda ao acordar. Estou com vinte e sete anos, tendo feito uma porção de bobagens, sem saber positivamente nada; ignorando se tenho qualidades naturais, escrevendo em explosões; sem dinheiro, sem família, carregado de dificuldades e responsabilidades.(...)

Eu fico só, só com os meus irmãos e o meu orgulho e as minhas falhas.

Vai me faltando a energia. Já não consigo ler um livro inteiro, já tenho náuseas de tudo, já escrevo com esforço. Só o Álcool me dá **prazer** e me tenta... Oh! Meu Deus! Onde irei parar? (DI,1956:135-136) (grifos meus)

A questão que ganha relevância em todos os fragmentos transcritos diz respeito ao modo como a escrita integra, reage, ultrapassa e inventa elementos da experiência, o que equivale a dizer, nas proposições desta pesquisa: esta é a experiência em que se engendra um escritor em Lima Barreto. Em outros termos, trata-se sempre de deslocamentos que concorrem na diferenciação-formalização dos processos de produção de subjetividade.

Em um texto intitulado “Quem será, afinal?”, ressoam considerações que o cronista alinhavou para responder aos enfrentamentos vividos, elementos textuais que o ajudaram a cartografar um possível para si e para a literatura. Com certeza, esta tese não pretende responder à pergunta do escritor, sob pena de diminuir a potência de muitos outros Lima Barreto que ainda venham a surgir. Contudo, é esta pergunta que, silenciosamente, continuará instigando a construção desta pesquisa, além de fomentar uma segunda indagação, igualada nas abusadas pretensões: como se constroem os processos de subjetivação?

Aposentado como estou, com relações muito tênues com o **Estado**, sinto-me completamente livre e feliz, podendo **falar sem rebouços sobre tudo o que julgar contrário aos interesses do país**. Os parcos níqueis que a minha aposentadoria rende, dar-me-ão com o que viver, sem ser preciso normalmente escrever **pelinescas biografias** de

figurões, para comprar um par de botinas. Não fora a grave dor doméstica que me ensombra a existência, eu me daria por verdadeiramente feliz e suficientemente experimentado. Tendo passado por diversos meios os mais descontraídos possíveis, eu me julgo conhecedor bastante das cousas deste mundo, para, com os elementos da vida comum, organizar uma outra de meus sonhos, com a qual minore, só no criá-la, a mágoa eterna e impagável que haja talvez em mim e me turve as alegrias íntimas. (...)

Durante os quinze para os dezesseis anos em que guardei as conveniências da minha situação burocrática, comprimi muito a custo a minha **indignação** e houve mesmo momentos em que ela, desta ou daquela forma arrebentou. (...)

De boa ou má fé, estupidamente ou generosamente, aqui e ali, fui tomado ou sou tomado por doido; e a polícia onde abundam os Esquiróis de várias categorias e ordenados, julgou-se já nas suas atribuições de me classificar como tal. (...)

... Adivinho o que eles dizem; e os melhores, os de bofes menos maus, hão de refletir assim consigo mesmo:

– Este Barreto é louco! Dizem que escreve alguma coisa engraçada... Porque é que ele não faz como F.? F. era amigo de E. que o meteu na Repartição do Cadastro e, em pouco, foi chefe de secção. (...)

– Porque o Barreto não entra para um jornal? Ele iria longe, ganharia dinheiro, etc.

Destes e de outros comentários, cortei uma parte, não por vexame, mas por consideração ao leitor. (...)

Não me aborreceria com essas considerações a meu respeito se elas não envolvessem duas cousas: a loucura e a calúnia à literatura. (...)

Quando pessoas muito chegadas a mim, ao saber, por exemplo, que tinha acusado o gracioso Hélio Lobo de imprimir a sua mofina literatura à custa do Governo, vinham a mim assustadas e diziam: “Você está mexendo com o Hélio!... Ele está no gabinete do Presidente... Você está doido! Deixe disso!...” – não imaginam como tal cousa me aborrecia. (...)

Cada um vê o seu abismo; e, se não sou Pascal, não sou também um indigente ou um desclassificado para que a polícia do Rio de Janeiro me tome, devido a isto ou àquilo, como doido e me faça recolher ao hospício, como se o casarão da Praia das Saudades fosse uma prisão doméstica e como se nós as tivéssemos, na nossa legislação.

– **Quem será o maluco? Quem será, afinal?** (Bg, 1956: 134-135-136-137-140) (grifos meus)

Enveredar pelo caminho genealógico-cartográfico implica adotar nomenclatura própria, relativa a alguns instrumentos conceituais além de meios hábeis em manejá-los, no intuito de operar desterritorializações em um solo sitiado pela noção de sujeito. Efetivar a desmontagem das dimensões identitárias e unificadoras do “eu”, bem como subverter as linhas intimizantes da subjetividade,

resulta decisão irremediável quando se opta por itinerários que desestabilizam práticas-discursos psicologizantes-intimizantes, ou por pensamentos que mantêm algum tipo de afinidade com tais racionalidades.

Amparar-se na pesquisa dos modos de subjetivação implementada por Michel Foucault e na construção da noção de produção de subjetividade de Félix Guattari e Gilles Deleuze requer mais que ousadia e gosto. Exige assumir, semelhante a Lima Barreto, o lugar da contramão nas formações discursivas. No caso desta tese, das lógicas psicológicas liberalizantes que se conectam e se legitimam na sociabilidade tecnocientífica, ainda dominante no alvorecer do século XXI.

A exacerbação do mito cientificista-individualizante constatável em tempos atuais recebe, nas palavras de Félix Guattari, uma primorosa explanação. Ao problematizar as conexões entre um paciente que chega ao consultório e o agenciamento social que, de certa maneira, participa de “sua” decisão de tratar-se, ele formula uma consistente digressão:

... Cultivamos o mito de uma individuação *a priori* da subjetividade, ou seja: as pessoas seriam responsáveis e conscientes delas mesmas. Mas a maior parte do tempo, isso não é verdade! Para perceber isso, convém se livrar das abordagens redutoras da comunicação: o cara que está ali, que me fala, que faz determinada coisa, “habita” seus fatos, seus gestos, seus dizeres, somente na superfície. Pois tudo isso é, na realidade, inseparável de marcas coletivas, que incluem a família, os grupos sociais, os grupos primários de toda natureza.

O indivíduo que temos diante de nós não é, freqüentemente, senão o “terminal” de todo um conjunto de agenciamentos sociais. E se não atingirmos o cerne desses agenciamentos, embarcamos em atitudes fictícias. Trata-se não só de localizar a inserção de agenciamento em que um indivíduo se constitui, mas também de encontrar um ponto de apoio mínimo que lhe permita conquistar alguns graus suplementares de liberdade. (...)

... Viver numa sociedade que reforça as segregações, que confere um peso cada vez maior aos currículos que dão acesso a tal ou qual padrão de vida, tem conseqüências nas posições individuais e intersubjetivas. (...)

Traçar, mesmo que sumariamente, o mapa dos componentes de uma personalidade, considerá-la como uma encruzilhada de componentes heterogêneos (os quais implicam não só coisas palpáveis que pesam sobre o espírito, mas também “incorporais” que pesam sobre o corpo), fazer isso exige uma grande prudência em relação ao que pode ser a incidência de intervenções institucionais... (Guattari e Rolnik, 1986:251-252)

Félix Guattari descortina um conjunto de questionamentos ao intimismo, que soam, a um só tempo, perturbadores e provocantes, principalmente quando contrapõe, a tal modelo, a noção de agenciamento social complexo. Sua forma de apreender agenciamentos sociais e temáticas subjetivantes encontra ressonâncias na expressão barretiana:

É uma cousa curiosa dos nossos costumes o que, certas vezes, a polícia, ou antes, o noticiário policial revela. Há dias, não sei há quantos, o comissário, doutor Edgard Romero, foi obrigado a prender por causa de um “rolo” setenta e poucos sócios de uma sociedade dançante, que se diz familiar, intitulada “Iaiá das Marimbas”.

A toda a gente, tal cousa parecerá de pouco aprêço; **mas a um observador de costumes**, relacionando-os com a formação da nacionalidade, a cousa tem mais interesse do que a questão das candidaturas presidenciais.

Vejam os senhores só como a **estratificação da nossa sociedade** foi acabar de tal forma que a polícia formidável do senhor Geminiano é obrigada a arranjar um comboio de “viúvas-alegres” para prender quase uma centena de freqüentadores e freqüentadoras de “candomblés”.

Eu mesmo, apesar de todas as intoxicações, inclusive a científica, tenho a tentação dos “candomblés”, “canjerês”, “mambembes” e os freqüento.

Com a polícia acontece o mesmo. Eles gostam de tais cerimônias religiosas de certa maneira, tanto assim que dão um tento para surpreendê-las.

O doutor Edgard Romero que **prende tanta gente, sem culpa nem crime** formado, me disse como Tito, a delícia do gênero humano:

- Foi o melhor dia da minha vida; e isto por causa da “Iaiá das Marimbas”. (Mg, 1956: 149) (grifos meus)

Desmantelar as evidências cotidianas e adotar uma postura inventiva na escrita são recursos manejados no modo barretiano de existir e de operar estratégias frente às questões de sua época. Em outras palavras, o “desequilíbrio” em que ele tece a trajetória de sua existência e a experimentação literária que adota revelam a presença de uma conexão ético-política a reverberar em uma estética, inaugural em seu tempo. Escapar ao viés intimizante que enreda e define uma natureza literária, corresponde à assunção de uma vinculação com a idéia foucaultiana de experimentação e com a noção deleuze-guattariana de acontecimento. Nessa via, amplia-se o campo de análise dos processos de subjetivação através da aproximação com esses pensadores que, por ferramentas

distintas, ofereceram contribuições inusitadas ao descentramento radical das teorias do sujeito. Ao pensar esse desalinhamento, Deleuze (1998) discorre sobre o delírio que, semelhante ao desequilíbrio dos boêmios, também indica um sair dos eixos individualizantes, uma traição à linha reta, à boa ordem. Comentando a escrita de Thomas Hardy apresenta o seguinte argumento:

... nele os personagens não são pessoas ou sujeitos, são coleções de sensações intensivas, cada um é uma coleção, um pacote, um bloco de sensações variáveis. Há um curioso respeito do indivíduo, um respeito extraordinário: não que ele apreendesse a si mesmo como uma pessoa, à francesa, mas, ao contrário, justamente, porque ele se vive e porque vive os outros como “chances únicas” – a chance única que esta ou aquela combinação tenha sido feita. Individuação sem sujeito. (Deleuze e Parnet, 1998: 53)

Aproveitar a companhia de todos esses autores suscita que o pensamento derive para uma outra lógica. Resulta, além disso, conferir um certo privilégio à noção de acontecimento, o que propicia poder falar de uma realidade cuja verdade não estaria dada antes da provocação sugerida pelo encontro. De forma alguma se apresenta, nesta perspectiva, uma valorização da dicotomia ficção/veracidade como estimuladora de análises – sejam elas literárias, históricas ou da subjetividade. O que se ressalta é a possibilidade de ruptura que determinado acontecimento é capaz de provocar em uma possível ordem, antes que o efeito tenha concluído seu desenrolar. Assim, ao driblar as modelizações estabilizadoras, libera-se o encontro com as narrativas barretianas para diferentes sentidos ainda não instados a atualizar-se.

Entre apresentações detalhadas, cenas hilárias e crítica contundente, a obra de Lima Barreto passa a funcionar como dispositivo gerador de interrogações que estimula esta investigação a continuar no seu intento, a saber: efetuar um deslocamento em algumas construções acerca da obra-vida deste literato no intuito de desalojar confortáveis certezas relativas ao engessamento dos processos de subjetivação.

Neste momento importa afirmar as problematizações que o romancista / cronista / memorialista / articulista / contista / polemista, e outras diferenças forjadas no acontecimento belicoso-solidário da escrita, reverberava e perturbava

as ordens da época. Importa também ratificar, como os encontros de Lima Barreto compareciam em seu andarilhar pela cidade, e na sua trajetória literária, efetuando, entre outros abalos, variações estilísticas em uma escritura que se realizava nas próprias disjunções que inventava. Como efeito dessas buscas, novas interrogações comparecem no plano da pesquisa, a saber: como extrair potência da obra/vida deste romancista a partir do agenciamento cidade-literatura? De que maneira é possível pensar a escritura como plano de imanência?

Tais interrogações convidam a dispensar novo tratamento ao material literário em questão, engendrando formulações diferentes para o entroncamento literatura-vida barretiana, e um outro panorama para o encontro entre literatura, história e modos de subjetivação. As pistas deleuzeanas tornam-se imprescindíveis neste momento:

O verdadeiro objeto da ciência é criar funções, o verdadeiro objeto da arte é criar agregados sensíveis e o objeto da filosofia, criar conceitos. A partir daí, se nos damos essas grandes rubricas, por mais sumárias que sejam – função, agregado, conceito – podemos formular a questão dos ecos e das ressonâncias entre elas. Como é possível, sobre linhas completamente diferentes, com ritmos e movimentos de produção inteiramente diversos – como é possível que um conceito, um agregado e uma função se encontrem? (Deleuze, 1992:154)

Capítulo 5

O Ilimitado em uma Vida: considerações acerca da imanência

Pensar Lima Barreto a partir da literatura, da cidade e dos processos de subjetivação que aí se engendram significa adotar o entendimento e a noção de **plano de imanência**: um plano que se afirma em uma ética presente aos encontros e cuja força política desdobra-se em uma estética inaugural. A problematização que o presente estudo desenvolve exige então imiscuir-se na escrita barretiana no intuito de, ao captar a fragrância da literatura militante, estabelecer também conexões com o pensamento da imanência:

Nessa idade, porém, não tinha a mínima preocupação literária; havia até abandonado o meu Júlio Verne e todo eu era seduzido para o positivismo e cousas correlatas.

Vieram, porém, os fatos duros e fatais que o destino guarda secretos, e eles me empurraram para as letras, sem nada saber de versificação. (IL, 1956: 97)

Profundo conhecedor da cidade e da sua gente, o romancista movia-se em um tempo de aceleradas transformações e acirrados descontentamentos. Possuidor de uma clara visão de sua época, Lima Barreto era um homem culto, mas dependente de um magro salário de amanuense da Secretaria da Guerra; cosmopolita e, no entanto, tinha que voltar diariamente para as ruas pobres e distantes do subúrbio; literato, porém estava irremediavelmente preso às responsabilidades para com a família – séries em que se revezam liberações e constrangimentos. Permitem – essas séries – considerar a presença dessas forças no cotidiano do escritor e evidenciar, nos confrontos nem sempre brandos do vivido, relações de pertinência, outras de contraposição, muitos momentos de pura contrariedade e, por vezes, dissonâncias em todas as ordens.

Esses movimentos, ao se atualizarem em uma escritura que, no próprio dizer do romancista, visa a “agitar idéias”, mostram-se reveladores dos desacordos em relação aos caráter elitizante dos procedimentos de modernização da cidade e em oposição aos modelos arcaizantes e protecionistas presentes nos meandros

literários-editoriais. Distanciado radicalmente das práticas e discursos em ascensão, Lima Barreto faz a fala diferir e adentrar domínios em que outros recuavam. Esse modo permite a evidência de uma não relação do romancista com os ditames distribuídos na sociabilidade, tanto entre o caminhar trôpego na cidade higiênica e modernizada, quanto na escrita desalinhada frente ao estilo rebarbativo dos salões da burguesia. Especificamente quanto à cidade, ele a percorria como ninguém, ora avançando regiões ora caindo em suas ciladas e, se em alguns episódios esses movimentos ficam indiscerníveis, é porque:

... já não há mais distinção assinalável entre conteúdo e expressão; já não se pode saber se é um fluxo de palavras ou de álcool, de tanto que se embriaga com água pura, mas também de tanto que se fala com “materiais mais imediatos, mais fluidos, mais ardentes do que as palavras”...(...). Já não há, de um lado, partículas, e, do outro, sintagmas; há apenas *partículas* que entram em vizinhança umas com as outras, conforme um plano de imanência(...). E também já não há formas que se organizam em função de uma estrutura, nem que se desenvolvem em função de uma gênese; tampouco há sujeitos, pessoas ou caracteres que se deixem assinalar, formar, desenvolver. Há apenas partículas, partículas que se definem unicamente pelas relações de movimento e repouso, de velocidade e de lentidão, de composições de velocidades diferenciais. (...) Há apenas hecidades, individualizações precisas e sem sujeito, que se definem unicamente por afetos ou potências... (Deleuze e Parnet, 1998: 140)

Potência de uma escrita militante que, ao destoar da cartilha conservadora, tanto pulveriza as verdades literárias quanto se esquia de apresentar metas universalizantes e homogeneizadoras frente à controversa e paradoxal formação social brasileira.

Lima Barreto é o intercessor desta pesquisa, cujos embates literários inspiram proposições acerca dos modos de subjetivação, oferecendo, a partir de sua escrita, elementos que permitem configurar a potência do dissenso frente às formas totalizantes e o vigor de um pensamento que embaralha lutas e linhas de fuga.

Atender a esse fluxo exige mergulhar mais fundo em um oceano filosófico e, ao modo de uma vertigem, deixar-se aturdir pelas sutilezas e derivas que esse caminho libera. Nessa via, adotando as proposições deleuzeanas (1997-A), o que se pode então dizer da imanência é...

... que ela é UMA VIDA, e nada mais.

Seria uma conclusão muito curta para tantas páginas escritas. Além do mais, o rigor exigido de uma escritura de doutoramento não se daria por satisfeito com tão pouco discurso e tão rala explicação.

É melhor que Deleuze continue a iluminar os caminhos finais deste trabalho – sem esquecer, é claro, de outros “magos” pensadores que se encontram misturados direta e indiretamente desde o início desta trajetória: Foucault, Guattari, Veyne, Rodrigues, Fonseca, Pélibart, Rago, Rolnik...

Assim, a imanência...

... não é imanência à vida, mas a imanência não está em nada e é em si mesma uma vida. Uma vida é a imanência de uma imanência, a imanência absoluta: ela é potência e beatitudes completas. (...)

(...) Entre sua vida e sua morte, há um momento que é somente o de uma vida jogando com a morte. A vida do indivíduo é substituída por uma vida impessoal, embora singular, que produz um puro acontecimento livre dos acidentes da vida interior e exterior, ou seja, da subjetividade e da objetividade do que acontece. (...) A vida de tal individualidade se apaga em benefício da vida singular imanente a um homem que não tem mais nome, embora não se confunda com nenhum outro. Essência singular, uma vida... (Deleuze, 1997- A: 17-18)

Neste momento, o que se apresenta em relevância é a impessoalidade que se instala no acontecimento, considerando que este se atualiza por entre as singularidades liberadas em um evento. Os sentidos que pululam em um acontecimento percorrem – em um termo de Rodrigues (2002) – “travessias ilegais”, a forjar direções que a princípio não estariam definidas, tal qual os passeios de Lima pelas ruas cariocas: passeios “como ato, como política, como experimentação, como vida” (Deleuze e Parnet, 1998: 40). Apenas na individuação os sentidos ganham direcionamento, em uma espécie de “dupla captura” que sobre eles uma determinada força venha a operar.

Contudo, o que se verifica é que a maioria das apropriações biográficas igualmente tendem a reproduzir uma individuação, engolfando uma vez mais a multiplicidade das forças e revelando uma “dada” direção, ratificando um movimento que resulta, invariavelmente, na estratificação de alguns componentes da subjetivação. Esse tipo de mecanismo opera em nome de uma exigência normativa que pede representação e reconhecimento de um Eu que se exige discriminar e, assim procedendo, constrói uma unidade a partir de alguns efeitos,

confirmando assim uma natureza identitária para aquela expressão – confirmando um certo Lima Barreto.

É preciso então recuperar as fraturas, as franjas, o “entre” que escapa do agenciamento, tal qual uma multiplicidade a ocupar todas as suas dimensões “segundo o número de conexões que se estabelecem nele” (Deleuze e Guattari, 1995: 17). Outro modo de colocar a questão refere-se a uma zona de vizinhança em que a arte e a vida, mais do que um diálogo, mantêm entre si – uma espécie de insinuação. Pode-se também dizer que essa região é o espaço de ocorrência de um tipo de confabulação silenciosa, mas que de nenhum modo autoriza a ler a vida pela obra ou a explicar a segunda nos percalços da primeira. Na tentativa de agudizar as problematizações pretendidas por esta pesquisa, pode-se também utilizar a imagem da fragmentação para o entendimento do processo pelo qual, no entrecruzamento escrita-vida, desprendem-se laminares efeitos, incessantes virtualizações. Passa a ser inevitável perscrutar os sentidos que escapam do agenciamento cidade-literatura como capazes de atualizar um escritor em Lima Barreto.

Tudo indica que o romancista sempre transitou pelo menos entre dois mundos: visível e invisível; sanidade e loucura; burocracia e criação; cidade e literatura... Inclusive, informava-se sobre os principais movimentos internacionais em uma revista intitulada *Revue des Deux Mondes*, leitura que o acompanharia até o leito de morte. Mas, o que de estranho pode haver nisso? Sempre se está entre duas ou mais coisas e, nessas fraturas, desterritorializam-se mundos nunca unificados, sentidos a derivar, acontecimentos – “ao modo de uma batalha” – , região em que se visibiliza a imanência em uma captura pela lente do instante. Deleuze tematiza a batalha, pois esta se constitui na melhor apresentação do acontecimento, porque “ela se efetua de muitas maneiras ao mesmo tempo e (...) cada participante pode captá-la em um nível de efetuação diferente no seu presente variável” (Deleuze, 2000: 103-104).

Esse indecيدido que reverbera de um campo de batalha são os sentidos da imanência, uma série de virtualidades passíveis de se engajar em um “processo de atualização seguindo um plano que lhe dá sua realidade própria” (idem). Nesse momento, torna-se necessário explicitar melhor as conexões que alinhavam acontecimentos – singularidades – virtualidades – imanência absoluta... Voltar a

Deleuze e poder descortinar um pensamento sem imagem é tarefa tão desafiadora quanto inadiável. Assim, se as virtualidades não são menos realidades é porque o acontecimento imanente:

... se atualiza em um estado de coisas e num estado vivido que fazem com que ele aconteça. O próprio plano de imanência se atualiza em um Objeto e um Sujeito aos quais ele se atribui. Mas, sendo eles tão pouco separáveis da sua atualização, o plano de imanência é ele mesmo virtual, desde que os acontecimentos que o povoam sejam virtualidades. Os acontecimentos ou singularidades dão ao plano toda a sua virtualidade, como o plano de imanência dá aos acontecimentos virtuais uma realidade plena.(...) Uma ferida se encarna ou se atualiza em um estado de coisas e um vivido; mas ela é em si um puro virtual sobre o plano de imanência que nos conduz em uma vida. Minha ferida existia antes de mim... Não uma transcendência da ferida como atualidade superior, mas sim sua imanência como virtualidade sempre no seio de um meio (campo ou plano). (Deleuze, 1997- A: 19)

A cidade que se tece nas agruras dos mais humildes reverbera e destila paixões, dissabores, desafios e provocações – efeitos de relações de forças em que se libera também um modo do escrever, como artifício de uma vida em Lima Barreto. Cabe lembrar que uma legenda familiar, mais do que uma tendência intimista, apontava-lhe o caminho dos estudos continuados, mesmo convivendo com intempéries cotidianas de vários matizes. A vontade de ser inteligente “muito e muito” rondava a leitura e o debate dos temas humanísticos, históricos, literários, muito discordantes das aulas de mecânica na Escola Politécnica. Se determinadas forças conspiravam para que uma escrita se atualizasse por entre trajetos instigantes, outras tramavam tortuosos confrontos a se imiscuir por esse mesmo veio:

Deixando a botica, fui à Rua do Ouvidor; como estava bonita, semi-agitada! Era como um *boulevard* de Paris visto em fotografia.

Fui de trem, meditei durante a viagem sobre o meu livro, e em casa compulsei as notas para acabar o terceiro capítulo. Agora acabo de achar uma pequena cena para o segundo, com a qual dar-lhe-ei mais força, mais vida, mais verossimilhança.

Agita-me a vontade de escrever já, mas nessa secretaria de filisteus, em que me deboçam por causa da minha pretensão literária, não me animo a fazê-lo. Fá-lo-ei em casa. (DI, 1956:97)

Possivelmente, o acirramento entre tantos combates – citadinos, sociais, profissionais, familiares – entrelaçados em persistentes divagações e impactantes

confrontações, acalentadas desde tenra idade, confirmava-lhe o caminho da escrita como irremediável. Isso não significa, pelo menos necessariamente, uma busca por compreensão para sua dor, para a dor dos oprimidos ou algum tipo de “missão”. O singular em Lima Barreto é que a potência de sua escritura trama com os materiais da história da cidade atraindo-o a inventar mundos possíveis nas disjunções do mesmo mundo. Assim, interrogava as forças que marcavam o cotidiano de sua gente e que desenhava uma “ordem natural” para os episódios que se inscreviam igualmente em sua vida:

Hoje, comigo, deu-se um caso que, por repetido, mereceu-me reparo. Ia eu pelo corredor afora, daqui do Ministério, e um soldado dirigiu-se a mim, inquirindo-me se era contínuo. Ora, sendo a terceira vez, a cousa feriu-me um tanto a vaidade, e foi preciso tomar-me de muito sangue frio para que não desmentisse com azedume. Eles, variada gente simples, insistem em tomar-me como tal, e nisso creio ver um formal desmentido ao professor Broca (de memória). Parece-me que esse homem afirma que a educação embeleza, dá enfim, outro ar à fisionomia.

Porque então essa gente continua a me querer contínuo, porque?

Porque...o que é verdade na raça branca, não é extensivo ao resto; eu, mulato ou negro, como queiram, estou condenado a ser sempre tomado por contínuo. Entretanto, não me agasto, minha vida será sempre cheia desse desgosto e ele far-me-á grande. (DI, 1956: 51)

A conexão visceral com a cidade faz devir o andarilho das ruas, desdobrando-se os trajetos literários nos encontros em que sobrevêm alegrias e alguns desentendimentos. Assim, os contornos sempre em vias de diferir são abalados nos contatos com a exterioridade – não apenas social –, principalmente quando, em seus debates, atravessava as evidências que as lógicas dominantes sugeriam aplainar e as práticas hegemônicas pretendiam conservar. O que se extrai preferencialmente da investigação da estética barretiana diz respeito a essa coexistência em que as variações intensivas agitam-se, entrelaçam-se, funcionando o **sensível** como operador dos deslocamentos na subjetivação. Este movimento fica evidente em uma carta destinada a Veiga Miranda, quando Lima Barreto comenta o parecer recebido pela segunda edição do *Isaias Caminha*. Esse correspondente, entre outras titulações, é crítico literário do *Jornal do Comércio*, edição de São Paulo:

Se a minha modesta pessoa deseja conseguir alguma coisa, é retirar do “doutor” o halo de aristocracia, de sujeito digno de executar tudo, melhor que os outros, mesmo aquilo que seja inteiramente diferente da profissão que lhe marca o diploma.

(...) Enquanto os costumes e as leis derem, estas, privilégios, e aqueles, a consideração de nobreza, estou disposto a ajudar, até com sacrifício meu, qualquer rapaz preto, branco, caboclo, amarelo ou mulato a se fazer doutor.

Não é justo que só venham a obter as regalias do diploma (nunca digo pergaminho) os Aluísios de Castro e os Calmons. É preciso que a coisa seja temperada e os de modesta extração não sejam todos eles destinados aos duros ofícios em que é preciso lutar, sofrer, provar capacidade e aptidão.

Quanto ao preconceito de cor (é a segunda observação), diz o senhor que ele não existe entre nós. Houve sempre uma quizília que ia se fazendo preconceito quando o Senhor Rio Branco tratou de “eleganciar” o Brasil. Isto não se prova, sei bem; mas se não tenho provas judiciais, tenho muito por onde concluir. (Co II, 1956: 23-24)

A circulação nas ruas, nos cafés, nos grupos sociais e literários de menor envergadura, não o impediam, mesmo que indiretamente, travar contatos com segmentos de maior adesão ao modelo burguês. Esse tipo de encontro, envolto em uma mística em que se alternam preocupações e cuidados, liberava ocasionalmente intensidades que reforçavam impasses ou difusos constrangimentos. Por outra via, partilhar de uma concepção plural de sociedade e pensar uma “fraternidade” que ligasse a todos por patamares diferenciados impelia o romancista a interrogar os pontos de estrangulamento que proliferavam à sua volta.

Em *Isaiás Caminha*, Lima Barreto dedica um relevo especial à lógica racial discricionária que se infiltrava nos desígnios de uma república de costas para a sua gente. Este movimento se afirma e se revela na desqualificação experimentada pelo personagem frente à impossibilidade de escapar das máquinas sociais que fazem e desfazem cidadãos; mais especificamente: da máquina cultural e da máquina da imprensa que também faz e destrói romancistas, contistas, cronistas:

Nos meus primeiros meses de reportagem foi quando amei mais ativamente a vida. Não porque me visse adulado pelos Almirantes e Capitães de Mar e Guerra, mas porque senti bem a variedade onímoda da existência, a fraqueza dos grandes, a instabilidade das coisas e o seu fácil deslizar para os extremos mais opostos. Dois meses antes era um simples contínuo, limpava mesas, ia a recados de todos; agora,

poderosas autoridades queriam as minhas relações e a minha boa vontade. (...)

(...)Breve me fez perguntas de boa amizade: donde era eu, que idade tinha, se era casado, etc. As respostas eram dadas conforme as perguntas; bem cedo, porém, graças à bondade com que me tratava, as ampliei até a confidência.

Percebi que o espantava muito o dizer-lhe que tivera mãe, que nascera em um ambiente familiar e que me educara. Isso, para ele, era extraordinário. O que me parecia extraordinário nas minhas aventuras, ele achava natural; mas ter eu mãe que me ensinasse a comer com o garfo, isso era excepcional. Só atinei com esse íntimo pensamento mais tarde. Para ele, como para toda a gente mais ou menos letrada do Brasil, os homens e as mulheres do meu nascimento são todos iguais, mais iguais ainda que os cães de suas chácaras. Os homens são uns malandros, planistas, parlapatões quando aprendeu alguma coisa, fósforos dos politicões; as mulheres (a noção aí é mais simples) são naturalmente fêmeas. (IC, 1998: 223-224)

As divergências eventualmente atualizadas em uma organização hierarquizada – no caso, um jornal – são realinhadas de modo sutil ou por lógicas coações; outro modo de situar as estereotipias e preconceitos sociais. Essas ocorrências, em que se neutralizam as multiplicidades, podem resultar na adoção de eixos de subjetivação dominantes, que ao estancar o rizoma, concorrem para a reprodução de certos sentidos fixados em sua escritura. Em outros momentos, uma breve ironia distrai as agruras desses embates sempre retomados, e por vezes, configuram um horizonte que se assemelha a um muro:

Passaram pela nossa mesa duas francesas e, no fim da noite, a Marieta Bicicleta. Tu as conheces? Eu não a conhecia e lá falei em bicicleta. Foi uma *gaffe*, e passou. Saí doido pela minha cama familiar. Começo a achar tudo isto idiota, besta, sem resultado e sem prazer. Esses repórteres (não metas o Pausílipo aí), essas fêmeas, esses rufiões, mais ou menos disfarçados, já me encham de nojo. Eu tenho mesmo nojo de mim mesmo que me meto com eles. Acho muito melhor a minha casa familiar do que essa farândola doida de porres, vagabundas e clubes de *baccara*. Acabo convencido de que a sociedade está bem organizada... Não te espantes, nem vás supor que amanheci de ressaca. (...) Tenho firmes tenções de me retirar dessa infâmia toda. Não já, porque a minha vontade não é das mais fortes, mas em breve. (Co I, 1956: 65-66)¹

¹ Antonio Noronha Santos foi o amigo mais constante do romancista. Além da revista *Floreal*, também publicou com Lima Barreto um panfleto humorístico-político denominado *O Papão* em 1909.

Abrindo um outro quadro, se evidencia em Lima Barreto um outro conjunto de afecções suscitando possíveis aos contornos sociais, o que aparece no destaque concedido a novos valores para a literatura e no enaltecimento às peculiaridades de sua gente. Um tipo de ligação entre literatura e povo cujos sentidos não decorrem de pressupostos “que impliquem universais, mas de uma pragmática que compõe as multiplicidades ou conjunto de intensidades”(Deleuze e Guattari, 1995: 24) vividas nos revezes e prazeres do cotidiano. Assim, os processos de subjetivação, que se tecem por entre dissonâncias e afinidades singulares extraídos dos encontros modulam uma escritura que se afirma nos embates que ligam sua vida a da cidade:

A velha terra lusa tem um grande passado. Nós não temos nenhum; só temos futuro. E é dele que a nossa literatura deve tratar, da maneira literária. Nós nos precisamos ligar; precisamos nos compreender uns aos outros; precisamos dizer as qualidades que cada um de nós tem, para bem suportarmos o fardo da vida e dos nossos destinos. Em vez de estarmos aí a cantar cavalheiros de fidalguia suspeita e damas de uma aristocracia de armazém por atacado, porque moram em Botafogo ou Laranjeiras, devemos mostrar nas nossas obras que um negro, um índio, um português, ou um italiano se podem entender e se podem amar, no interesse comum de todos nós. (IL, 1956: 72)

Instituir outras formas na arte e na vida, transitar no espaço urbano e nos costumes do povo, exercer uma escrita clara em diferentes ramificações textuais são expressões de uma ligação ética, política e estética com a cidade e sua gente, em outras palavras: afetos que jorram das linhas heterogêneas de uma escritura que faz rizoma com o mundo. “Escrever, fazer rizoma, aumentar seu território por desterritorialização, estender a linha de fuga até o ponto em que ela cubra todo o plano de consistência em uma máquina abstrata” (Deleuze e Guattari, 1995:20).

E esta é a qualidade fundamental para se fazer uma excelente **conferência**, no julgar de todos ou de todas da **cidade brasileira em que nasci**.

Não é só essa a opinião de Botafogo, de Copacabana ou Laranjeiras; ela é partilhada pelas minhas vizinhas do **Méier** e também pelas **deidades do morro da Favela e da Gamboa**.

É opinião geral da gente carioca. (IL, 1956: 53) (grifos meus)

Conhecido de Botafogo a Inhaúma, Lima Barreto se imiscui nas cenas cidadinas e literárias na *Belle-Époque Tropical*, transitando entre ruas, bares, cafés,

livrarias, jornais, rodas literárias, etc. Toda essa circulação conta de uma experimentação, de um discurso minoritário que se funda a partir das micro-ações que se ramificam com as afecções de seu corpo. Portanto, o que se evidencia do estudo da obra barretiana é que a cidade e a literatura liberam diferentes sensações que se conectam, se encadeiam, se afastam, em um plano de composição estética deliberadamente afirmado, em um zigue-zague de intensidades puras em que se pode situar a ressonância: criação-modos de subjetivação. Cidade-Literatura, constituindo-se em um agenciamento capaz de liberar nexos entre mundos – instigantes, arriscados, sofridos, proibidos, desejados, perigosos, temidos, evitados, odiosos, artificiosos:

Quantas vezes não tive ímpetos de ali mesmo, com risco de parecer doido ao polícia vizinho, imitar aquele cavalheiro? Quase tomava notas, desenhava esquemas da postura, das maneiras, das mesuras, do elegante senhor...(...)

Quando cheguei ao quinto ano do curso e os meus destinos me impuseram, resolvi habilitar-me com uma casaca e uma assinatura de cadeira do Lírico. Fiz consignação e toda a espécie de agiotagem com os meus vencimentos de funcionário público e para lá fui.

Nas primeiras representações, pouco familiarizado com aquele mundo, não tive grandes satisfações; mas, por fim, habituei-me.

As criadas não se fazem em instantes duquesas? Eu me fiz logo homem de sociedade.

O meu colega Cardoso, moço rico, cujo pai enriquecera na indústria das indenizações, muito concorreu para isso. (HS, 1990:.97)

Vale ainda ressaltar que a diferença a pulsar na militância provocativa que o escritor estabeleceu com a normatização, em seus diferentes níveis, não constituiu uma unidade pronta a definir Lima Barreto. Se por um lado sua contrariedade denuncia os contornos rígidos das exigências sociais e das avaliações literárias, por outro, sua militância faz um devir junto à propósitos solidários e transformadores das relações entre os homens.

Como indica José Gil, em estudos acerca de Fernando Pessoa ancorados na Filosofia da Diferença:

Ora, estas séries são, internamente, constituídas por diferenças (de sensações, de distâncias, de versos); e, por outro lado, divergem umas das outras, pois as sensações correspondem cada vez menos às imagens e às metáforas utilizadas (por isso nasce a “vontade de poder sentir isto de outra maneira”; por isso se diz que o navio não é uma metáfora do corpo, mas sim o corpo real).

Como afirma Deleuze na sua teoria das séries, é preciso que estas não se afastem demasiado umas das outras (pois a diferença, e não a unidade ou a convergência, que forma o sentido, seria demasiado grande); é preciso que, ao divergir, elas ressoem umas nas outras... (Gil,2000:126)

Ao andar pela cidade, Lima Barreto faz ressoar uma série na outra, conectando, pela estética desalinhada, interior e exterior – se é que ainda cabe usar tais expressões em uma tese que visa a romper com as segmentaridades, dicotomias e transcendências de toda sorte. Percorrer sistematicamente a cidade em sua nova paisagem lhe incita diferenças, inclusive na sensação que tal ato provoca – sensações ao mesmo tempo de surpresa, angústia, bem-estar, preocupação. A cidade em diferentes sentidos é a distância que o faz escrever, é a diferença que o faz singularizar a vida; que o faz escritor. Um plano de imanência é esse espaço único a engendrar um solo contíguo no qual:

... a sensação, o seu movimento e a sua expressão poética constituam séries divergentes ecoando num mesmo espaço interior. A reversão do interior em exterior remata a tendência à hibridação das séries que circulam numa mesma superfície. A partir de agora, escrever é sentir e agir – no plano de imanência. (Gil, 2000:128)

5.1

Cidade-Literatura: linhas transversais em análise

Um dos objetivos desta pesquisa consiste em esmiuçar o acontecimento escritor em Lima Barreto, destacando-o como expressão de um plano de imanência. Tal plano é aqui considerado como composto de séries contrabandeadas das diferentes máquinas sociais em ação no início do século XX, a saber: a paisagem citadina, como um espaço que compulsoriamente se faz modernizar; a literatura, como região de influências e reconhecimento junto aos grupos e posições de prestígio; os modos de existir, sensibilidades e vivências em radical processo de transformação pelas forças político-científico-econômicas em ação no campo social. Assim, das afecções de Lima Barreto pela cidade e sua gente que se pode considerar que determinadas sensações – afectos e perceptos –, saídas de diferentes regiões fazem emergir um escritor em Lima Barreto. Nesse

sentido, cabe afirmar que das séries diferenciadas desprendem-se expressões que se atualizam em uma escrita enquanto um possível para aquela vida:

Hoje, pois, como não houvesse assunto, resolvi fazer dessa nota uma página íntima, tanto mais íntima que é **de mim para mim**, do Afonso de vinte e três anos para o Afonso de trinta, de quarenta, de cinqüenta anos. Guardando-as, eu poderei fazer delas como pontos determinantes da trajetória da minha vida e do meu espírito, e outro não é o meu fito. (DI, 1956: 77) (grifos meus)

Considerar a construção “**de mim para mim**” como uma assertiva capaz de remeter a cruzamentos e interferências a forjar um escritor em Lima Barreto parece ser um caminho interessante para entender as disjunções vividas pelo autor nas ruas da cidade e nos exercícios e percursos literários.

José Gil, ao realizar um estudo deleuziano intitulado *Diferença e Negação na Poesia de Fernando Pessoa* (2000), também se debruça sobre essa construção, a fim de elucidar o aparecimento dos heterônimos na obra do poeta.

Assinalar a importância desse texto, que estabelece conexões entre as obras de Fernando Pessoa e Gilles Deleuze, objetiva não apenas realçar as qualidades técnicas do trabalho de José Gil, mas, sobretudo, ressaltar a força inspiradora dessas análises no estudo que ora se apresenta:

Para tanto, é preciso abrir um espaço entre **mim e mim no interior mesmo da imanência** (de mim a mim), um espaço que me permita viver e analisar ao mesmo tempo as minhas sensações. Como escreve Fernando Pessoa na “Chuva oblíqua”: um espaço marcado por “uma diagonal difusa entre mim e o que eu penso...”

Não se trata, note-se bem, de reflexão ou de qualquer poder reflexivo do sujeito sobre si mesmo; porque a distância é aberta e fechada logo que vivida, e instantaneamente fechada porque vivida enquanto pensada. “As sensações nascem analisadas”, escreve Bernardo Soares: o sujeito tem a capacidade de as viver porque as faz surgir analisando-as ((d)escrevendo-as). O “sujeito” é portanto, “dois” (pelo menos), podendo ser sempre um quando lhe aprouver. (Gil, 2000:53) (grifos meus)

Essa composição encontra-se muito presente também na escrita de Lima Barreto. Tal construção, entendida como expressão do plano de imanência, configura uma exterioridade constitutiva que transparece tanto nas exigências estilísticas de romances, contos, sátiras, quanto nas produções em que a linguagem mais se aproxima do homem comum – crônicas, artigos, memórias.

Lima Barreto combinava elementos de diferenciação não só em termos literários como nas intensivas experimentações da vida da cidade, das quais participava a seu modo como observador, interlocutor, comentador, polemizador. Nos termos desta pesquisa, problematizador. Assim, ao desenvolver uma perspectiva que não se coadunava com os sentidos eruditos que se impunham na época e, principalmente, ao inquirir os modos de vida programados “tecnicamente” para as camadas populares, via-se impelido a arranhar as molduras mais ou menos definidas de um quadro que a ele também se apresentava violentamente estabelecido. Pobre, queria ser inteligente “muito e muito”; mulato, aspirava a ser reconhecido socialmente; amanuense, desejava a carreira de literato. Não bastassem tantos desacordos, via-se preso à família, à doença e ao subúrbio, **regiões que o faziam debater-se intensamente por estarem irremediavelmente ligadas ao tipo de vida à qual ele ansiava, a um só tempo, a corresponder e a diferir.**

Como pensar essas questões a partir de um plano ontológico? José Gil oferece alguns esclarecimentos, tornando possível certa compreensão:

No plano da ontologia, o ser ou a existência não é uma determinação ou um atributo, mas o que faz uma coisa ser o que ela é, ou seja, o que torna todas as coisas diferentes uma das outras (...)

Mas como não cair numa visão inteiramente fragmentada, dispersa, de coisas diferenciadas? Como não isolá-las umas das outras, ou isolá-las de mim, se eu afirmar radicalmente a sua singularidade e a minha diferença?(...)

Será que uma nova relação se tece através dessa não-relação?

(...) afirmar um primeiro princípio de diferenciação no interior mesmo do sujeito; porque sou em mim algo diferente de mim, amo a pedra diferente de mim. É, em mim, a minha diferença comigo mesmo que me faz amar a pedra como diferença no exterior de mim. Pois sou eu-mesmo sempre no exterior de mim, eu que aspiro à exterioridade absoluta. (...)

(...) tornar-se pedra, tornar-se planta, tornar-se coisa natural. A não-relação torna possível não uma relação de união, mas um processo de devir. (Gil, 2000: 27-28) (grifos meus)

No que se refere a Lima Barreto, essa **não-relação** afirma-se exatamente nas diferenças, intensidades a se liberar em domínios díspares. Essa não-relação fala mesmo é de um outro modo de tecer os termos: escritor – literatura, muito diferente da forma esperada dessas identidades. Curiosamente, essa não-relação faz corresponder fracassado-desalinhado com sucesso-escritura. Dessas fissuras,

dessa impossibilidade de acatar as modelizações requeridas nos rigores societários e estilísticos, ele extrai elementos de passagem, no intuito de garantir ou conquistar um tipo de existência que em tudo se distancia das formas e das expectativas sociais – o que reanimava suas inquietações e produções:

Em mim, eu já agora tenho observado, há uma série chocante de incongruência de sentimentos desacordes, de misteriosas repulsas. Não sei! Não sei! O futuro elucidará. (DI, 1956: 51)

A cidade aviltada, os mandarins e suas ordens literárias, bem como os desatinos da nova sociabilidade provocavam em Lima Barreto o acirramento de suas sensibilidades no sentido de extrair sensações visuais, sonoras, ou seja, afecções das experimentações que ecoavam em seus encontros. Um tipo de relação, em outras palavras, uma não-relação com a cidade e as letras: a cidade atravessando a vida ao modo de um intercessor, liberando séries disjuntivas, anunciando impossibilidades... E como diz Deleuze, se um “criador não é agarrado pelo pescoço por um conjunto de impossibilidades, não é um criador. Um criador é alguém que cria suas próprias impossibilidades, e ao mesmo tempo cria um possível” (Deleuze, 1992: 167).

Das interferências entre a cidade e a literatura que se traduzem por impossibilidades, emergem intercessores como fundantes da criação, pois sem eles não há obra. Ainda segundo o pensamento deleuzeano, esses intercessores podem “ser pessoas – para um filósofo, artista ou cientista (...) – mas também coisas, plantas, até animais, como em Castañeda. Fictícios ou reais, animados ou inanimados, é preciso fabricar seus próprios intercessores” (Deleuze, 1992: 156).

Os processos de modernização e os constantes desrespeitos às camadas populares calam fundo na sua indignação; logo migram como ressonâncias imiscuídas em exercícios literários. Em *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*, essa passagem faz-se extremamente clara:

Nascera a questão dos sapatos obrigatórios do Conselho municipal, que foi aprovado e sancionado, determinando que todos os transeuntes da cidade, todos que saíssem à rua seriam obrigados a vir calçados. Nós passávamos então por uma dessas crises de elegância, que, de quando em quando, nos visita. Estávamos fatigados da nossa mediania, do nosso relaxamento; a visão de Buenos Aires, muito limpa, catita, elegante, provocava-nos e enchia-nos de loucos desejos de igualá-la.

Havia nisso uma grande questão de amor-próprio nacional e um estulto desejo de não permitir que os estrangeiros, ao voltarem, enchessem de críticas a nossa cidade e a nossa civilização. Nós invejávamos Buenos Aires imbecilmente. (IC,1998: 160-161)

Em relatos da paisagem carioca, quando Lima Barreto não se dedica a elogiar os encantos naturais, desliza, em ironia singela, sua consternação frente às arbitrárias cirurgias arquitetônicas efetivadas pela remodelação:

... Saí e tomei um bonde e fui à Prainha. A rua está outra, não a conheci bem. Se os prédios fossem mais altos, eu me acreditaria em outra cidade. Estive na esquina dela com a avenida, a famosa avenida das indenizações, subi-a a pé, tomei pelo que resta do beco da Rua da Prainha, agora em alargamento, e segui pela Rua do Largo de São Joaquim, prolongada e alargada até o Largo de Santa Rita. A rua quebra um pouco do primitivo alinhamento, mas mesmo assim ficará bela. Entretanto, como vêm já de boa administração essas modificações, acredito que o Rio, o meu tolerante Rio, bom e relaxado, belo e sujo, esquisito e harmônico, o meu Rio vai perder, se não lhe vier em troca um grande surto industrial e comercial... (DI, 1956: 91)

Pelos caminhos incansáveis que riscava na cidade, ensaiava um embaraçado andarilhar que, além de arranhar as molduras da boa cidadania, riscava contra-pensamentos como um possível frente ao imponderável que a ele se apresentava. A cidade, transformada e bela, e sua gente, desprezada e triste, desprendiam-lhe afecções, fruto dos embates que a modernização travava em seu corpo de sensações: desqualificações que se colavam àqueles que, de saída, eram incluídos como “in-qualificáveis”.

Do mesmo modo, frente às significações que brotavam das estéticas artísticas distanciadas, e que cada vez mais distanciavam o povo, Lima Barreto liberava uma fabulação provocativa, exercitando sua habilidade em suscitar desafetos no corpo erudito de uma literatura que se valia de palavreado “luxuriante” e se perpetuava em frases “bimbalhantes”:

Mesmo os nossos poetas mais velhos nunca entenderam a nossa vegetação, os nossos mares, os nossos rios; não compreendiam as nossas coisas naturais e nunca lhes pegaram a alma, o *subtractum*; e se queriam dizer alguma coisa sobre ela caíam no lugar-comum amplificado e no encadeamento grandiloquentes, quando não voltavam para a sua arcadiana e livresca floresta de álamos, plátanos, mirtos, com vagabundíssimas ninfas e faunos idiotas, segundo a retórica e a poética didáticas das suas cerebrinas escolas, cheias de

pomposos tropos, de rapé, de latim, e regras de catecismo literário. (HS, 1956: 126)

Cidade e Literatura, exterioridades que assumem em muitos pontos de inflexão uma não-relação com forças que des-dobram desacordos, colocando Lima Barreto fora do mundo oficial. Se este tipo de manobra libertava-o da morte neste mundo, fazia-o, contudo, adentrar “a errância, o deserto, o exílio (...) num espaço sem lugar, num tempo sem engendramento ao que ‘escapa à unidade” (Pelbart, 2002:288) – o que equivale ao próprio sentido de uma fratura a intensificar distâncias e dissonâncias com o que lhe era apresentado, incluindo aí o que se definia como inexorável:

Perdi a esperança de curar meu pai! Coitado, não lhe afrouxa a mania que, cada vez mais, é uma só, não varia: vais ser preso; a polícia vai matá-lo; se ele sair à rua, trucidam-no. Coitado, o seu delírio cristalizou-se, tomou forma. Pobre de meu pai! Uma vida cheia de trabalhos, de afanosos trabalhos, acabar assim nesse misterioso sofrimento que me compunge! (DI, 1956: 85)

Ao inventar mundos outros inventa também outras margens e, dessas localizações e circulações, diferentes confrontos são abraçados, o que não significa, necessariamente, a constatação de transformações. Tais dissonâncias, na maioria das vezes, provocavam novas disjunções consigo mesmo:

E hoje é para mim motivo de alegria poder eu dizer tal cousa, poder tratar tão solenes instituições com semelhante desembaraço que não é fingido.

É satisfação para minh'alma poder oferecer contestação, atirar sarcasmos à soberbia de tais sentenças, que me fazem sofrer desde os quatorze anos.

Oh! A ciência! (...)

Eles me encheram de medo, de timidez, abateram-me; a minha jovialidade nativa, a satisfação de viver nesse fantástico meio tropical, com quem tenho tantas afinidades, ficou perturbada pelas mais degradantes sentenças.

Desviei a corrente natural de minha vida, escondi-me em mim mesmo e fiquei a sofrer para sempre...

Mas, hoje! Hoje! Já posso alguma cousa e amanhã poderei mais e mais. Não pararei nunca, não me deterei; nem a miséria, as perseguições, as descomposturas me deterão. Sacudi para longe o fantasma do Medo; sou forte, penso, tenho coragem... Nada! Nada! Nada!

É que senti que a ciência não é um cochicho de Deus aos homens da Europa sobre a misteriosa organização do mundo. (DI, 1956: 112)

Neste momento, seguindo o pensamento de Deleuze, impõe-se a questão das turbulências que o desejo imprime em agenciamentos sempre bifurcantes, com suas linhas de derivas e de sedimentações. Nada melhor que as formulações propriamente deleuzeanas para vislumbrar as aporias do desejo:

À questão, como o desejo pode desejar sua própria repressão, como ele pode desejar sua escravidão, respondemos que os poderes que esmagam o desejo, ou que o sujeitam, já fazem parte dos próprios agenciamentos de desejo: basta que o desejo siga aquela linha, para ser levado, como um barco, por aquele vento.(...) Não que essas linhas preexistam; elas se traçam, se compõem, imanentes umas às outras, emaranhadas umas nas outras, ao mesmo tempo que o agenciamento de desejo se faz, com suas máquinas emaranhadas e seus planos entrecortados. Não se sabe de antemão o que vai funcionar como linha de declive, nem a forma do que virá barrá-la. (Deleuze e Parnet, 1998: 154)

Lima Barreto, agenciamento em que se desdobram linhas de boemia, cuja circulação pelas ruas se faz enlaçada em uma escrita militante, adentrando, ao modo de um “bandido tímido”, os salões da academia e da burguesia carioca. Contudo, essa mesma escritura, em agenciamento com essas linhas flexíveis de uma “máquina de guerra alcoólica”, produz ou afronta “seus próprios perigos, um limiar transposto depressa demais, uma intensidade tornada perigosa porque não podia ser suportada”(Deleuze e Parnet,1998:161). Assim, pode-se dizer com Deleuze que ao mesmo tempo em que um agenciamento se define por suas pontas de desterritorialização, ocorre também, em não havendo primazia nem generalidade para essas linhas, fazer-se à maneira de reterritorializações. Desse modo, afirmando também o seu horror, opera não só sua captura, sua desqualificação, mas também seu ostracismo nas Letras e na Cidade. Deleuze, em sua tematização acerca da linha de fuga, molecular, discute a prevalência de fluxos desterritorializantes que por ela passam. Contudo, ressalta em seu texto, que ela também está relacionada com a acumulação das reterritorializações que “lhes impõe voltas, desvios, equilíbrio e estabilização; enfim, a linha molar a segmentos bem determinados, [constituindo] um plano de organização e passar para uma máquina de sobrecodificação” (Deleuze e Parnet, 1998: 159).

Um fluxo de rua por um fluxo de palavras: como escapar da reterritorialização republicano-científico-burguesa? O que fazer com a recepção da máquina literária “rebarbativa” a oferecer indiferença, incompreensão, além de

menção nem sempre “honrosa” a seus escritos? Como burlar os assombros de uma premência familiar e da loucura do pai? (possíveis efeitos de uma reterritorialização paterna ao regime ditatorial e a seus silêncios). De que maneira desmontar a máquina burocrática da Secretaria da Guerra? (faltando e fazendo valer a possibilidade de sumir tropeadamente).

Deitei-me e dormi bem, sossegado e satisfeito, porque tinha trezentos e tantos mil-réis em casa. Depois dos grandes sofrimentos por que passou minha casa, eu ando pela vida apavorado, temendo desgraças, moléstias e tal fúria de tal forma vai se apossando de mim, que me vou azedando, e as rugas que tenho mantido em casa, me parece, se explica assim. (DI, 1956: 92)

Dos embates entre a cidade e a literatura emerge não apenas uma escrita que opera ultrapassagens, desligamentos, devires – um modo de intervenção estética e um arrastar-se para mais longe de si mesmo incitando outras criações –, mas igualmente uma afronta capaz de acirrar os visgos da inadequação frente às segmentariedades sociais dominantes. Acionar a máquina do julgamento tanto dos mandarins literários quanto dos homens de “bem” era o mesmo que fugir, “mas fugindo procurar uma arma” ou, muitas das vezes, cair nas armadilhas invisíveis de uma máquina abstrata literária – reterritorializando uma escrita eventualmente intimizada e ressentida:

Tinha trinta e poucos anos, um filho fatalmente analfabeto, uma sogra louca, eu mesmo com uma fama de bêbado, tolerado na repartição que me aborrecia, pobre, eu vi a vida fechada. Moço, eu não podia apelar para a minha mocidade; ilustrado, não podia fazer valer a minha ilustração; educado, era tomado por um vagabundo por todo o mundo e sofria as maiores humilhações. A vida não me tinha mais sabor e parecia que me abandonava à esperança.

Depois de beber consecutivamente durante uma semana, certa noite, amanheci de tal forma gritando e o dia seguinte passei de tal forma cheio de terrores, que o meu sobrinho André, que já era empregado e muito me auxiliava, não teve outro remédio senão pedir à polícia que me levasse para o hospício.

Foi esta a primeira vez. (CV, 1956: 176)

Novamente, se faz imprescindível acolher as hábeis ferramentas deleuzeanas, muito úteis quando se trata de conjurar análises finalistas e modelizantes:

O perigo da segmentaridade dura ou da linha de corte aparece em toda a parte. Pois esta não concerne apenas às nossas relações com o Estado, mas a todos os dispositivos de poder que trabalham nossos corpos, todas as máquinas binárias que nos recortam, as máquinas abstratas que nos sobrecodificam; ela concerne à nossa maneira de perceber, de agir, de sentir, nossos regimes de signos.(...) E seria um erro acreditar que basta tomar, enfim, a linha de fuga ou de ruptura. Antes de tudo, é preciso traçá-la, saber onde e como traçá-la. E depois ela própria tem seu perigo... (...). Quando acabam na morte, é em função de um perigo que lhes é próprio, e não de uma destinação que lhes seria própria. (...)...é a mesma coisa, a vida, a obra, quando elas encontraram a linha de fuga que faz delas as peças de uma máquina de guerra. Há muito tempo, nessas condições, que a vida deixou de ser pessoal, e que a obra deixou de ser literária ou textual. (Deleuze e Parnet, 1998: 160-162-163)

Alguns confrontos, ao se realizarem frente às sedimentações mais conservadoras presentes no agenciamento cidade-literatura, resultaram em episódios que fixaram Lima Barreto como um corpo vencido pela angústia, pela dor, capturado no isolamento inevitável, às vezes compulsivo, em alguns momentos irremediavelmente alcoólico. Tais combates dão-se em vários níveis e em muitos outros corpos, o que imediatamente remete à multiplicidade dos componentes de subjetivação (Guattari e Rolnik, 1986). Contudo, muito distante de certos biografismos que combinam criação literária, ressentimento e alcoolismo, afirma-se aqui, diferentemente, uma potência do viver e um modo próprio de en-cantar literariamente. É sobre uma linha de fuga que se cria, ou mesmo: é sempre uma política que torna o escrever e o viver estratégias da criação em que se tece a existência. Essa experiência estética que corresponde a uma crença na vida ocorre, nos dizeres deleuze-guattarianos, porque a fabulação criadora tem a ver com intensidades que “excedem os estados perceptivos e as passagens afetivas do vivido” (Deleuze e Guattari, 1992: 222). O artista, para esses autores é alguém que viu na existência algo demasiado, assim como também é intolerável “a luta da vida com o que a ameaça, de modo que o pedaço de natureza que ele percebe, ou os bairros da cidade, e seus personagens, acedem a uma visão que compõem, através deles, perceptos desta vida” (idem:idem).

A seu modo, Lima Barreto sabia que os conteúdos da modernização e as práticas constituintes em determinado solo social nunca estavam desconectadas umas das outras. Percebia que o atendimento às leis de um Estado discricionário-republicano e o ajustamento a um código coercitivo-burguês das condutas sociais,

em nada contribuiriam para o avanço do pensar individual e para o aumento da dignidade coletiva. Seus encontros na vida e pela vida permitiam-lhe intuir que outros modos de existência [subjativação] se tornam possíveis quando se faz corresponder: variação dos afetos e ação política – intuição que se imiscuía na maneira de tecer sua escrita.

Estética já entrelaçada em uma ação ético-política que desmistifica as formas autorizadas de experimentar a literatura e a cidade. Nesse **modo de escrever-modo de existir**, Lima Barreto constitui-se como expressão de perceptos e afectos que o fazem tornar-se sempre outro de si mesmo, além de estrangeiro às pretensões assépticas de uma cidade que substitui antigos e diferentes códigos por novos e uniformizados contornos. Vale esclarecer que os perceptos não são percepções individualizantes, são “pacotes de sensações e de relações que sobrevivem àqueles que os vivenciam. Os afectos [também] não são sentimentos, são devires que transbordam aquele que passa por eles (tornando-se outro)” (Deleuze, 1992: 171).

O que se afirma no panorama aqui apresentado acerca dos processos de subjativação em Lima Barreto, é que, por um conjunto de nuances, ele se afastava mais e mais dos cidadãos de “bom senso” e dos homens do “bom gosto” literário da época, em função de uma ética no viver e no escrever. Uma escrita que não representava as preferências do que então se queria fazer prevalecer, o que permitiu inclusive inferências relativas a um suposto descompromisso estético e lingüístico de sua obra. Se tais avaliações entristeciam o romancista, de forma alguma abalavam as certezas construídas na trajetória do seu inequívoco compromisso político. No processo da escrita barretiana, as ordens que atravessam seu universo entrecruzam-se com dissonâncias e sua objetivação singular, provocando ressonâncias em sua expressão político-criativa:

Noticiam os jornais que um delegado inspecionando, durante uma noite destas, algumas delegacias suburbanas, encontrou-as às moscas, comissários a dormir e soldados a sonhar.(...)

A impressão que tenho é de que a vida e a propriedade daquelas paragens estão entregues aos bons sentimentos dos outros e que os pequenos furtos de galinhas e coradouros não exigem um aparelho custoso de patrulhas e apitos. (...)

Penso mesmo que, se as coisas não se passassem assim, os vigilantes, obrigados a mostrar serviço, procurariam meios e modos de efetuar detenções e os notívagos, como eu, ou os pobres-diabos que lá

procuram dormida, seriam incomodados, com pouco proveito para a lei e para o Estado.

Os policiais suburbanos têm toda a razão. Devem continuar a dormir. Eles, aos poucos, graças ao calejamento do ofício, se convenceram de que a polícia é inútil.

Ainda bem. (VU, 1956: 61-62)

Para além de toda organização impositiva e toda condução normativa a configurar manobras enredantes e subjetividades naturalizadas, um escritor em Lima Barreto emerge por entre disjunções e linhas de fuga que se forjam em um plano de imanência, ganhando atualidade na boemia, na participação jornalística, na vida política da cidade, na correspondência com amigos, nos romances, nas crônicas, nas memórias – na literatura de um modo geral.

Deve-se ressaltar, mais uma vez, que esse plano de imanência não engendra consistência apenas para as sensações deslizarem. Muito mais do que isso, viabiliza a mobilidade por onde se pode fugir às totalizações insidiosas da subjetividade – um e mesmo movimento produzido por afecções que querem o diverso, intensidades, processos de saturação que, tal como na vida, abrem passagens às linhas de múltiplos devires na arte:

Quer dizer: que o homem, por intermédio da Arte, não fica adstricto aos preceitos e preconceitos de seu tempo, de seu nascimento, de sua pátria, de sua raça; ele vai além disso, mais longe que pode, para alcançar a vida total do Universo e incorporar a sua vida na do Mundo. (IL, 1956: 66)

Pelas ruas da cidade, Lima Barreto arroja-se em embates políticos com ordens diferenciadas, tecendo uma ética entrelaçada a mundos pelos quais também transitam sensações estéticas a interferir nos universos que inventa, provocando intensidades que se desprendem em literatura militante:

O escopo utilitário matou todo o ideal, toda a caridade e quer cada “besta” na sua manjedoura.

Antes o feudalismo!

Antes a Nobreza! (DI, 1956: 191)

Nessa pura diferença – angustiante para muitos, persecutória para alguns, mas inexorável para todos – vão sendo engendrados os componentes da subjetivação que, em Lima Barreto, efetuam-se em uma escritura que se afirma

desterritorializando as instituições que o atravessam, as mesmas que também o impacientam:

... não obedeco a teorias de higiene mental, social, moral, estética, de espécie alguma. O que tenho são implicâncias parvas; e é só isso. Implico com três ou quatro sujeitos das letras, com a Câmara, com os diplomatas, com Botafogo e Petrópolis; e não é em nome de teoria alguma, porque não sou republicano, não sou socialista, não sou nada: tenho implicâncias. É uma razão muito fraca e subalterna; mas como é a única, não fica bem a minha honestidade de escriba escondê-la. (IL, 1956: 277)

Lima Barreto não falava em nome da cidade nem do seu lugar de cidadão, tampouco de um lugar representativo de grupos segundo essa ou aquela configuração. Ele falava em seu próprio nome da cidade, da gente simples, da política, da literatura, da natureza, da vida... Isto é, falava das potências que o remetiam a um mais-longe-de-si: suas alegrias, suas dores, seus rancores, suas revoltas, suas paixões, seus encantos e suas guerrilhas:

Veio-me a idéia, ou antes, registro aqui uma idéia que me está perseguindo. Pretendo fazer um romance em que se descrevam a vida e o trabalho dos negros numa fazenda. Será uma espécie de *Germinal* negro, com mais psicologia especial e maior sopro de epopéia. Animará um drama sombrio, trágico e misterioso, como os do tempo da escravidão.

Como exija pesquisa variada de impressões e eu queira que esse livro seja, se eu puder ter uma, a minha obra-prima, adia-lo-ei para mais tarde. (DI, 1956: 84)

Uma fala como ato; uma escrita como ato; uma arte que incita, induz, dificulta, amplia, denunciando as artimanhas por onde o poder circula, mas engendrando possibilidades, rupturas, escapando de determinações, produzindo diferenciações.

5.2

Modos de Escrever - Modos de Existir: a subjetivação como dobra

Estabelecer algumas correlações entre as transformações deflagradas na cidade do Rio de Janeiro no início do século XX e uma construção literária pressupõe, nesta pesquisa, entender Lima Barreto a partir de um plano de

imanência, e os processos de subjetivação como “dobra” neste plano. Tal empreendimento remete a um duplo esforço, pois significa não somente definir um plano de consistência no qual esses conceitos possam efetivamente ativar uma nova forma do pensamento como também, desembaraçar-se das proposições disciplinares presentes no campo social e, de maneira mais específica, no território “psi”. Os saberes hegemônicos, ao organizar os mundos social e psicológico, o fazem exatamente por operar uma concepção que pressupõe duas esferas distintas, remetendo necessariamente uma das instâncias a um plano de transcendência, de onde derivam leis, normas, capazes de explicar um pelo outro, bem como de regular um pelo outro.

Riscar outro caminho e poder encontrar no acontecimento Lima Barreto a formulação da subjetivação como dobra consiste em extrair sentidos inaugurais de formas conhecidas e, sobretudo, habilidade em forjar novas conexões epistemológicas em um plano indissociável – campo social e formações subjetivas. Assim, atinge-se o propósito de não somente pensar o plano de imanência mas, sobretudo, “mostrar que ele está lá, [no] não pensado em cada plano. O pensar desta maneira, como o fora e o dentro do pensamento, o fora não exterior ou o dentro não interior” (Deleuze e Guattari, 1992: 79):

...O Fora, em Foucault, como em Blanchot, a quem ele toma emprestado esse termo, é o que é mais longínquo que qualquer mundo exterior. Mas também é o que está mais próximo que qualquer mundo interior. Daí, a reversão perpétua do próximo e do longínquo. O pensamento não vem de dentro, mas tampouco espera do mundo exterior a ocasião para acontecer. Ele vem desse Fora, e a ele retorna; o pensamento consiste em enfrentá-lo. (Deleuze, 1992: 137)

Essa alteração no pensamento empreendida por Michel Foucault, Gilles Deleuze e Félix Guattari reafirma uma maneira diferenciada de pensar a existência a partir dos processos de subjetivação. Esse plano que confere realidade às singularidades constitui-se no enfrentamento da linha do Fora e, segundo Deleuze (1992), essa é uma linha que, “enquanto se vive não se termina nunca de enfrentar”. Assim, os processos de subjetivação dizem respeito a uma dobra da força, ou melhor falam da uma dobra da linha do Fora. Tal formulação anuncia a possibilidade de “inventar modos de existência, segundo regras facultativas, capazes de resistir ao poder bem como se furtar ao saber, mesmo se o saber tenta

penetrá-los e o poder tenta apropriar-se deles...”(Deleuze, 1992: 116). Exatamente por essa agonística das forças e pelo caráter facultativo que as regras assumem nos saberes é que essa força pode se dobrar, duplicar, ou seja, operar inscrições singulares, estabelecendo assim o caráter processual da subjetivação: o que consiste sempre em um novo sentido de relação da força consigo. É por encontrar esse fluxo esquizo, como define Peter Pál Pelbart (2002:288), “neste ponto excêntrico, no pensamento como pensamento do fora, que Deleuze e Foucault teriam se cruzado, produzindo uma cintilação singular” – uma proposição a acentuar, nos agenciamentos, o campo intensivo, a máquina de guerra, ou mesmo a exterioridade.

Por esse caminho, reafirma-se uma política e uma estética da experiência, uma criação da vida, ressaltando-se uma ética que não apenas reconhece o caráter facultativo das regras, mas, principalmente, enfatiza o caráter seletivo em que se forja o aumento de potência nos modos de existência.

Essas premissas conduzem a uma questão relativa aos discursos e aos exercícios habituais da sociabilidade e, o que aponta Gilles Deleuze, diz respeito ao caráter ético, estético e político dessa outra forma de relação com a vida:

...Às vezes basta um gesto ou uma palavra. São os estilos de vida, sempre implicados, que nos constituem de um jeito ou de outro. Já era a idéia de “modo” em Espinosa. E será que isso não está presente desde a primeira filosofia de Foucault: o que somos “capazes” de ver e dizer (no sentido do enunciado)? Mas se há nisso toda uma ética, há também uma estética. O estilo, num grande escritor, é sempre também um estilo de vida, de um modo de existência. (Deleuze, 1992:126)

Cumprido frisar que, ao entender o modo de escrever como uma estética da experiência, esta tese pretende evidenciar um tipo de investimento, desafiador do pensamento, que Lima Barreto determinava a si mesmo – um modo de existência. Esta afirmação se faz mais clarificada quando a aproximamos daquilo que Peter Pál Pelbart enuncia acerca dos processos de subjetivação em “Literatura e Loucura” (2002):

... Se para Deleuze a exterioridade é concebida como um fundo-sem fundo a partir do qual a própria subjetividade emerge, é compreensível que Deleuze não a considere abolida, mas a detecte no âmago da própria subjetividade enquanto dobra, memória absoluta do fora, contração do fora como duração, vida. (...) Deleuze reencontra a “paixão do Fora” no último Foucault, seja ao reconhecer o Fora como

imane a pr3pria subjetividade e aos processos de subjetiva33o que ele elencou, seja ao entender a possibilidade do “pensar diferentemente” como um apelo para dobrar diferentemente as for3as do fora. (...) O apelo do Fora ou a paix3o do Fora encontra a3 sua fun33o estrat3gica e pol3tica, quando desencadeia uma muta33o subjetiva, isto 3, uma redistribui33o dos afectos, daquilo que atrai e do que repugna. (Pelbart, 20002: 297)

“Pensar diferentemente” – modo de exist3ncia barretiano que tomava corpo ao transitar por diferentes g3neros liter3rios, em revelar um aparente descuido no ato de compor a escrita, em detalhar personagens de tessitura peculiar e, 3s vezes, na apresenta33o exaustiva das formas da vida comum. Essa n3o-rela33o com os par3metros da socialidade cidadina e liter3ria 3 o que constitui o plano 3nico em que se evidencia uma recusa no modo barretiano de topar com as m3quinas abstratas da cidade e da literatura. Plano de iman3ncia em que a forma desestabilizada desterritorializa o conte3do ao mesmo tempo que libera outras formas de vida e de arte. Todas essas sutilezas consistiam em insubordina33es frente a uma literatura que se queria estilizada e redentora da bela forma, interessada em uma racionalidade empenhada em universalizar atitudes modelizadas, no mesmo cen3rio em que se invisibilizavam os comportamentos que lutavam para escapar ao controle. Uma escrita assim s3 pode ser definida como militante, principalmente porque, ao se liberar dos elementos de hierarquiza33o, imediatamente evoca uma dissid3ncia no pensamento, cuja fragilidade n3o abole a vitalidade desta literatura. Tal escritura pode ser entendida tamb3m como um rizoma que, n3o s3 incorpora as experi3ncias vividas, mas, sobretudo, se permite contagiar pelas turbul3ncias daqueles que tamb3m desafiam as totaliza33es. Uma escrita rizom3tica que se alastra na cidade em linhas de segmentaridade, “de estratifica33o, como dimens3es, mas tamb3m linhas de fuga ou de desterritorializa33o como dimens3o m3xima segundo a qual, em seguindo-a, a multiplicidade se metamorfoseia, mudando de natureza” (Deleuze e Guattari, 1995: 32).

Em suas paisagens humanas e cidadinas, o que emerge 3 uma escrita interessada em examinar um projeto de moderniza33o cuja proposta centralizadora e discricion3ria proclamava, por seus pr3prios postulados, uma organiza33o societ3ria natural e apol3tica. Do mesmo modo, o romancista manifestava um sistema avaliativo diferenciado ao indagar sobre o que era oferecido 3 sociedade

como modelo econômico-político. Da mesma maneira, não hesitava em dar a conhecer suas preocupações quanto ao que se definia como ordem pública e, principalmente, quanto aos perigos advindos das estratégias da racionalidade científica, ou seja: das “decisões” e administrações vindas de cima a se apresentar como “solução” para os de baixo – um outro em Lima Barreto, cujas considerações as leituras da representação deixam escapar.

A apreensão do romancista quanto ao perigo de seu tempo assinala a necessidade de se construir uma ética diferenciada, capaz de combater a lógica de uma modernização irremediável, cujas transformações incidiriam negativamente nos modos de existência da população e na peculiar fisionomia da cidade. Assim, em sua maneira de abordar as questões sociais, o escritor denunciava o modelo de sociedade e as condutas impostas pela nova racionalidade que se difundiam tal qual “um dever de si” – formas modelizantes que se alastravam por decretos, picaretas, vacinas, títulos, literatura... Uma escrita que, ao acionar uma máquina de guerra, interroga e “abandona os estratos, as segmentaridades, a sedentaridade, o aparelho de Estado” (Deleuze e Guattari, 1995: 35):

...Não era a primeira vez que ia ao Apostolado, mas quando via o vice-diretor sair rapidamente por detrás de um retábulo, na absida da capela, ao som de um tímpano rouco, dava-me vontade de rir às gargalhadas. Demais, ficava assombrado com a firmeza com que ele anunciava a felicidade contida no positivismo e a simplicidade dos meios necessários para a sua vitória: bastava tal medida, bastava essa outra – e todo aquele rígido sistema de regras, abrangendo todas as manifestações da vida coletiva e individual, passaria a governar, a modificar costumes, hábitos e tradições. (IC, 1998: 142)

Lima Barreto pode ser lido para além das interioridades, por mais que leituras dessa natureza possam ter-se apoderado de alguns episódios no conjunto de sua obra, principalmente porque suas vivências se enredam tanto na crítica política da república rançosa, quanto na denúncia contundente da modelização capitalista-civilizadora. O escritor é feroz opositor das iniciativas orientadas para a inclusão normalizadora dos mais pobres e o embranquecimento administrado da mão de obra – interesses que a onda de progresso inspirava, ratificada em um cientificismo a alinhar promessas de um novo tempo do capital. Esses aspectos compõem com a voracidade de um período emoldurado em promessas modernizantes, poderosas em anunciar e segredar, aos eleitos, a felicidade

vindoura da humanidade. Época que, entre outros perigos, fazia Lima Barreto indagar as paisagens que se compunham em conturbada e “injusta” trajetória:

Aquele menino, quase imberbe, falava-me de seu crime, como se fosse a cousa mais trivial desta vida, um simples incidente, uma pândega ou um contratempo sem importância.(...)

O curto encontro com esse rapazola criminoso, ali, naquele pátio, mergulhado entre malucos a delirar, a fazer esgares, uns; outro, semimortos, aniquilados, anulados, encheram-me de um grande pavor pela vida e de um sentimento profundo da nossa incapacidade para compreender a vida e o universo.

Lembrei-me, então, dos outros tempos em que supus o universo guiado por leis certas e determinadas, em que nenhuma vontade, humana ou não, a elas estranhas, poderia intervir, leis que a ciência humana iria aos poucos desvendando... Não sorri inteiramente; mas achei tal cousa ingênua e que todo o saber humano só seria útil para as suas necessidades elementares de vida e nunca conseguiria explicar a sua origem e seu destino. Tudo mistério e sempre mistério. (CV, 1956: 161-163)

Contudo Lima Barreto sabia que a cidade, ao experimentar todas aquelas transformações, também efetuava possibilidades inusitadas, pois a dominação sacralizada no latifúndio e a imobilidade da ordem campestre jamais poderiam oferecer aos homens um sentido mais digno para a vida. Em muitos momentos, afirmava que o campo era um “depósito de preconceitos e superstições” e a cidade, diferentemente, favorecia a “ebulição de idéias, de sentimentos – coisa muito favorável ao desenvolvimento humano” (IL, 1956: 104-105).

Destoante de algumas análises que apontam o caráter passadista, nostálgico e não cosmopolita do romancista, o que se verifica em seus textos, ao debruçar-se sobre eles a partir de uma outra perspectiva, é uma tentativa de não sucumbir ao discurso importado, verticalizado e viesado das elites. Seu intuito, ao esbravejar contra o excesso de novidades, consistia em combater a mística redentora embutida na idéia de que o fardo da modernidade era salvar a periferia do atraso. Essa perspectiva, mimetizada em várias formulações, geralmente auto-justificadas, de opressão de um segmento sobre outro, sempre incitaram em Lima Barreto uma atitude aguerrida e impiedosa, para além da mera reatividade do colonizado frente às determinações do colonizador.

Diante das idéias de superioridade social e inferioridade racial que transbordavam da cientificização para a sociabilidade iletrada, o escritor forjava sua luta e sua ética, chegando mesmo ao entendimento de que essa era a lógica

principal a ser enfrentada e combatida. Esse confronto inevitável se fazia cada vez mais intenso à medida que determinações higienistas – moralizantes e eugênicas – se destilavam junto à população, favorecendo a identificação, uniformização e segregação dos desfavorecidos indiscriminadamente:

A loucura se reveste de várias e infinitas formas; é possível que os estudiosos tenham podido reduzi-las em uma classificação, mas ao leigo ela se apresenta como as árvores, arbustos e lianas de uma floresta: é uma porção de coisas diferentes.

Uma generalização sobre seu fundo pecaria pela base. Choques morais, deficiência de inteligência, educação, instrução, vícios, todas essas causas determinam formas variadas e desencontradas de loucura; e, às vezes, nenhuma delas o é.

Apela-se para a hereditariedade que tanto pode ser causa nestes como naqueles; e que, se ela fosse exercer tão despoticamente o seu poder, não haveria um só homem de juízo, na terra.(...)

O hospício é bem construído e seria adequado, se não tivesse quatro vezes o número de doentes para que foi planejado. (CV, 1956: 186-187-188)

Além dessas observações atentas às legislações científicas, Vicente Mascarenhas, o protagonista do *Cemitério dos Vivos*, narra suas inquietações diante do poder da instituição psiquiátrica, atestando que sua condição de interno o fazia equivaler a alguém que “tinha perdido toda a proteção social, todo o direito sobre o (...) próprio corpo, (...) assim como um cadáver de anfiteatro de anatomia” (CV, 1956: 220).

Estes dissabores ele não apenas intuía ou observava, mas vivenciava diretamente nas práticas e nos discursos da assistência, ambos distribuídos diversamente na hierarquia contratual social.

Contudo, sua escrita movia-se por afetos indissociáveis forjados no desejo de interrogar as redes de saber e os dispositivos de opressão e sujeição, bem como no sentido de considerar diferentes formas de existência [subjetivação] que ele sabia possível por outros critérios avaliativos da vida e por uma condução menos heterônoma dos diferentes interesses sociais.

Ao estudar temas importantes referentes à ética de Foucault, Hubert Dreyfus e Paul Rabinow enfatizam que o referido filósofo sempre realçou a importância de se fazer um diagnóstico dos problemas de que uma época se ocupa e dos perigos que ela comporta, bem como reiteradamente sugere que se

investigue a necessidade de “combater o perigo atual”. (Dreyfus-Rabinow, 1995: 279).

Nesse sentido, pode-se dizer que, a seu modo, Lima Barreto encarnaria esse misto de interrogação-anúncio de um perigo iminente nas formas modelizantes de confisco da autonomia dos homens, dos grupos, dos povos. Decerto sua obra permite discriminar, a partir de determinadas evidências, quais os mecanismos de assujeitamento que se encontravam em ação à época do projeto vertical da modernização cientificista republicana.

Michel Foucault também chama a atenção, nas suas discussões sobre as redes de saber-poder, para as diferentes maneiras pelas quais determinados dispositivos disciplinares operam quando engendram “um conjunto de prescrições e uma modalidade de relação e o reconhecimento de si” (Foucault, 1984: 12). A partir de uma produtiva eficácia, reanima-se a capacidade de certas verdades se transportarem para outra localização, sendo necessária, por este motivo, uma investigação sempre recomeçada, com vistas a definir estratégias de afrontamento a certos domínios, cujos termos fazem-se outros a cada nova efetuação do poder.

Frente ao perigo mudo intrincado nas barulhentas e promissoras transformações da cidade, tornava-se imperioso a Lima Barreto fazer falar as mazelas sociais, o não consensual arquitetônico, o abjeto contra a natureza e a paisagem urbana, as tristezas impetradas aos pobres, aos desvalidos; em suma, todos os descompassos liberados e perseguidos com a nova ordem dominante – tão ou mais ficcional do que as cenas que se desprendem do seu texto.

A partir de um caos, de um aparente indiscernível que era a cidade, os devires em Lima Barreto se constituíam na própria desterritorialização de um modo de sujeição a uma lei cientificista e burguesa. Tal efeito localizava-se preferencialmente no território da escrita enquanto uma dobra da força, em um outro modo de tomar a si outros devires, outros modos do viver. Sua loucura, seu desalinho ou mesmo sua diabólica inocência, fala de um povo inadequado, sujo e inaceitável – uma não-relação com o código burguês –, e que chega a posteridade pela não-relação com a literatura enquadrada nos cânones do seu tempo. Uma escrita rizomática a operar um entendimento do pensamento “do fora na sua lógica mais íntima, isto é, a mais voltada para o exterior (...), a conectividade

errante, a proliferação multidirecional, a ausência de centro, de sujeito e de objeto, uma topologia e cronologia inteiramente alucinatórias” (Pelbart, 2002: 297-298).

Pensar essa topologia multidirecional requer deixar-se inspirar nas questões foucaultianas, tão bem desenvolvidas por Deleuze, acerca dos processos de subjetivação:

Curvando sobre si a força, colocando a força numa relação consigo mesma, os gregos inventam a subjetivação. Não é mais o domínio das regras codificadas do saber (relação entre formas), nem o das regras coercitivas do poder (relação da força com outras forças), são regras de algum modo *facultativas* (relação a si): o melhor será aquele que exercer um poder sobre si mesmo. Os gregos inventam o modo de existência estético. É isso a subjetivação: dar uma curvatura à linha, fazer com que ela retorne sobre si mesma, ou que a força afete a si mesma. (Deleuze, 1992: 141)

Lima Barreto exercia sua arte a partir de regras singulares, em que podia fazer valer a variação dos tipos, assumir temáticas privilegiadas, apresentar disponibilidade quanto aos gêneros literários, assim como exercitar uma maneira peculiar de transitar na cidade faxinada. Esses aspectos encontravam-se em conexão com uma opção estética que não só cartografava os contornos do vivido como expandia suas convicções, intensificando provocações, produções e perturbações no seio de um agenciamento: cidade-literatura. Em suma, quando se alça o plano de imanência atinge-se uma zona indiscernível no qual o pensamento avança naquilo que não está estratificado, o que permite compreender que uma dobra da força corresponde a sua duplicação em uma relação consigo mesma, fazendo dessa força uma derivação e, como resultante, uma *subjetivação*.

Em um estudo dedicado a relacionar *Amizade e Estética da Existência*, Francisco Ortega (1999) ressalta, em tons foucaultianos, a experiência da escrita como atividade des-subjetivante das modelizações dominantes. Enfatiza na sequência do trabalho, que o desprender-se de si remete à possibilidade “de uma transformação de si mediante o ato de escrever”. Portanto, destaca o escrever como uma outra relação da força consigo mesma, uma duplicação da força que faculta liberar uma outra forma de ser.

A mesma orientação informa a presente pesquisa acerca da escrita barretiana: criação que faz vibrar, existência e arte, em uma dimensão desobediente aos patamares da racionalidade de inúmeras épocas; escrita que

costura, de forma singular, obra e vida nas linhas poídas da modernização elitizante; escritor que, ao inventar caminhos, se distancia dos “Passos” higienizados da cidade “catita”, colocando em relevo os tipos que escapavam da ordem e os empecilhos não incorporáveis ao progresso. Lima Barreto, um modo de existir que aposta em um seguro instrumento de delicado manejo: a imanência, uma vida; viver... escrever...

Assim, nas linhas finais de uma tese que pretende contribuir com a discussão teórica dos modos de subjetivação, nada mais apropriado do que convocar Deleuze em uma tematização acerca da subjetivação, em consonância com as contribuições de Foucault. Ambos falam de um vitalismo sobre fundo estético, imanente a este novo entendimento do pensamento. O filósofo da diferença analisa o porquê do genealogista abandonar a conceituação do sujeito em favor da subjetivação e com isso indica que, segundo a “maneira de dobrar a linha de força, trata-se da constituição de modos de existência, ou da invenção de possibilidades de vida que também dizem respeito à morte, a nossa relações com a morte: a não existência como sujeito, mas como obra de arte” (Deleuze, 1992: 116).

Insiste também nessa inventiva do pensamento acerca dos modos de subjetivação, certa inclinação pelo afrontamento; qual uma literatura militante, incita à escritura de uma tese enredada nos riscos das convicções assumidas. Este trabalho, portanto, conta não apenas de uma linha que se fez transponível, mas, principalmente, de uma região que, embora habitável, não se permite colonizada.

Lima Barreto: atalho a oferecer, nessa geografia, a visibilidade de uma tarefa que mais abre questões do que conclui uma tese.

Afirmada também como experiência des-subjetivante, a tese também pretende provocar reverberações na polifonia de prováveis leitores e, quem sabe, liberar um outro possível para o pensamento, em especial para aqueles que se dedicam ao exercício da psicologia.

Em termos barretianos, o pensamento se faz revolucionário pela rebeldia à serena conformidade e pela imaterialidade de sua cruel devastação, evidenciando, de um só golpe, realidades irrecuperáveis e caminhos inaugurais – a **cidade** como o impensável de algum tempo, as lutas como o indizível de cada época, o fora

indescritível de uma **literatura** insurgente, a **subjetivação** como uma experiência de toda a existência:

Eu sou Afonso Henriques de Lima Barreto. Tenho vinte e dois anos, Sou filho legítimo de João Henriques de Lima Barreto. Fui aluno da Escola Politécnica, No futuro, escreverei a *História da Escravidão Negra no Brasil* e sua influência na nossa nacionalidade. (DI, 1956: 33)

Lima Barreto, a vida como (d)obra de arte.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARBOSA, F. A. “O Carioca Lima Barreto - sentido nacional de sua obra”, In: *O Rio de Janeiro de Lima Barreto*. vol.1. Rio de Janeiro: Edições Rio Arte, 1983.
- . *A Vida de Lima Barreto*. 8ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.
- BARRETO, A. H. L. *Bagatelas*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956.
- . *Clara dos Anjos*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956.
- . *Coisas do Reino do Jambon*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956.
- . *Correspondência I*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956.
- . *Correspondência II*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956.
- . *Diário Íntimo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956.
- . *Feiras e Mafuás*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956.
- . *Histórias e Sonhos*. Rio de Janeiro/Belo Horizonte: Livraria Garnier, 1990.
- . *Impressões de Leitura*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956.
- . *Marginalia*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956.
- . *Numa e a Ninfa*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956.
- . *O Cemitério dos Vivos*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956.
- . *Os Brunzundangas*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956.
- . *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*, Rio de Janeiro: Record, 1998.
- . *Triste Fim de Policarpo Quaresma*. São Paulo: Klick Editora, 1997.
- . *Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956.
- . *Vida Urbana*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956.
- BENCHIMOL, J. *Pereira Passos: Um Haussmann tropical*. Secretaria Municipal de Cultura, 1992.
- BOSI, A. “As letras na Primeira República”. In: *O Brasil republicano – tomo III*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- . *Literatura e Resistência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- BRETAS, M. L. *A Guerra das Ruas: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

- CARVALHO, J. M. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi*. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- CHALHOUB, S. “Classes perigosas”. In: *Trabalhadores, classes perigosas*, Unicamp/ UFF, N° 6, 1990.
- COSTA, J. F. *Ordem Médica e Norma Familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- DECCA, E. “Quaresma: um relato de massacre republicano entre a ficção e a história” In: DECCA, E.;LEMAIRE,R. (orgs.). *Pelas margens: outros caminhos da história e da literatura*, Campinas, Porto Alegre: Ed. Da Unicamp, Ed. Da Universidade – UFRGS, 2000.
- DEL BRENNNA, G. R. (org.). *O Rio de Janeiro de Pereira Passos: uma cidade em questão II*. Rio de Janeiro: Index, 1985.
- DELEUZE, G. *Conversações*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.
- . *O que é um dispositivo?* Publicação eletrônica. dispositivo / o que 13deleuze.html, 2001.
- . *Crítica e Clínica*. São Paulo: Editora 34, 1997.
- . “A imanência: uma vida...”. In: VASCONCELLOS, J.; FRAGOSO, E. (orgs.). *Gilles Deleuze: Imagens de um Filósofo da Imanência*, Londrina: Editora, UEL, 1997-A.
- . *Lógica do Sentido*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2000.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Kafka: por uma literatura menor*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1977.
- . *O que é filosofia?* Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.
- . *Mil Platôs - Capitalismo e Esquizofrenia*, vol 1. São Paulo: Editora 34, 1995.
- . *Mil Platôs - Capitalismo e Esquizofrenia*, vol 5. São Paulo: Editora 34, 1997.
- DELEUZE, G.; PARNET, C. *Diálogos*. São Paulo: Editora Escuta, 1998.
- DREYFUS, H.; RABINOW, P. *Michel Foucault: Uma trajetória Filosófica, para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- FIGUEIREDO, C. L. N. *Trincheiras de Sonho: ficção e cultura em Lima Barreto*. Rio de Janeiro:Tempo Brasileiro,1998
- FINAZZI-AGRÒ, E. “O intelectual e o Bruzundanga. Utopias históricas e distopias

- literárias no começo de século XX”. In: DECCA, E.; LEMAIRE R. (orgs.). *Pelas margens: outros caminhos da história e da literatura*. Campinas, Porto Alegre: Ed. Da Unicamp, Ed. Da Universidade – UFRGS, 2000.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998.
- FOUCAULT, M. “O Sujeito e o Poder”. In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. *Michel Foucault: Uma trajetória Filosófica, para além do estruturalismo e da hermenêutica*, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade 2: O uso dos prazeres*. 6ª. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.
- GIL, J. *Diferença e Negação na Poesia de Fernando Pessoa*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.
- GUATTARI, F.; ROLNIK, S. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- HERSCHMANN, M.; PEREIRA, C. A. (orgs.). *A Invenção do Brasil Moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20 – 30*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- JENKINS, K. *A História Repensada*. São Paulo: Editora Contexto, 2000.
- LEENHARDT, J., “A construção da identidade pessoal e social através da história e da literatura”. In: LEENHARDT, J.; PESAVENTO, S. (orgs.). *Discurso Histórico e Narrativa Literária*. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 1998.
- LEMAIRE, R. “O mundo feito texto”. In: DECCA, E.; LEMAIRE, R. (orgs.). *Pelas margens: outros caminhos da história e da literatura*. Campinas, Porto Alegre: Ed. Da Unicamp, Ed. Da Universidade – UFRGS, 2000.
- LEVI, G. “Sobre a micro-história”. In: BURKE, P. (org.). *A escrita da história. Novas Perspectivas*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.
- . “Usos da biografia”. In: FERREIRA, M. M. e AMADO, J. (orgs.). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- LINS, O. *Lima Barreto e o Espaço Romanesco*. São Paulo: Editora Ática, 1976.
- MARINS, P. C. G. “Habitação e Vizinhaça: limites da privacidade no surgimento das metrópolis brasileiras” In: NOVAIS, F. (org.). *História da Vida Privada no Brasil*. Vol.3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- MENEZES, L. M. *Os Indesejáveis: desclassificados da modernidade*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1996.

- MOYSÉS, S. M. A. “Imagens de Leitura e de Leitores no Brasil no Século XIX”. In: Revista Brasileira de Educação, ANPEd nº 0, p. 53-62, Set/Out/Nov/Dez - 1995
- NIETZSCHE, F. *Sobre Verdade e Mentira no Sentido Extra-Moral-1873*. São Paulo: Editora Nova Cultural/ Círculo do Livro, 1996.
- ORTEGA, F. *Amizade e Estética da Existência em Foucault*. São Paulo: Edições Graal, 1999.
- OSWALD, M. L. “Cidade & Literatura: Lima Barreto e a língua da Bruzundanga”. In: Revista Advir, nº 17, p. 102-110, set-2003.
- PELBART, P. P. “Literatura e Loucura”. In: RAGO, M.; ORLANDI, L.; VEIGANETO, A. *Imagens de Foucault e Deleuze – ressonâncias nietzschianas*. Rio de Janeiro: DP& A. Editora, 2002.
- PESAVENTO, S. “Contribuição da história e da literatura para a construção do cidadão: a abordagem da identidade nacional” In: LEENHARDT, J.; PESAVENTO, S. (orgs). *Discurso Histórico e Narrativa Literária*. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 1998.
- POMAR, W. *Brasil em 1900*. São Paulo: Editora Ática, 1996.
- PRADO, A. A., publicação eletrônica. Em, <http://www.mec.gov.br/seed/tvescola/PDF/revis%C3%A3o-T.Lima-Arnoni.pdf>. 2000.
- RESENDE, B. *Lima Barreto e o Rio de Janeiro em fragmentos*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/UNICAMP, 1993.
- RAGO, M. *Do Cabaré ao Lar: a utopia da cidade disciplinar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- . “A História Repensada com Ousadia”. In: JENKINS, K. *A História Repensada*. São Paulo: Editora Contexto, 2001.
- RANCIÈRE, J., “Deleuze e a Literatura”. In: Matraga, nº 12, Rio de Janeiro: Instituto de Letras, UERJ, 1999.
- REVEL, J. “A História Ao rés-do-chão”. In: LEVI, G. *A herança imaterial. Trajetória de um Exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- RODRIGUES, H.B.C., *No Rastro dos “Cavalos do Diabo” – Memória e História para uma reinvenção de percursos do paradigma do grupalismo-institucionalismo no Brasil*. Tese de Doutorado IP/USP 2002.

SALIBA, E.T. “A Dimensão Cômica da Vida Privada na República”. In: NOVAIS, F. (org.). *História da Vida Privada no Brasil* Vol.3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998

SANTIAGO, S. Vale Quanto Pesa: ensaios sobre questões político-culturais. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SANTOS, J. “Sociedade e problema racial na obra de Lima Barreto” In: *O Rio de Janeiro de Lima Barreto*. v.2. Rio de Janeiro: Edições Rio Arte, 1983.

SEVECENKO, N. *A Revolta da Vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*. São Paulo: Editora Scipione, 1993.

———. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 4ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995.

———. “O Prelúdio Republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso”. In: NOVAIS, F. (org.). *História da Vida Privada no Brasil* Vol.3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

STAROBINSKI, J., “A Literatura: O texto e o seu intérprete”. In: Le Goff, J.; Nora, P. *História: novas abordagens*, Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

VEYNE, P. “A história conceitual”. In: LE GOFF, J.; NORA, P., (orgs.) *História: novos Problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

———. *Como se escreve a História*. Brasília: UnB, 1982.

WISSENBACH, M. C. C. “Da Escravidão à Liberdade: dimensões de uma privacidade Possível”. In: NOVAIS, F. (org.) *História da Vida Privada no Brasil*. Vol.3, São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ANEXO

Lista das Abreviações Utilizadas

Obras de Lima Barreto:

Bg – *Bagatelas*

CA – *Clara dos Anjos*

Co I – *Correspondência, 1º tomo*

Co II – *Correspondência, 2º tomo*

RJ – *Coisas do Reino do Jambon*

DI – *Diário Íntimo*

FM – *Feiras e Mafuás*

HS – *Histórias e Sonhos*

IL – *Impressões de Leitura*

Mg - *Marginália*

NN – *Numa e a Ninfa*

CV – *O Cemitério dos vivos*

Bz – *Os Bruzundangas*

IC – *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*

PQ – *Triste Fim de Policarpo Quaresma*

GS – *Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá*

VU – *Vida Urbana*